



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**Relatório de Informações Gerenciais
Setorial (RIGER) – Anual (2018)**

DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO – CGJ/DGADM

	RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL	
	DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO – CGJ/DGADM	
Período de Referência: 2018	Emitido em: Janeiro de 2019	Aprovado por: Diretor-Geral de Administração

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

SUMÁRIO

1. INFORMAÇÕES PARA O TJERJ EM NÚMEROS	3
2. PROGRESSO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS	3
3. QUADRO DE BORDO DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS..	4
4. SITUAÇÃO DAS METAS NACIONAIS	15
5. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES.....	15
6. AÇÕES PENDENTES DE REALIZAÇÃO	133
7. DESTAQUES DE ECONOMICIDADE.....	135
8. SITUAÇÃO DOS RECURSOS	137
9. CONCLUSÃO / COMENTÁRIOS GERAIS	139
10. ANEXO I – PLANILHAS DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS.....	144
11. ANEXO II – PLANILHAS DOS INDICADORES OPERACIONAIS.....	144



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

1. INFORMAÇÕES PARA O TJERJ EM NÚMEROS (do mês de referência)

<NÃO APLICÁVEL>

2. PROGRESSO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS (planejamento e resultado acumulado até o período de referência do relatório)

NOME DO PROJETO	SITUAÇÃO NO PERÍODO		
	Planejado (% Acumulado até o momento)	Realizado (% Acumulado até o momento)	Comentário (Concluído / Em dia / Atrasado. Mencionar as ações atrasadas)
PE – Operacionalizar ações que visem à erradicação da sub-identificação de óbitos	100%	100%	O projeto possibilitou a integração entre todos os parceiros do projeto: TJRJ, PCERJ, DETRAN, Ministério da Saúde, SES e SMS, além do CREMERJ, de representantes das Concessionárias dos cemitérios e da Coordenadoria Geral de Cemitérios e Serviços. Com a implementação de um fluxograma integrado de identificação de pacientes que ingressam nos hospitais sem identificação, obteve-se resultados muito satisfatórios no tempo do processo de identificação, resultando inclusive na localização de pessoas tidas como desaparecidas, procuradas pela PCERJ e na agilização do sepultamento de corpos.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

NOME DO PROJETO	SITUAÇÃO NO PERÍODO		
	Planejado (% Acumulado até o momento)	Realizado (% Acumulado até o momento)	Comentário (Concluído / Em dia / Atrasado. Mencionar as ações atrasadas)
PE – Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Crimes	100%	100%	<p>O escopo do projeto envolveu a capacitação de profissionais especializados na colheita do depoimento.</p> <p>Foi realizada atividade de capacitação nos moldes de Simpósio em junho/18, envolvendo 241 participantes no 1º dia, e 213 no 2º dia.</p> <p>Foram instaladas nove salas de depoimento especial: Gamboa, Duque de Caxias, Volta Redonda, Cabo Frio, Bangu, Teresópolis, Campos dos Goytacazes, Itaperuna e Alcântara, além das três já existentes: Centro, Madureira e Teresópolis.</p> <p>Ainda há insuficiência de Recursos humanos, quais sejam, profissionais capacitados na técnica investigativa para as entrevistas. – Turmas para o 5º NUR e 11º NUR estão planejadas para o ano de 2019.</p> <p>Foram realizadas capacitações de operadores de videoconferência. Se faz necessária a Contratação ou lotação de profissional administrativo para as regiões: Bangu, São Gonçalo, Cabo Frio e Caxias.</p>

3. QUADRO DE BORDO DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS

INDICADORES ESTRATÉGICOS	
GRÁFICO	COMENTÁRIO
<NÃO APLICÁVEL>	



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

INDICADORES OPERACIONAIS																																							
DEPARTAMENTO DE DISTRIBUIÇÃO (DEDIS)																																							
GRÁFICO	COMENTÁRIO																																						
<p>Grau de Satisfação do Usuário (Pesquisa de Satisfação DEDIS)</p> <p>GRÁFICO DE EVOLUÇÃO - Grau de Satisfação do Usuário - 2007/2018</p> <table border="1"><thead><tr><th>Mês</th><th>Grado de Satisfação (%)</th></tr></thead><tbody><tr><td>JUL/07</td><td>84,00%</td></tr><tr><td>JAN/08</td><td>79,00%</td></tr><tr><td>MAI/08</td><td>82,00%</td></tr><tr><td>NOV/08</td><td>86,00%</td></tr><tr><td>MAIO/09</td><td>87,00%</td></tr><tr><td>NOV/09</td><td>88,15%</td></tr><tr><td>MAI/10</td><td>83,16%</td></tr><tr><td>DEZ/10</td><td>82,61%</td></tr><tr><td>MAI/11</td><td>87,06%</td></tr><tr><td>NOV/11</td><td>86,30%</td></tr><tr><td>MAI/12</td><td>92,58%</td></tr><tr><td>NOV/12</td><td>89,97%</td></tr><tr><td>NOV/13</td><td>87,38%</td></tr><tr><td>NOV/14</td><td>87,42%</td></tr><tr><td>NOV/15</td><td>91,76%</td></tr><tr><td>NOV/16</td><td>88,22%</td></tr><tr><td>SET/17</td><td>94,86%</td></tr><tr><td>NOV/18</td><td>94,24%</td></tr></tbody></table>	Mês	Grado de Satisfação (%)	JUL/07	84,00%	JAN/08	79,00%	MAI/08	82,00%	NOV/08	86,00%	MAIO/09	87,00%	NOV/09	88,15%	MAI/10	83,16%	DEZ/10	82,61%	MAI/11	87,06%	NOV/11	86,30%	MAI/12	92,58%	NOV/12	89,97%	NOV/13	87,38%	NOV/14	87,42%	NOV/15	91,76%	NOV/16	88,22%	SET/17	94,86%	NOV/18	94,24%	<p><u>Avaliar o grau de satisfação dos usuários no Departamento de Distribuição (DEDIS)</u></p> <p>A última PSU/DEDIS, realizada em novembro/2018, nos vários quesitos avaliados, alcançou um indicador de 94,24%, percentual acima da média de 87% no conjunto Ótimo + Bom.</p> <p>O resultado dos indicadores por área do DEDIS ficou da seguinte forma: DIDIC 97,20%; PROGER 97,78%; DINSP 99,33% e SEPJU 76,72%.</p> <p>A próxima Pesquisa de Satisfação do Usuário DEDIS está prevista para ocorrer durante o mês de Setembro/2019..</p>
Mês	Grado de Satisfação (%)																																						
JUL/07	84,00%																																						
JAN/08	79,00%																																						
MAI/08	82,00%																																						
NOV/08	86,00%																																						
MAIO/09	87,00%																																						
NOV/09	88,15%																																						
MAI/10	83,16%																																						
DEZ/10	82,61%																																						
MAI/11	87,06%																																						
NOV/11	86,30%																																						
MAI/12	92,58%																																						
NOV/12	89,97%																																						
NOV/13	87,38%																																						
NOV/14	87,42%																																						
NOV/15	91,76%																																						
NOV/16	88,22%																																						
SET/17	94,86%																																						
NOV/18	94,24%																																						
<p>Regularidade na Distribuição - Divisão de Instrução Processual (DEDIS/DINSP)</p> <p>ID.B.8.2 - Meta x Resultado 2018</p> <table border="1"><thead><tr><th>Categoria</th><th>Porcentagem</th></tr></thead><tbody><tr><td>META</td><td>99,52%</td></tr><tr><td>RESULTADO 2018</td><td>99,83%</td></tr></tbody></table>	Categoria	Porcentagem	META	99,52%	RESULTADO 2018	99,83%	<p><u>Monitorar o volume de distribuições e redistribuições realizadas corretamente pela DINSP</u></p> <p>O resultado de 99,83% apurado em 2018 foi o melhor desde 2015. Mesmo com o patamar considerado estável, a Unidade considera importante o monitoramento deste indicador e a manutenção do seu índice dentro da meta estabelecida (99,52%) uma vez que, ultrapassada esta, ações gerenciais emergenciais e imediatas se tornam necessárias.</p>																																
Categoria	Porcentagem																																						
META	99,52%																																						
RESULTADO 2018	99,83%																																						
<p>Índice de Processos devolvidos às Varas - Divisão de Instrução Processual (DEDIS/DINSP)</p>	<p><u>Monitorar o número de processos encaminhados indevidamente pelas Varas para a DINSP</u></p> <p>O desempenho do processo de trabalho não depende diretamente</p>																																						



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

INDICADORES OPERACIONAIS																											
DEPARTAMENTO DE DISTRIBUIÇÃO (DEDIS)																											
GRÁFICO	COMENTÁRIO																										
<p>ID.B.8.3 - Evolução Ano 2018</p> <table border="1"><thead><tr><th>Mês</th><th>Porcentagem</th></tr></thead><tbody><tr><td>jan/18</td><td>28,21%</td></tr><tr><td>fev/18</td><td>38,75%</td></tr><tr><td>mar/18</td><td>34,46%</td></tr><tr><td>abr/18</td><td>31,64%</td></tr><tr><td>mai/18</td><td>35,16%</td></tr><tr><td>jun/18</td><td>33,62%</td></tr><tr><td>jul/18</td><td>31,56%</td></tr><tr><td>ago/18</td><td>27,83%</td></tr><tr><td>set/18</td><td>23,03%</td></tr><tr><td>out/18</td><td>28,01%</td></tr><tr><td>nov/18</td><td>30,90%</td></tr><tr><td>dez/18</td><td>39,17%</td></tr></tbody></table>	Mês	Porcentagem	jan/18	28,21%	fev/18	38,75%	mar/18	34,46%	abr/18	31,64%	mai/18	35,16%	jun/18	33,62%	jul/18	31,56%	ago/18	27,83%	set/18	23,03%	out/18	28,01%	nov/18	30,90%	dez/18	39,17%	<p>de ação do Departamento/Divisão, uma vez que os encaminhamentos incorretos são realizados por outras unidades, porém os dados de Siscoma, correio e malote digital são feitos separadamente, a fim de que se possa verificar se nossas ações junto às serventias estariam surtindo efeito. Contudo, foram recebidos 637 (seiscentos e trinta e sete) documentos corretamente e redirecionados às respectivas unidades, uma vez que o endereço do DEDIS é a única possibilidade de envio, e 2.373 (dois mil trezentos e setenta e três) arquivos de processos, no Sistema do Malote Digita. Essa contagem está sendo realizada a fim de identificar o real volume de trabalho da equipe</p>
Mês	Porcentagem																										
jan/18	28,21%																										
fev/18	38,75%																										
mar/18	34,46%																										
abr/18	31,64%																										
mai/18	35,16%																										
jun/18	33,62%																										
jul/18	31,56%																										
ago/18	27,83%																										
set/18	23,03%																										
out/18	28,01%																										
nov/18	30,90%																										
dez/18	39,17%																										
<p>Tempo médio de permanência dos documentos no Serviço de Instrução Processual (SERIP) - Divisão de Instrução Processual (DEDIS/DINSP)</p> <p>ID.B.8.4 - Meta x Resultado 2018</p> <table border="1"><thead><tr><th>Categoria</th><th>Valor</th></tr></thead><tbody><tr><td>META</td><td>2,0</td></tr><tr><td>RESULTADO 2018</td><td>1,2</td></tr></tbody></table>	Categoria	Valor	META	2,0	RESULTADO 2018	1,2	<p><u>Medir a celeridade na redistribuição</u></p> <p>O esforço da equipe fez com que o tempo médio de permanência dos documentos ficasse dentro da meta estabelecida. O resultado final foi o atingimento da meta anual estabelecida (2 dias úteis) com o tempo médio de distribuição de documentos em 1,2 dias em 2018.</p>																				
Categoria	Valor																										
META	2,0																										
RESULTADO 2018	1,2																										
<p>Tempo médio de permanência dos documentos no Serviço de Cartas Precatórias (SECAP) - Divisão de Instrução Processual (DEDIS/DINSP)</p>	<p><u>Medir a celeridade na distribuição de cartas precatórias</u></p> <p>O esforço da equipe fez com que o tempo médio de permanência dos documentos ficasse dentro da meta estabelecida. O resultado final foi o atingimento da meta anual</p>																										



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

INDICADORES OPERACIONAIS																											
DEPARTAMENTO DE DISTRIBUIÇÃO (DEDIS)																											
GRÁFICO	COMENTÁRIO																										
<p>ID.B.8.5 - Meta x Resultado 2018</p> <table border="1"><thead><tr><th>Categoria</th><th>Valor</th></tr></thead><tbody><tr><td>META</td><td>2,0</td></tr><tr><td>RESULTADO 2018</td><td>1,2</td></tr></tbody></table>	Categoria	Valor	META	2,0	RESULTADO 2018	1,2	<p>estabelecida (2 dias úteis) com o tempo médio de distribuição de documentos em 1,3 dias em 2018.</p>																				
Categoria	Valor																										
META	2,0																										
RESULTADO 2018	1,2																										
<p>Percentual dos dias em que o expediente fica pronto para entrega ao Serviço de Mensageria/Central de Autuação dentro da meta estabelecida – Divisão de Distribuição Contínua (DIDIC)</p>	<p><u>Monitorar a disponibilização do expediente distribuído para retirada pelo Serviço de Mensageria e a Central de Autuação</u></p>																										
<p>ID.B.8.7 - Evolução Ano 2018</p> <table border="1"><thead><tr><th>Mês</th><th>Horário</th></tr></thead><tbody><tr><td>Jan/18</td><td>10:58</td></tr><tr><td>fev/18</td><td>10:00</td></tr><tr><td>mar/18</td><td>10:00</td></tr><tr><td>abr/18</td><td>10:00</td></tr><tr><td>mai/18</td><td>10:01</td></tr><tr><td>jun/18</td><td>10:00</td></tr><tr><td>jul/18</td><td>10:00</td></tr><tr><td>ago/18</td><td>18:51</td></tr><tr><td>set/18</td><td>18:45</td></tr><tr><td>out/18</td><td>18:40</td></tr><tr><td>nov/18</td><td>18:50</td></tr><tr><td>dez/18</td><td>18:52</td></tr></tbody></table>	Mês	Horário	Jan/18	10:58	fev/18	10:00	mar/18	10:00	abr/18	10:00	mai/18	10:01	jun/18	10:00	jul/18	10:00	ago/18	18:51	set/18	18:45	out/18	18:40	nov/18	18:50	dez/18	18:52	<p>O expediente distribuído é preparado para remessa às respectivas serventias assim que se encerra a distribuição diária.</p> <p>Conforme deliberado em Reunião de Análise Crítica (RAC), desde 01/08/2018 passou a ser registrado o horário do efetivo fechamento dos lotes, no final do dia da distribuição. O indicador vinha sendo alimentado segundo a lógica de que a retirada ocorre apenas no dia seguinte, razão pela qual vinha sendo indicado o horário de início do expediente, ainda que todos os procedimentos tivessem sido finalizados no dia anterior.</p>
Mês	Horário																										
Jan/18	10:58																										
fev/18	10:00																										
mar/18	10:00																										
abr/18	10:00																										
mai/18	10:01																										
jun/18	10:00																										
jul/18	10:00																										
ago/18	18:51																										
set/18	18:45																										
out/18	18:40																										
nov/18	18:50																										
dez/18	18:52																										
<p>Regularidade na Distribuição – Divisão de Distribuição Contínua (DIDIC)</p>	<p><u>Monitorar o volume de distribuições e redistribuições realizadas corretamente pela DIDIC</u></p> <p>Em 2018, a equipe do Serviço de Distribuição atingiu 99,55% de correção nas distribuições para as serventias do Fórum Central da Comarca da Capital, permanecendo acima da meta (99,52%) e</p>																										



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

INDICADORES OPERACIONAIS							
DEPARTAMENTO DE DISTRIBUIÇÃO (DEDIS)							
GRÁFICO	COMENTÁRIO						
<p>ID.B.8.8 - Meta x Resultado 2018</p> <table border="1"><thead><tr><th>Item</th><th>Valor</th></tr></thead><tbody><tr><td>META</td><td>99,52%</td></tr><tr><td>RESULTADO 2018</td><td>99,55%</td></tr></tbody></table>	Item	Valor	META	99,52%	RESULTADO 2018	99,55%	superando resultados dos anos anteriores.
Item	Valor						
META	99,52%						
RESULTADO 2018	99,55%						
<p>Percentual dos dias em que o expediente fica pronto para entrega ao Serviço de Mensageria dentro da meta estabelecida – Divisão do Protocolo Geral (PROGER)</p> <p>ID.B.8.10 - Meta x Resultado 2018</p> <table border="1"><thead><tr><th>Item</th><th>Valor</th></tr></thead><tbody><tr><td>META</td><td>90,0%</td></tr><tr><td>RESULTADO 2018</td><td>97,8%</td></tr></tbody></table>	Item	Valor	META	90,0%	RESULTADO 2018	97,8%	<p>OBJETIVO DA QUALIDADE - DEDIS: <u>Registrar o percentual de atingimento da meta estabelecida para disponibilização do expediente protocolizado para a 1ª Instância ao Serviço de Mensageria</u></p> <p>O empenho da equipe foi determinante para que o expediente fosse entregue todos os dias dentro do horário estabelecido em dezembro/2018, contribuindo para a superação da meta anual (90%) com a entrega do expediente em 97,8% dos dias úteis em 2018.</p>
Item	Valor						
META	90,0%						
RESULTADO 2018	97,8%						
<p>Percentual dos dias em que o expediente fica pronto para distribuição dentro da meta estabelecida - Serviço de Administração do Plantão Judiciário (SEPJU)</p> <p>ID.B.8.11 - Meta x Resultado 2018</p> <table border="1"><thead><tr><th>Item</th><th>Valor</th></tr></thead><tbody><tr><td>META</td><td>90,0%</td></tr><tr><td>RESULTADO 2018</td><td>97,3%</td></tr></tbody></table>	Item	Valor	META	90,0%	RESULTADO 2018	97,3%	<p><u>Registrar o percentual de atingimento da meta estabelecida para disponibilização do expediente do Plantão ao Serviço de Mensageria</u></p> <p>O resultado de 97,3% apurado no ano de 2018, bastante superior à meta anual (90%) demonstra o nível de eficiência do processo de trabalho.</p>
Item	Valor						
META	90,0%						
RESULTADO 2018	97,3%						



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

INDICADORES OPERACIONAIS																											
DEPARTAMENTO DE DISTRIBUIÇÃO (DESOP)																											
GRÁFICO	COMENTÁRIO																										
<p>Índice de Produtividade Média Mensal da Equipe-Cadastramento e Conferência de Documento (DIPAC)</p> <table border="1"><caption>Índice de Produtividade Média Mensal da Equipe-Cadastramento e Conferência de Documento (DIPAC)</caption><thead><tr><th>Mês</th><th>Índice</th></tr></thead><tbody><tr><td>jan</td><td>18,01</td></tr><tr><td>fev</td><td>18,47</td></tr><tr><td>mar</td><td>18,59</td></tr><tr><td>abr</td><td>15,74</td></tr><tr><td>mai</td><td>16,95</td></tr><tr><td>jun</td><td>16,66</td></tr><tr><td>jul</td><td>18,95</td></tr><tr><td>ago</td><td>16,63</td></tr><tr><td>set</td><td>16,71</td></tr><tr><td>out</td><td>15,37</td></tr><tr><td>nov</td><td>15,03</td></tr><tr><td>dez</td><td>15,40</td></tr></tbody></table>	Mês	Índice	jan	18,01	fev	18,47	mar	18,59	abr	15,74	mai	16,95	jun	16,66	jul	18,95	ago	16,63	set	16,71	out	15,37	nov	15,03	dez	15,40	<p><u>Acompanhar a relação entre a quantidade de protocolos registrados e a força de trabalho disponível</u></p> <p>A produtividade média da equipe neste ano (16,88) teve uma queda em relação ao ano anterior (18,66) tendo em vista a tendência de declive da média de documentos protocolizados no ano (2018 – 2554 / 2017 – 2679) e à entrada de colaboradores, em substituição a outros que saíram da Unidade.</p> <p>A perspectiva para o próximo biênio é a continuidade da redução da demanda de documentos protocolizados, principalmente com implantação da gestão eletrônica de documentos administrativos no âmbito da CGJ.</p>
Mês	Índice																										
jan	18,01																										
fev	18,47																										
mar	18,59																										
abr	15,74																										
mai	16,95																										
jun	16,66																										
jul	18,95																										
ago	16,63																										
set	16,71																										
out	15,37																										
nov	15,03																										
dez	15,40																										
<p>Índice de Conformidade da Distribuição de Documentos (DIPAC)</p> <table border="1"><caption>Índice de Conformidade da Distribuição de Documentos (DIPAC)</caption><thead><tr><th>Mês</th><th>Índice</th></tr></thead><tbody><tr><td>jan</td><td>100,00</td></tr><tr><td>fev</td><td>99,95</td></tr><tr><td>mar</td><td>99,86</td></tr><tr><td>abr</td><td>99,92</td></tr><tr><td>mai</td><td>99,96</td></tr><tr><td>jun</td><td>100,00</td></tr><tr><td>jul</td><td>99,93</td></tr><tr><td>ago</td><td>99,97</td></tr><tr><td>set</td><td>100,00</td></tr><tr><td>out</td><td>99,80</td></tr><tr><td>nov</td><td>99,87</td></tr><tr><td>dez</td><td>99,95</td></tr></tbody></table>	Mês	Índice	jan	100,00	fev	99,95	mar	99,86	abr	99,92	mai	99,96	jun	100,00	jul	99,93	ago	99,97	set	100,00	out	99,80	nov	99,87	dez	99,95	<p><u>Controle dos dados dos Serviços de Autuação e de Recebimento e Cadastramento</u></p> <p>A meta de 99,5% de conformidade na entrega dos documentos vem sendo superada mês a mês, o que indica que a atividade está sendo executada satisfatoriamente.</p> <p>Os produtos não conformes (PNC) foram utilizados como fonte de treinamento e melhoria do desempenho da equipe.</p>
Mês	Índice																										
jan	100,00																										
fev	99,95																										
mar	99,86																										
abr	99,92																										
mai	99,96																										
jun	100,00																										
jul	99,93																										
ago	99,97																										
set	100,00																										
out	99,80																										
nov	99,87																										
dez	99,95																										
<p>Percentual de Documentos Arquivados (DIDIN/SEARQ)</p> <table border="1"><caption>Percentual de Documentos Arquivados (DIDIN/SEARQ)</caption><thead><tr><th>Mês</th><th>Percentual</th></tr></thead><tbody><tr><td>jan</td><td>99,89</td></tr><tr><td>fev</td><td>99,90</td></tr><tr><td>mar</td><td>99,93</td></tr><tr><td>abr</td><td>99,89</td></tr><tr><td>mai</td><td>99,94</td></tr><tr><td>jun</td><td>99,88</td></tr><tr><td>jul</td><td>99,90</td></tr><tr><td>ago</td><td>99,91</td></tr><tr><td>set</td><td>99,91</td></tr><tr><td>out</td><td>99,93</td></tr><tr><td>nov</td><td>99,92</td></tr><tr><td>dez</td><td>99,98</td></tr></tbody></table>	Mês	Percentual	jan	99,89	fev	99,90	mar	99,93	abr	99,89	mai	99,94	jun	99,88	jul	99,90	ago	99,91	set	99,91	out	99,93	nov	99,92	dez	99,98	<p><u>Monitorar a quantidade de documentos recebidos, visando aumentar o percentual dos arquivados.</u></p> <p>Houve um expressivo aumento no volume de documentos enviados para arquivamento, na maior parte em razão da retomada do envio</p>
Mês	Percentual																										
jan	99,89																										
fev	99,90																										
mar	99,93																										
abr	99,89																										
mai	99,94																										
jun	99,88																										
jul	99,90																										
ago	99,91																										
set	99,91																										
out	99,93																										
nov	99,92																										
dez	99,98																										



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

INDICADORES OPERACIONAIS																											
DEPARTAMENTO DE DISTRIBUIÇÃO (DESOP)																											
GRÁFICO	COMENTÁRIO																										
	destes para o DEGEA. Verificam-se plenas condições para o cumprimento da meta, que é de 99%.																										
<p>Percentual de Correspondências Encaminhadas (DIDIN/SEARQ)</p> <table border="1"><caption>EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO RESULTADO - % - 2018</caption><thead><tr><th>TRIMESTRE</th><th>VALOR</th></tr></thead><tbody><tr><td>1 TRIM</td><td>99,94</td></tr><tr><td>2 TRIM</td><td>100,00</td></tr><tr><td>3 TRIM</td><td>100,00</td></tr><tr><td>4 TRIM</td><td>100,00</td></tr></tbody></table>	TRIMESTRE	VALOR	1 TRIM	99,94	2 TRIM	100,00	3 TRIM	100,00	4 TRIM	100,00	<p><u>Monitorar a quantidade de correspondências, visando aumentar o percentual das encaminhadas.</u></p> <p>Com pouca oscilação no percentual de documentos enviados e recebidos, a meta de 98,5% de correspondências encaminhadas no trimestre está sendo superada.</p>																
TRIMESTRE	VALOR																										
1 TRIM	99,94																										
2 TRIM	100,00																										
3 TRIM	100,00																										
4 TRIM	100,00																										
<p>Índice de Eficácia do Cadastramento dos Documentos (DIPAC)</p> <table border="1"><caption>EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO RESULTADO - % - 2018</caption><thead><tr><th>MÊS</th><th>VALOR</th></tr></thead><tbody><tr><td>1</td><td>100,00</td></tr><tr><td>2</td><td>100,00</td></tr><tr><td>3</td><td>100,00</td></tr><tr><td>4</td><td>100,00</td></tr><tr><td>5</td><td>100,00</td></tr><tr><td>6</td><td>100,00</td></tr><tr><td>7</td><td>100,00</td></tr><tr><td>8</td><td>100,00</td></tr><tr><td>9</td><td>100,00</td></tr><tr><td>10</td><td>100,00</td></tr><tr><td>11</td><td>100,00</td></tr><tr><td>12</td><td>100,00</td></tr></tbody></table>	MÊS	VALOR	1	100,00	2	100,00	3	100,00	4	100,00	5	100,00	6	100,00	7	100,00	8	100,00	9	100,00	10	100,00	11	100,00	12	100,00	<p><u>Controle dos Dados dos Serviços de Autuação e de Recebimento e Cadastramento</u></p> <p>O índice de 100% alcançado em dezembro/2018, superando mês a mês a meta de 99,5, evidencia o resultado plenamente satisfatório.</p>
MÊS	VALOR																										
1	100,00																										
2	100,00																										
3	100,00																										
4	100,00																										
5	100,00																										
6	100,00																										
7	100,00																										
8	100,00																										
9	100,00																										
10	100,00																										
11	100,00																										
12	100,00																										
<p>Índice de Solicitações de senha atendidas pelo SEIAC no prazo regular (DIDIN-SEIAC)</p> <table border="1"><caption>EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO RESULTADO - % - 2018</caption><thead><tr><th>MÊS</th><th>VALOR</th></tr></thead><tbody><tr><td>jan</td><td>100,00</td></tr><tr><td>fev</td><td>100,00</td></tr><tr><td>mar</td><td>100,00</td></tr><tr><td>abr</td><td>100,00</td></tr><tr><td>mai</td><td>100,00</td></tr><tr><td>jun</td><td>100,00</td></tr><tr><td>jul</td><td>100,00</td></tr><tr><td>ago</td><td>100,00</td></tr><tr><td>set</td><td>100,00</td></tr><tr><td>out</td><td>100,00</td></tr><tr><td>nov</td><td>100,00</td></tr><tr><td>dez</td><td>100,00</td></tr></tbody></table>	MÊS	VALOR	jan	100,00	fev	100,00	mar	100,00	abr	100,00	mai	100,00	jun	100,00	jul	100,00	ago	100,00	set	100,00	out	100,00	nov	100,00	dez	100,00	<p><u>Analisar o tempo gasto pelo SEIAC, no atendimento às solicitações de senha</u></p> <p>A meta de 99,5% de eficácia do cadastramento dos dados vem sendo superada mês a mês. O resultado no período também demonstra que o atendimento de 100% das solicitações em até 01 (um) dia útil foi realizado em todos os meses.</p>
MÊS	VALOR																										
jan	100,00																										
fev	100,00																										
mar	100,00																										
abr	100,00																										
mai	100,00																										
jun	100,00																										
jul	100,00																										
ago	100,00																										
set	100,00																										
out	100,00																										
nov	100,00																										
dez	100,00																										

INDICADORES OPERACIONAIS	
DIVISÃO DE APOIO TÉCNICO INTERDISCIPLINAR (DIATI)	
GRÁFICO	COMENTÁRIO



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

INDICADORES OPERACIONAIS	
DIVISÃO DE APOIO TÉCNICO INTERDISCIPLINAR (DIATI)	
GRÁFICO	COMENTÁRIO
<p>Tempo Médio de Atendimento das Demandas (SEASO)</p>	<p><u>Medir o tempo médio de atendimento da demanda</u></p> <p>O SEASO respondeu 1634 demandas, 1225 demandas de natureza administrativa, 113 de natureza técnica, 176 de natureza técnica e administrativa e 120 referentes à planilha estatística. Do total de demandas 717 demandas ocorreram por meio eletrônico, 205 por meio de processo, 90 presenciais, 101 reuniões, 521 por telefonemas.</p> <p>No ano de 2018 meta anual de 3 dias para atendimento das demandas vem sendo superada até o momento (2,49 dias), contudo, será mantida a análise e revisão dos processos de trabalho internos ao SEASO visando aprimorar o tempo e formas de atendimento às demandas recebidas.</p>
<p>Tempo Médio de Atendimento das Demandas (SEPSI)</p>	<p><u>Medir o tempo médio de atendimento da demanda-quadro comparativo</u></p> <p>Foram respondidas 1081 demandas, e foram classificadas de acordo m seu caráter principal como: técnicas (374), administrativas (170), estatística (116), estágio (82), ação/remoção/auxílio (172), reuniões (69), organização de eventos (4), organização de capacitação (50) auxílio ao NUDECA (17).</p> <p>observa-se uma média anual de 7,25 dias para atendimento às demandas, tempo inferior ao de 2016 (8,75), mas superior ao apresentado em 2017 (5,08). Os registros das demandas continuarão a ser avaliados com a finalidade de aprimorar a análise qualitativa do trabalho.</p>
<p>Tempo Médio de Processamento (SECJI)</p>	<p><u>Medir o tempo médio de processamento</u></p> <p>De janeiro a dezembro de 2018, o SECJI acompanhou o envio dos relatórios das inspeções aos</p>



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

INDICADORES OPERACIONAIS																																																					
DIVISÃO DE APOIO TÉCNICO INTERDISCIPLINAR (DIATI)																																																					
GRÁFICO	COMENTÁRIO																																																				
<p>EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO RESULTADO</p> <table border="1"><caption>Dados do Gráfico: Evolução Comparativa do Resultado</caption><thead><tr><th>Mês</th><th>2016</th><th>2017</th><th>2018</th></tr></thead><tbody><tr><td>jan-18</td><td>24,00</td><td>5,30</td><td>10,20</td></tr><tr><td>fev-18</td><td>62,00</td><td>0,00</td><td>0,00</td></tr><tr><td>mar-18</td><td>62,00</td><td>4,90</td><td>0,00</td></tr><tr><td>abr-18</td><td>56,00</td><td>0,50</td><td>0,00</td></tr><tr><td>mai-18</td><td>21,00</td><td>7,20</td><td>0,00</td></tr><tr><td>jun-18</td><td>26,00</td><td>11,80</td><td>14,10</td></tr><tr><td>jul-18</td><td>26,00</td><td>14,10</td><td>14,10</td></tr><tr><td>ago-18</td><td>11,00</td><td>11,20</td><td>0,00</td></tr><tr><td>set-18</td><td>14,90</td><td>1,00</td><td>0,00</td></tr><tr><td>out-18</td><td>10,80</td><td>2,00</td><td>0,00</td></tr><tr><td>nov-18</td><td>9,00</td><td>5,80</td><td>0,00</td></tr><tr><td>dez-18</td><td>1,30</td><td>7,00</td><td>0,00</td></tr></tbody></table>	Mês	2016	2017	2018	jan-18	24,00	5,30	10,20	fev-18	62,00	0,00	0,00	mar-18	62,00	4,90	0,00	abr-18	56,00	0,50	0,00	mai-18	21,00	7,20	0,00	jun-18	26,00	11,80	14,10	jul-18	26,00	14,10	14,10	ago-18	11,00	11,20	0,00	set-18	14,90	1,00	0,00	out-18	10,80	2,00	0,00	nov-18	9,00	5,80	0,00	dez-18	1,30	7,00	0,00	<p>CREAS, previstas na Resolução CNJ nº 77/2009. Pode-se observar aumento no número de processos recebidos no mês de janeiro, devido à finalização do processamento do 2º semestre de 2017. O SECJI também concluiu o recebimento dos relatórios referentes às inspeções do 1º semestre de 2018, elevando significativamente a quantidade de processos recebidos nos meses de junho e julho, conforme demonstrado no gráfico. Ressalte-se que a mencionada Resolução prevê que a realização semestral das inspeções, porém, sem data específica para o encaminhamento dos relatórios à CGJ, acarretando maior incidência em determinados meses, o que conseqüentemente interfere no tempo médio de processamento no período. Acrescente-se que os relatórios enviados no mês de dezembro, ainda estão no SECJI aguardando prosseguimento, tendo em vista a quantidade recebida no final do 2º semestre.</p>
Mês	2016	2017	2018																																																		
jan-18	24,00	5,30	10,20																																																		
fev-18	62,00	0,00	0,00																																																		
mar-18	62,00	4,90	0,00																																																		
abr-18	56,00	0,50	0,00																																																		
mai-18	21,00	7,20	0,00																																																		
jun-18	26,00	11,80	14,10																																																		
jul-18	26,00	14,10	14,10																																																		
ago-18	11,00	11,20	0,00																																																		
set-18	14,90	1,00	0,00																																																		
out-18	10,80	2,00	0,00																																																		
nov-18	9,00	5,80	0,00																																																		
dez-18	1,30	7,00	0,00																																																		

INDICADORES OPERACIONAIS													
DIVISÃO DE CUSTAS E INFORMAÇÕES (DICIN)													
GRÁFICO	COMENTÁRIO												
<p>Tempo médio de processamento no mês – JP (SEPAc)</p> <table border="1"><caption>Dados do Gráfico: Tempo médio de processamento no mês – JP (SEPAc)</caption><thead><tr><th>Ano</th><th>Tempo médio (dias)</th></tr></thead><tbody><tr><td>2014</td><td>3,75</td></tr><tr><td>2015</td><td>5,61</td></tr><tr><td>2016</td><td>4,99</td></tr><tr><td>2017</td><td>4,90</td></tr><tr><td>2018</td><td>3,58</td></tr></tbody></table>	Ano	Tempo médio (dias)	2014	3,75	2015	5,61	2016	4,99	2017	4,90	2018	3,58	<p><u>Acompanhar o tempo médio do processamento de conta corrente de Juiz de Paz, dos feitos concluídos</u></p> <p>A meta deste indicador foi reduzida de 6 (seis) para 5 (cinco) dias, e a equipe de processamento tem se empenhado para agilizar cada vez mais o procedimento. Em 2018, a média foi de 3,58 dias, bem abaixo da meta.</p>
Ano	Tempo médio (dias)												
2014	3,75												
2015	5,61												
2016	4,99												
2017	4,90												
2018	3,58												



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

INDICADORES OPERACIONAIS													
DIVISÃO DE CUSTAS E INFORMAÇÕES (DICIN)													
GRÁFICO	COMENTÁRIO												
<p>Tempo médio de processamento no mês – DD (SEPAC)</p> <table border="1"><caption>EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO RESULTADO - FONTE</caption><thead><tr><th>Ano</th><th>Resultado</th></tr></thead><tbody><tr><td>2014</td><td>5,38</td></tr><tr><td>2015</td><td>7,72</td></tr><tr><td>2016</td><td>7,96</td></tr><tr><td>2017</td><td>7,67</td></tr><tr><td>2018</td><td>6,97</td></tr></tbody></table>	Ano	Resultado	2014	5,38	2015	7,72	2016	7,96	2017	7,67	2018	6,97	<p><u>Acompanhar o tempo médio do processamento, distribuição a destempo, retificação e cancelamento, dos feitos concluídos</u></p> <p>Nos primeiros meses do ano, o resultado deste indicador (6,97 dias) foi mantido abaixo da meta prevista. Os feitos desta natureza são os que se apresentam em maior quantidade e melhor representam o volume de trabalho do setor. Conforme tem sido observado, a equipe tem se empenhado em agilizar o processamento.</p>
Ano	Resultado												
2014	5,38												
2015	7,72												
2016	7,96												
2017	7,67												
2018	6,97												
<p>Tempo médio de processamento no mês – EX (SEPAC)</p> <table border="1"><caption>EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO RESULTADO - FONTE</caption><thead><tr><th>Ano</th><th>Resultado</th></tr></thead><tbody><tr><td>2014</td><td>7,86</td></tr><tr><td>2015</td><td>8,16</td></tr><tr><td>2016</td><td>9,83</td></tr><tr><td>2017</td><td>8,53</td></tr><tr><td>2018</td><td>8,19</td></tr></tbody></table>	Ano	Resultado	2014	7,86	2015	8,16	2016	9,83	2017	8,53	2018	8,19	<p><u>Acompanhar o tempo médio do processamento das consultas em matéria de custas e emolumentos, dos feitos concluídos</u></p> <p>A média deste indicador (8,19 dias) vem sendo mantida dentro da meta anual prevista (10 dias). As consultas extrajudiciais não têm expressado o volume do trabalho do setor, uma vez que têm ficado restritas às dúvidas dos usuários dos Cartórios Extrajudiciais quanto à prática de determinados atos ou em sugestões de Entidades e Órgãos de Classe quanto aos procedimentos adotados na cobrança de emolumentos, o que tem ocorrido com frequência. As dúvidas mais corriqueiras têm sido respondidas por e-mail e no atendimento pelo "call center".</p>
Ano	Resultado												
2014	7,86												
2015	8,16												
2016	9,83												
2017	8,53												
2018	8,19												
<p>Tempo médio de processamento no mês – CI (SEPAC)</p>	<p><u>Acompanhar o tempo médio do processamento de cobrança indevida de emolumentos, dos feitos concluídos</u></p> <p>A média deste indicador (8,5 dias) vem sendo mantida no índice da meta anual prevista (8 dias). Este é o procedimento que aliado à Distribuição a Destempo, representam o maior</p>												



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

INDICADORES OPERACIONAIS																											
DIVISÃO DE CUSTAS E INFORMAÇÕES (DICIN)																											
GRÁFICO	COMENTÁRIO																										
<p>EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO RESULTADO - FONTE:</p> <table border="1"><thead><tr><th>Ano</th><th>Resultado</th></tr></thead><tbody><tr><td>2014</td><td>5,17</td></tr><tr><td>2015</td><td>8,40</td></tr><tr><td>2016</td><td>8,20</td></tr><tr><td>2017</td><td>7,33</td></tr><tr><td>2018</td><td>8,50</td></tr></tbody></table>	Ano	Resultado	2014	5,17	2015	8,40	2016	8,20	2017	7,33	2018	8,50	<p>quantitativo de processos que chegam a esta Divisão de Custas para análise. Por implicarem na avaliação quanto à pertinência da prática de determinados atos e dos valores por eles cobrados demandam, por vezes, maior tempo de permanência na Divisão aguardando resposta dos ofícios encaminhados, mas não necessariamente para a elaboração do parecer.</p>														
Ano	Resultado																										
2014	5,17																										
2015	8,40																										
2016	8,20																										
2017	7,33																										
2018	8,50																										
<p>Tempo médio de atendimento a e-mail (SEATE)</p> <p>EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO RESULTADO - FONTE: — 2018</p> <table border="1"><thead><tr><th>Mês</th><th>Resultado</th></tr></thead><tbody><tr><td>JAN</td><td>3,10</td></tr><tr><td>FEV</td><td>2,10</td></tr><tr><td>MAR</td><td>2,00</td></tr><tr><td>ABR</td><td>0,80</td></tr><tr><td>MAI</td><td>1,00</td></tr><tr><td>JUN</td><td>0,30</td></tr><tr><td>JUL</td><td>1,50</td></tr><tr><td>AGO</td><td>1,80</td></tr><tr><td>SET</td><td>1,30</td></tr><tr><td>OUT</td><td>1,50</td></tr><tr><td>NOV</td><td>2,20</td></tr><tr><td>DEZ</td><td>2,60</td></tr></tbody></table>	Mês	Resultado	JAN	3,10	FEV	2,10	MAR	2,00	ABR	0,80	MAI	1,00	JUN	0,30	JUL	1,50	AGO	1,80	SET	1,30	OUT	1,50	NOV	2,20	DEZ	2,60	<p><u>Acompanhar o tempo médio de resposta ao e-mail enviado à DICIN pelo usuário</u></p> <p>Este indicador do SEATE vem sendo mantido abaixo da nova meta prevista, que foi reduzida de 07 para 04 dias. Apesar de se ter alcançado o resultado de 1,7 dias úteis anuais, antes de realizar outra adequação da referida meta, consideramos que seria conveniente aguardarmos o efeito da alteração da Tabela de Custas Judiciais para o ano de 2018, em razão das mudanças decorrentes da expansão do processamento eletrônico.</p>
Mês	Resultado																										
JAN	3,10																										
FEV	2,10																										
MAR	2,00																										
ABR	0,80																										
MAI	1,00																										
JUN	0,30																										
JUL	1,50																										
AGO	1,80																										
SET	1,30																										
OUT	1,50																										
NOV	2,20																										
DEZ	2,60																										
<p>Tempo médio de atualização de dados na intranet (SEATE)</p> <p>EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO RESULTADO - FONTE:</p> <table border="1"><thead><tr><th>Mês</th><th>Resultado</th></tr></thead><tbody><tr><td>JAN</td><td>2,92</td></tr><tr><td>FEV</td><td>0,00</td></tr><tr><td>MAR</td><td>0,00</td></tr><tr><td>ABR</td><td>0,00</td></tr><tr><td>MAI</td><td>1,50</td></tr><tr><td>JUN</td><td>1,75</td></tr><tr><td>JUL</td><td>1,80</td></tr><tr><td>AGO</td><td>0,30</td></tr><tr><td>SET</td><td>1,00</td></tr><tr><td>OUT</td><td>2,30</td></tr><tr><td>NOV</td><td>0,00</td></tr><tr><td>DEZ</td><td>3,00</td></tr></tbody></table>	Mês	Resultado	JAN	2,92	FEV	0,00	MAR	0,00	ABR	0,00	MAI	1,50	JUN	1,75	JUL	1,80	AGO	0,30	SET	1,00	OUT	2,30	NOV	0,00	DEZ	3,00	<p><u>Acompanhar o tempo médio de atualização de dados na intranet</u></p> <p>Com o resultado médio de 2 (dois) dias úteis anuais, este ID manteve-se abaixo da meta anual estabelecida, que é de 4 (quatro) dias úteis, em virtude da integração que construída entre o SEATE e o DGTEC-SUPORTE INTERNET, que tem possibilitado que as alterações no sistema sejam realizadas em tempo hábil.</p>
Mês	Resultado																										
JAN	2,92																										
FEV	0,00																										
MAR	0,00																										
ABR	0,00																										
MAI	1,50																										
JUN	1,75																										
JUL	1,80																										
AGO	0,30																										
SET	1,00																										
OUT	2,30																										
NOV	0,00																										
DEZ	3,00																										



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

4. SITUAÇÃO DAS METAS NACIONAIS

METAS	RESULTADOS (% Acumulado até o momento)
<NÃO APLICÁVEL>	

5. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO (DGADM)

A Diretoria Geral de Administração (DGADM), unidade administrativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, controla, analisa e supervisiona as unidades organizacionais a ela vinculadas, na forma do artigo 119 da Resolução TJ/OE nº 01 de 2017 e suas atualizações.

A DGADM compreende as seguintes Unidades Organizacionais:

- I - Departamento de Distribuição (DEDIS)
- II - Departamento de Suporte Operacional (DESOP)
- III - Divisão de Pessoal (DIPES)
- IV - Divisão de Apoio Técnico Interdisciplinar (DIATI)
- V - Divisão de Custas e Informações (DICIN)

Em busca da qualidade de seus serviços, a DGADM tem em seu escopo uma unidade certificada pela Norma ISO:9001, o Departamento de Distribuição (DEDIS), e uma unidade inserida no Sistema Integrado de Gestão (SIGA), o Departamento de Suporte Operacional (DESOP).

Considerando o planejamento de vital importância para que seja prestado um serviço de excelência à população, como determinado pelo Corregedor-Geral da Justiça, desembargador



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Claudio de Mello Tavares, a DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO iniciou o ano de 2018 com uma reunião para avaliar o resultado do trabalho feito em 2017 e planejar as ações a serem implementadas no ano corrente.

Soluções criativas e humanizadas movem a máquina administrativa da CGJ e garantem excelentes resultados em 2017

Notícia publicada pela Assessoria de Imprensa em 12/01/2018 15:53



A equipe reunida em uma sala da Diretoria Geral de Administração da CGJ



A diretora-geral de Administração da CGJ, Alessandra Anátocles (em pé), ouve a equipe

Todos os diretores e chefes ligados à Diretoria Geral de Administração da Corregedoria Geral da Justiça participaram hoje à tarde de uma reunião para avaliar o resultado do trabalho feito em 2017 e planejar as ações que serão implementadas este ano. A diretora-geral de Administração, Alessandra Anátocles, ressaltou a importância do planejamento para que seja prestado um serviço de excelência à população, como determinado pelo Corregedor-Geral da Justiça, desembargador Claudio de Mello Tavares.

Superação, integração, humanização, motivação e entusiasmo foram as palavras que permearam os depoimentos das equipes em relação a 2017. Essa foi a receita utilizada pela Diretoria Geral para alcançar resultados positivos apesar das dificuldades decorrentes da escassez de recursos financeiros e da evasão de pessoal que atingiu diretamente o Poder Judiciário Fluminense:



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

-- Soluções criativas e humanizadas são o combustível ideal para mover a engrenagem da máquina administrativa e essas soluções nascem de um planejamento. Importante ressaltar que a atividade-fim, a jurisdicional, é a ponta que alcança o cidadão que busca os seus direitos. Mas não podemos esquecer que, para que esse serviço seja prestado com excelência, é necessário todo um "staff" promovendo o apoio institucional e entregando os instrumentos para a execução e aperfeiçoamento dos trabalhos. Assim, o engajamento das equipes somente se dá através de uma aproximação dos seus gestores e de um olhar humano para com o seu semelhante que atua todos os dias com a mesma finalidade: acertar – disse a diretora-geral de Administração da CGJ, Alessandra Anátocles.

Durante a reunião foram lembradas importantes conquistas de 2017, entre elas:

- melhor avaliação do usuário dos últimos 10 anos no Departamento de Distribuição: em setembro, 94,24% dos usuários classificaram o serviço como ótimo/bom
- melhor avaliação do usuário do PROGER desde 2014
- aumento de 20% dos expedientes registrados no protocolo administrativo
- implementação da Central de Aprendizagem, que recebeu Menção Honrosa no Prêmio Innovare 2017
- dois projetos foram considerados estratégicos: o de erradicação do sub-registro de óbitos e o de Implementação de Audiências de Escuta Especial de crianças vítimas de violência;
- reestruturação da Divisão de Pessoal – humanização do atendimento ao usuário;
- reequilíbrio do padrão de excelência no atendimento do Serviço de Custas;
- atenção voltada aos processos de trabalho do Serviço de Plantão Judiciário com o incremento e motivação das equipes;

Fonte: [Reunião DGADM](#)

O trabalho realizado pela DGADM alcançou repercussão junto a outras instituições públicas, uma vez que temos sido consultados para a multiplicação de conhecimentos acerca do processamento do Departamento de Distribuição, bem como com relação aos projetos em execução: "Central de Aprendizagem", "Erradicação da Sub-Identificação de Óbitos" e "Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes Vítima ou Testemunha de Crimes".

Durante o biênio, a DGADM monitorou eficazmente os cronogramas de ações de seus projetos estratégicos: "Operacionalizar ações que visem à erradicação da sub-identificação de óbitos" e "Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Crimes".

Destaca-se também a criação de dois Serviços, por transformação de outros dois que foram contingenciados em 2017:

- Serviço de Apoio ao Núcleo de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas (SEADE), antes oficializado como Núcleo pelo Ato Executivo 4297/2012 -



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Conjunto 09/2012 e embasado pela Recomendação 33 de 2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que orienta aos tribunais à implantação de sistema de depoimento em vídeo gravado para as crianças e adolescentes vítimas de violência.

- Serviço de Administração da Central de Aprendizagem (SEAPE), antes criado como Central de Aprendizagem por meio do Provimento nº 30/2017, resultado de Convênio firmado entre o Tribunal de Justiça deste Estado, o Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região, o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Rio de Janeiro, e a Associação dos Magistrados da Justiça do trabalho da 1ª Região, que visa à ressocialização de jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas ou em situação de vulnerabilidade social, através do encaminhamento aos programas de aprendizagem e capacitação para inserção no mercado de trabalho. Prática tão transformadora e de tal importância que foi inscrita no 14º Prêmio Innovare, na categoria Tribunal, com o título “Criando júízo – uma rede de apoio à cidadania por meio da aprendizagem”, obtendo o Prêmio Menção Honrosa em 05 de dezembro de 2017.

As Pesquisas de Satisfação feitas no DESOP e DICIN alcançaram o percentual de 100% nos itens ÓTIMO + BOM, mesmo percentual de aprovação da DIPES na Pesquisa de Opinião, resultados que refletem e confirmam a qualidade do atendimento realizado por todas as Equipes DGADM.

Outras Atividades:

- Proposição de reestruturação de seu quadro de cargos, em consonância com o contingenciamento de despesas da Administração Superior.
- Aprovação das Rotinas Administrativas (RAD) gerais da DGADM quando de sua criação ou atualização;
- Participação nas Reuniões de Análise Crítica (RAC) junto as suas unidades, diretamente ou através do RAS/RD.
- Participação na Comissão de Rastreamento do Sistema Informatizado de Distribuição dos feitos nas Comarcas da Capital e do Interior do Estado do Rio de Janeiro (CORSI),



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

e a Comissão Judiciária para a Erradicação do Sub-Registro de Nascimento e Óbito e para a Promoção ao Reconhecimento Voluntário de Paternidade e à Adoção Unilateral.

COMISSÃO DE RASTREAMENTO DO SISTEMA INFORMATIZADO DA CAPITAL E DO INTERIOR (CORSI)

Através do Provimento CGJ nº 16/2017, que instituiu a Comissão de Rastreamento do Sistema Informatizado de Distribuição dos feitos nas Comarcas da Capital e do Interior do Estado do Rio de Janeiro, e da Portaria CGJ nº 581/2017, que designa seus membros, a DGADM colabora com a atividade de distribuição dos feitos nas Comarcas da Capital e do Interior.

São atribuições da Comissão verificar, no mínimo a cada trimestre, a regularidade do Sistema Informatizado de Distribuição dos feitos nas Comarcas da Capital e do Interior do Estado do Rio de Janeiro, propondo modificações no Sistema de modo a implementar sua segurança.

ALTERAÇÃO DA REGRA DE PREVENÇÃO PARA OS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E FAZENDÁRIOS: o sistema não mais realizará a prevenção quando o andamento processual for extinção dos autos por incompetência territorial (código 22), evitando que novas distribuições, com indicação de competência territorial adequada, continuem sendo direcionadas para os Juizados que já houverem se declarado incompetentes.

- 4 (quatro) Reuniões em 2017: 1ª - 28/03/2017; 2ª – 27/06/2017; 3ª – 26/09/2017 e 05/12/2017,
- 3 (três) Reuniões em 2018: 1ª - 06/03/2018; 2ª – 25/06/2018 e 3ª – 17/10/2018.

PRINCIPAIS DELIBERAÇÕES DA CORSI EM 2017

- ALTERAÇÃO DA REGRA DE PREVENÇÃO PARA OS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E FAZENDÁRIOS: o sistema não mais realizará a prevenção quando o andamento processual for “extinção dos autos por incompetência territorial (código 22)”, evitando que novas distribuições, com indicação de competência territorial adequada, continuem sendo direcionadas para os Juizados que já houverem se declarado incompetentes.
- PUBLICAÇÃO AVISO CGJ Nº 800/2017 – REDISTRIBUIÇÃO PROCEDIMENTOS DOS PLANTÕES JUDICIAIS.
- MELHORAMENTO SISTEMA DCP PARA PROCEDIMENTOS DO PLANTÃO JUDICIÁRIO POSSAM SER JUNTADOS PELO CARTÓRIO ORIGINÁRIO – REQ201760155449.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- TABELA DE CLASSES DO CNJ PASSA A SER UTILIZADA PARA COMPENSAÇÃO – Processo Administrativo nº2017/163.
- REUNIÃO COM O PRESIDENTE DO NUPEMEC DESEMBARGADOR CESAR FELIPE CURY – definindo que os procedimentos do CEJUSCs não entram para a contagem da Taxa de Congestionamento.
- IMPOSSIBILIDADE DA ADOÇÃO DO AUMENTO DE ASSUNTOS POR CLASSE PARA IMPEDIR DUPLICIDADE DE DEMANDAS – Processos Administrativos nº2014/100359 e 2016/106143.
- TRATAMENTO DO ACERVO DO PLANTÃO JUDICIÁRIO DA CAPITAL – Processo Administrativo nº 2017/210372.

PRINCIPAIS DELIBERAÇÕES DA CORSI EM 2018

- MELHORIA DO SISTEMA COM AUTORIZAÇÃO PARA EXCLUSÃO NOS PROCEDIMENTO QUE NÃO PODEM SER JUNTADOS NO DCP – Processo Administrativo nº 2018/25203 – Aviso CGJ nº306/2018 - orientação de EXCLUSÃO dos procedimentos que não possam ser redistribuídos no Sistema de Distribuição e Controle de Processos (DCP), originários dos Plantões Judiciais – Publicado em 13/04/2018.
- IMPOSSIBILIDADE DE DESVIRTUALIZAÇÃO DOS PROCESSOS UMA VEZ DIGITALIZADOS – Processo Administrativo nº 2018/26220 – Aviso CGJ nº 1192/2018 - da impossibilidade, sob qualquer hipótese, de transformação de processos virtuais em processos físicos ("desvirtualização") – Publicado em 05/11/2018.
- INÍCIO DO TRATAMENTO DO ACERVO DO PLANTÃO – os procedimentos serão analisados caso a caso visando à redução na Taxa de Congestionamento do Tribunal de Justiça.
- PLANEJAMENTO PARA POSSIBILITAR A DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS RECEBIDOS ATRAVÉS DE MÍDIAS DE OUTROS TRIBUNAIS – Processo Administrativo nº 2018/26217 – Procedimento sendo normatizado.
- CRIAÇÃO DE UMA CARTILHA DE PROCESSAMENTO ROTINEIROS DOS PLANTÕES JUDICIÁRIOS – Processo Administrativo nº 2018/103098 – Será atualizada a vídeo aula da ESAJ, para posteriormente torná-la obrigatória aos Chefes de Serventias.
- REDISTRIBUIÇÃO PELO DEPARTAMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS ORIGINÁRIOS DO PLANTÃO JUDICIÁRIO ELETRONICAMENTE – O Departamento iniciou em 21/11/2018 a virtualização dos processos do Plantão Judiciário, com exceção dos criminais.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

COMISSÃO JUDICIÁRIA PARA A ERRADICAÇÃO DO SUB-REGISTRO DE NASCIMENTO E PARA A PROMOÇÃO AO RECONHECIMENTO VOLUNTÁRIO DE PATERNIDADE E À ADOÇÃO UNILATERAL

Com a atribuição de desenvolver projetos, estudos e ações voltadas para a concretização de seus objetivos, submetendo as propostas sugeridas e os resultados alcançados à apreciação do Corregedor Geral da Justiça, a Comissão Judiciária para a Erradicação do Sub-Registro de Nascimento e Óbito e para a Promoção ao Reconhecimento Voluntário de Paternidade e à Adoção Unilateral, instituída através do Provimento CGJ nº 24/2004, alterado pelos Provimentos CGJ nº 24/2015, e nº 25/2017, e da Portaria CGJ nº 581/2017, que designa seu membro, a DGADM, representada pelo Serviço de Promoção a Erradicação do Sub-Registro Civil e à Busca de Certidões (SEPEC), que funciona no Departamento de Suporte Operacional (DESOP), presta apoio especializado aos Juízos de primeira instância para processamento de ações de registro tardio, mantendo atualizado banco de dados para diligências judiciais, efetuando buscas a respostas de ofícios não respondidos, participando de ações sociais em que atue o Poder Judiciário, bem como da Justiça Itinerante Especializada em Sub-Registro e prestando treinamento de acordo com a necessidade do serviço.

A Comissão pode buscar apoio e parceria com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Ordem dos Advogados do Brasil, ANOREG/ RJ, ARPEN/RJ, SINOREG/RJ, Poder Público municipal e estadual e os demais setores da sociedade civil organizada.

No biênio, foram realizadas 14 (quatorze) reuniões gerais e 24 (vinte e quatro) reuniões ordinárias, cujo fito foi operacionalizar o fluxo dos óbitos e identificação dos corpos, tendo em vista que impacta diretamente a precisão dos dados do registro civil, sob a responsabilidade da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ).

O Projeto Estratégico

“Operacionalizar ações que visem à erradicação da sub-identificação de óbitos”



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

O projeto da Corregedoria Geral da Justiça, em parceria com outras instituições, foi aprovado como estratégico pela Comissão de Gestão Estratégica e Planejamento (COGEP) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em 11 de maio do ano de 2017 para execução no biênio 2017/2018. A iniciativa foi normatizada pelo Provimento CGJ 25/2017, que incluiu, no âmbito do Poder Judiciário do Rio de Janeiro, o tema Óbito em grupos de trabalho para a Erradicação do Sub-Registro de Nascimento, para a Promoção ao Reconhecimento Voluntário de Paternidade e para a Adoção Unilateral.

A Corregedoria Geral da Justiça, ciente das dificuldades encontradas pelas instituições e pela própria sociedade, para efetivar ações que culminassem em sepultamento, já que havia uma grande quantidade de corpos não identificados e, portanto, não reclamados pelas famílias, propôs o referido projeto com a intenção precípua de garantir a dignidade da pessoa humana, reduzindo a subidentificação de óbito, bem como a superlotação de necrotérios de hospitais e do Instituto Médico-Legal (IML), o que propiciou o alcance de outros benefícios elencados a seguir.

Mediante a implementação de um fluxograma integrado de identificação de pacientes que ingressam nos hospitais sem identificação, envolvendo os Sistemas Estadual e Municipal de Saúde, obteve-se resultados muito satisfatórios na localização de pessoas e sepultamento de corpos. A Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e o DIC-DETRAN promoveram a localização de cinco pessoas tidas como desaparecidas, e seus mandados de prisão foram cumpridos por identificação positiva criminal. Registrou-se também, a identificação de outras 12 pessoas que eram dadas como desaparecidas, sendo que dentre estas, 11 puderam se reunir a seus familiares e 1 corpo sepultado dignamente. No que se refere à situação de superlotação de cadáveres em fevereiro de 2017 no IML, foi possível, mediante o trabalho conjunto das instituições parceiras, a identificação e liberação para sepultamento dos 280 corpos que lá estavam.

Principais motivos para a criação do projeto:

- Alto índice de sepultamentos de pessoas não identificadas;
- Alto índice de desaparecidos que podem estar sepultados como indigentes;
- Ausência de dados concretos nas certidões de óbitos que permitam posterior identificação das pessoas já sepultadas;
- Fraude previdenciária, uma vez que se a pessoa não for identificada, não haverá baixa e interrupção dos benefícios;



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Evitar fraude no sistema judiciário, em casos de extinção de punibilidade criminal decorrente de registro de óbito incorreto ou inexato;
- Superlotação do necrotério de hospitais e IMLs;
- Dificuldade de elaboração de estatísticas e levantamento de dados (decorrentes de conflitos de nomenclaturas de óbitos de pessoas não identificadas);
- Dificuldade de familiares sepultarem os cadáveres de parentes que não possuem identificação civil;
- Alto custo para exumação e posterior identificação de corpos enterrados como indigentes e posteriormente reclamados por familiares.

Benefícios:

- Diminuir o índice de sub-identificação de óbito;
- Incrementar estatísticas alimentadas pela CGJ;
- Conferir maior segurança a decisões proferidas em regime de plantão;
- Padronizar critérios de preenchimento de registros de óbitos, conferindo maior segurança jurídica ao sistema registral;
- Reduzir o número de ações objetivando alvarás para sepultamento e registro tardio de óbito;
- Reduzir o número de ações visando à retificação de registros de óbitos;
- Evitar determinações judiciais de exumação e realização de exames periciais e os custos decorrentes;
- Reduzir o número de inquéritos criminais originados de recolhimento de cadáveres com morte por causa natural e, conseqüentemente, o volume de distribuição dos feitos em Varas Criminais;
- Ferramenta de auxílio na busca de desaparecidos;
- Aprimorar a instrução de processos das Varas de Registros Públicos, tornando o sistema mais eficiente e prestando auxílio necessário à urgência da demanda;
- Fortalecer a rede voltada ao registro de óbito, proporcionando mais segurança na informação;
- Diminuição de tempo que o corpo fica no IML;
- Dignificar as famílias dos insepultos que ainda estejam sob poder do Estado em câmaras mortuárias sem o devido reconhecimento, registro e sepultamento;
- Cumprimento do mandamento Constitucional, em especial do artigo 5º, LXXVI;
- Dar efetividade aos artigos do Capítulo IX - Do Óbito da lei nº 6.015/1973.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Inegavelmente, o projeto estratégico visa diminuir o índice de sub-identificação de óbito e otimizar a prestação jurisdicional e contou com o apoio das seguintes unidades intervenientes: DGLOG, DGFEX, DGTEC, GABPRES/DEGEP, Varas de Registro Público e Setor de Perícias.



Melhoria da vigilância do óbito é discutida em seminário

Em Destaque





RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Mesa de debates sobre a declaração de óbito:

IDENTIFICAÇÃO DE PACIENTES E CORPOS NO SISTEMA DE SAÚDE

13/11/2018 | Das 13h30m às 17h30m

Palácio da Justiça - Auditório Desembargador José Navega
Cretton, (Av. Erasmo Braga, 115 - 7º andar, Lâmina I - Centro)

PROGRAMAÇÃO

13h30m
ABERTURA
Desembargador **CLAUDIO DE MELLO TAVARES**
Corregedor Geral da Justiça

AFONSO HENRIQUE FERRERA BARBOSA
Juiz Auxiliar do Corregedor Geral da Justiça e Presidente da Comissão Judiciária para a Erradicação do Sub-Registro de Nascimento e Óbito e para a Promoção ao Reconhecimento Voluntário da Paternidade e Adoção Unilateral

ALESSANDRA ANATÓLES
Diretora-Geral de Administração da Corregedoria Geral da Justiça

MARIA DE FÁTIMA MARINHO DE SOUZA
Diretora do Departamento de Vigilância de Serviços e Agravos Não Transmissíveis e Proteção da Saúde do Ministério da Saúde

14h20m
Tema 1: A Sub-Identificação de Óbito sob a Perspectiva do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Registradores Civis

Mediador: DANIEL WERNECK COTTA
Juiz de Direito, em exercício, na Vara de Registros Públicos da Comarca da Saúde e Coordenador das Ações de Promoção da Erradicação do Sub-Registro de Nascimento da Corregedoria Geral da Justiça

Palestrantes:
RAQUEL SANTOS PEREIRA CHRISPINO
Juiz de Direito da 1ª Vara do Família de São João do Mar e Coordenadora das Ações de Promoção da Erradicação do Sub-Registro de Nascimento da Corregedoria Geral da Justiça

ROBERTA ROSA RIBEIRO
Promotora de Justiça de Assessoria aos Direitos Humanos e Alívios do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

ANDRE LUIZ DE SOUZA CRUZ
Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (PLID)

FÁTIMA SARAVIA
Defensora Pública Coordenadora dos Núcleos de Primeira Atendimento e Atendimento da Comissão de Erradicação do Sub-Registro Civil e Acesso à Documentação Básica da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

PRISCILLA MILHOMEM
Registradora Civil da 4ª Circunscrição do Município do Rio de Janeiro e Vice-Presidente da Associação de Registradores Civis do Rio de Janeiro

15h30m
DEBATES

16h
Tema 2: A Implementação do Novo Fluxo para Identificação de Pacientes e Corpos e Emissão de Declaração de Óbito

Mediador: DANIEL WERNECK COTTA

Palestrantes:
ALEXANDRE OTÁVIO CHIEPPE
Médico e Assessor da Secretaria Estadual de Saúde

ANDREA NUNES DA COSTA MENEZES
Sargento de Polícia e Diretora do Departamento Geral de Polícia Técnico-Científica (DGP/TC) da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro

MARCIO BAHENSE DE CARVALHO LYRA
Diretor da Divisão de Identificação Civil do DETRAN do Estado do Rio de Janeiro

FLORA BEATRIZ COSTA NEVES
Serviço de Orientação Técnica da Divisão de Identificação Civil do DETRAN do Estado do Rio de Janeiro

17h | **17h30m**
DEBATES | **ENCERRAMENTO**

Informações: (21) 3133-3425

O Projeto Estratégico

“Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Crimes”

O TJRJ foi um dos pioneiros no país a adotar, desde 2012, o uso de salas estruturadas para o depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes. Inicialmente, contava com três salas e, a partir de 2018, já são onze delas. A Recomendação nº 33/2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou a implantação de sistema de depoimento videogravado para as crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. O depoimento, de acordo com a recomendação, é uma forma alternativa de ouvir a criança e o adolescente e, em ambiente especialmente projetado para este fim, onde ela se sinta acolhida e mais à vontade para relatar sua história.

Com o advento da Lei 13431/2017, crianças e adolescentes vítimas de violência estão proibidas de falar em audiência tradicional. Seu depoimento deve ocorrer em sala especial, com entrevistadores capacitados em técnica de escuta investigativa, conforme previsto na Lei Federal nº 13.431, sancionada em abril de 2017. O Poder Judiciário, nas audiências tradicionais, nas quais vítimas crianças são ouvidas na presença do Juiz, Promotor, advogados e do próprio réu, de fato vinha enfrentando limitações que diziam respeito à inadequação dos



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

métodos inquisitórios para estas crianças, submetidas a situações traumáticas, com conseqüente prejuízo processual no que tange à formação do conjunto das provas que deve reunir para o processo.

DEPOIMENTOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS OU TESTEMUNHAS		
ANO	Processos com Depoimentos Efetivados	Total de crianças e adolescentes atendidos
2018	149	168

O Núcleo da Criança e do Adolescente (NUDECA), criado pela iniciativa de Juízes, acolhida pela Presidência do TJRJ em 2009, visa o cumprimento da Recomendação nº 33 de 2010 do Conselho Nacional de Justiça, e foi organizado para aparelhar e executar Depoimentos Especiais de Crianças e Adolescentes, definidos como tomada de depoimento de forma alternativa às audiências tradicionais.

Este projeto objetivou criar, até o final de 2018, mais oito salas em locais estratégicos do Estado do Rio de Janeiro para que possam ser atendidas demandas de todas as comarcas do Estado.

Principais motivos para a criação do projeto:

- Adequação do TJRJ a nova Lei 13.431/04/2017 que consiste na fundamental ferramenta de trabalho para operadores do direito na colheita de depoimento de casos de violência contra crianças e adolescentes.
- Oitiva de criança e adolescente vítima de violência e abuso sexual não poderá mais ser no formato tradicional incluindo assim a obrigatoriedade do formato Depoimento Especial.
- Inicialmente, o TJRJ possui somente 3 Salas para o Depoimento Especial: Centro, Madureira e Teresópolis.

Benefícios:

- Ampliar a estrutura para o melhor aproveitamento da distribuição das novas salas especiais, visando adequação à nova Lei da Escuta Lei 13431/2017, que obriga os Tribunais de todo o País a criarem salas para o Depoimento Especial.
- Maior eficácia e confiabilidade do depoimento, contribuindo para a quantidade de informações e qualidade da prova
- Instalação de nove salas de depoimento especial em Gamboa, Duque de Caxias, Volta Redonda, Cabo Frio, Bangu, Teresópolis, Campos dos Goytacazes, Itaperuna e Alcântara



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Em Destaque



Salas para Depoimentos Especiais são obrigatórias desde o começo de 2018

Este projeto demonstrou-se de tal importância que foi transformado no Serviço de Apoio ao Núcleo de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes Vítima e Testemunha – NUDECA (DGADM/DIATI/SEADE), pela Resolução OETJ nº 8/2018.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

O Projeto Operacional

“Central de Aprendizagem”

Visando alcançar as metas da Comissão Interinstitucional do Estado do Rio de Janeiro para a Aprendizagem (CIERJA), e conforme o firmado em acordo de cooperação técnica interinstitucional, a Corregedoria Geral da Justiça criou a Central de Aprendizagem, em 27/06/2017, através da publicação do Provimento nº 30/2017, tendo sido incorporada efetivamente a sua estrutura administrativa pela Resolução TJ/OE nº 8/2018.

A inserção no mercado de trabalho, através da participação do Programa Jovem Aprendiz, é a melhor forma de reduzir a situação de risco social ou de vulnerabilidade em que se encontra uma considerável parcela da população adolescente e jovem do Estado, pois possibilita que os acolhidos adquiram alguma autonomia financeira e para que percebam, através dos valores do trabalho e da livre iniciativa, que há outro caminho possível sem ser o mundo do crime que lhes é apresentado.

A Central de Aprendizagem funciona como elemento de ligação entre seus convenientes e as Unidades Organizacionais do Tribunal de Justiça, para oferecer formação profissional, por meio de contratos de aprendizagem, a jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em situação de acolhimento institucional ou em cumprimento de medida socioeducativa, possibilitando-lhes a ressocialização e alcance de cidadania, por meio da aprendizagem e autonomia financeira.

As Unidades intervenientes autorizadas a indicar adolescentes e jovens para integrarem o Banco de Dados da Central de Aprendizagem, através de formulário on-line próprio, são:

- Varas com competência na área da Infância, Juventude e Idoso;
- Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro;
- Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDEDICA), da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Este projeto demonstrou-se de tal importância que foi transformado no Serviço de Administração da Central de Aprendizagem (DGADM/DESOP/DIDIN/SEAPE), pela Resolução OETJ nº 8/2018.

O Projeto Operacional

“Custas do TJRJ”

A DICIN, como unidade interveniente, tem participado, juntamente com o DEGAR e a DGTEC, do Projeto de Custas deste E. Tribunal de Justiça, objetivando elaborar e implementar um novo sistema eletrônico de conferência e certificação das custas processuais para as primeira e segunda instâncias, em cumprimento ao determinado pela nova Administração Superior, que priorizou tal projeto (REQ2017.050222/GRERJ e REQ2017.059140/SMR), e que, em conformidade com os objetivos históricos da DICIN, visa facilitar e simplificar o preenchimento da guia pelos usuários e a conferência da mesma pelos servidores, devendo o referido sistema entrar em funcionamento até o início de 2019. Também se encontram incluídas neste projeto as pretensões de atualização anual automática das Portarias de Custas Judiciais e Emolumentos, em observância à variação anual da UFIR/RJ, bem como de integração dos sistemas SCJ, DCP e SMR, para fins de sincronização do sistema da GRERJ Eletrônica e do novo sistema de conferência de custas que será utilizado pelas serventias judiciais.

O Projeto Operacional

“Implantação de Cultura Pró-Ergonômica no Primeiro Grau de Jurisdição”

O Projeto, em parceria com o Departamento de Saúde, consiste na implementação de uma nova cultura organizacional que busca aliar a produtividade com a qualidade dos serviços prestados ao jurisdicionado através da disseminação do conhecimento dos fundamentos da ergonomia e da sua aplicabilidade no ambiente de trabalho com vistas à promoção da saúde física e mental dos servidores como forma de prevenir afastamentos decorrentes de distúrbios relacionados ao trabalho.

As ações decorrentes da implementação da cultura de ergonomia junto à primeira instância tem, ao mesmo tempo, o condão de dar efetividade à política de gestão sustentável do Poder



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Judiciário Fluminense, prevista no Plano de Logística Sustentável, PLS, bem como de aplicar o princípio constitucional que rege a Administração Pública no sentido de imprimir a economicidade uma vez que busca o aproveitamento integral do mobiliário ergonômico já existente, com o uso adequado de todos os recursos disponíveis de modo a promover uma melhoria das condições de trabalho, trazendo benefícios à saúde do servidor.

O referido Projeto está perfeitamente alinhado à missão e visão do PJRJ, bem como ao tema estratégico de incremento das políticas de priorização das atividades de primeiro grau.

PRINCIPAIS METAS:

- Dar efetividade à responsabilidade socioambiental decorrente das diretrizes da Política de Atenção Integral à Saúde de magistrados e servidores do Poder Judiciário estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, com vistas a alcançar os macrodesafios estabelecidos na Resolução CNJ 198, 1º de julho de 2014, que instituiu a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o quinquênio de 2015-2020, agregando a responsabilidade socioambiental como um atributo de valor para a sociedade;
- Redução de índices de absenteísmo de servidores que compõem o primeiro grau de jurisdição;
- Proporcionar conscientização quanto à construção de um ambiente de trabalho saudável e produtivo;
- Promover qualidade de vida dos servidores da justiça;
- Capacitar periodicamente os servidores das Comarcas da Capital e Interior em fundamentos da ergonomia, bem como proporcionar o desenvolvimento de habilidades para o exercício de multiplicação do conhecimento.

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS:

- Recrutamento dos servidores para capacitação em ergonomia por meio de indicação proveniente dos Juízes Dirigentes dos NUR'S, bem como dos Diretores na esfera Administrativa desta Corregedoria, no sentido de que sejam selecionados aqueles com perfil para atuarem como multiplicadores da cultura pró-ergonômica no primeiro grau de jurisdição;



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Realização do curso de Fundamentos em Ergonomia, com apoio da ESAJ e do Departamento de Saúde, com a participação de 36 servidores, sendo 15 funcionários representando as Comarcas do Interior e 21 funcionários compondo setores administrativos da CGJ;
- Aplicação prática do curso de fundamentos em ergonomia, por meio de visitas de análise ergonômica do ambiente de trabalho em aproximadamente 52 serventias administrativas e judiciais, totalizando cerca de 130 postos. Tais visitas foram organizadas no formato de pequenos grupos englobando todos os participantes do curso, inclusive os representantes dos NURs;
- Realização da segunda fase de aprofundamento da matéria por meio da contratação do curso de Análise Ergonômica do Trabalho, ministrado por profissional conceituado da UFF, com a participação de 36 servidores.



As ações pertinentes ao Projeto de cultura pró-ergonômica vêm apresentando desdobramentos positivos, no sentido da crescente demanda de visitas de Análise Ergonômica do Trabalho nas serventias de primeiro grau e o aumento da conscientização do servidor, quanto à importância do tema ergonomia no ambiente laboral.

Importante destacar que o Projeto da cultura pró-ergonômica nas serventias de 1º grau é norteado pela implementação de uma nova cultura organizacional, de forma a exigir um efetivo



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

alinhamento de ações e a congruência de objetivos, visando monitoramento permanente, consolidando e integrando as boas práticas em todo o Estado nas serventias de 1º grau. Por fim, este projeto enseja promover um melhor aproveitamento da força de trabalho, gerando qualidade de vida para os seus servidores e, necessariamente, trazendo reflexos no que tange à economia para os cofres públicos com gastos com pessoal, o que, conseqüentemente deságua na concretização do princípio constitucional da eficiência da Administração Pública contido no artigo 37, da Carta Política brasileira.

NOTÍCIAS DGADM

[Projeto carioca dá nova chance a jovens aliciados pelo tráfico](#)

Notícia publicada pela Assessoria de Imprensa em 08/01/2018 15:58



Finalistas do Prêmio Innovare 2017

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou hoje em seu site uma reportagem sobre a importância e mostra resultados do Projeto Criando Juízo. Eis a íntegra:

"Nicole* levava na mão um papel ao chegar à sala de audiência, uma redação que escrevera para mostrar à juíza como havia refletido sobre os erros que cometera. Aos 17 anos, Nicole tinha um sonho, mas não o dinheiro para realizá-lo. Tomou, como tantos adolescentes em dúvida, a decisão errada: pediu R\$ 200 emprestados a traficantes da comunidade onde mora e realizou o sonho de ver um show do ídolo, o sambista Diogo Nogueira.

Na hora de pagar a dívida ao tráfico, cometeu outro erro. Assaltou um taxista com uma arma de brinquedo. Apreendida pela polícia, acabou em uma unidade de internação, de onde poderia ter saído como mais um soldado do tráfico. Graças à



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

intervenção de juízes do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), no entanto, a menina se reintegrou à sociedade. Mais que isso, Nicole livrou-se da facção criminosa e hoje trilha um caminho longe do crime.

A garota trabalha na Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE), segundo a juíza que presidiu a audiência que mudou o rumo da vida de Nicole, Vanessa Cavalieri. “Ela já não deve mais nada ao tráfico. Foi, inclusive, a um outro show do Diego Nogueira com o dinheiro que ganhou com o seu trabalho”, afirma a magistrada da Vara da Infância e Juventude e uma das criadoras do Projeto “Criando Juízo”, que atende adolescentes em situação de risco social – acolhidos em abrigos do estado ou condenados a cumprir medida socioeducativa.

Desde janeiro de 2016, quando o “Criando Juízo” começou a ser estruturado, 405 adolescentes que, como Nicole, cumpriam medida socioeducativa foram contratados como jovens aprendizes. Em 2017, a iniciativa ganhou reconhecimento nacional.

O projeto foi finalista do Prêmio Inovare 2017, um dos principais do Judiciário, entre dezenas de boas práticas inscritas por tribunais de todo o país. Para serem contratados, no entanto, é preciso estar matriculado no ensino formal. A exigência do projeto leva muitos jovens que já tinham abandonado os estudos a retomar a escolaridade. Os jovens selecionados passaram por curso de formação – dentro e fora das unidades de internação de adolescentes.

Valores do trabalho

Lancheiro, auxiliar de serviços gerais, mecânica de carros e informática foram alguns dos cursos preferidos dos jovens atendidos.

A simples oferta de atividades de treinamento desperta nos internos uma perspectiva de futuro, o que é difícil vislumbrar em meio a uma rotina de ócio, isolamento social e pouco aprendizado. Mesmo depois de contratados, eles seguem aprendendo.

A empresa precisa matricular seus jovens aprendizes em algum curso profissionalizante. “A gente acredita que a colocação deles no mercado de trabalho, além de afastá-los do tráfico, vai ensinar a eles valorizar o trabalho, ter limites, seguir horários, ter responsabilidades, conviver com profissionais bem-sucedidos, ver que podem se esforçar e crescer dentro daquela empresa. Se veem inseridos num segmento da sociedade do que eles se sentiam excluídos”, afirma a juíza da Vara da Infância e Juventude, Vanessa Cavalieri.

Mudança radical

Embora o trabalho seja a parte mais visível do projeto “Criando Juízo”, outros benefícios secundários proporcionados aos jovens participantes não podem ser subestimados. O ganho de autoestima, a recuperação da confiança da família e o contato com bons exemplos e referências humanas positivas são decisivos para mudar vidas radicalmente a vida dos jovens, a ponto de livrá-los da sedução da vida do tráfico.

De acordo com a juíza responsável por acompanhar o cumprimento das medidas socioeducativas, Lucia Glioche, a história de Nicole tem muito o perfil dos adolescentes que cometem ato infracional no estado. Muitos foram parar em uma unidade de internação por causa de tráfico de drogas, roubo ou algum ato contra o patrimônio – geralmente relacionados às drogas.

Deixar o tráfico “O adolescente, quando pratica esses atos infracionais e é internado, tem uma facção. Muitas vezes ele quer sair, mas não consegue porque está devendo à facção criminosa. Por mais que pertença a uma facção, ainda tem dentro dele uma esperança, uma família que acredita nele”, diz a magistrada. Preparados para o mercado de trabalho, os jovens ajudam o empresariado a cumprir a Lei do Jovem Aprendiz (10.097/2000).

A norma estabelece que empresas com sete funcionários ou mais tenham pelo menos 5% de suas vagas preenchidas por jovens aprendizes ou estagiários. No entanto, as empresas fluminenses não cumprem a meta. De acordo com Superintendência Regional do Trabalho no Rio de Janeiro, um dos órgãos parceiros do projeto, deveria haver disponíveis 83 mil vagas para jovens com idade entre 14 e 24 anos.

Em setembro, apenas 38 mil delas estavam preenchidas. Potencial de expansão Segundo o auditor-fiscal do Trabalho, Ramon Santos, as seis mil empresas que não cumprem a lei no estado são convocadas para comprovar à Superintendência Regional do Trabalho o cumprimento da lei.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

"Nós oferecemos uma escolha a quem não cumpre a cota do aprendiz: pagar uma multa ou fazer um acordo para aderir ao Projeto 'Criando Juízo'", afirmou Santos, representante do órgão do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no estado.

As empresas que decidem cooperar são encaminhadas à Corregedoria do TJRJ, onde desde julho de 2017 funciona a Central da Aprendizagem. Em uma sala da Corregedoria, um servidor do Judiciário organiza informações enviadas por juízes da justiça juvenil de todo o estado em um cadastro único.

Atualmente o projeto contabiliza cerca de 700 nomes de jovens que foram internados por cometer um ato infracional e agora estão prestes a abandonar o mundo do crime e abraçar o mundo do trabalho – 150 deles estão aptos a começar no emprego amanhã. Segundo o corregedor-geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, desembargador Claudio de Mello Tavares, o alcance da medida é muito maior.

"Há cerca de quatro mil jovens em situação de risco social que podem fazer parte do projeto, ou porque cumprem alguma medida socioeducativa (internação, semiliberdade e liberdade assistida) ou estão acolhidos em algum abrigo do estado", diz. Recuperar a confiança Uma das vidas resgatadas pelo projeto foi a de Miguel*, que recuperou a confiança da família que ele quase destruiu, após anos em conflito com o pai.

Policia militar, o homem dizia que o filho "parecia um bandido", o quarto dele "era como uma cela da prisão" e que o garoto não tinha futuro. Um dia o jovem de 17 anos pegou a arma do pai e o assassinou em casa, na frente da família. Internado, participou da tentativa de homicídio de um colega de alojamento em unidade de internação. A família então passou a repetir o discurso do pai; chamavam-no de "matador".

"Ficou internado desde 2015 até outubro de 2017. Em janeiro deste ano, foi inserido no projeto. O que ele mais resgatou foi a confiança da família. Teve uma melhora interna, ele se reencontrou porque quis efetivamente participar da escola, se sentiu valorizado pelo trabalho, o que a família até então não conseguira fazer. Agora progrediu para a semiliberdade e continua participando das atividades do projeto", afirmou a juíza da Vara de Execução de Medidas Socioeducativa, Lucia Glioche."

Manuel Carlos Montenegro

Agência CNJ de Notícias

Link: <https://goo.gl/NmJF2W>

Foto: Rosinei Coutinho (STF)

Fonte: [Projeto carioca dá nova chance a jovens aliados pelo tráfico](#)

Corregedoria ganha novas unidades: Central de Aprendizagem e Nudeca

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 26/06/2018 18:48

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça aprovou na segunda-feira (25/6) a alteração do artigo 106 da TJOE Resolução 1/2017 tornando unidades organizacionais da Corregedoria Geral da Justiça o Serviço de Administração da Central de Aprendizagem e o de Apoio ao Núcleo de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas (Nudeca). A proposta de criação por transformação dos dois serviços, sem aumento de despesas, foi apresentada pelo Corregedor-Geral da Justiça, desembargador Claudio de Mello Tavares, em cuja gestão foram criados ambos os serviços a fim de dar efetividade a projetos estratégicos do Poder Judiciário. O Corregedor solicitou ao presidente Milton Fernandes de Souza que encaminhasse a proposta para apreciação do Órgão Especial, que a aprovou por unanimidade. A publicação no Diário da Justiça Eletrônico está prevista para esta quarta-feira (27/6).

(...)



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



Fonte: <http://cgj.tjrj.jus.br/web/cgj/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/1017893/5632007>

Em Destaque



Certificados versão 2015 da NBR ISO 9001 são entregues a 40 unidades administrativas e jurisdicionais do TJRJ

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 24/10/2018 16:13





RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

Os diretores-gerais ligados à CGJ posam com seus certificados ao lado Corregedor-Geral (de óculos): Cláudio Torres (DGFAJ), Nilton Firmino (DGFEX) e Alessandra Anátocles (DGADM)

A cerimônia de entrega dos certificados da versão 2015 da NBR ISO 9001 a 40 unidades administrativas e judiciais foi realizada hoje (24/10) de manhã no Auditório Desembargador José Navega Cretton, que ficou lotado de serventuários e magistrados. Compuseram a mesa o Presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Milton Fernandes de Souza; o Corregedor-Geral da Justiça, Claudio de Mello Tavares; o juiz auxiliar da Presidência do TJRJ, Gilberto Abdelhay Jr.; os juízes auxiliares da CGJ Luiz de Mello Serra e Leonardo Grandmasson; a coordenador do segmento Cível ISO e SIGA do TJRJ, juíza Maria Cristina de Barros Gutierrez Slaibi; e o professor Joaquim do Amaral Ferreira, diretor de Certificação da Fundação Carlos Alberto Vanzolini, organismo responsável pela certificação ISO do TJRJ.

- Essa continuidade de certificação expressa a categoria, a excelência dos nossos servidores e a do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, sobretudo a daqueles que se adequam e têm orgulho de fazer um bom trabalho. O orgulho não é só dos senhores, mas se transmite a todos nós, membros do Judiciário, à administração, aos desembargadores, aos juízes. É isso que dá suporte ao nosso trabalho, que mostra o Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, que é reconhecido no Brasil inteiro por suas ideias e iniciativas e pela excelência do seu trabalho. Eu só tenho que agradecer a todos. Isso é bom para a administração, para o Poder Judiciário, para a sociedade e para você. Respeito não se impõe, respeito se constrói e é assim que construímos o nosso respeito – disse o desembargador Milton Fernandes.

O Corregedor-Geral da Justiça falou em seguida:

- O respeito advém do cumprimento do dever. Nada mais justo que reconhecer o trabalho desenvolvido pelos senhores. Vejo que desenvolveram seu trabalho com amor. Nós que compomos o Poder Judiciário, juízes e serventuários, temos que estar de mãos dadas. Só assim conseguiremos atingir o objetivo maior: trazer paz para o cidadão. Imaginem as milhares de pessoas que os senhores ajudaram, a paz que os senhores levaram a famílias que bateram à porta do Judiciário clamando por justiça. Hoje, os senhores estão sendo reconhecidos e recebendo este certificado que, tenho certeza, vai motivá-los ainda mais. E faço um pedido aos senhores: sejam multiplicadores, passem sua experiência para outros colegas e os motivem. Infelizmente, outros se dedicaram e trabalharam muito, mas não conseguiram chegar aonde os senhores chegaram. Essa motivação é muito importante para resgatar a autoestima do serventuário e também a do juiz. E que Deus continue nos abençoando.

O professor Joaquim Ferreira ressaltou a complexidade do Poder Judiciário observando que os ganhos serão sentidos pela população:

- Vocês são um exemplo pelo esforço hercúleo que fizeram para conseguir essa certificação.

A diretora do Departamento de Gestão Estratégica e Planejamento do TJRJ, Michele Vieira de Oliveira, fez uma breve apresentação sobre a certificação ISO, “um atestado de qualidade reconhecido nacional e internacionalmente”. Ela acrescentou que, antes mesmo de serem exigidas, as práticas alinhadas ao CNJ e ao Tribunal de Contas já estavam sendo praticadas pelo TJRJ.

A juíza Cristina Slaibi parabenizou a todos ressaltando a importância da certificação ISO a unidades inteiras do TJRJ após o cumprimento de exigências variadas durante anos.

-Alguns colegas não aguentaram. Eu continuo pq é uma fonte de esperança de melhoria onde a gente passa no mundo momentos em que a ética está deixada de lado, o ser humano sendo subjugado e as pessoas não querem mais construir, mas ser contra. A própria sigla diz: Sistema Integrado de Gestão da Qualidade. Não existe certificação se não houver integração, não existe integração se não houver responsabilidade e consciência das pessoas. O sistema simplificado de gestão veio graças à norma ISO. Embora não tenha seu rigor, tem suas exigências como padrão. Somos o Poder Judiciário, devemos ter orgulho de quem somos e somos a última esperança de qualquer cidadão. A ISO não é a linha de chegada, mas um caminhar constante. É enfrentar seus medos, dúvidas e angústias todos os dias. A ISO te dá esperança e mostra que você não é uma pessoa que desistiu, mas uma pessoa que continua lutando – disse ela, elogiando o trabalho desenvolvido pelo juiz Belmiro Fontoura.

Após a entrega dos certificados, o desembargador Milton Fernandes de Souza brincou ao encerrar a solenidade:

- Procurando dar uma qualidade ISO à minha fala, parabenizo a toda a Administração do Tribunal de Justiça, a dra. Cristina, os magistrados, e todos vocês. Muito obrigado a todos e está encerrada a solenidade.

Fonte: <http://cgj.tjrj.jus.br/web/cgj/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/1017893/5936793>

Central de Aprendizagem da CGJ: um projeto social que deu certo

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 21/12/2018 13:41



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



O corregedor Claudio de Mello Tavares (à esquerda) acompanha o trabalho da Central de Aprendizagem

Foi um “trabalho de formiguinha” com a ajuda dos juízes da área da Infância e da Juventude e dos servidores da Diretoria-Geral de Administração da Corregedoria Geral da Justiça. Tudo começou quando o corregedor-geral, desembargador Claudio de Mello Tavares, em 15 de agosto de 2017, visitou duas unidades do Degase (uma masculina e uma feminina). Ao conversar com vários adolescentes sobre os motivos que os levaram àquelas unidades, suas famílias e a expectativa de futuro, ouviu diversos pedidos de ajuda. Ali surgiu o embrião da criação da Central de Aprendizagem, que, também por iniciativa do corregedor-geral, a partir deste ano passou a fazer parte do organograma oficial da CGJ, assim como o Serviço de Apoio ao Núcleo de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas (Nudeca).

Atualmente, 63 jovens que cumprem medidas socioeducativas ou estão em situação de abrigo já foram contratados por empresas e 15 concluíram o curso de capacitação oferecido pela UnitedHealth Group em parceria com o Tribunal de Justiça e o Instituto Ser+:

- Um dos grandes problemas desses jovens é a falta da documentação exigida pelo mercado de trabalho. Muitos não têm nem mesmo certidão de nascimento – disse a diretora-geral de Administração da CGJ (DGADM), Alessandra Anátocles, acrescentando que, de um total de 1.416 jovens, 479 já tiraram todos os documentos graças à ação de um grupo multi-institucional que atua em apoio à Central de Aprendizagem.

Cidadania

Entusiasta desse programa estratégico, o desembargador Claudio de Mello Tavares, presidente eleito do Tribunal de Justiça do Rio para o biênio 2019/2020, faz questão de divulgá-lo sempre que possível:

- Exercer a cidadania é ter consciência de seus direitos e deveres, assegurando que eles sejam colocados em prática. Preparar o cidadão para o exercício da cidadania deve ser um dos objetivos da educação de um país que pretende ser mais justo e desenvolvido. A materialização da Central de Aprendizagem pode ser considerada um dos mais importantes projetos de responsabilidade social desenvolvidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Fonte: Assessoria de Comunicação da CGJ/RJ

Link: <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5111210/6075324>

Servidora da DGADM recebe homenagem.

TJ do Rio comemora Dia da Justiça com entrega do Colar do Mérito Judiciário

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 07/12/2018 20:07



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



Trinta e sete personalidades receberam o Colar do Mérito Judiciário

Numa cerimônia que contou com quatro ministros e o vice-presidente eleito, a comemoração do Dia da Justiça foi marcada pelo espírito de conciliação e harmonia entre os poderes: uma homenagem a todos que colaboram para a difusão da cultura jurídica. O Dia da Justiça é celebrado neste sábado, 8, mas a entrega do Colar do Mérito Judiciário, a mais alta honraria da Justiça fluminense, foi antecipada para esta sexta-feira, 7, no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ). O presidente do TJRJ, desembargador Milton Fernandes de Souza, disse ser um dia de júbilo para o Poder Judiciário.

Trinta e sete autoridades e personalidades receberam a medalha concedida a pessoas e instituições que, de alguma forma, prestaram serviços ao Poder Judiciário.

Entre os homenageados estavam o ministro da Justiça, Torquato Lorena Jardim; o general de Exército Antonio Hamilton Martins Mourão - vice-presidente eleito do Brasil; o general de Divisão Richard Fernandez Nunes – secretário de estado de Segurança do Rio de Janeiro; o vice-almirante José Augusto Vieira da Cunha de Menezes – comandante do 1º Distrito Naval; os ministros do Superior Tribunal da Justiça (STJ) Antonio Carlos Ferreira e Paulo Dias de Moura Ribeiro e o conselheiro do Conselho Nacional da Justiça (CNJ) Fernando César Baptista de Mattos.

As comendas foram entregues pelo presidente do TJRJ, desembargador Milton Fernandes de Souza; pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Claudio de Mello Tavares; pela primeira vice-presidente, desembargadora Elisabete Filizzola Assunção; pelo segundo vice-presidente desembargador Celso Ferreira Filho; e pela terceira vice-presidente, desembargadora Maria Augusta Vaz Monteiro de Figueiredo.

Além do presidente do TJRJ, compuseram a mesa da cerimônia os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Marco Aurélio Belizze Oliveira, Antonio Saldanha Palheiro e Benedito Gonçalves; o presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), desembargador Carlos Eduardo Fonseca Passos; o presidente do Tribunal Marítimo, vice-almirante Wilson Pereira de Lima; o procurador-geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Eduardo Gussem; o procurador-geral do município do Rio, Antonio Carlos de Sá – representando o prefeito Marcelo Crivella; o defensor público do estado do Rio de Janeiro eleito para o biênio 2019/2020, Rodrigo Pacheco; o presidente do Tribunal Regional de São Paulo, desembargador Carlos Eduardo Cauduro Padin; o desembargador Luiz Augusto de Salles Vieira – representando o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças; o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Jayme de Oliveira; e o secretário-geral do Conselho Federal da OAB, Felipe Sarmiento Cordeiro.

Participaram também da solenidade os ex-presidentes do TJRJ, desembargadores Leila Mariano, Manoel Alberto Rebêlo dos Santos e Luiz Zveiter, além de desembargadores, juízes, promotores, advogados e servidores. O ministro Luis Felipe Salomão, do STJ, enviou mensagem de saudação aos homenageados, informando a sua impossibilidade de comparecer ao evento.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

O grupo Ensemble Carioca, da Ação Social pela Música do Brasil, que promove o ensino da música clássica para jovens das comunidades carentes do Rio, fez uma apresentação musical durante a solenidade.

Relação dos agraciados:

Foram agraciados o ministro da Justiça Torquato Jardim;; os ministros do Superior Tribunal da Justiça (STJ) Antonio Carlos Ferreira, e Paulo Dias de Moura Ribeiro; os conselheiros do Conselho Nacional da Justiça (CNJ) Fernando César Baptista de Mattos e Henrique de Almeida Ávila; os generais de Exército Fernando Azevedo e Silva - assessor especial da Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) e Antonio Hamilton Martins Mourão – presidente do Clube Militar e o general de Divisão Richard Fernandez Nunes – secretário de estado de Segurança do Rio de Janeiro; o vice-almirante José Augusto Vieira da Cunha de Menezes – comandante do 1º Distrito Naval; o almirante de esquadra Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior – diretor-geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha; o capitão de Mar e Guerra José Guilherme Lima Gonçalves, imediato do Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais; os desembargadores André Ricardo Cruz Fontes – presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF); Guilherme Couto de Castro - vice-presidente do TRF/ 2ª Região; Carlos Vieira Von Adamek – secretário-geral do CNJ; os advogados Alexandre Sigmaringa Seixas, Sebastião Luiz de Andrade Figueira e Carlos Alberto Cacau de Brito; o médico Wagner da Silva Barreto – da Mútua dos Magistrados, a mediadora Janaina Célia de Oliveira Freitas, os juizes auxiliares da Presidência do TJRJ Marcelo Oliveira da Silva, Marcello Rubioli, Rose Marie Pimentel Martins e Rosa Maria Cirigliano Maneschky; os juizes auxiliares da Terceira Vice-Presidência do TJRJ João Felipe Nunes Ferreira Mourão e Leonardo de Castro Gomes; os juizes Anderson de Souza Bastos, da 4ª Vara Criminal de Salvador, Bahia; Edson Jacobucci Rueda Junior, da Vara de Família, Infância e Juventude de Campo Mourão, no Paraná; os servidores do TJRJ Daniel de Lima Haab - chefe de gabinete da Terceira Vice-Presidência; Marco Aurélio Martins Gonçalves – assessor-chefe do Cerimonial da Presidência; Renata Oliveira Gomes da Silva – diretora do Departamento de Engenharia da Diretoria-Geral de Logística; Sílvia Celeste Souza Monte – diretora do Centro Cultural do poder Judiciário e Museu da Justiça; Maria Cristina dos Santos Florentino – diretora da Divisão de Processamento da Terceira Vice-Presidência; Marcus Vinicius de Seixas Freitas – chefe do Serviço de Processamento da Terceira Vice-Presidência; Márcia Lavorato Cordeiro Casal – chefe de cartório da Central de Custódia de Benfica; Simone Sleiman Razuck- chefe de cartório da 48ª Vara Cível da Comarca da Capital; **a analista judiciária Elinar Silva de Souza** e o técnico Mauro Sérgio.

Colar do Mérito Judiciário

O Colar do Mérito Judiciário foi instituído pela Resolução nº 14, de 2 de dezembro de 1974, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. De grau único, a condecoração é uma medalha tipo comenda, em metal dourado, esmaltada em azul e branco, tendo ao centro a insígnia do Estado do Rio de Janeiro com a inscrição “Tribunal de Justiça, ano de 1974”, a ser usada com fita azul e branca. A outorga do colar é realizada em solenidade do Tribunal de Justiça no dia 8 de dezembro de cada ano, quando se comemora o “Dia da Justiça”.

PC/AB

Fotos: Bruno Dantas e Luis Henrique Vicent

Fonte: <http://www.tjrj.jus.br/web/quest/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5111210/6029011>

A seguir, uma síntese das ações realizadas pelas unidades organizacionais da DGADM durante o ano de 2018:

DEPARTAMENTO DE DISTRIBUIÇÃO (DEDIS)

O Departamento de Distribuição (DEDIS) possui atividades atinentes à distribuição física e redistribuição de processos destinados aos juizes de 1ª instância do Foro Central da Comarca da Capital; o recebimento de petições intercorrentes destinadas aos processos físicos de 1ª



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

instância de todas as Comarcas do Estado. O DEDIS realiza, ainda, a distribuição e o peticionamento intercorrente nos feitos eletrônicos destinados aos Juizados Especiais Cíveis do Foro Central da Comarca da Capital, nos casos em que as partes estejam desassistidas de advogados e a administração do Plantão Judicial da Capital, em consonância com as atribuições definidas nos artigos Anexo XXXIX e Arts. 121 a 135, da Resolução TJ/OE nº 01/2017. Seus processos de trabalho estão detalhados nas Rotinas Administrativas RAD-DGADM-002, RAD-DGADM-004, RAD-DGADM-005, RAD-DGADM-006, RAD-DGADM-007, RAD-DGADM-008, RAD-DGADM-009 e RAD-DGADM-010.

O DEDIS compreende as seguintes unidades:

- I. Divisão de Distribuição Contínua (DIDIC)
- II. Divisão de Instrução Processual (DINSP)
- III. Divisão do Protocolo Geral (PROGER)
- IV. Serviço de Administração do Plantão Judiciário (SEPJU)

RESUMO DAS ATIVIDADES	MOVIMENTO		
	JAN-DEZ/17	JAN-DEZ/18	TOTAL
DIVISÃO DE DISTRIBUIÇÃO CONTÍNUA (DEDIS/DIDIC) Para os juízos de 1ª instância do Foro Central da Comarca da Capital: distribuição física de petições iniciais, inquéritos, medidas protetivas (JVD) e redistribuição de expedientes do Plantão Judicial	40.422	38.646	79.068
DIVISÃO DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL (DEDIS/DINSP) Para os juízos de 1ª instância do Foro Central da Comarca da Capital: redistribuição de processos por declínio de competência no PJERJ; distribuição de processos por declínio de competência de outros Tribunais; distribuição de cartas precatórias de outros Tribunais	29.785	27.276	57.061
DIVISÃO DO PROTOCOLO GERAL (DEDIS/PROGER) Recebimento de petições intercorrentes físicas destinadas os juízos de 1ª instância de todas as Comarcas do Estado	1.108.142	818.982	1.927.124
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DO PLANTÃO JUDICIAL (DEDIS/SEPJU) Encaminhamento de documentos apreciados no Plantão Judiciário Noturno e de finais de semana e feriados	10.887	13.013	23.900

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- ✓ **PESQUISA DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO (PSU):** A PSU/DEDIS- 2018, realizada em novembro de 2018, nos vários quesitos avaliados, alcançou um indicador de 94,24% percentual acima da média de 87% no conjunto Ótimo + Bom. O resultado dos



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

indicadores por área do DEDIS ficou da seguinte forma: DIDIC 97,20%; PROGER 97,78%; DINSP 99,33% e SEPJU 76,72%.

- ✓ **RESULTADOS DE AUDITÓRIAS:** o Departamento passou por duas auditorias do SIGA em 2017, sem nenhum apontamento. Os pontos fortes reconhecidos na Auditoria Interna (JUN/17) foram: (a) comprometimento da Administração Superior; (b) alto grau de conhecimento dos processos de trabalho pela equipe e (c) harmonia entre os integrantes da equipe.
Na Auditoria Externa de Supervisão (JUL/17), foram reconhecidos como pontos fortes: (a) comprometimento da direção e do pessoal com SGQ; (b) maturidade do sistema de gestão da qualidade e (c) controles operacionais para mitigação de erros de processamento.
- ✓ **MIGRAÇÃO PARA NBR ISO 9001:2015 EM 2018:** O Departamento migrou para a nova norma em 12/06/2018, sem qualquer apontamento e recebendo os elogios pertinentes pelos Auditores Internos e Externos:
 1. Pessoal técnico demonstrou bons níveis de conhecimento/competência e comprometimento na execução de suas tarefas e/ou no domínio dos sistemas operacionais, bem como no controle dos processos de trabalho da UO e na busca de melhorias que tragam eficiência, eficácia, maior segurança e melhores resultados.
 2. A unidade começou a trabalhar os novos conceitos da revisão da norma, por conta própria, em dez/2017. Realizaram palestra para toda equipe. Mapearam muito bem as partes interessadas.
 3. Excelente análise de provedores externos na RAC.
 4. Criação de um manual/apostila para cada colaborador com explicação dos itens da norma ISO 9001.
 5. Competências e cuidados apresentados na execução dos processos;
 6. Ações para aprimorar controles e gestão da informação.
 7. Ações voltadas à melhora da segurança jurídica dos servidores.
 8. Postura dos auditados.
 9. Visão sistêmica e cultura voltada à qualidade.
- ✓ **MELHORIA DA SINALIZAÇÃO DO PLANTÃO JUDICIÁRIO:** providências ultimadas junto à Direção do Fórum da Capital resultaram na melhoria da identificação do local onde funciona o Plantão Judiciário (ABR/17). A dificuldade em localizar o Plantão fora



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

objeto de avaliações negativas na Pesquisa de Satisfação do Usuário DEDIS realizada em novembro/2016.

- ✓ **REORGANIZAÇÃO EM PROCESSOS DE TRABALHO:** (a) gerenciamento do Malote Digital do Departamento exclusivamente pelo Serviço de Expediente (SEEXP), que reduziu a duplicidade de distribuição de feitos e permitiu o monitoramento das devoluções e redirecionamentos dos expedientes encaminhados digitalmente; (b) planilha de controle de processos oriundos de outros Estados, que possibilita um rastreamento mais célere de documentos externos recebidos por esta unidade.
- ✓ **PROVIMENTO Nº 46/2017:** retorno das atribuições do Serviço de Distribuição e PROGER da 1ª e 2ª VIJI para os respectivos cartórios, visando a otimizar os processos de trabalho com foco no ganho de celeridade na tramitação processual (SET/17).
- ✓ **PROVIMENTO Nº 35/2018:** O Departamento de Distribuição (DEDIS) através da Divisão de Distribuição Contínua (DIDIC) utilizará o Sistema de Distribuição e Controle de Processos (DCP), para distribuir processos judiciais e o PROGER para auxiliar no protocolo das petições intercorrentes cujas competências sejam dos I, II, III, IV, VII, XXI, XXIII e XXVII Juizados Especiais Cíveis da Capital, para os Usuários que não estejam patrocinados por Advogados ou Defensores Públicos, sendo vedado atendimento a Advogados regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).
- ✓ **PLANTÕES DE RECESSO:** a equipe do DEDIS permaneceu mobilizada durante os Plantões de Recesso 2014/2018 e 2018/2019, realizando o recebimento dos pedidos de urgência apreciados pelos juízes do Plantão Diurno, das medidas endereçadas aos Juizados da Violência Doméstica da Capital (1º e 5º JVD), assim como as medidas urgentes endereçadas à Auditoria da Justiça Militar.

O Departamento de Distribuição pode elencar 6 (seis) momentos que se destacam no período da Administração do Desembargador Cláudio de Mello Tavares:

1. O Departamento de Distribuição teve sua melhor avaliação em 10 (dez) anos de certificação pela NBR ISO 9001, iniciada em 2007 na Pesquisa de Satisfação do Usuário, conquista compartilhada por todos os Diretores e Chefes de Serviço em especial na sensível melhora da sinalização visual indicando a localização do Plantão Judiciário que vinha trazendo um desconforto às Partes e Advogados.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

2. Edição do Provimento CGJ nº 46/2016 que restabeleceu as atribuições aos Cartórios da 1ª e 2ª Varas da Infância, Juventude e do Idoso em distribuir e receber petições intercorrentes, que tinham sua administração pela Divisão de Protocolo Geral – PROGER, otimizando os trabalhos e trazendo maior agilidade nas análises de urgência.
3. A normatização dos procedimentos do NADAC com destaque a separação dos serviços pela Divisão de Distribuição Contínua (DIDIC) responsável pela digitalização e distribuição e a Divisão de Protocolo Geral (PROGER) a orientar as Partes desassistidas em protocolar petições intercorrentes no Portal do Tribunal de Justiça.
4. A Divisão de Instrução Processual (DINSP) iniciou os procedimentos para possibilitar a distribuição dos processos originários de outros Tribunais encaminhados através de mídias, que trará maior agilidade e economia processual, evitando a impressão física de processos contendo por vezes mais de 5 (cinco) volumes.
5. O Plantão Judiciário iniciará o tratamento de seu acervo visando à redução na Taxa de Congestionamento. Além de normatizar diversos procedimentos que possibilitaram maior segurança e tranquilidade às Equipes dos Plantões.
6. A Divisão de Distribuição Contínua (DIDIC) iniciou a virtualização das redistribuições dos procedimentos originários do Plantão Judiciário, com exceção da matéria criminal, cujos processos são de competência do Fórum Central, indo ao encontro dos Projetos Estratégicos do Tribunal de Justiça e alcançando objetivamente as diretrizes da administração do Desembargador Cláudio de Mello Tavares no biênio de 2017/2018.

NOTÍCIAS DEDIS

[Plantão Judiciário do TJ registra mais de mil e cem atendimentos entre Natal e Ano Novo](#)

Notícia publicada pela Assessoria de Imprensa em 03/01/2018 17:13

No período de 20 de dezembro de 2017 (início do Recesso no Tribunal de Justiça do Rio) até o dia 1º de janeiro de 2018, o Plantão Judiciário da Capital do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro realizou 1.158 procedimentos distribuídos em ações das áreas cível, criminal, de família e fazenda pública, com solicitações em razão de corte de luz e solicitação de medicamentos, entre outras.

Desse total, a maior parte dos atendimentos ocorreu nos dias 23, 29 e 30, quando se concentram as principais demandas em razão do Natal e Ano Novo, como pedidos de Habeas Corpus, internação, violência doméstica, apreensão de menor e autorização para viagem. O recesso dura até domingo, dia 7.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

SV/JM/JAB

Fonte:

[Plantão Judiciário registra mais de mil e cem atendimentos entre Nata e Ano Novo](#)

[Departamento de Distribuição do TJRJ recebe a melhor avaliação das pesquisas de satisfação já realizadas](#)

Notícia publicada pela Assessoria de Imprensa em 15/01/2018 16:55

O Departamento de Distribuição (DEDIS), considerado a porta de entrada do Judiciário, e um dos lugares mais movimentados do Fórum Central do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, recebeu a melhor avaliação feita pelos usuários, desde que a pesquisa de satisfação começou a ser realizada, em 2007. Das pessoas que responderam ao questionário, 94,24% indicaram o atendimento do DEDIS como “ótimo e bom”, enquanto 4,15% o consideraram “regular” e apenas 1,6% “ruim e péssimo”. O resultado, que foi divulgado no início deste mês, é referente ao ano de 2017.

O diretor do DEDIS, Mauricio dos Santos Teixeira, explica que a equipe cria metas para atingir a excelência:

- Assim que recebemos o processo, temos o prazo de até dois dias para que ele seja encaminhado à serventia. Já para as petições, nosso prazo é de 24 horas. Nossa margem de erro é muito pequena, mas estamos sempre em busca da perfeição.

Mauricio se orgulha de prestar o atendimento com um diferencial:

- A ideia que a população tem do serviço público é que vai perder um dia inteiro para ser atendido. Aqui no Tribunal é diferente: nós montamos uma estrutura para que o advogado possa fazer a distribuição no menor tempo possível – conta, com orgulho, o diretor.

No ano passado, o DEDIS movimentou cerca de 1.192.360 processos. Desse número, 1.108.142 petições foram recebidas pelo Protocolo Geral das Varas (PROGER), que integra o departamento.

Fonte:

[DEDIS recebe melhor avaliação das pesquisas de satisfação já realizadas](#)

Departamento de Distribuição é novamente aprovado em auditoria da ISO 9001

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 14/06/2018 10:30



Mais um setor da Corregedoria Geral da Justiça foi aprovado em auditoria interna do Sistema de Gestão da Qualidade, em conformidade com a Norma NBR ISO 9001:2015. Desta vez, foi o Departamento de Distribuição (DEDIS), avaliado na



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

terça-feira (12/6) em relação à distribuição de petições iniciais para a primeira instância, à distribuição e redistribuição de documentos por determinação judicial e de cartas precatórias, à protocolização de petições para processos em andamento e expedientes dirigidos às serventias de primeira instância e ao apoio ao serviço de administração do plantão judiciário.

O primeiro ponto forte destacado pelos auditores foi a antecipação do departamento às mudanças nas normas da ISO 9001:2015:

- Nós temos feito essa auditoria de atualização da ISO, e percebemos que vocês deram um salto à frente, se mantendo em um estágio mais avançado do que temos visto em outros setores – ressaltou o auditor Célio Galvão.

Outros pontos fortes destacados no relatório foram a tratativa de análise crítica do setor em relação aos provedores externos; o envolvimento de toda a equipe no mapeamento dos riscos estratégicos e operacionais, a adequação do sistema de trabalho a nova realidade de racionalização de recursos, o serviço de conferência de processos, a coesão do trabalho em equipe, e um manual de capacitação criado pela diretora da Divisão de Instrução Processual (DINSP), Cátia Pereira de Abreu, para treinar os servidores do departamento. Algumas oportunidades de melhorias foram sugeridas pelos auditores.

- Esse resultado é fruto da dedicação da equipe que compõe o DEDIS. Aqui, todos contribuem e agregam valores às nossas rotinas administrativas. Nosso departamento é muito democrático: todos têm espaço para dar novas ideias e sugestões seguindo o padrão estabelecido pela nossa diretora-geral, Alessandra Anátocles – garantiu o diretor do DEDIS, Mauricio dos Santos Teixeira.

O Departamento de Distribuição, certificado pela ISO 9001 desde 2007, e recertificado desde então, é considerado uma das portas de entrada para o Judiciário fluminense. Estão vinculados ao setor a Divisão de Distribuição Contínua (DIDIC), a Divisão de Instrução Processual (DINSP), a Divisão de Protocolo Geral (PROGER), e o Serviço de Administração do Plantão Judiciário (SEPJU).

A auditoria foi realizada por Célio Galvão e Joana Darc da Silva, da empresa APCER Brasil.

Fonte: <http://cgj.tjrj.jus.br/web/cgj/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/1017893/5600876>

Departamento de Distribuição da CGJ será recertificado na Norma ISO 9001

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 02/08/2018 12:59



O Departamento de Distribuição (DEDIS) da Corregedoria Geral da Justiça será novamente certificado no Sistema de Gestão da Qualidade com migração para a Norma NBR ISO 9001:2015. A auditoria começou na manhã de ontem e terminou na tarde desta terça-feira (31/7). O setor é ligado à Diretoria Geral de Administração. Na ocasião, foram avaliadas as rotinas administrativas em relação à distribuição de petições iniciais para a primeira instância, à distribuição e redistribuição de documentos por determinação judicial e de cartas precatórias, à protocolização de petições para processos em andamento e expedientes dirigidos às serventias de primeira instância e ao apoio ao serviço de administração do plantão judiciário.

Durante a avaliação, o auditor Fabricio Assis Carvalho destacou os pontos positivos do DEDIS:



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Os objetivos da auditoria foram plenamente atendidos, todos os funcionários foram muito transparentes na apresentação dos processos. Dentre os pontos fortes da equipe, ressalto a apresentação e execução dos processos; o aprimoramento no controle da gestão de informação; as ações voltadas para a melhoria da segurança jurídica dos processos; a visão do sistema e a cultura voltada para a qualidade.

O auditor complementou afirmando que não encontrou nenhuma não conformidade, sugerindo apenas algumas oportunidades de melhoria. Por esse motivo, Fabricio recomendou a recertificação ao setor.

O diretor do DEDIS, Maurício dos Santos Teixeira, satisfeito com o resultado, falou com orgulho da sua equipe:

- O trabalho que realizamos é de suma importância. O primeiro contato que o advogado tem com o Tribunal é através da distribuição. Esse resultado é fruto do esforço e empenho de cada funcionário do departamento para manter uma qualidade excepcional no atendimento aos jurisdicionados. Fico muito feliz em fazer parte desta equipe.

O Departamento de Distribuição, certificado pela ISO 9001 desde 2007, e recertificado desde então, é considerado uma das portas de entrada para o Judiciário fluminense. Estão vinculados ao setor a Divisão de Distribuição Contínua (DIDIC), a Divisão de Instrução Processual (DINSP), a Divisão de Protocolo Geral (PROGER), e o Serviço de Administração do Plantão Judiciário (SEPJU).

Fonte: <http://cgj.tjrj.jus.br/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/1017893/5743859>

DEPARTAMENTO DE SUPORTE OPERACIONAL (DESOP)

O Departamento de Suporte Operacional (DESOP) gerencia as atividades operacionais de suas unidades e promove a capacitação e disseminação de conhecimentos necessários ao efetivo cumprimento de atribuições e desenvolvimento de projetos de seu âmbito, em consonância com as atribuições definidas nos artigos 136 a 144 da Resolução TJ/OE nº 01/2017. Seus processos de trabalho estão detalhados nas Rotinas Administrativas RAD-DGADM-011, RAD-DGADM-014, RAD-DGADM-016, RAD-DGADM-020, RAD-DGADM-028, RAD-DGADM-032 e RAD-DGADM-034.

O DESOP compreende as seguintes unidades:

- I. Divisão de Protocolo Administrativo da Corregedoria (DIPAC)
 - Serviço de Recebimento e Cadastramento (SECAD)
 - Serviço de Autuação (SERAU)
- II. Divisão de Documentação e Informação (DIDIN)
 - Serviço de Expediente e Arquivo (SEARQ)
 - Serviço de Promoção à Erradicação do Sub-Registro de Nascimento e à Busca de Certidões (SEPEC)
 - Serviço de Informações e Apoio a Convênios com Intercâmbio de Dados (SEIAC)

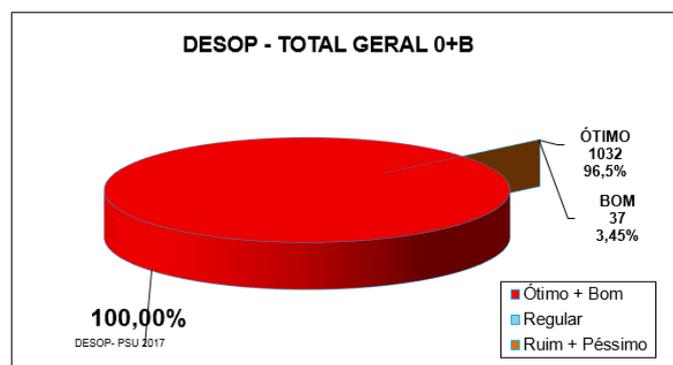


RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

SUGESTÕES DE MELHORIA: O DESOP apresentou à DGADM sugestões de melhoria ao sistema de processo administrativo eletrônico denominado SEI. Foram destacadas as integrações, relatórios e funcionalidades indispensáveis a serem desenvolvidos no referido sistema.

PESQUISA DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DESOP 2018: Realizada nos meses de outubro/novembro, obteve o resultado positivo conjunto de 100% nos itens ÓTIMO + BOM, demonstrando o grau de excelência do atendimento e da prestação de serviços aos usuários internos e externos. A auditoria de gestão do SIGA/DESOP só ocorrerá no ano de 2019, conforme programação do GABPRES/DEGEP.



DIVISÃO DE PROTOCOLO ADMINISTRATIVO DA CORREGEDORIA (DIPAC)

A Divisão de Protocolo Administrativo da Corregedoria (DIPAC) é responsável por coordenar o recebimento, cadastro, protocolização, registro e movimentação de documentos administrativos às Unidades da Corregedoria e do Tribunal de Justiça.

A DIPAC dispõe de um balcão de atendimento onde, além das atividades definidas por Resolução, esclarece as dúvidas suscitadas pelo público quanto à formulação de pedidos diversos e recebe e protocola documentos de natureza administrativa.

Após análise do assunto tratado no documento protocolizado, o mesmo é disponibilizado às unidades da DIPAC.

A DIPAC possibilita a comunicação eletrônica entre a CGJ e seus usuários através do recebimento de documentos via e-mail (cgjdipac@tjrj.jus.br) ou via Malote Digital.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Os indicadores propostos pela Divisão procuram medir a eficácia do registro de expedientes (percentual de documentos cadastrados no mesmo dia de seu recebimento) e a conformidade da distribuição de documentos (percentual de documentos movimentados corretamente ao seu destino), apresentando como resultado médio, em 2018, respectivamente, 100,00% e 99,93%.

❖ SERVIÇO DE RECEBIMENTO E CADASTRAMENTO (SECAD)

O Serviço de Recebimento e Cadastramento (SECAD) é responsável pelo cadastramento dos expedientes, bem como pelo recebimento de documentos através do Sistema de Controle de Malotes (SISCOMA).

❖ SERVIÇO DE AUTUAÇÃO (SERAU)

O Serviço de Autuação (SERAU) é responsável pela autuação (transformação dos expedientes em processos administrativos).

ATIVIDADES	Totais					Média Mensal 2018
	2014	2015	2016	2017	2018	
Processos/expedientes protocolizados	35.579	31.842	22.722	32.144	30.652	2.554
Documentos recebidos pelo SISCOMA	24.718	24.416	22.740	22.108	22.379	1864

Considerando a iminência de novas aposentadorias, bem como a dificuldade de reposição de força de trabalho, faz-se necessário concentrar esforços no sentido do desenvolvimento e implantação da gestão eletrônica de documentos no âmbito da CGJ, que tem previsão de implantação no ano de 2019, gerando, por consequência, uma provável redução na demanda de documentos protocolizados.

DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO (DIDIN)

A Divisão de Documentação e Informação (DIDIN) é responsável por coordenar os procedimentos de recebimento e encaminhamento de expedientes, processos e correspondências; coordenar o arquivamento e desarquivamento de expedientes, processos e documentos não protocolizados das unidades administrativas da Corregedoria, com interface



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

com o Arquivo Central do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; coordenar a disponibilização de informações acerca de publicações de Atos da Corregedoria; administrar o controle do recebimento e da distribuição de material de consumo necessários às unidades organizacionais administrativas da Corregedoria; coordenar o atendimento às solicitações de busca de certidões por este e outros Estados e solicitações de folhas de antecedentes criminais, de informação do cadastro de veículos e condutores e o acesso a sistemas informatizados de órgão externos, coordenar as atividades do SEAPE.

❖ SERVIÇO DE EXPEDIENTE E ARQUIVO (SEARQ)

O Serviço de Expediente e Arquivo – SEARQ é o responsável pelo arquivamento e desarquivamento de processos e documentos administrativos, envio de correspondências (correios e malote), extração de cópias reprográficas, fornecimento de material de consumo, controle e fornecimento de números de atos normativos, pesquisa e disponibilização de atos emitidos pela Corregedoria, entrega de certidão comprobatória de prática jurídica e envio de publicações da Diretoria Geral de Administração – DGADM, conforme artigo 106, incisos I a XIII e XXVIII a LII da Resolução OE/TJ 01/2017.

O quadro abaixo demonstra o quantitativo total e a média mensal de outras atividades desenvolvidas pelo SEARQ no biênio:

ATIVIDADES	2017		2018	
	TOTAL	MÉDIA MENSAL	TOTAL	MÉDIA MENSAL
ARQUIVAMENTO - ARQUIVO CORRENTE	23.174	1.931	22.493	1.874
ARQUIVAMENTO - ARQUIVO CENTRAL (DEGEA)	23.905	1.992	20.777	1.731
DESARQUIVAMENTO	2.803	233	2.366	198
CORRESPONDÊNCIAS REMETIDAS (Ofícios, processos e outros)	11.926	994	12.254	1.021
EXTRAÇÃO DE FOTOCÓPIAS *	45.703	3.808	9.884	824
FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO	22.068	1.839	21.453	1.788
ATENDIMENTO À SOLICITAÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO	2590	215	2.131	177
FORNECIMENTO DE NUMERAÇÃO DE ATOS DA CORREGEDORIA	3.323	276	2.450	204
ENTREGA DE CERTIDÃO DE PRÁTICA JURÍDICA	293	24	304	25



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

PUBLICAÇÕES DA DGADM	1.828	152	1.400	117
INFORMAÇÕES E PESQUISAS	862	71	636	53
DEVOLUÇÃO DE A.R.s	1.860	155	1.744	145

- Em maio de 2018, o TJ retirou do SEARQ a máquina de xerox de grande porte, substituindo-a por uma pequena, o que impossibilitou ao SEARQ realizar, para as UO da CGJ, extração de cópias de grandes volumes, as quais foram direcionadas aos permissionários localizados no fórum.

❖ SERVIÇO DE PROMOÇÃO A ERRADICAÇÃO DO SUB-REGISTRO DE NASCIMENTO E A BUSCA DE CERTIDÕES (SEPEC)

O Serviço de Promoção a Erradicação do Sub-Registro de Nascimento e a Busca de Certidões (SEPEC) é responsável por atender as solicitações de entes específicos relativas à busca de certidões cíveis, criminais, de inventários, fazendárias, de casamento, nascimento e óbito oriundas deste e de outros estados.

O SEPEC também presta auxílio técnico e assessoria à Comissão Judiciária para a Erradicação do Sub-Registro de Nascimento e para a Promoção ao Reconhecimento Voluntário de Paternidade e à Adoção Unilateral, da Corregedoria Geral da Justiça deste Tribunal, participando, inclusive, de ações estratégicas para consecução dos objetivos da Comissão, tais como: pesquisa quantitativa e qualitativa de dados referentes ao sub-registro e de registro tardio de nascimento e de óbito, realização de minutas de atos normativos, acompanhamento de ações externas ou internas relativas ao tema, ou que o tangencie, além do atendimento do que for determinado pela Comissão.

O SEPEC, como parte de seu assessoramento à Comissão, participa de reuniões dos grupos de trabalho vinculados aos Comitês Estadual e Municipal de Erradicação do Sub-registro e acesso à documentação básica, auxilia na elaboração de fluxos de atendimento a pessoas em situação de rua, internas do sistema prisional ou de instituições socioeducativas de jovens em conflito com a lei, de pacientes internados em hospitais ou instituições de longa permanência de idosos (ILPI), de pacientes de hospitais psiquiátricos, de menores de instituições acolhedoras, já que cada público demanda atendimento especializado de acordo com a urgência, dificuldade na obtenção de dados, ampliação da segurança jurídica, e demais especificidades que obrigue a realização de atendimento diferenciado.

O SEPEC realiza o processamento dos processos de registro tardio da Justiça Itinerante Especializada em Sub-Registro, criada em 2014, a fim de atender a demanda reprimida de



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

peças sem registro no estado; atende às solicitações de cumprimento de diligências administrativas de Magistrados de quaisquer competências, de outras autoridades públicas, de instituições públicas ou privadas de caráter público (associações, ONGs, Centros de Referência em Assistência Social etc.) na busca de certidão de nascimento, casamento ou óbito, instruindo os processos de registro tardio de nascimento ou de outra matéria, neste caso, atendendo unicamente ao encaminhamento da certidão localizada.

Para consecução dos seus objetivos, O SEPEC possui, em sua equipe, uma analista judiciária com especialidade em Serviço Social a qual auxilia no planejamento e execução de atividades que visem a dar visibilidade às expressões psicossociais correlatas à temática do sub-registro de nascimento e da parentalidade, assim como da ampliação do acesso à documentação básica.

O SEPEC, no Biênio 2017/2018 elaborou diversos materiais informativos, tais como: apostila de capacitação aos agentes de saúde, revisão da cartilha de sub-registro dos profissionais da área de educação e da assistência social, cartilha de suporte e de atendimento a pessoas em situação de rua, direcionada a agentes sociais, colaboração na cartilha de atendimento aos familiares de pessoas internos do sistema prisional.

A seguir, os dados consolidados das macroatividades do SEPEC:

ATIVIDADES	2017		2018	
	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA
Solicitações de busca de certidão de nascimento, casamento e óbito (processos administrativos e judiciais)	2.712	2.434	2.794	3.113
Solicitações de certidões Cíveis, Criminais, Falências, Fazendárias, Empresariais e Orfanológicas	814	801	888	910
Participação em apoio à Justiça Itinerante	37	/	39	/
Participação em Ação Social e Ação Global	06	/	02	/
Acompanhamento de Unidade Interligada (análise de indicadores de cobertura de registro de nascimento nas unidades, mapeamento do planejamento de execução do projeto)	59	/	59	/



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

❖ SERVIÇO DE INFORMAÇÕES E APOIO A CONVÊNIOS COM INTERCÂMBIO DE DADOS (SEIAC)

O Serviço de Informações e Apoio a Convênios com Intercâmbio de Dados (SEIAC) operacionaliza os sistemas informatizados, disponibilizados por órgãos externos, para auxiliar na prestação jurisdicional, com fundamento em convênios celebrados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

SISTEMA ESTADUAL DE IDENTIFICAÇÃO: Trata-se de sistema disponibilizado ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJERJ), para obtenção de folhas de antecedentes criminais (FAC) de forma *on-line*. O acesso tem respaldo no Convênio celebrado pelo TJERJ com a Secretaria de Estado de Segurança (SESEG), que tem o DETRAN-RJ como partícipe. O acesso ao Sistema Estadual de Identificação é concedido a todas as Serventias do Tribunal de Justiça e está normatizado pelo Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 07/2017, publicado no DJERJ em 19 de maio de 2017.

São utilizadas duas versões distintas do Sistema Estadual de Identificação:

- a) **FAC-WEB:** Possibilita a consulta criminal, solicitação e emissão de folhas de antecedentes criminais, além da comunicação de resultados de processos, junto ao Instituto de Identificação Felix Pacheco. Acesso destinado às serventias criminais, regulamentado pelo Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 02/12 e pelo Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 11/2015.
- b) **SEI (Cadastro Criminal):** Destinado às demais serventias, possibilita a consulta criminal e a impressão de Folhas de Antecedentes Criminais (FAC) já disponíveis no sistema. O acesso é regulamentado pelo Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 11/2015. Predominantemente, o SEIAC atua no atendimento a solicitações de cadastramento de usuários no sistema. Contudo, possui atribuição para atender a solicitações de informações, no caso das requisições de FAC oriundas de outros órgãos do Poder Judiciário.

Com a publicação do Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 09/2018, foi possibilitado, a todas as serventias, o acesso ao Cadastro Civil do Sistema Estadual de Identificação - SEI, para a consulta de dados biográficos e biométricos que compõe o registro de identificação civil do



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Estado do Rio de Janeiro, da pessoa que figurar nos autos de processo na qualidade de parte, ou testemunha/informante.

SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO PENITENCIÁRIA (SIPEN): O Sistema é utilizado no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJERJ), com fundamento no Convênio celebrado com a Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), visando à consulta de unidade de acautelamento, agendamento de apresentações em sede de Juízo, consulta de periculosidade para auxílio na opção por videoconferência, tudo referente aos internos da Secretaria de Administração Penitenciária.

O SEIAC atua no cadastramento e suporte aos usuários do sistema. O acesso está normatizado pelo Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 18/2014, publicado no DJERJ em 05 de setembro de 2014.

Em 2017, com a publicação do Aviso CGJ nº 32/2017, o sistema passou a ser utilizado como ferramenta obrigatória para o agendamento de exames periciais relativos a Incidentes de Insanidade Mental e Dependência Toxicológica junto ao Instituto de Perícias Heitor Carrilho (IPHH). Existe ainda previsão de inovação sistêmica para possibilitar que os laudos emitidos pelo Heitor Carrilho sejam transmitidos aos Juízos requisitantes através do SIPEN. A Administração Superior, através de r. decisão da lavra do Exmº Desembargador Milton Fernandes de Souza, Presidente do TJERJ, nos autos de nº 2013-161137, aprovou a doação de 09 (nove) tokens com certificado digital aos Peritos do Instituto de Perícias Heitor Carrilho, a fim de viabilizar a elaboração de laudos com assinaturas, disponibilizando-os no sistema SIPEN, o que, conseqüentemente, imprimirá celeridade aos processos criminais que necessitam da avaliação desses especialistas.

Além de agilizar e simplificar ainda mais o procedimento, os laudos periciais deverão permanecer disponíveis para consulta de todos os Juízos do TJERJ. Assim, estuda-se a possibilidade de que um laudo pericial possa ser aproveitado em mais de um processo, ainda que sejam de Juízos distintos, desde que presentes alguns pressupostos.

SISTEMA DE RESTRIÇÃO EM VEÍCULOS AUTOMOTORES (RENAJUD): Sistema utilizado no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro com respaldo ao Termo de adesão do Tribunal de Justiça ao Acordo de Cooperação Técnica, celebrado pela União, por intermédio dos Ministérios da Cidade e da Justiça, com o Conselho Nacional de Justiça. O



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

sistema possibilita às Serventias a inserção e retirada de restrições judiciais e registros de penhora em veículos automotores com registro em todo o território nacional, de forma on-line. O SEIAC é responsável pelo cadastramento de usuários (Magistrados e Servidores) e o acesso é regulamentado pelo Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 14/2014, publicado no DJERJ em 13 de novembro de 2014.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA (SINESP INFOSEG): No ano de 2017, essa nova plataforma foi disponibilizada aos usuários do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em substituição à REDE INFOSEG, contendo funcionalidades que procuram atender algumas expectativas dos usuários, tais como: Consulta inteligente, por meio de campo único e múltiplos parâmetros, em diversas bases de dados e Geração de relatórios dinâmicos.

Este Sistema integra as diversas bases de dados das Secretarias de Segurança Pública, sendo possível acessar informações diversas sobre indivíduos, veículos e condutores, cadastro básico da Receita Federal e armas, dentre outros.

O SEIAC é o responsável pelo cadastramento de Servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro para que possam utilizar o SINESP INFOSEG e o acesso é regulamentado pelo Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 06/2017, publicado no DJERJ em 15 de maio de 2017.

SISTEMA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA (AJG): Sistema para cadastramento, nomeação e pagamento de honorários de advogados dativos, peritos, intérpretes, e tradutores, que atuam como auxiliares dos Juízos de Direito, investidos da competência federal delegada, cujo acesso está regulamentado pelo Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 81/2015. O SEIAC é responsável pelo cadastramento de usuários internos no Sistema AJG.

SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÃO DE ADOLESCENTES (SIAD): Sistema desenvolvido pelo DETRAN e mantido pelo DEGASE, cuja finalidade consiste em possibilitar a consulta de todas as informações cadastrais, biopsicossociais e educacionais dos adolescentes submetidos às medidas socioeducativas, bem como o agendamento de apresentação dos referidos adolescentes de forma “*on line*”, através do SIAD.

O DEGASE é o responsável pelo primeiro cadastramento dos servidores do TJRJ ao SIAD e o SEIAC é o responsável pelo recadastramento. O acesso ao sistema é regulamentado pelo Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 10/2017, publicado no DJERJ em 05 de setembro de 2017.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

MÓDULO CRIANÇA E ADOLESCENTE (MCA): Sistema informatizado, desenvolvido pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, para cadastro *on-line* com os dados dos programas de acolhimento de cada criança ou adolescente acolhido no Estado do Rio de Janeiro e destina-se a atender a todos os órgãos da rede de proteção da criança e do adolescente envolvidos com as medidas de acolhimento para consultarem e/ou alimentarem informações de crianças e adolescentes, além de registrarem a sua própria atuação nos casos atendidos, visando à busca do direito à convivência familiar.

QUERO UMA FAMÍLIA: Sistema informatizado, desenvolvido pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, visando fornecer informações relacionadas às crianças e adolescentes acolhidos, já em condições de adotabilidade, sem que tenham encontrado pretendentes habilitados interessados em sua adoção, após consulta ao Cadastro Nacional de Adoção – CNA, permitindo a busca ativa de famílias adotivas.

O SEIAC é o responsável pelo cadastramento de Servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro para que possam utilizar o Módulo Criança e Adolescente (MCA) e o Quero uma Família, além de intermediar, junto ao Ministério Público, os problemas de acesso sinalizados pelos usuários. O acesso é regulamentado pelo Aviso CGJ nº 1028/2018, publicado no DJERJ em 03 de outubro de 2018.

MALOTE DIGITAL: O DESOP é gestor administrativo, com o apoio do SEIAC, para utilização deste sistema, desenvolvido com a finalidade de possibilitar comunicações recíprocas, oficiais e de mero expediente, cuja utilização pelos órgãos do Poder Judiciário foi recomendada pelo CNJ, através da resolução nº 100/2009. Dúvidas e pedidos de suporte são atendidos pela Central de Atendimento da Diretoria Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados (DGTEC) deste E. Tribunal.

OUTROS PROJETOS EM ANDAMENTO COM A PARTICIPAÇÃO DO SEIAC:

LAUDO-WEB: Projeto piloto acompanhado pelo SEIAC, que possibilita às serventias judiciais receberem eletronicamente a imagem de laudos periciais emitidos pelo Instituto de Criminalística Carlos Eboli (ICCE) e pelo Instituto Médico Legal (IML). Embora reconhecida a importância e os benefícios decorrentes da utilização do referido sistema, atualmente, a sua



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

implantação oficial encontra óbice em algumas limitações da ferramenta, quais sejam, a falta de assinatura eletrônica dos laudos emitidos pelo sistema e o fato de que nem todos os Postos Regionais de Polícia Técnica estão integralmente informatizados, de forma que nem todas as comarcas do Estado podem ser beneficiadas com a utilização da ferramenta. As necessidades de melhoria foram identificadas e informadas ao Departamento Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação da Polícia Civil (DGTIT-PCERJ), órgão responsável pelo LAUDO-WEB. Contudo, não há previsão para que o sistema seja aperfeiçoado.

SISCINTPM: Projeto piloto acompanhado pelo SEIAC, utilizada para convocação *on-line* de policiais militares para comparecimento em audiências. Após a identificação das necessidades de melhoria, várias correções foram aplicadas ao programa pela Corregedoria Interna da Polícia Militar (CINTPM). Desta forma, a utilização da ferramenta vem sendo expandida consideravelmente, visto que já se encontra disponível para os juízos interessados.

Visando à implementação oficial do SISCINTPM, através da formalização de acordo de cooperação técnica de intercâmbio de dados entre o TJERJ e a Polícia Militar, e em cumprimento ao despacho nos autos de nº 2011-0105582, da lavra do Juiz Auxiliar da CGJ, Doutor Leandro Loyola, foi diligenciado junto à Corregedoria da Polícia Militar, a possibilidade da celebração do supramencionado acordo. Todavia, devido à intervenção de Segurança Pública, ocorrida no Estado do Rio de Janeiro, foi adotado o Sistema Único de Gestão da PMERJ e que será informado oportunamente, pelo novo gestor, os procedimentos a serem adotados com relação ao SISCINTPM.

Através de despacho nos autos de nº 2011-0105582, o Doutor Leandro Loyola determinou a realização de posteriores diligências junto à Corregedoria Interna da PMERJ, a partir de janeiro de 2019, a fim de verificar acerca a substituição do novo gestor e da adoção de sistema único de gestão, assim como de retornar às tratativas inerentes à celebração do convênio.

VERSÃO FAC-WEB PARA VARAS DE FAMILIA: Este sistema piloto teve início, objetivando a utilização de recursos específicos do FAC-WEB pelas varas de família. Estas funções já são utilizadas com êxito pelo Serviço de Promoção a Erradicação do Sub-registro de Nascimento e a Busca de Certidões (SEPEC). Todavia a expansão para as demais Varas de Família depende de alteração no sistema SEI, para que a alimentação do cadastro criminal se dê apenas para processos criminais. A versão atual do sistema, disponibilizada às Varas de



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Família, não permite a impressão de FAC para cidadãos que não possuem anotações criminais

BACEN JUD: Nos autos de nº 2018-0008436, restou decidido o cadastramento de servidores no sistema BACEN JUD sob responsabilidade do SEIAC, que está elaborando minuta de Ato Normativo dispendo acerca da concessão de acesso, para análise e apreciação da administração superior, visando à divulgação através da publicação no Diário Oficial.

O SEIAC liberou, no ano de 2017, 4060 senhas dos sistemas e no ano de 2018, os seguintes quantitativos de solicitações de senhas:

MÊS DE REFERÊNCIA	SISTEMAS OPERACIONALIZADOS PELO SEIAC								
	SEI	SIPEN	SIAD	RENAJUD	SINESP INFOSEG	MCA E QUERO UMA FAMÍLIA	LAUDO-WEB	CINTPM	AJG
Janeiro	93	158	42	7	5	0	4	0	0
Fevereiro	177	255	66	4	4	0	23	1	1
Março	153	199	40	9	6	0	4	1	3
Abril	106	245	42	7	1	2	10	4	3
Maio	118	228	55	7	4	0	10	8	0
Junho	107	165	18	2	4	0	5	15	0
Julho	107	183	25	0	2	0	4	3	4
Agosto	200	258	35	7	5	0	12	2	8
Setembro	164	146	33	4	2	0	15	0	0
Outubro	140	239	36	3	7	38	11	38	0
Novembro	75	246	19	1	0	25	10	7	0
Dezembro	136	155	22	5	1	2	13	1	1
TOTAL	1576	2477	433	56	41	67	121	80	20

❖ SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DA CENTRAL DE APRENDIZAGEM (SEAPE)

O Serviço de Administração da Central de Aprendizagem gerencia o banco de dados de jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e tem o intuito de contribuir



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

para a reintegração social daqueles que cumprem medidas socioeducativas ou que estejam em situação de acolhimento institucional, visando o seu encaminhamento a programas de aprendizagem, promovendo a oportunidade de contratação como primeiro emprego ou jovem aprendiz, na forma do Decreto, Nº 8.740/16 (dispõe sobre a experiência prática do aprendiz), dando efetividade à Lei Nº 12.594/2012 (Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo-Sinase, regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional e outros).

Dados quantitativos dos adolescentes indicados à Central de Aprendizagem no biênio:

QUANTITATIVO DE ADOLESCENTES		
	2017	2018
APTOS	139	487
INAPTOS	573	929
MENORES DE 18 ANOS	325	834
MAIORES DE 18 ANOS	407	582
ENSINO FUNDAMENTAL (1º ANO AO 9º ANO)	480	1025
ENSINO MÉDIO (1º A 3º ANO)	133	271
NÃO MATRICULADOS	118	120
INDICADOS PARA VAGAS DE JOVEM APRENDIZ / 1º EMPREGO	169	219
CONTRATADOS	50	66
SEM MSE/EGRESSO, LIBERDADE ASSISTIDA, SEMILIBERDADE	572	1362
INTERNAÇÃO, INTERNAÇÃO PROVISÓRIA	159	54
INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO	35	53
TOTAL DE ADOLESCENTES CADASTRADOS NO BANCO DE DADOS	732	1416

TJ do Rio apresenta projeto que prepara jovens para o mercado de trabalho

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 22/08/2018 19:43



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



Projeto para jovens é lançado no TJRJ

Chegar aos 17 anos e finalmente ter a oportunidade de ser preparado para o mercado de trabalho. Foi assim que F.Y.I, que cumpre medida socioeducativa por assalto a mão armada, recebeu a notícia de que tinha sido selecionado para fazer parte da primeira turma de um convênio entre o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e a Amil. O projeto Central de Aprendizagem, da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) do Estado do Rio de Janeiro, vai beneficiar 25 jovens cadastrados no programa que se encontram em abrigos, liberdade assistida ou semiassistida.

“É uma porta que se abre. As pessoas me acolheram muito bem. Esse projeto caiu do céu para mim. Eu agradei a Deus quando fui informado que fui selecionado. Minha mãe me inscreveu na Vara da Infância e da Juventude para tentar uma oportunidade, e depois de um mês eles entraram em contato”, contou.

De acordo com o presidente do TJRJ, desembargador Milton Fernandes de Souza, a iniciativa visa estimular os jovens para o mercado de trabalho em uma sociedade desigual, com falta de oportunidades para as classes mais baixas. A começar pelo acesso à educação.

“Esse projeto é excelente. É a oportunidade desses jovens que estavam desviados da sociedade se reenquadrarem. É um exemplo para todo o país”, destacou o magistrado.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Nesta quarta-feira, dia 22, foi realizada a aula magna do Curso de Formação Cidadã e Comportamental, no Auditório José Navega Cretton. Dois dias antes os alunos participaram de uma reunião de acolhimento para conhecerem os envolvidos e falarem sobre seus anseios em relação ao projeto. Todos receberam transporte, lanche e material gratuito.

Para o corregedor-geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, desembargador Cláudio de Mello Tavares, a partir de agora se inicia uma nova fase da Central de Aprendizagem, criada ano passado.

“O jovem detido é levado a uma das Varas da Infância e da Juventude e o juiz responsável pelo caso insere os dados dele na Central, que é acessada por empresas que contratam aprendizes. Com experiência, aumentam as chances de conseguirem uma oportunidade. Tivemos um marco inicial a partir de hoje com o projeto. Nós estamos tirando esses jovens da ociosidade e dando uma oportunidade de futuro”, acrescentou o corregedor.

As aulas acontecem três vezes por semana na Escola de Administração Judiciária (Esaj). Cidadania, comunicação e marketing pessoal, educação financeira e empreendedorismo fazem parte do curso oferecido a jovens entre 17 e 24 anos, com aulas ministradas pelo Instituto Ser Mais e patrocinadas pela Amil.

“Nosso grande desafio é diminuir a estatística de 85% de jovens longe das escolas. É necessário um apoio socioeducativo para que eles consigam percorrer o caminho que perderam durante o período escolar”, disse a juíza Raquel Santos Pereira Chrispino, presidente da Comissão Interinstitucional do Estado do Rio de Janeiro para Aprendizagem.

Uma das principais dificuldades, convencer empresários a darem uma chance aos jovens, já começa a ser superada. As aulas são patrocinadas pela Amil. Para a diretora de Sustentabilidade do UnitedHealth Group Brasil, controladora da empresa, Odete Freitas, a iniciativa tem tudo para dar certo.

“A seleção de jovens foi feita em conjunto com a Corregedoria. Optamos por selecionar quem tivesse cursado o Ensino Fundamental II, ou em fase de conclusão. A gente espera que essa primeira fase seja exitosa para estimular outras empresas a fazerem o mesmo”, explicou.

Estiveram presentes no evento os desembargadores do TJRJ Marcelo Anatócles e César Cury, o defensor público-geral do Estado do Rio, André Luis Machado de Castro; o juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, Afonso Henrique Ferreira Barbosa; a diretora-geral de Administração da Corregedoria-Geral da Justiça, Alessandra Anatócles; o diretor Jurídico do UnitedHealth Group Brasil, Eduardo Gil, promotores do Ministério Público do Estado do Rio, do Ministério Público do Trabalho e familiares dos jovens atendidos pelo projeto .

SV/ AB

Fotos: Luis Henrique Vicent/TJRJ

Fonte: <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5111210/5794207>

CAPACITAÇÕES MINISTRADAS PELO SETOR

O DESOP/SEPEC realizou capacitação inédita a órgãos e instituições de interface com o Poder Judiciário, Profissionais da área da saúde, do serviço social e da educação por iniciativa do CEJUSC nos fóruns regionais de Santa Cruz e de Madureira; capacitação de aperfeiçoamento a órgãos com os quais desenvolve ações em conjunto, tais como a Defensoria Pública, palestra realizada no Ministério Público para promotores e servidores, Palestra de mobilização e capacitação aos servidores com atuação na SEAP e no DEGASE, todas as atividades em matéria de registro tardio, visando à promoção erradicação do sub-registro, a celeridade e a padronização dos procedimentos, bem como a segurança jurídica, atendendo, primordialmente, aos Direitos Humanos e a Missão institucional do PJERJ.

Evento	Local	Data	Público-Alvo
--------	-------	------	--------------



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Capacitação	Escola de Capacitação Paulo Freire - DEGASE	13 e 27/09/2018	Profissionais que trabalhem no DEGASE: Assistentes sociais, educadores, inspetores, entre outros.
Capacitação	Fórum de Santa Cruz	17 e 18/02/2018	Profissionais das áreas de Educação, Assistência Social e saúde – CEJUSC Santa Cruz
Capacitação	Fórum de Madureira	23 e 26/03/2018	Profissionais das áreas de Educação, Assistência Social e saúde, Voluntários da Faculdade de Direito Estácio de Sá de Madureira – CEJUSC Madureira
Palestra Justiça Cidadã	Fórum Central	09/04/2018	Agentes Comunitários e profissionais de Serviço Social
Painel Direitos Humanos e Acesso à Documentação Básica	Sede da Defensoria Pública – Centro – Rio de Janeiro	19/05/2018	Servidores, estagiários e Defensores Públicos pela celebração do Dia do Defensor
Palestra no DEGASE	Centro Paulo Freire - DEGASE	13 e 27/09/2018	Servidores do DEGASE

NOTÍCIAS DESOP

[Departamento de Suporte Operacional supera meta estabelecida](#)

Notícia publicada pela Assessoria de Imprensa em 17/01/2018 17:01

Mais um setor da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro foi avaliado positivamente pelos usuários. O serviço do Departamento de Suporte Operacional (DESOP) da Diretoria Geral de Administração (DGADM) foi considerado como Ótimo/Bom em 99,50% das avaliações superando, assim, a meta, estabelecida pelo departamento, de 98,50%. A Pesquisa de Satisfação de Usuário foi realizada em outubro e novembro do ano passado:

- Essa pesquisa é feita para que magistrados, servidores, advogados e partes manifestem seu grau de satisfação em relação aos serviços prestados pelo DESOP, afim de obtermos subsídios para o aprimoramento dos nossos serviços – explicou a diretora do DESOP, Enedina Brandão Porto.

No total, 791 pessoas responderam à pesquisa, que é realizada anualmente.

Fonte:

[Departamento de Suporte Operacional supera meta estabelecida](#)

[Reunião entre juízes da infância e prefeito do Rio define contratação de jovens da Central de Aprendizagem](#)

Notícia publicada pela Assessoria de Imprensa em 01/02/2018 10:53



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



A reunião serviu para traçar medidas de contratação de jovens que cumprem medidas socioeducativas ou que estão em abrigos à espera de adoção

O juiz Sérgio Luiz Ribeiro de Souza, da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância, Juventude e Idoso (Cevij) do Tribunal de Justiça do Rio, e a juíza Vanessa Cavalieri se reuniram com o prefeito do Rio, Marcelo Crivella, para viabilizar a contratação de adolescentes da Central de Aprendizagem da Corregedoria-Geral da Justiça, através do programa Jovem Aprendiz.

A Central de Aprendizagem foi criada para facilitar o ingresso de jovens e adolescentes no mercado de trabalho em cumprimento de medidas socioeducativas e em acolhimento no mercado de trabalho.

Também foi tratada na reunião a adoção do programa 'Passo a Passo', em que tutores são contratados pela Prefeitura para orientar adolescentes que cumprem medidas socioeducativas e estão em liberdade assistida. O profissional fica responsável por 20 jovens, acompanhando seu desempenho escolar e dando orientações vocacionais.

Participaram da reunião a deputada Tia Ju, presidente da Comissão de Assuntos da Criança, do Adolescente e do Idoso da Assembleia Legislativa, e o juiz do Trabalho André Gustavo Bittencourt Villela, que integra a Comissão Interinstitucional do Estado do Rio de Janeiro para a Aprendizagem (Cierja).

FB

Fonte:

[Reunião entre juízes da infância e prefeito do Rio define contratação de jovens da Central de Aprendizagem](#)

[Melhoria da vigilância do óbito é discutida em seminário](#)

Notícia publicada pela Assessoria de Imprensa em 21/03/2018 19:10



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



Melhoria da vigilância do óbito é discutida em seminário

O seminário “Melhoria da vigilância do óbito no Estado do Rio de Janeiro: metas para correta implantação de um serviço de verificação do óbito” foi realizado nesta quarta-feira (21/3), no Tribunal de Justiça. Promovido pelo Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde do Ministério da Saúde em parceria com a Diretoria Geral de Administração (DGADM) da Corregedoria Geral da Justiça, o evento foi uma das ações do Projeto Estratégico “Operacionalizar ações que visem à erradicação da sub-identificação de óbitos”, gerenciado pelo Departamento de Suporte Operacional (DESOP).

A programação foi dividida em dois painéis: no primeiro, especialistas comentaram a melhoria da vigilância do óbito no Rio de Janeiro; no segundo, compartilharam experiências na qualificação das declarações de óbito.

O evento reuniu expoentes do Ministério da Saúde, das secretarias estadual e municipal de Saúde do Rio de Janeiro e as dos estados de São Paulo, Pernambuco e Minas Gerais.

Participaram do seminário os juízes Daniel Werneck Cotta e Raquel Santos Pereira Chrispino, e a diretora-geral de Administração da CGJ, Alessandra Anátocles.

Fonte:

http://cgj.tjrj.jus.br/pagina-inicial/-/noticias/visualizar/57903?p_p_state=maximized

TJ do Rio apresenta projeto que prepara jovens para o mercado de trabalho

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 22/08/2018 19:43



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



Projeto para jovens é lançado no TJRJ

Chegar aos 17 anos e finalmente ter a oportunidade de ser preparado para o mercado de trabalho. Foi assim que F.Y.I., que cumpre medida socioeducativa por assalto a mão armada, recebeu a notícia de que tinha sido selecionado para fazer parte da primeira turma de um convênio entre o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e a Amil. O projeto Central de Aprendizagem, da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) do Estado do Rio de Janeiro, vai beneficiar 25 jovens cadastrados no programa que se encontram em abrigos, liberdade assistida ou semiassistida.

“É uma porta que se abre. As pessoas me acolheram muito bem. Esse projeto caiu do céu para mim. Eu agradei a Deus quando fui informado que fui selecionado. Minha mãe me inscreveu na Vara da Infância e da Juventude para tentar uma oportunidade, e depois de um mês eles entraram em contato”, contou.

De acordo com o presidente do TJRJ, desembargador Milton Fernandes de Souza, a iniciativa visa estimular os jovens para o mercado de trabalho em uma sociedade desigual, com falta de oportunidades para as classes mais baixas. A começar pelo acesso à educação.

“Esse projeto é excelente. É a oportunidade desses jovens que estavam desviados da sociedade se reenquadrarem. É um exemplo para todo o país”, destacou o magistrado.

Nesta quarta-feira, dia 22, foi realizada a aula magna do Curso de Formação Cidadã e Comportamental, no Auditório José Navega Cretton. Dois dias antes os alunos participaram de uma reunião de acolhimento para conhecerem os envolvidos e falarem sobre seus anseios em relação ao projeto. Todos receberam transporte, lanche e material gratuito.

Para o corregedor-geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, desembargador Cláudio de Mello Tavares, a partir de agora se inicia uma nova fase da Central de Aprendizagem, criada ano passado.

“O jovem detido é levado a uma das Varas da Infância e da Juventude e o juiz responsável pelo caso insere os dados dele na Central, que é acessada por empresas que contratam aprendizes. Com experiência, aumentam as chances de



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

conseguirem uma oportunidade. Tivemos um marco inicial a partir de hoje com o projeto. Nós estamos tirando esses jovens da ociosidade e dando uma oportunidade de futuro”, acrescentou o corregedor.

As aulas acontecem três vezes por semana na Escola de Administração Judiciária (Esaj). Cidadania, comunicação e marketing pessoal, educação financeira e empreendedorismo fazem parte do curso oferecido a jovens entre 17 e 24 anos, com aulas ministradas pelo Instituto Ser Mais e patrocinadas pela Amil.

“Nosso grande desafio é diminuir a estatística de 85% de jovens longe das escolas. É necessário um apoio socioeducativo para que eles consigam percorrer o caminho que perderam durante o período escolar”, disse a juíza Raquel Santos Pereira Chrispino, presidente da Comissão Interinstitucional do Estado do Rio de Janeiro para Aprendizagem.

Uma das principais dificuldades, convencer empresários a darem uma chance aos jovens, já começa a ser superada. As aulas são patrocinadas pela Amil. Para a diretora de Sustentabilidade do UnitedHealth Group Brasil, controladora da empresa, Odete Freitas, a iniciativa tem tudo para dar certo.

“A seleção de jovens foi feita em conjunto com a Corregedoria. Optamos por selecionar quem tivesse cursado o Ensino Fundamental II, ou em fase de conclusão. A gente espera que essa primeira fase seja exitosa para estimular outras empresas a fazerem o mesmo”, explicou.

Estiveram presentes no evento os desembargadores do TJRJ Marcelo Anátocles e César Cury, o defensor público-geral do Estado do Rio, André Luis Machado de Castro; o juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, Afonso Henrique Ferreira Barbosa; a diretora-geral de Administração da Corregedoria-Geral da Justiça, Alessandra Anátocles; o diretor Jurídico do UnitedHealth Group Brasil, Eduardo Gil, promotores do Ministério Público do Estado do Rio, do Ministério Público do Trabalho e familiares dos jovens atendidos pelo projeto .

SV/ AB

Fotos: Luis Henrique Vicent/TJRJ

Fonte: <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5111210/5794207>

Em Destaque



Adolescentes da Central de Aprendizagem da Corregedoria visitam o AquaRio

Adolescentes da Central de Aprendizagem da Corregedoria visitam o AquaRio

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 23/10/2018 15:21



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



O jovem X., de 16 anos, leva duas horas de Belford Roxo ao Tribunal de Justiça, no Centro do Rio. Apesar da distância, ele não perde uma aula do curso de preparação para o mercado de trabalho que a Corregedoria Geral da Justiça oferece, em parceria com a Amil e o Instituto Ser Mais, para a primeira turma de adolescentes cadastrados na Central de Aprendizagem. Na última sexta-feira, dia 19, eles tiveram uma experiência diferente: visitaram o AquaRio e se encantaram com as belezas da vida submarina.

“Eu só conhecia (o AquaRio) pela internet. Sempre achei muito legal, mas não imaginei que poderia vir aqui”, disse X., empolgado com o passeio. O adolescente era um dos mais atentos às explicações da bióloga que guiou a visita.

A palavra mais ouvida foi “legal” e os olhos brilhando da garotada mostrava como eles estavam gostando de tudo. Nos intervalos entre uma explicação e outra, muitas fotos e selfies feitas com os celulares.

Para a coordenadora de projetos do Instituto Ser Mais, Simone Masson, passeios assim são importantes para que eles percebam que podem usufruir de qualquer espaço público: “Proporcionar essa experiência é dizer ‘sim, é possível’. Dessa forma, eles começam a pensar lá na frente, como é que eu acesso os melhores lugares? Tendo melhores oportunidades”, ressalta.

O passeio ao AquaRio será tema de uma redação que eles terão que entregar durante as aulas. No final do curso, em novembro, farão também um projeto cultural cujo tema foi escolhido pela turma: o hip hop, que, segundo eles, é a voz da periferia.

“Eu só gosto de rap antigo. Hoje em dia, o pessoal fala sobre crime e dinheiro e acha que está bom”, diz o adolescente Y. de 17 anos “O rap antigo fala a verdade, sobre como sofremos com a violência, com o desemprego e como as pessoas nas periferias não são bem vistas porque moram em favela. Atualmente, as letras só falam de bandido, como se só tivesse isso nas favelas. O rapper antes era a voz da periferia, quando as pessoas não tinham voz”, disse, entusiasmado com o projeto de final do curso.

Preparação para o mercado de trabalho

As aulas são resultado de um projeto-piloto criado através de convênio para beneficiar, inicialmente, 25 jovens que estão em abrigos, liberdade assistida ou semiliberdade e fazem parte da Central de Aprendizagem. Os adolescentes estão sendo preparados para o mercado de trabalho assistindo aulas três vezes por semana na Escola de Administração Judiciária (Esaj). Todos recebem transporte, lanche e material didático gratuito.

A Amil buscou consultoria externa com o Instituto Ser Mais. O programa inicial do instituto foi sintetizado e consolidado para atender as necessidades desta primeira turma. A intenção é que outras turmas sejam criadas após a formatura



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

desses jovens, que continuam a ser acompanhados após o término das aulas. “Nós acompanhamos esses jovens porque queremos saber como estão, se estão estudando, frequentando outro curso, se conseguiram emprego etc”, explica Simone Masson.

Fonte: Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Link: <http://www.tirj.jus.br/web/guest/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5111210/5933607>

Em Destaque



Identificação de pacientes e corpos no Sistema de Saúde é tema de evento no próximo dia 13

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 09/11/2018 19:25

Uma mesa de debates sobre “A declaração de óbito: Identificação de pacientes e corpos no Sistema de Saúde” será realizada na próxima terça-feira (13/11), das 13h30m às 17h30m, no Auditório José Navega Cretton, da Corregedoria Geral da Justiça (Av. Erasmo Braga 115, 7ª andar da Lâmina I). Promovido pela Diretoria-Geral de Administração da CGJ, o evento será aberto pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Claudio de Mello Tavares; pelo juiz auxiliar Afonso Henrique Ferreira Barbosa; pela diretora-geral de Administração, Alessandra Anátocles; e pela diretora do Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde do Ministério da Saúde, Maria de Fátima Marinho.

A programação conta com dois painéis que serão mediados pelo juiz Daniel Werneck Cotta. O primeiro, “A Sub-Identificação de Óbito sob a Perspectiva do Poder Judiciário”, terá como palestrantes a juíza da 1ª Vara de Família de São João de Meriti e Coordenadora das Ações do Projeto de Erradicação do Sub-Registro de Nascimento da CGJ, Raquel Crispino; a Promotora de Justiça da Assessoria dos Direitos Humanos e Minorias do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Roberta Rosa Ribeiro; o servidor do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, André Luiz de Souza Cruz; a defensora pública coordenadora dos Núcleos de Primeiro Atendimento e Representante da Comissão de Erradicação do Sub-registro Civil e Acesso à Documentação Básica da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Fátima Saraiva; e a registradora civil da 4ª. Circunscrição do Município do Rio de Janeiro e vice-presidente da Associação de Registradores Cíveis do Rio de Janeiro, Priscilla Milhomem.

As palestras do segundo painel, “A Implementação do Novo Fluxo para Identificação de Pacientes e Corpos e Emissão de Declaração de Óbito”, serão dadas pelo médico e assessor da Secretaria Estadual de Saúde, Alexandre Otávio Chieppe; pela diretora do Departamento Geral de Polícia Técnico-Científica (DGPTC) da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, delegada Andreia Nunes da Costa Menezes; pelo diretor da Diretoria de Identificação Civil do Detran-RJ, Marcio Bahiense de Carvalho Lyra; e pela servidora do Serviço de Orientação Técnica da Diretoria de Identificação Civil do Detran do Estado do Rio de Janeiro; Flora Beatriz Costa Neves.

Ambos os painéis serão seguidos de debates. Não é necessária inscrição prévia. Mais informações: (21) 3133-3425.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

Fonte: Assessoria de Comunicação da CGJ/RJ

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Mesa de debates sobre a declaração de óbito:

IDENTIFICAÇÃO DE PACIENTES E CORPOS NO SISTEMA DE SAÚDE

13/11/2016 | Das 13h30m às 17h30m
Palácio da Justiça - Auditório Desembargador José Navega, Cretton, (Av. Erasmo Braga, 115 - 7º andar, Lâmina I - Centro)

PROGRAMAÇÃO

13h30m
ABERTURA
Desembargador **CLAUDIO DE MELLO TAVARES**
Compositor Geral da Justiça

AFONSO MENEZES FERREIRA BARBOSA
Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça e Presidente da Comissão Judiciária para a Estruturação do Sub-Registro de Nascimento e Óbito para a Promoção ao Reconhecimento Voluntário de Paternidade e à Adoção Unilateral

ALESSANDRA ANATOCLES
Diretora-Geral de Administração da Corregedoria Geral da Justiça

MARIA DE FÁTIMA MARINHO DE SOUZA
Diretora do Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde do Ministério da Saúde

14h20m
Tema 1: A Sub-Identificação de Óbito sob a Perspectiva do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Registradores Cíveis
Mediador: **DANIEL WERNECK COTTA**
Juiz de Direito, em exercício, na Vara de Registros Públicos da Comarca da Capital e Coordenador das Ações do Projeto de Estruturação do Sub-Registro de Óbito da Corregedoria Geral da Justiça

Palestrantes:
RAQUEL SANTOS PEREIRA CHRISPINO
Juiz de Direito da 3ª Vara de Família de São João de Meriti e Coordenadora das Ações do Projeto de Estruturação do Sub-Registro de Nascimento da Corregedoria Geral da Justiça

ROBERTA ROSA RIBEIRO
Procuradora de Justiça de Assistência das Direções Normativas e Minutas do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

ANDRÉ LUIZ DE SOUZA CRUZ
Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (PUD)

FÁTIMA SARAIWA
Defensora Pública Coordenadora dos Núcleos de Primeira Atendimento e Representante da Comissão de Estruturação do Sub-registro Civil e Acesso à Documentação Básica da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

PRISCILLA MILHOMEM
Registradora Civil da 4ª Circunscrição do Município do Rio de Janeiro e Vice-Presidente de Associação de Registradores Cíveis do Rio de Janeiro

15h30m
DEBATES
16h
Tema 2: A Implementação do Novo Fluxo para Identificação de Pacientes e Corpos e Emissão de Declaração de Óbito
Mediador: **DANIEL WERNECK COTTA**

Palestrantes:
ALEXANDRE OTÁVIO CHIEPPE
Médico e Assessor da Secretaria Estadual de Saúde

ANDREIA INUNES DA COSTA MENEZES
Delegada de Polícia e Titular do Departamento Geral de Polícia Técnico-Científica (DEPTIC) da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro

MARCIO BAHENSE DE CARVALHO LYRA
Diretor da Diretoria de Identificação Civil do DETRAN do Estado do Rio de Janeiro

FLORA BEATRIZ COSTA NEVES
Serviço de Orientação Técnica da Diretoria de Identificação Civil do DETRAN do Estado do Rio de Janeiro

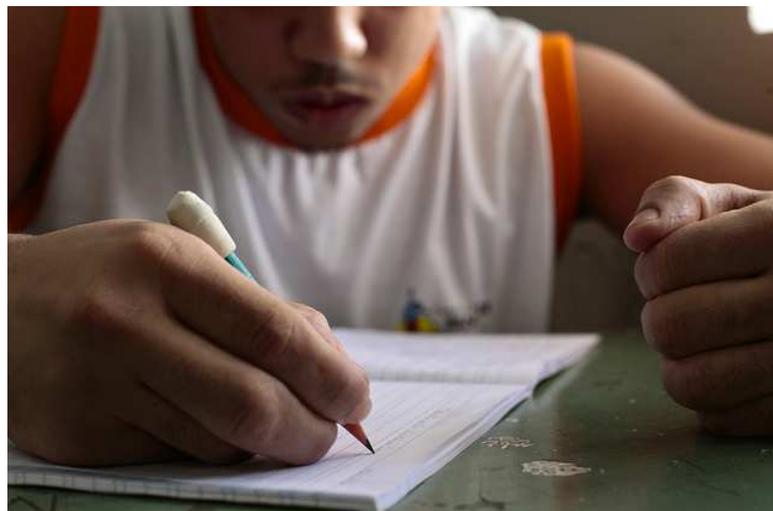
17h | **17h30m**
DEBATES | **ENCERRAMENTO**

Informações: (21) 3133-3425

Link: <http://www.tjrj.ius.br/web/quest/noticias/noticia/-visualizar-conteudo/5111210/5973568>

Projetos inovadores ressocializam jovens em conflito com a Lei

14/11/2018 - 08h35





RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Diversos projetos inovadores e educativos desenvolvidos pela Justiça buscam ressocializar jovens em conflito com a Lei. Hoje, 22 mil estão internados nas 461 unidades socioeducativas em todo o Brasil. Histórias de sucesso incluem um embaixador da ONU, prêmios internacionais e parcerias para inclusão profissional dos adolescentes atendidos.

Aos 16 anos e cumprindo medida semiaberta no sistema socioeducativo, Lucas* decidiu mudar de vida: quer voltar a estudar e começar a trabalhar. O motivo da mudança é a sua participação no Programa Central de Aprendizagem, da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), que tem por objetivo dar uma oportunidade de emprego a jovens em situação de vulnerabilidade social – tanto aqueles que cumprem medidas socioeducativas, quanto os que vivem afastados de suas famílias em instituições de acolhimento.

Os adolescentes são encaminhados à Central de Aprendizagem por profissionais das Varas de Infância que indagam, durante as audiências, se querem participar do programa, identificando as áreas de interesse de cada um. Os juízes responsáveis também fazem contato com as respectivas famílias para explicitar a importância do programa e do engajamento de todos os envolvidos.

A Central de Aprendizagem, que começou em junho de 2017, criou uma plataforma com o banco de dados dos jovens para facilitar o contato com empresas fluminenses – em especial, aquelas indicadas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) por precisar cumprir a cota de aprendizagem estabelecida por lei. Atualmente, estão cadastrados 1.371 jovens de 14 a 24 anos e 58 deles foram contratados como aprendizes. “O número é pequeno, mas bastante significativo. Nenhum dos adolescentes que ingressou no mercado de trabalho voltou a reincidir no crime”, diz Alessandra Anátocles, diretora-geral de Administração da Corregedoria do TJRJ, que coordena a Central de Aprendizagem.

Além de fazer a ponte com as empresas, a Central também auxilia os adolescentes a regularizar seus documentos básicos – dos 1.371 inscritos, apenas 414 deles os tinham – e começou a oferecer cursos de preparação para o mercado de trabalho. A primeira turma conclui em breve um curso com carga horária de 132 horas, realizado em parceria com a Amil, que pretende contratar alguns desses jovens.

Ao longo de três meses e 33 horas, os jovens tiveram aulas que abordaram temas como Noções de mercado de trabalho, Comportamento e Elaboração de currículo. A turma começou com 25 alunos e terminou com 18. Lucas* foi um dos que persistiu até o fim.

E não foi uma jornada simples: todos os dias, o rapaz deixa o sistema socioeducativo às 11h, pega um ônibus, um trem e um metrô para chegar às 14h na Central de Aprendizagem, que fica na Escola de Administração Judiciária (Esaj), no centro do Rio. Depois da aula na Central, o rapaz caminha 40 minutos, para economizar a passagem, até a escola. De lá, retorna às 22h para o sistema socioeducativo. “É cansativo, mas está valendo à pena. É muito difícil as pessoas darem uma oportunidade, uma segunda chance”, diz.

Depois que passou a frequentar o curso na Central de Aprendizagem, o jovem diz ter “despertado para o estudo”. “Voltei a estudar, estou concluindo o Ensino Fundamental. Minha família está muito feliz, acreditando na minha mudança”, diz o garoto, que, após o cumprimento da medida, deverá voltar a morar com os pais em Belford-Roxo, na baixada fluminense.

Perfil

Levantamento feito pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e das Medidas Socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça (DMF/CNJ) sobre o quantitativo de adolescentes infratores em regime de internação no Brasil mostra que o Rio de Janeiro ocupa o segundo lugar no número de jovens internados, perdendo apenas para São Paulo, que possui mais de seis mil internos. No entanto, o estado do Acre é o que chama mais atenção: apesar de ter apenas 545 adolescentes internados, estes correspondem a 62,7 de cada 100 mil habitantes no estado.

Leia mais: [Há mais de 22 mil menores infratores internados no Brasil](#)

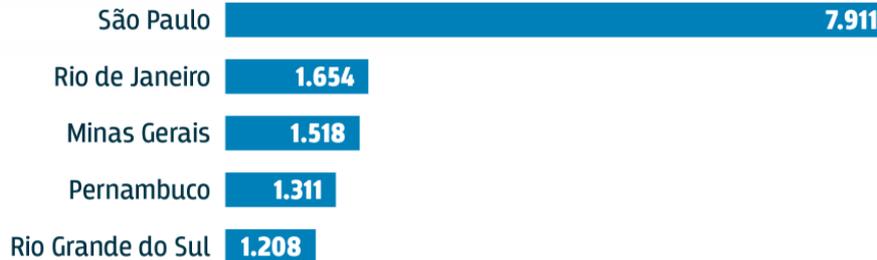
Outra unidade que chama a atenção é o Distrito Federal, que fica em segundo lugar, a frente de estados bem mais populosos e considerados mais violentos, como São Paulo e Rio de Janeiro. Já o Estado do Amazonas possui a maior proporção de adolescentes internados por decisão provisória (sem uma sentença do juiz): 44,15% do total de internados, seguido por Ceará, Maranhão, Piauí e Tocantins.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

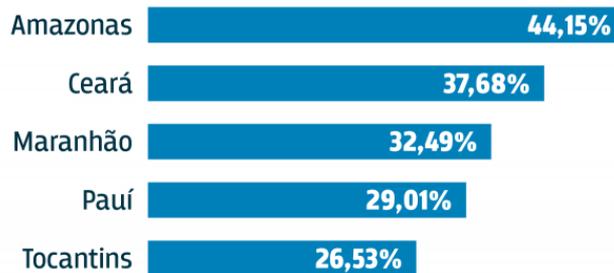
Estados com mais adolescentes internados



Fonte: DMF/CNJ

Arte CNJ

Estados com maior proporção de internos provisórios



Fonte: DMF/CNJ

Arte CNJ

Outra informação que consta no levantamento do DMF é de que há muito mais meninos com liberdade restrita do que meninas. No total, há apenas 841 jovens do sexo feminino hoje internadas no Brasil (excluindo Minas Gerais, Sergipe e Amazonas cujos dados não foram entregues). “Adolescentes masculinos se envolvem mais em crimes, isso é o que sempre observamos. E grande parte deles em roubos, furto e outros atos ilícitos como tráfico de drogas”, comentou Márcio da Silva Alexandre, juiz auxiliar da Presidência do CNJ designado para atuar no DMF.

(...)

**Os nomes foram alterados para preservar a identidade dos jovens.*

Paula Andrade e Luiza Fariello
Agência CNJ de Notícias

Fonte: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/88009-projetos-inovadores-ressocializam-jovens-em-conflito-com-a-lei>

Primeira turma da Central de Aprendizagem conclui curso para o mercado de trabalho

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 19/11/2018 18:06



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



Com duração de três meses, o curso reuniu jovens que estão em abrigos, liberdade assistida ou em semiliberdade

Nesta quarta-feira, dia 21, às 15 horas, no antigo Tribunal do Júri, no Palácio da Justiça (Rua Dom Manuel 29/2º andar – Centro), 16 jovens que estão em abrigos, liberdade assistida ou semiliberdade receberão o diploma do curso Formação Cidadã e Comportamental, de preparação para o mercado de trabalho, oferecido pela Corregedoria Geral da Justiça, em parceria com a Amil e o Instituto Ser Mais.

"Estou triste porque vai acabar", disse X., de 16 anos, em seu último dia de aula, semana passada.

Ele leva duas horas de Belford Roxo ao Tribunal de Justiça, no Centro do Rio, onde aconteceram as aulas. Apesar da distância, não teve nenhuma falta durante os três meses de curso. Nesse período, os adolescentes tiveram aulas sobre informática, empreendedorismo, marketing pessoal, educação financeira, além de assistirem palestras motivacionais e fazerem passeios culturais, como no AquaRio e no Museu do Amanhã.

"Hoje, nós percebemos que eles estão muito diferentes do que quando entraram no curso, meses atrás. Notamos isso no comportamento, na postura, na fala. Eles estão mais confiantes e voltaram a acreditar nos sonhos", afirma a diretora da Amil Odete Freitas, emocionada com o resultado do projeto.

Odete contou ainda que, dos 16 adolescentes que participaram do curso, nove passaram por um processo seletivo da empresa. O resultado ainda não saiu, mas a mudança de postura dos jovens, segundo ela, impressionou os recrutadores.

Como trabalho de conclusão do curso, os adolescentes apresentaram um projeto cultural sobre a história do hip hop. A apresentação aconteceu no auditório da Corregedoria Geral da Justiça, com direito a música, dança, grafite e muitas surpresas. Uma delas veio por parte da Amil, que transformou o grafite, desenhado por um dos adolescentes, em estampa de camisetas que eles usarão no dia da formatura.

Outra surpresa foi por iniciativa de um dos jovens que leu na frente de todos um texto que escreveu:

"Agradeço pela oportunidade. Desde o primeiro dia, eu consegui entender o propósito da Corregedoria, da Amil e do Instituto Ser Mais, que é nos fazer acreditar em nós mesmos. Que somos capazes de tudo, claro, com nosso esforço e responsabilidade. E que podemos realizar todos os nossos sonhos, se quisermos", conclui o adolescente.

Além das camisetas, os jovens também ganharam brindes e cópias de seus currículos atualizados e revisados para serem usados em processos seletivos.

A cerimônia de formatura, no antigo Tribunal do Júri do Palácio da Justiça, contará com a presença de autoridades como o Presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Milton Fernandes de Souza, e o Corregedor-Geral da Justiça, desembargador Claudio de Mello Tavares, e de representantes do Comércio e da Indústria. Além da beleza de sua arquitetura, o local também foi escolhido por uma questão simbólica: a Justiça dando uma nova oportunidade para esses jovens.

Fonte: Assessoria de Comunicação/CGJ

Link: <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5111210/5986698>



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Em Destaque



Jovens da 1ª turma da Central de Aprendizagem recebem certificados e planejam um futuro melhor

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 21/11/2018 19:32



Na mesa, o juiz Afonso Henrique, o desembargador Claudio de Mello Tavares e a diretora da United Health Group, Odete Freitas

O Antigo Tribunal do Júri, no Palácio da Justiça, abrigou na tarde desta quarta-feira (21/11), uma cerimônia que emocionou a todos: 15 jovens receberam seus certificados de conclusão do Curso de Formação Cidadã e Comportamental, oferecido pela Corregedoria Geral da Justiça, em parceria com a empresa United Health Group (Amil) e com o Instituto Ser Mais. Os jovens, que estão em abrigos, liberdade assistida ou semiliberdade estão agora prontos para entrar no mercado no trabalho e com a documentação completa.

Todos estavam vestidos com uma camiseta branca com uma estampa criada por eles representando a inclusão e a igualdade racial. No curso, eles tiveram aulas sobre informática, empreendedorismo, marketing pessoal e educação financeira, entre outros temas, assistiram a palestras motivacionais e conheceram o AcquaRio e o Museu do Amanhã.

- A Central de Aprendizagem da Corregedoria Geral da Justiça é resultado de uma ideia que surgiu quando visitei unidades do Degase e jovens internos me perguntaram se eu poderia ajudá-los. Essa ideia se materializou com o empenho de



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

agentes públicos – magistrados, promotores, defensores públicos e servidores – que veem na justiça um caminho para a formação do caráter de jovens, meninos e meninas, oferecendo-lhes oportunidade efetiva de reinserção social – disse o corregedor-geral da Justiça, desembargador Claudio de Mello Tavares, acrescentando:

- Vocês foram os escolhidos para representar outros 1.200 jovens que estão em nosso banco de dados. A postura e o compromisso de vocês serão a vitrine para abrir as portas para os demais.

Reinserção social

O desembargador convocou, em seguida, empresários e representantes de instituições públicas e privadas a participar “do desafio de oferecer perspectivas de futuro aos jovens através de convênios com o Tribunal de Justiça”.

O juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça Afonso Henrique Barbosa parabenizou a todos os envolvidos no curso e se dirigiu aos jovens:

- Parabéns por terem superado mais esta etapa. Tenho certeza de que aparecerão muitas outras alternativas. Que vocês nunca percam a esperança porque a vida é feita de obstáculos. Que vocês sirvam de exemplo e de inspiração para outros jovens e empresas e que este exemplo seja levado a todos os estados brasileiros.

A diretora de sustentabilidade da United Health Group, Odete Freitas, ressaltou a importante transformação dos jovens formandos:

- Familiares, nunca desistam desses meninos porque eles já deram certo e planejaram o que querem para o futuro. Quando planejamos as coisas, elas acontecem. Quem nunca cometeu erros na vida? Vocês serão tentados muitas vezes porque a rua apronta. Mas vocês serão o exemplo para esses mais de mil jovens. Espero que, no futuro, vocês possam estar aqui conduzindo outros jovens e dizendo para eles: ‘se eu pude, você também pode!’ Vocês têm uma riqueza que muitos milionários gostariam de ter: saúde e juventude. Planejem e foquem no que vocês querem.

I., orador da turma, agradeceu a todos os envolvidos nesse projeto:

- Obrigado pela dedicação de todos os professores, que trouxeram boas energias nos ajudando a explorar todo o nosso potencial. Cada vez que saíamos de casa para o curso era como matar um leão por dia, mas aprendemos que é necessário ser calmo para mantermos a energia positiva. Passamos a sonhar sonhos, antes inimagináveis que, hoje, sabemos que são possíveis, se fizermos o planejamento. Crescemos durante o curso e esperamos que outros jovens tenham essa oportunidade também. A partir de hoje, começamos a escrever o nosso futuro.

Participaram também da cerimônia os juízes Vanessa Cavalieri, da Vara da Infância e da Juventude; Sérgio Luiz Ribeiro, presidente da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância, Juventude e Idoso (Cevij); e Lucia Gliocche, da Vara de Execuções de Medidas Socioeducativas da capital; o bispo auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro, D. Joel Portela, representando o Cardeal Arcebispo D. Orani Tempesta; o diretor jurídico do United Health Group Brasil, Eduardo Gil; João Márcio Alves Ferreira, representante da Carvalho Hosken; Rosane Masiero, representando o Senac; Claudia Neves, representando o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE); e a diretora-geral de Administração da CGJ, Alessandra Anátocles; além de outros servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Fonte: Assessoria de Comunicação da CGJ/RJ

Link: <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5111210/5991127>

Legião de invisíveis

- Publicação: 10/12/2018 Capa/23

O Globo – RJ SOCIEDADE

Citações: Pág. 2



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Uma legião de invisíveis sem registro de nascimento

Setenta anos após a Declaração Universal dos Direitos Humanos, milhares de brasileiros não registrados são invisíveis ao Estado e fora do alcance de políticas sociais. Como Daline de Araujo, de 18 anos, que não pode sequer tomar vacinas. O GLOBO publica os 30 artigos da Declaração nas páginas desta edição. **PÁGINA 23**

LEGIÃO DE INVISÍVEIS

FALTA DE REGISTRO AFRONTA DIREITOS

ANA PAULA BLOWER E
PAULA FERREIRA
sociedade@globotv.com.br

Aos 7 anos, Daline de Araujo cantou parabéns pela primeira vez. Até então, a menina de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, hoje com 18 anos, nunca tinha comemorado um aniversário. É que ela jamais soube a data em que havia nascido. Seu dia, 15 de novembro, foi escolhido aleatoriamente pela avó Maria Bárbara de Araujo em uma tentativa de dar alguma identidade à neta, deixada em sua casa pelos pais apenas com a roupa do corpo e sem nenhum documento.

A falta de uma festa de aniversário foi apenas um detalhe na vida de privações de direitos que se impôs a Daline, até hoje sem documentos. Por não ter sido registrada ela não pôde estudar formalmente, não conseguiu tomar nenhuma vacina e não tem acesso aos serviços públicos de saúde.

Setenta anos depois da redação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, celebrados hoje, milhares de brasileiros ainda sofrem violações de seus direitos por serem invisíveis para o Estado. Segundo o IBGE, no ano passado, mais de 2 milhões de crianças foram registradas tardiamente no Brasil, pelo menos um ano depois de nascerem. Na última década, o país conseguiu reduzir o sub-registro de 17% dos nascimentos, em 2004, para 1% desde 2014.

Mas um drama que não é contabilizado estatisticamente continua assombrando as varas de Justiça no país: pessoas como Daline, que jamais foram registradas.

— Não se pode falar em direitos outros se você sequer tem documentação. Esse é o primeiro direito humano violado. São legiões de pessoas invisíveis que não têm acesso à educação e saúde formais, não têm carteira de vacinação, e na morte também são enterradas como pessoas não

identificadas — explica a defensora Fátima Saraiva, coordenadora dos Núcleos de Primeiro Atendimento da Defensoria Pública do Rio, onde Daline foi atendida.

Desde 2010, a jovem tenta tirar a certidão de nascimento sem sucesso. Embora tenha conseguido localizar sua declaração de nascido vivo, produzida nas maternidades e critério para o registro, ela não consegue concluir o processo devido à falta de documentos da mãe, já falecida.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Sem uma certidão de nascimento, Daline só conseguiu ser alfabetizada porque a avó contratou uma professora particular. Depois, através do conselho tutelar, obteve autorização para frequentar a escola pública. Mas, apesar disso, hoje, no 2º ano do ensino médio, não pode nem mesmo prestar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

E a violação de direitos decorrente da falta de registro civil não se restringe à educação:

— Eu me sinto uma indigente. Fui com a minha avó tomar vacina no posto e não pude tomar. Quando conseguir pegar meu documento, darei uma festa. Vai ser como se eu nascesse de novo — diz a jovem.

PASSIVO DE VIOLAÇÕES

Somente no Rio, o Serviço de Promoção a Erradicação do Sub-registro de Nascimento e a Busca de Certidões (Sepec) do Tribunal de Justiça do estado atende, por ano, cerca de 2.500 pessoas sem nenhuma documentação. A juíza e coordenadora do projeto, Raquel Crispino, enfatiza que, embora o Brasil tenha reduzido amplamente o sub-registro, o problema ainda é grave:

— Só a partir de 1997 o registro civil se tornou gratuito para todos no Brasil. O país ainda carregará por anos um passivo enorme de pessoas invisíveis para o Estado.

Ministra dos Direitos Humanos entre 2011 e 2014, ano em que o sub-registro caiu para 1%, a deputada federal Maria do Rosário (PT-RS) defende que é preciso vigilância para que os índices não voltem a subir.

— A falta de registro é uma grave violação aos direitos humanos. Para que uma pessoa seja considerada cidadã e possa desfrutar de seus direitos civis, ela deve ser registrada.

Até o dia 5 de dezembro, Mayara Vitória Ferreira da Silva não era cidadã. Sem nunca ter sido registrada, ela foi deixada com a avó quando sua mãe, vítima de violência doméstica, fugiu dos maus tratos do marido. Mayara só conse-

guiu tirar os documentos na semana passada, depois que a mãe reapareceu e prestou depoimento em audiência contando sua história.

Aos 19 anos, ela carregará o nome de duas mães na certidão, a biológica e a adotiva. Antes disso, viveu quase clandestinamente. Certa vez, fugiu de um hospital que a atendeu na emergência mas só poderia liberá-la com a apresentação de documentos.

— Ontem chorei muito quando consegui. É uma alegria imensa ter meu registro na minha mão — desabafa.



LEIA: Ex-ministros falam sobre avanços e retrocessos na área



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

GARANTIAS EM RISCO

Setenta anos após a Declaração Universal dos Direitos Humanos, Brasil não consegue assegurar critério básico para efetivar liberdades individuais: milhares de pessoas ainda vivem sem documento no país



Vida incompleta. Daline de Araujo e sua avó Maria Bárbara de Araujo tentam há anos tirar a certidão de nascimento da jovem. Sem documentos, ela não consegue acessar serviços básicos

Link: <http://www.info4.com.br/ver/exibir.html?Yw=NDczNg&bA=NTUzMzI=&YQ=NDczNg&dHBj=MA>

POR PAULA FERREIRA/ ANA PAULA BLOWER
10/12/2018 4:30 / ATUALIZADO 10/12/2018 14:01 (CAPA)



LEGIÃO DE INVISÍVEIS

Falta de registro civil afronta direitos humanos básicos no Brasil

Daline tem 18 anos e até hoje não conseguiu e tirar documentos e ter uma vida "por inteiro" - Antonio Scorza / Agência O Globo

Daline tem 18 anos e até hoje não conseguiu tirar documentos e ter uma vida "por inteiro" – Antonio Scorza / Agência O Globo

RIO - Todos os dias milhares de pessoas nascem no Brasil, mas, ainda hoje, nem todas são registradas civilmente. A falta de documentação faz com que esses brasileiros sejam privados de direitos básicos e tenham suas liberdades individuais violadas diariamente. Nesta segunda-feira, quando se comemora os 70 anos da [Declaração Universal de Direitos Humanos](#), O GLOBO traz histórias de pessoas que ainda estão longe de gozar plenamente desses direitos. Leia também: [Entenda cinco mitos sobre direitos humanos](#)



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Violação cotidiana de liberdades individuais
POR PAULA FERREIRA / ANA PAULA BLOWER

Aos 7 anos, Daline de Araujo cantou parabéns pela primeira vez. Até então, a menina de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, hoje com 18 anos, nunca tinha comemorado um aniversário. É que ela jamais soube a data em que havia nascido. Seu dia, 15 de novembro, foi escolhido aleatoriamente pela avó Maria Bárbara de Araujo em uma tentativa de dar alguma identidade à neta, deixada em sua casa pelos pais apenas com a roupa do corpo e sem nenhum documento.

A falta de uma festa de aniversário foi apenas um detalhe na vida de privações de direitos que se impôs a Daline, até hoje sem documentos. Por não ter sido registrada ela não pôde estudar formalmente, não conseguiu tomar nenhuma vacina e não tem acesso aos serviços públicos de saúde.

Setenta anos depois da redação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, celebrados hoje, milhares de brasileiros ainda sofrem violações de seus direitos por serem invisíveis para o Estado. Segundo o IBGE, no ano passado, mais de 2 milhões de crianças foram registradas tardiamente no Brasil, pelo menos um ano depois de nascerem. Na última década, o país conseguiu reduzir o sub-registro de 17% dos nascimentos, em 2004, para 1% desde 2014. Mas um drama que não é contabilizado estatisticamente continua assombrando as varas de Justiça no país: pessoas como Daline, que jamais foram registradas.

— Não se pode falar em direitos outros se você sequer tem documentação. Esse é o primeiro direito humano violado. São legiões de pessoas invisíveis que não têm acesso à educação e saúde formais, não têm carteira de vacinação, e na morte também são enterradas como pessoas não identificadas— explica a defensora Fátima Saraiva, coordenadora dos Núcleos de Primeiro Atendimento da Defensoria Pública do Rio, onde Daline foi atendida.

Desde 2010, a jovem tenta tirar a certidão de nascimento sem sucesso. Embora tenha conseguido localizar sua declaração de nascido vivo, produzida nas maternidades e critério para o registro, ela não consegue concluir o processo devido à falta de documentos da mãe, já falecida. Sem uma certidão de nascimento, Daline só conseguiu ser alfabetizada porque a avó contratou uma professora particular. Depois, através do conselho tutelar, obteve autorização para frequentar a escola pública. Mas, apesar disso, hoje, no 2º ano do ensino médio, não pode nem mesmo prestar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

E a violação de direitos decorrente da falta de registro civil não se restringe à educação:

— Eu me sinto uma indigente. Fui com a minha avó tomar vacina no posto e não pude tomar. Quando conseguir pegar meu documento, darei uma festa. Vai ser como se eu nascesse de novo — diz a jovem.

Passivo de violações

Somente no Rio, o Serviço de Promoção a Erradicação do Sub-registro de Nascimento e a Busca de Certidões (Sepec) do Tribunal de Justiça do estado atende, por ano, cerca de 2.500 pessoas sem nenhuma documentação. A juíza e coordenadora do projeto, Raquel Crispino, enfatiza que, embora o Brasil tenha reduzido amplamente o sub-registro, o problema ainda é grave:

— Só a partir de 1997 o registro civil se tornou gratuito para todos no Brasil. O país ainda carregará por anos um passivo enorme de pessoas invisíveis para o Estado.

Ministra dos Direitos Humanos entre 2011 e 2014, ano em que o sub-registro caiu para 1%, a deputada federal Maria do Rosário (PT-RS) defende que é preciso vigilância para que os índices não voltem a subir.

— A falta de registro é uma grave violação aos direitos humanos. Para que uma pessoa seja considerada cidadã e possa desfrutar de seus direitos civis, ela deve ser registrada.

Até o dia 5 de dezembro, Mayara Vitória Ferreira da Silva não era cidadã. Sem nunca ter sido registrada, ela foi deixada com a avó quando sua mãe, vítima de violência doméstica, fugiu dos maus tratos do marido. Mayara só conseguiu tirar os documentos na semana passada, depois que a mãe reapareceu e prestou depoimento em audiência contando sua história. Aos 19 anos, ela carregará o nome de duas mães na certidão, a biológica e a adotiva. Antes disso, viveu quase clandestinamente. Certa vez, fugiu de um hospital que a atendeu na emergência mas só poderia liberá-la com a apresentação de documentos.

— Ontem chorei muito quando consegui. É uma alegria imensa ter meu registro na minha mão— desabafa.

A história de Daline, que quis ser de escorpião

POR PAULA FERREIRA

Quando chegou à casa da avó paterna, em Duque de Caxias, Daline de Araujo tinha apenas 5 anos de idade e levava somente um copo de suco e um saco de biscoito. Sem certidão de nascimento, carteirinha de vacinação, ou qualquer outro documento, a menina foi deixada pela mãe, que não tinha condições de criá-la. O pai, por sua vez, já havia sumido há algum tempo e aparecia eventualmente.

— Cheguei em casa do trabalho e ela estava lá, apavorada. Veio sem nada, só com a roupa do corpo. Eu fiquei desesperada, pensava: o que vou fazer com ela sem documento nenhum? Fui atrás do meu filho, mas ele era um irresponsável e me enrolou. Eu queria colocá-la na escola, mas não podia fazer isso sem documento. Ela gostava muito de estudar — lembra Maria Bárbara de Araujo, avó da jovem, que hoje tem 18 anos.

Daline era a terceira filha do casal, que também abandonara as outras duas com Maria Bárbara, mas foi a única a ser deixada sem qualquer registro. Diante das dificuldades para matricular a neta na educação formal, a avó comprometeu parte do salário que ganhava como empregada doméstica para pagar uma "explicadora" que pudesse ao menos alfabetizá-la.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

— Foi muito difícil. Ela via as irmãs indo para a escola e ficava tristinha no portão. Foi quando arrumei uma explicadora, aí comprei uma roupinha e mochila para ela ter aulas. Ela ia na maior felicidade. Naquela época ainda não era aposentada, então dava um desfalque na minha renda. Mas como não tive oportunidade de ir ao colégio, queria ter a certeza de que elas estudariam. Fui trabalhar muito nova para ajudar minha mãe, só aprendi a escrever meu nome e ler algumas coisas com minhas netas.

A saga para obter um documento para Daline começou em 2010, quando ela tinha dez anos e a avó tentou matriculá-la na escola com uma declaração do Conselho Tutelar em mãos, mas só conseguiu fazê-lo após uma discussão com a diretora. Desde então a menina peregrinou por diversos órgãos até chegar ao atendimento da Defensoria Pública que, finalmente, a encaminhou para o Serviço de Promoção à Erradicação do Sub-registro de Nascimento e Busca de Certidões (Sepec) do Tribunal de Justiça do estado. Embora tenha a declaração de nascido vivo, concedida na maternidade e critério para obter a certidão de nascimento, a falta de um atestado de óbito da mãe, que ela não sabe em que circunstâncias faleceu, emperra o processo.

— A gente tenta resolver isso desde 2010 e não consegue, ficam criando burocracia, nunca dá. Não posso fazer um curso, tomar uma injeção. Quando peguei dengue, fiquei internada no Hospital Adão Pereira Nunes só porque minha avó conversou muito lá. Tentei fazer Enem no ano passado e não consegui. Já tenho 18 anos, queria estudar, poder trabalhar e não posso — lamenta Daline.

Quase um milagre

Sem nunca ter tomado nenhuma vacina, Daline é quase um "milagre". Recentemente, durante o surto de febre amarela, a jovem tentou se imunizar num posto e mais uma vez não conseguiu. O acesso à saúde pública foi mais uma vez emperrado pela falta de documentação.

— Ela não conseguiu tomar a vacina de febre amarela e não tem vacina nenhuma. Levamos uma carteira da escola no posto, mas mesmo assim não pôde tomar. Ela ficou arrasada e apavorada, as pessoas diziam que a doença matava. Então fiquei dizendo a minha neta que ela não ia morrer, que a febre não ia pegá-la. Quando morrer, fico pensando o que vai ser dela se ainda estiver assim. E se ela morrer? Vai ser enterrada como indigente? — questiona a avó.

A falta de uma identidade sempre perseguiu Daline nos mínimos detalhes. Enquanto para qualquer pessoa documentada fazer aniversário é algo natural, para ela isso não aconteceu até os sete anos de idade por não saber o dia em que havia nascido.

— Criei uma data de aniversário para ela: 15 de novembro. Ela nunca tinha tido um bolo, comprei um e ela ficou feliz da vida. Peguei um papel e coloquei o endereço de casa, meu telefone, meu nome e disse: esse é seu documento, ande com ele. Essa era era data do aniversário do meu filho que morreu. Ela disse que não quer mudar — conta Maria Bárbara.

Recentemente, Daline descobriu que na verdade nasceu no dia 12 de julho, mas, questionada se iria trocar a data da comemoração de aniversário, respondeu que não. Segundo ela, prefere ser do signo de escorpião do que de câncer.

'Desde a maternidade espero por um registro'

POR PAULA FERREIRA

Durante anos, Mayara Vitória esperou no escuro por sua mãe biológica que abandonou o lar para fugir das agressões do marido. O vazio familiar foi preenchido por uma família adotiva, mas o sumiço da progenitora deixou uma lacuna que mais ninguém podia resolver: sem ela, a menina nunca pôde ser registrada.

Mayara viveu 19 anos sem nenhum documento porque, como sua mãe ainda estava viva, dependia dela para tirar a certidão de nascimento. A angústia terminou nesse ano, quando Joselita Pessoa Varella reapareceu e compareceu a uma audiência no dia 5 de dezembro para tentar, finalmente, fazer o registro civil da filha.

—Tentei várias vezes tirar a certidão, fui ao cartório, fui na prefeitura, acordei mais cedo para tentar ser registrada, mas não pude porque minha mãe era viva. Não pude fazer nada sem ela. Quando ela voltou, começou a tentar resolver meu registro. Então minhas duas mães foram depor para a juíza — diz Mayara, contando detalhes do que Joselita disse à Justiça. — Ela contou em depoimento que meu pai batia muito nela e por isso havia ido embora. Eu ainda era pequena.

A alegria de obter a certidão de nascimento não apagou, no entanto, as lembranças das dificuldades que passou ao longo de 19 anos por ser uma pessoa indocumentada. Mayara conta que certa vez, quando passou mal e chegou a uma emergência, precisou fugir do hospital.

— Fiquei doente, passando muito mal, e quando cheguei ao hospital me disseram que eu teria que ficar lá até apresentar meu registro. A moça mediu minha pressão e pediu meu documento, quando meu marido disse que eu não tinha, ela disse que eu só sairia de lá quando meu documento aparecesse. Então disse a ela que ia pegar algo no carro e fugi. É muito triste precisar ir ao hospital e não poder — conta.

A falta de documentação também a prejudicou na escola. Ela conseguiu estudar graças à boa vontade de pessoas que a deixaram frequentar o colégio sem uma certidão, mas hoje, aos 19 anos, ainda está no 9º ano e tem dificuldades para escrever. Com o documento em mãos, Mayara quer levar a cabo três sonhos: estudar, trabalhar e se casar.

— Esse documento foi uma alegria imensa. Eu me questionava "será que vai sair hoje?". Há quanto tempo espero por isso... Espero desde a maternidade. Quando minha certidão saiu, deu vontade de pular de alegria. Quero trabalhar, fazer curso, terminar meus estudos e me casar. Eu pensava que não conseguiria, que iria morrer como indigente. Mas agora é só alegria daqui para frente — diz ela que antes sem nenhuma filiação passou a ter o nome de duas mães na certidão.

'Nossa sociedade nunca deixou de ser autoritária'

POR PAULA FERREIRA



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Setenta anos após sua criação, a Declaração Universal dos Direitos Humanos se tornou um marco na promoção de garantias individuais em nível mundial. A relevância do documento, no entanto, não deixou a pauta imune a ataques. No Brasil, a cruzada contra os direitos humanos ganhou força nos últimos anos. Na opinião de ex-ministros que ocuparam a pasta desde a criação do ministério, no governo Fernando Henrique Cardoso, até os anos Dilma Rousseff, entre os elementos que podem estar por trás do ódio aos direitos humanos estão a dificuldade do poder público de lidar com a violência e a falta de punição aos que cometeram abusos durante a ditadura militar.

Criada após a Segunda Guerra Mundial, em 10 de dezembro de 1948, a Declaração traz 33 artigos que asseguram os direitos de todo ser humano. No primeiro e mais famoso deles, a carta diz que "todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos". Apesar de estabelecer garantias que deveriam ser consideradas básicas, como tratamento igualitário independente de raça, sexo, religião, os direitos humanos adquiriram, hoje, para muita gente, um tom quase pejorativo.

— Nessa caminhada do homem das cavernas ao computador houve alguns momentos em que o esforço de evolução ficou mais nítido, e um dos símbolos mais fortes ao longo de toda história é justamente a Declaração Universal dos Direitos Humanos — afirma José Gregori, o primeiro ministro dos Direitos Humanos do país, no governo FH.— Hoje alguém pode negar, por exemplo, a contribuição que as mulheres estão dando para o desenvolvimento mundial? É tão evidente a melhora que a humanidade teve com os direitos humanos que causa espanto que pessoas ainda tenham dúvida a respeito disso, mas infelizmente ela ainda existe.

A inegável contribuição dos direitos humanos para o avanço não só do Brasil, mas do mundo, tem sido ofuscada, na opinião do cientista político Paulo Sérgio Pinheiro, relator de direitos humanos da ONU e outro ex-ministro da pasta durante o governo FH, por uma conjunção de fatores que vai desde insatisfação política à fragilidade da atuação do poder público em áreas estratégicas.

— É difícil apontar apenas um fator para que os direitos humanos tenham virado alvo. Além de a elite se sentir ameaçada pelas políticas em prol da população mais pobre, a sociedade brasileira nunca deixou de ser autoritária. Nenhum crime dos militares durante a ditadura foi julgado, há total impunidade. O próprio presidente eleito pode saudar torturadores (no Congresso) numa boa. A dificuldade dos governos democráticos de lidarem com a segurança pública também entra na equação. Nenhum governo conseguiu efetivamente proteger a vida dos mais pobres — diz Pinheiro.

Na opinião da ex-ministra de direitos humanos durante o governo Dilma Rousseff, Maria do Rosário, há uma confusão provocada por alguns setores da sociedade em torno de quem defende ds direitos humanos. Ela afirma que é preciso desconstruir a ideia negativa acerca do tema.

— Os algozes dos direitos humanos conseguiram criar um vínculo entre direitos humanos e a defesa de bandidos. Isso é o maior absurdo que pode haver, porque toda pessoa que é defensora de direitos humanos é contrária à violência, propõe a resolução não violenta de conflitos. Isso é um princípio do direito à estabilidade e à segurança social — argumenta a deputada. — A Declaração é um contraponto às violações do Estado, em defesa do indivíduo. No Brasil nunca fizemos uma transição que fosse acompanhada de formação cultural e pedagógica contra a violência. Sempre tivemos um Estado violento.

Perspectivas para a área

Para os ex-ministros, ainda que a Declaração tenha sido publicada em 1948, no Brasil, ela só ganhou materialidade quatro décadas depois, com a Constituição de 1988, que estabeleceu os marcos da democracia brasileira. De lá para cá, segundo Paulo Sérgio Pinheiro, todos os governos até a presidente Dilma Rousseff deram relevância à área que, para ele, começou a sofrer um desmonte no mandato de Michel Temer.

— Entre 1985, início do governo civil, até a presidente Dilma nós só tivemos progresso. O Brasil foi um dos primeiros países a assinar a Convenção Contra a Tortura, e um pacto internacional de direitos civis e políticos. Todos os presidentes deram sua contribuição ao reconhecimento dos direitos humanos no Brasil. Não quer dizer que o desrespeito a esses direitos acabou, mas houve uma continuidade, especialmente com Fernando Henrique, Lula e Dilma. Essa continuidade só foi interrompida com a instalação do governo de Michel Temer que, inicialmente, teve como medida extinguir o ministério que levamos décadas para criar, embora depois tenha voltado atrás. As perspectivas a partir de 1º de janeiro são as piores possíveis — aposta Pinheiro, que é um dos criadores da Comissão Arns, que será lançada no início do próximo ano para monitorar possíveis violações dos direitos humanos no país e leva o nome de Dom Paulo Evaristo Arns (1921-2016).

Para Maria do Rosário, a pauta ainda não está suficientemente consolidada no Brasil e é preciso atenção para que não haja retrocessos quando Jair Bolsonaro assumir a Presidência. O presidente eleito já deu declarações que vão de encontro aos preceitos da Declaração, como a já citada homenagem ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, reconhecido pela Justiça brasileira como torturador.

— No Brasil atual os valores dos direitos humanos não estão consolidados. E nos dias atuais houve uma verdadeira cruzada fundamentalista e contrária à expressão dos direitos humanos, movida pela ignorância e pelo oportunismo político. Os direitos humanos não são princípios que nos afastam politicamente uns dos outros. Ser contrário a eles é ser defensor da Idade Média. Não há diálogo possível quando saem se tenta impor conteúdos medievais à realidade contemporânea — criticou.

Nesse sentido, os três ex-ministros reforçam a importância da atuação da sociedade civil para manter a defesa dos direitos humanos na agenda política brasileira. De acordo com José Gregori, a garantia das liberdades fundamentais é um fator essencial para a promoção do desenvolvimento do país:

— No Brasil, o interesse sistemático de se colocar os direitos humanos no nível de importância da saúde, da educação, e da economia tem 30 anos. Foi necessário passar por uma ditadura para que isso ficasse mais evidente. Não tenho dúvida de que um governo que defenda os valores dos direitos humanos avança mais do que o oposto. Quem tiver dúvida sobre isso pode viajar para a Noruega ou Dinamarca, e constatará o quanto foi benéfica a consciência popular da importância dos



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

direitos humanos. Eles são um vento que impulsiona os governos cada vez para mais longe, sobretudo num mundo tão competitivo quanto o atual. É uma questão de perspicácia perceber sua importância.

Colaborou Elisa Martins

Leia mais: <https://oglobo.globo.com/sociedade/legiao-de-invisiveis-23289929#ixzz5ZVMIm7IU>

<http://www.info4.com.br/ver/exibir.html?Yw=NDczNg&bA=NTUzMzI=&YQ=NDczNg&dHBj=MA>

Em Destaque



Atendimento a adolescentes infratores ganha setor de identificação

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 18/12/2018 18:46

Por intermédio da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas de Infância e Juventude e Idoso (CEVIJ) e com atuação das juízas Raquel Chrispino e Vanessa Cavalieri, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio inaugurou o Setor de Identificação do Núcleo de Audiência de Apresentação (NAAP) para identificar civilmente adolescentes infratores no momento em que chegam aos órgãos da Justiça. A inauguração do serviço ocorreu nesta quarta-feira, dia 18, nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado do Rio.

A juíza Raquel Chrispino ressaltou que esta é uma grande conquista para o Tribunal de Justiça, por ser uma ação pioneira em parceria com a Secretaria de Estado de Educação/DEGASE, o Detran e o Instituto de Identificação Félix Pacheco. “É preciso que o adolescente seja civilmente identificado na porta de entrada do sistema socioeducativo para que sejam preservadas as informações biopsicossociais, facilitando o acesso do adolescente a seus direitos”, destacou a juíza Raquel Chrispino. A medida permitirá também a emissão da carteira de identidade do adolescente, bem como o acesso aos demais documentos essenciais, além evitar que outras pessoas sejam prejudicadas por ausência de real identificação do adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional.

O setor de identificação é uma evolução no sistema socioeducativo, pois permitirá o cadastro do adolescente, na porta de entrada, no Sistema de Identificação e Informação de Adolescentes (SIAD) que permite a consulta de todas as informações cadastrais, biopsicossociais e educacionais dos adolescentes submetidos às medidas socioeducativas, acrescentou a juíza Vanessa Cavalieri.

“Com mais esta conquista, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro mantém-se na vanguarda do desenvolvimento e aprimoramento da gestão das medidas socioeducativas, sempre visando o melhor interesse do adolescente e de sua recuperação, com sua inclusão na sociedade por meio do Projeto Aprendizagem desenvolvido por este Tribunal”, observou o presidente da CEVIJ, juiz Sergio Luiz Ribeiro de Souza.

JAB

Fonte: [Atendimento a adolescentes infratores ganha setor de identificação](#)



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

DIVISÃO DE PESSOAL (DIPES)

A Divisão de Pessoal (DIPES) trata de solucionar as questões referentes às demandas administrativas dos servidores lotados no âmbito da Corregedoria, como coordenar a lotação/movimentação e a indicação para a designação e dispensa de Secretário de Juiz, de Auxiliar de Gabinete, de Auxiliar de Gabinete do Juízo, de Chefe de Serventia Judicial de 1ª Instância, dos Assistentes junto às Varas da Infância, da Juventude e do Idoso e das funções gratificadas junto à Vara de Execuções Penais da Comarca da Capital, o cadastramento/desligamento de servidor cedido ao Tribunal de Justiça, as licenças médicas e outras, analisar pedido de anotação de elogios, conforme as atribuições definidas nos artigos 145 a 147 da Resolução TJ/OE nº 01/2017. Seus processos de trabalho estão detalhados nas Rotinas Administrativas RAD-DGADM-017, RAD-DGADM-022, RAD-DGADM-025, RAD-DGADM-026, RAD-DGADM-033, RAD-DGADM-038, RAD-DGADM-040, RAD-DGADM-041 e RAD-DGADM-042.

A Divisão de Pessoal (DIPES) compreende a seguinte subunidade:

I. Serviço de Lotação, Movimentação e Designação (SELOD)

Em fevereiro de 2017, iniciou-se uma Administração com o comprometimento de transformar o ambiente de trabalho em um lugar agradável constituindo uma oportunidade para a realização de progressos.

Apesar da evasão de quase 50% dos servidores lotados na DIPES, no fim da gestão de 2015-2016, foi superado o grande desafio da Diretoria de compor uma equipe coesa e integrada.

No curso do biênio 2017-2018 a Divisão de Pessoal (DIPES) aproximou-se mais dos servidores trabalhando incansavelmente e proporcionado um atendimento humanizado evidenciando assim a disponibilidade para solucionar as questões pessoais referentes às demandas administrativas dos servidores lotados no âmbito da Corregedoria.

Dando continuidade ao procedimento de interação da equipe no processo de trabalho, a DIPES/SELOD (Serviço de Lotação, Movimentação e Designação) e o Setor de Benefícios, passou a distribuir os processos de forma igualitária, entre os servidores processantes. Essa ação proporcionou uma maior interação no processo de trabalho.

Uma sugestão de melhoria foi referente ao cadastramento/desligamento de servidor municipal cedido ao Tribunal de Justiça para atuar nos cartórios de Dívida Ativa.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

O processo administrativo passou a ser encaminhado primeiramente à DGJUR/SEDIF, na qualidade de fiscal dos convênios, para posterior encaminhamento à Presidência, no intuito de ser autorizado o referido requerimento. Com essa ação passou-se a ter uma análise prévia das cláusulas do convênio.

Outra ação positiva foi a protocolização das portarias elaboradas no Gabinete do Juiz Auxiliar da Corregedoria, Dr. Luiz Eduardo Cavalcanti Canabarro e encaminhadas à DIPES para publicação. Essa ação possibilitou o rastreamento do registro.

A implantação da Pesquisa de Opinião retomada em outubro de 2017, com o resultado de 100% de elogios ao longo do ano de 2018, foi um instrumento de avaliação do serviço da DIPES, com o objetivo de certificar a obtenção da satisfação do servidor, através do atendimento humanizado e preparado para solução imediata das demandas.

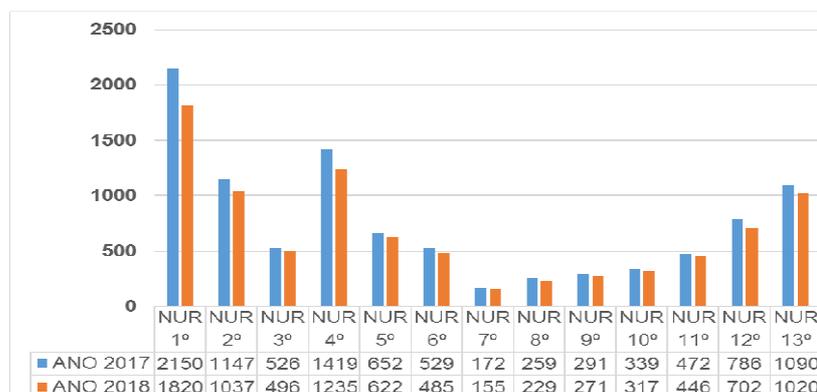
A equipe do SELOD foi reestruturada com o objetivo de atender às demandas decorrentes da publicação do Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 15/2017, publicado no DJERJ em 20/12/2017, que dentre outras alterações, modificou a nomenclatura do cargo antes denominado “Auxiliar de Gabinete do Juízo” para “Auxiliar de Gabinete”.

Com o objetivo de dar cumprimento ao referido Ato, foram realizadas reiteradas reuniões com a DGTEC durante o ano de 2018, com o objetivo de finalizar o procedimento de migração do cargo de Auxiliar de Gabinete do Juízo para Auxiliar de Gabinete.

No biênio 2017-2018, a Divisão apresentou os seguintes resultados:

Portarias registradas pela DIPES no sistema SHF	3038
Processos recebidos e processados nesta Divisão	6295
Processos remetidos ao Serviço de Arquivo da Corregedoria	3554

DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS POR NUR





RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

TOTAL DE FUNCIONÁRIOS – 1ª INSTÂNCIA



Cabe sinalizar que, dos 10533 servidores lotados na 1ª Instância, 8835 servidores estão distribuídos na área judicial e 1698 no administrativo.

- ✓ **REUNIÃO COM A DGTEC:** Participação em reuniões com a DGTEC para ajustes e aprimoramento do projeto de migração de dados entre o SHF e o GPES.

DIVISÃO DE APOIO TÉCNICO INTERDISCIPLINAR (DIATI)

A Divisão de Apoio Técnico Interdisciplinar (DIATI) é responsável pelo controle, normatização e apoio aos auxiliares da Justiça no desempenho de suas atribuições, na forma do artigo 64 da resolução TJ/OE nº 17 de 2014 e, por força da portaria CGJ nº 34 de 2009, está sob a coordenação administrativa da DGADM. Seus processos de trabalho estão detalhados nas Rotinas Administrativas RAD-DGADM-018, RAD-DGADM-035, RAD-DGADM-036, RAD-DGADM-037, RAD-DGADM-043, RAD-DGADM-045, RAD-DGADM-046 e RAD-DGADM-047.

Dentre as atividades desenvolvidas por esta Divisão destacamos algumas, tais como; propositura de melhorias contínuas para os auxiliares, definição de diretrizes de atuação, manutenção de cadastro, orientação aos auxiliares do juízo no desempenho de suas atividades, bem como a promoção de capacitação continuada.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

A DIATI compreende as seguintes subunidades:

- I. Serviço de Apoio aos Assistentes Sociais (SEASO)
- II. Serviço de Apoio aos Psicólogos (SEPSI)
- III. Serviço de Apoio aos Comissários de Varas da Infância, da Juventude e do Idoso (SECJI)
- IV. Serviço de Apoio ao Núcleo de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes (SEADE).

No período, a DIATI coordenou 725 Analistas Judiciários com especialidade, sendo: 321 Assistentes Sociais, 209 Psicólogos e 190 Comissários da Justiça, da Infância, do Juventude e do Idoso, todos profissionais em atividades indispensáveis ao Poder Judiciário, cuja produção técnica proporciona subsídios para a decisão judicial.

Foram realizadas, através de seus serviços, visitas técnicas às equipes, principalmente àquelas que pertencem aos NURs mais distantes, cujo objetivo era analisar demandas, integrar equipes, orientar profissionais sobre normativas às quais estejam vinculados.

Representantes da DIATI ministraram o Curso de Perícia para a área do Serviço Social e Psicologia na ESAJ, cujo estava voltado para a produção de documentos judiciais, com ênfase na elaboração de laudos e pareceres no âmbito judicial, visando a explicitação dos limites e possibilidades deste tipo de atuação.

Promoveu-se a interlocução com organizações das categorias (Fórum de Serviço Social e Sistema de Justiça e Fórum de Psicólogos do TJRJ) na organização de reuniões e eventos destinados a capacitação dos profissionais.

A Divisão estruturou as equipes dos serviços, organizou suas atividades e inteirou-se das atuais especificidades dos Serviços de Apoio ao Psicólogo, Assistente Social, Comissários de Menores e do Núcleo de Depoimento Especial. Teve como principal foco a estruturação dos recursos humanos para atuação direta nas audiências de depoimento especial nas diversas varas criminais de todo o Estado.

A Divisão promoveu, através de seus serviços de apoio, reuniões para a integração das equipes e organização da distribuição dos trabalhos a serem realizados. A carência de pessoal e o aumento de projetos que demandam a participação de psicólogos e assistentes sociais cresceu sobremaneira: Casa de família, Depoimento Especial, Grupos reflexivos nas Varas de



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Violência Doméstica contra a Mulher, Grupos de Apoio à adoção. Todos os Projetos recomendados ou normatizados pelo Conselho Nacional de Justiça.

Desenvolveu eventos comemorativos referentes ao dia do Comissário de Justiça, dos Assistentes Sociais e dos Psicólogos com a ilustre presença do Juiz Auxiliar da Corregedoria Dr. Afonso Henrique Barbosa.

Realizou o Primeiro Simpósio sobre a prática do Depoimento Especial – repercussões da Lei 13.431/18”, com palestrantes do estado do Rio de Janeiro e também de outros estados, promovendo, assim, a troca de saberes e reflexão sobre experiências em curso no país. Para tanto, contou-se com a participação de magistrados, promotores de Justiça, pesquisadores e representantes de equipes técnicas de diversos estados, registrando-se a presença de 241 participantes no primeiro dia e 213, no segundo.

Na oportunidade, foram trocadas experiências sobre as práticas adotadas no estado com especialistas e profissionais de outros estados e países, que disponibilizaram informações sobre inovações que gostariam de ver replicadas.

Como resultado de estudos técnicos promovidos com a equipe de profissionais entrevistadores, foi apresentada proposta de nova versão do Protocolo do Depoimento Especial do TJRJ, que trata das atividades desempenhadas pela Equipe Técnica, incluindo ações administrativas que envolvem fluxos organizacionais.

É de suma importância destacar que houve um interesse progressivo por parte dos Magistrados e membros do Ministério Público na temática, ocasionando crescente demanda de audiências de Depoimento Especial.

Somado a isso, a instalação de mais 9 (nove) salas de Depoimento Especial para o atendimento da Lei 13.431/2017 aumentou sobremaneira o volume das audiências, necessitando de nova organização administrativa do trabalho, especialmente a criação de um sistema próprio no DCP para as audiências de Depoimento Especial.

Como consequência das diversas reuniões organizacionais, foi identificada a possibilidade de utilização do sistema Kenta para as audiências de Depoimento especial, o que poderá facilitar a instalação de mais salas especiais nas comarcas ainda não contempladas no Projeto Estratégico do Depoimento Especial.

Conforme preconiza a Recomendação 33/2010 do Conselho Nacional de Justiça indicando a relevância da capacitação e supervisão continuada para a eficácia da entrevista investigativa, a DIATI promoveu, durante o ano, supervisões para os profissionais entrevistadores do Depoimento Especial, analisando questões importantes.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Como resultado, foram identificadas as melhores práticas bem como analisados os pontos críticos, a fim de ajustá-las às demandas percebidas pelos profissionais técnicos e pelos Operadores de Direito, no sentido de promover melhores condições para o objetivo da oitiva especial, resultando na elaboração do terceiro Protocolo de atendimento às salas de depoimento especial.

Foi criado o Manual/questionário de Pesquisa, pautado nas questões críticas dos conselhos Federais das profissões do Serviço Social e Psicologia direcionado ao público/clientes das salas de depoimento especial: Magistrados, Crianças e adolescentes e familiares. A pesquisa vem sendo desenvolvida e apresentada em seminários, palestras, congressos, dando uma visibilidade e confiabilidade da técnica utilizada para a colheita de provas em processos criminais.

Foram realizadas reuniões mensais com as instituições do sistema de garantia de direitos (Ministério Público, Defensoria Pública, Delegacia da Criança e Adolescente Vítima – DCAV, Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Social, dentre outros).

Houve a criação e instalação da Comissão Interinstitucional da Criança e do Adolescente Vítima do Estado do Rio de Janeiro – CIVCAV para organização do fluxo dos atendimentos da vítima, desde o anúncio dos fatos até seu depoimento no Judiciário. O objetivo principal é a qualidade da prova apresentada em juízo com o depoimento da vítima, evitar a repetição de seu relato perante outros Órgãos de atendimento e preservação da memória dos fatos procurando evitar o sofrimento psíquico secundário.

Principais atividades desenvolvidas:

- ✓ Orientação às equipes técnicas sobre normativas às quais estão vinculadas e outras questões atinentes ao desenvolvimento de suas atividades, eis que possuem questões técnicas, profissionais e relacionais.
- ✓ Organização do Evento do Fórum Permanente da Criança e do Adolescente da Justiça Terapêutica. Realizado 29/11/2018 na EMERJ.
- ✓ Projeto Quero uma Família – informações relacionadas às crianças e adolescentes acolhidos, já em condições de adotabilidade, sem que tenham encontrado pretendentes habilitados interessados em sua adoção, após consulta ao Cadastro Nacional de Adoção – CNA. A DIATI é responsável pelo encaminhamento das solicitações do



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Ministério Público com as diversas Varas de Infância para a promoção dos encontros das crianças e adolescentes com os interessados.

- ✓ Participação em reuniões da Coordenadoria Estadual da Mulher em situação de Violência Doméstica para a manutenção dos dados estatísticos registrados pelos Serviços de Apoio aos Psicólogos e Assistentes Sociais bem como organização dos eventos da Semana pela Paz com a participação das equipes técnicas dos JVDs.
- ✓ Participação em reuniões com a CEVIJ – Coordenadoria da Infância e Juventude para as diversas ações que envolvem as equipes técnicas dos Juizados.
- ✓ Criação de Programa no DCP para agendamento de audiências de Depoimento Especial adaptando todos os perfis necessários e incluindo estatística de audiências realizadas.
- ✓ Interlocução com os demais departamentos administrativos afins ao trabalho desenvolvido pela DIATI, com o objetivo de promover a integração intersetorial necessária ao estabelecimento de uma gestão de qualidade para as ações do Depoimento Especial - DGJUR, DETEL, DEGENG.
- ✓ Promoção de eventos comemorativos referentes ao dia do Comissário de Justiça, dos Psicólogos e dos Assistentes Sociais com a ilustre presença do Juiz auxiliar da Corregedoria Dr. Afonso Henrique Barbosa.
- ✓ Interlocução com organizações das categorias (Fórum de Serviço Social e Sistema de Justiça e Fórum de Psicólogos do TJRJ) na organização de reuniões e eventos destinados a capacitação dos profissionais.
- ✓ Sensibilização de Analistas Judiciários nas especialidades de Assistente Social, Psicólogo e Comissário, para participação no curso de técnica de entrevista investigativa de criança e adolescente vítima de violência, organizado em parceria com a ESAJ.
- ✓ Acompanhamento do desenvolvimento e execução do Projeto Estratégico da DIATI “Depoimento Especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes”, junto às demais unidades intervenientes.
- ✓ Capacitação de profissionais das equipes técnicas na metodologia da entrevista investigativa recomendada pelo Conselho Nacional de Justiça- CNJ - para depoimento especial da criança e do adolescente com servidores da Capital, 6º NUR e 10º NUR.
- ✓ Implementação do sistema Skype para audiências de Depoimento Especial da Criança e do Adolescente.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- ✓ Capacitação de assessores de juízes para o manuseio dos aparelhos de vídeo conferência utilizado nas audiências de Depoimento Especial.
- ✓ Reunião na OAB/RJ-CICAV. A Diretora da DIATI, enquanto representante da Comissão Interdisciplinar da criança e do adolescente vítima de violência, apresentou o fluxo que vem sendo discutido no âmbito dos órgãos de proteção envolvidos com o tema. Ressaltando parâmetros para o atendimento à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência com a máxima qualificação dos profissionais responsáveis pela entrevista avaliativa da vítima com vista a intervenção especializada.



SIMPOSIO SOBRE A PRÁTICA DO DEPOIMENTO ESPECIAL – REPERCUSSÕES DA LEI 13431/2017.

- ✓ Realizou o Primeiro “Simpósio sobre a prática do Depoimento Especial – repercussões da Lei 13.431/18”, com palestrantes do Rio de Janeiro e também de outros estados, promovendo, assim, a troca de saberes e reflexão sobre experiências em curso no país. Para tanto, contou-se com a participação de magistrados, promotores de Justiça, pesquisadores e representantes de equipes técnicas de diversos estados, registrando-se a presença de 241 participantes no primeiro dia e 213, no segundo.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



Diretora DIATI Sandra Levy, Juiz Afonso Henrique Barbosa, Juiz Marcelo Oliveira, Des. Corregedor Claudio Melo, Des. Katya Monnerat, Juíza Vanessa Cavalieri

- ✓ Na oportunidade houve a troca de experiências sobre as práticas adotadas no estado com especialistas e profissionais de outros estados e países, que disponibilizaram informações sobre inovações que gostariam de ver replicadas. Em sua explanação no congresso, a diretora esclareceu que “Para o trâmite processual criminal, a obrigatoriedade de a criança depor está ligada à necessidade de tutela e responsabilização por parte do Estado e à aplicação de punições ao acusado. Ouvir a vítima é imperativo para o devido fluxo do processo penal.



MESA: Práticas do DE no Brasil: Sandra Levy apresentando o Depoimento Especial do TJRJ

❖ SERVIÇO DE APOIO AOS ASSISTENTES SOCIAIS (SEASO)



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

No primeiro semestre de 2018 a composição da equipe do Serviço de Apoio aos Assistentes Sociais foi ampliada, contando com a colaboração de um Chefe de Serviço, um apoio técnico, um apoio administrativo e um estagiário remunerado (CIEE). Logo, a reestruturação causou impactos positivos na organização do serviço, debruçando-se em questões de grande relevância técnica e institucional.

No início de cada ano, atualizamos o estudo de lotação ideal e carência de profissionais em cada uma das equipes ou setores em que existe a atuação dos Assistentes Sociais, sendo este apresentado em março/18.

Rotineiramente, o SEASO desempenha funções técnicas/administrativas, quando, por exemplo, cumpre com a função de órgão técnico responsável pela apreciação de todos os estagiários de serviço social, sejam eles remunerados ou não remunerados. Outras funções de cunho meramente administrativo, como leitura do Diário Oficial, para acompanhar publicações que estejam diretamente vinculadas ao processo de trabalho dos profissionais, bem como publicações de aposentadorias, para controle do quadro de servidores, e na sequência, encaminhamento, via correio eletrônico, de publicações de referência pessoal, como licenças especiais e/ou profissionais, como avisos, novas resoluções e convocações. E finalmente funções estritamente técnicas, como respostas às consultas técnicas remetidas pelas equipes através de e-mails, telefones e/ou processos administrativos que visam subsidiar a prática do profissional em seu espaço sócio ocupacional.

O SEASO também participou de reuniões visando apoiar as atividades necessárias à realização dos processos de trabalho e dos projetos das equipes de Assistentes Sociais como: reuniões individuais com Assistentes Sociais (a pedido dos mesmos ou provocadas pelo SEASO); reuniões de discussão sobre projetos estratégicos do TJRJ que visam apoio de equipe técnica (como o projeto Casa de Família e o Depoimento Especial); reuniões com equipes técnicas que necessitam de maior apoio ou intervenção do SEASO em questões conflituosas; reuniões de apoio organizacional com comissão do Fórum Permanente de Serviço Social; Reunião com as Responsáveis Técnicas Interdisciplinares- RTIs das Equipes Técnicas Interdisciplinares Cíveis- ETICs, realizada em março, para discussão dos processos de trabalho e condições de trabalho das equipes da capital e interior; Reunião com representantes das equipes das Varas especializadas em infância e juventude, realizada em abril, para discussão dos processos de trabalho e condições de trabalho das equipes da capital e interior. Participação de reuniões setoriais semanais na DIATI, reuniões com a Comissão de



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Serviço Social (COSS) para tratar de assuntos técnicos específicos do Serviço Social, reuniões interdisciplinares e/ ou com outros setores.

Outrossim, participação em reuniões da COEM (Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar), preparatórias para “Semana da Justiça pela Paz em Casa”, e realização em conjunto com o SEPSI da atividade de “estudo de caso” junto aos representantes de algumas equipes multidisciplinares lotados nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (JVDFM); Participação na organização, em conjunto com a COEM, do Encontro de Equipes Multidisciplinares dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em março, com palestrantes externos e socialização de práticas realizadas por Assistentes Sociais; Participação em reunião com a Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas de Infância e da Juventude (CEVIJ) a fim de organizar os encontros Grupos de Diálogo Interinstitucional (GDI) com as equipe técnicas lotadas nas Varas de Infância, Juventude e do Idoso (VIJI).

Realizou visita técnica ao IV Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher-Regional de Bangu a fim de verificar alternativas de otimização do trabalho da equipe técnica (do quadro próprio TJRJ e cedidos de outras instituições).

Organizou o evento comemorativo ao Dia do Assistente Social, com o título "O Serviço Social a as possibilidades de atuação no espaço sócio jurídico", que reuniu Assistentes Sociais do TJRJ e de outras instituições. Foi aberto pelo Juiz auxiliar da CGJRJ, Dr. Afonso Henrique Ferreira Barbosa, ao lado das Assistentes Sociais Luciene da Rocha (Chefe do SEASO), Rosilea Di Masi Palheiro (Diretora do Departamento de Ações Pró Sustentabilidade – DEAPE). A exposição e debate contou com a participação da Assistente Social Morena Gomes Marques Soares (Mestre em Serviço Social e Doutoranda pela Pós- Graduação em Serviço Social da UERJ, professora da escola de Serviço Social da UNIRIO), Josélia Ferreira dos Reis (Mestre em Serviço Social pela PUC e Assistente Social da Justiça Federal de 1º grau), Vânia Morales Sierra (Doutora em Sociologia pelo IUPERJ, professora adjunta da Escola de Serviço Social da UERJ), Maria Aparecida Evangelista do Nascimento (Assistente Social do TJRJ e Mestre em Serviço Social pela PUC-RJ).



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

O Serviço Social
e as possibilidades de atuação
no espaço sócio jurídico

15 de maio
Dia do Assistente Social
Das 9h às 12h30m
Auditório Desembargador
José Navega Cretton – 7º andar

9h às 9h30m
RECEPÇÃO E CAFÉ DE BOAS-VINDAS

9h30m às 10h
MESA DE ABERTURA
Convidados: Diretor do Serviço Social do Poder Judiciário, Desembargador Claudio de Melo Soares;
Dr. Wilson Henrique Pereira Barbosa – juiz Auxiliar da Comarca Federal de Justiça;
Sandra Pinto Levy – Diretora da Divisão de Apoio Técnico Interdisciplinar - DIATI;
Rosalia de Masi Pinheiro – Diretora do Departamento de Apoio Pro Socialidade - DEAPS;
Luciene da Rocha – Chefe do Serviço de Apoio aos Assistentes Sociais - SEASO.

10h às 12h
EXPOSIÇÃO E DEBATE
Programação:
Mirena Gomes Marques Soares – Assistente Social, Mestre em Serviço Social e Doutorado em Políticas Sociais em Serviço Social da UFPA, Professora da Escola de Serviço Social do IFPA;
Jussara Ferreira dos Reis – Assistente Social do Juízo Federal de 1ª grau e Mestre em Políticas Sociais pela UFPA;
Vanja Maraltes Sierra – Doutora em Sociologia pelo IUPERJ, Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social da UERJ;
Marlu Aparecida Evangelista da Nascimento – Assistente Social do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e Mestre em Serviço Social pela PUC-RJ.

12h às 12h30m
ATIVIDADES CULTURAS
Lançamento do Livro "Modelo Judiciário e Serviço Social"
(Coleção Serviço Social - Editora Saraiva)
Autoras: Vanja Maraltes Sierra e Jussara Ferreira dos Reis (palco antes do evento).

*A participação vale horas de atividade de capacitação pela ESAJ



No segundo semestre de 2018, o Serviço de Apoio aos Assistentes Sociais (SEASO) deu continuidade às atividades desenvolvidas e/ou iniciadas no primeiro semestre. Para além das atividades de rotina, técnicas e administrativas, registra-se uma diminuição de mais sete Analistas na Especialidade Assistente Social, devido aposentadorias e pedidos de exoneração, contando atualmente com 306 profissionais tecnicamente vinculados a este serviço.

Coadunados à Política de Gestão de Pessoas (Resolução 240 de 9 de setembro de 2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário, bem



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

como a Resolução TJ/OE/RJ Nº 32/2014, que dispõe sobre a Política de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro), o SEASO trabalhou na perspectiva de buscar junto às equipes um referencial para atendimento das demandas para estudo social, respeitando as diferenças existentes entre as três grandes áreas de atendimento (Varas de Infância, Juventude e Idoso, Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Equipe Técnica Interdisciplinar Cível).

Isto posto, junto ao SEPSI, e em atendimento a demanda da alta administração, em julho de 2018, em julho foi realizada uma reunião junto às equipes técnicas para criar um programa de metas processuais, estabelecendo parâmetros para designação de peritos e um referencial para processo de remoção e lotação de novos servidores.

Outrossim, realizamos sistemáticos contatos com as equipes a fim de incentivar o preenchimento adequado das planilhas estatísticas, principal instrumento utilizado pelo SEASO para avaliar a produtividade e processos de trabalhos desenvolvidos pelos Assistentes Sociais. Após o levantamento estatístico, foi possível pensar nas remoções dos profissionais, considerando que a lotação de serventuários nas serventias judiciais deve se pautar pelos princípios da igualdade e da proporcionalidade com consideração notadamente nas peculiaridades procedimentais de cada unidade a partir de sua competência e no volume de trabalho que lhe é atribuído.

O SEASO manteve suas ações técnicas nas três grandes áreas de atuação:

1. Varas de Infância, Juventude e do Idoso, participando, em parceria com a CEVIJ, de atividade de capacitação sobre o Cadastro Nacional de Adoção e da construção de uma consolidação dos atos de regulamentação da Infância e Juventude do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (COINJ);

2. Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (JVDFM), em parceria com a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM), organizando a “Semana da Justiça pela Paz em Casa”, através da realização, em conjunto com o SEPSI do Encontro de Equipes Multidisciplinares dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em agosto e novembro, com palestrantes externos da rede de enfrentamento à violência doméstica.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Em Agosto/18 o Encontro com representantes das equipes técnicas lotadas nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (JVDFM), discutiu-se a miúdo os processos de trabalho desenvolvidos em cada um dos juizados presentes, propiciando a apresentação de sugestão de publicação do fluxo de atendimento na medida protetiva à mulher vítima de violência doméstica e familiar, visando uma atuação minimamente uniforme pelas equipes.

Os serviços de apoio também organizaram o Encontro destas equipes técnicas em novembro/18, também como parte da Semana da Justiça pela Paz, com representantes das equipes expondo sobre as práticas desenvolvidas na execução de medidas e palestrantes que subsidiaram as reflexões sobre a interlocução entre organizações da sociedade civil e do poder público na atuação junto a mulheres vítimas de violência.



3. Equipes Técnicas Interdisciplinares Cíveis (ETICs), organizando mais um encontro em novembro, no auditório da corregedoria e com transmissão por videoconferência para as equipes nos NURs do interior, dando continuidade à discussão dos processos de trabalho, que pretende ser ampliado no decorrer do próximo ano através de Grupos de Trabalho (GT) para discussão das particularidades da ETIC interior, ETIC Capital e Gestão de Pessoas.

Ademais, foi realizada uma reunião descentralizada, em setembro, na ETIC Campo Grande para discussão dos processos de trabalho e organização da equipe, além de diversas reuniões com a ETIC Tutoria, no sentido de organizar o novo espaço sócio ocupacional dos Analistas Judiciários na Especialidade Assistente Social do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Em 2018, o SEASO recebeu 158 processos; e respondeu em torno de 1608 demandas, 1344 demandas de natureza administrativa, 97 de natureza técnica, 167 de natureza técnica e administrativa. Recebemos cerca de 692 demandas por meio eletrônico, 181 por meio de processo, 84 presenciais, 89 reuniões, 504 por telefonemas.

❖ SERVIÇO DE APOIO AOS PSICÓLOGOS (SEPSI)

Ao longo do ano de 2018 o Serviço de Apoio aos Psicólogos deu continuidade ao trabalho junto aos psicólogos do quadro. O objetivo foi estabelecer um espaço de diálogo, escutando as principais dificuldades enfrentadas a fim de buscar sugestões para melhorias no processo de trabalho.

Visando contribuir para a capacitação dos profissionais do quadro, o SEPSI organizou em conjunto com o SEASO no mês de fevereiro o Workshop para capacitação técnica na área penal, realizado na ESAJ.

Nos meses de março, agosto e novembro foram realizados, em conjunto com SEASO e COEM, 3 Encontros de capacitação para as Equipes Técnicas dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. O evento obteve reconhecimento prévio pela ESAJ, com cômputo de horas para fins de capacitação, integrando a semana da justiça pela paz em casa





RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Encontro de Equipes Técnicas dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Estratégias de atuação técnica para o enfrentamento da violência de gênero

(Parte da programação da SEMANA DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA – NOVENBRO/18)

28/11/18
(quarta-feira)
9h30m às 17h

Audatório Desembargador José Navega Cretton
(Av. Erasmo Braga 115, Lâmina I, 7º andar)

Programação

Das 9h30m às 10h30m
Mesa de abertura

Das 10h30m às 12h30m
Mesa 1 - Desafios da atuação na execução das medidas

PROFESSOR MARCO JULIÁN MARTÍNEZ-MORENO
Pós-doutorando no Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro

REPRESENTANTES DE DUAS EQUIPES DE JUIZADOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER VDFM:

- CAMILLE DE ANDRADE SARAIVA (psicóloga/TJ RJ) e ROBERTA KELLY AFFONSO DE SIQUEIRA (Assistente Social/Tribunal de JECV)
- NEIVA DE PÁDUA CHAMAS (Assistente Social/TJ RJ) e JOSÉ CESAR CORREIA (Procurador/TJ RJ)

Das 14h às 17h

Mesa 2 - Tecendo redes de apoio à mulher vítima de violência

MAPA (Mapa do Acolhimento.org)
MADA (Mulheres que Amam Domício)
ASSISTENTE SOCIAL MÁDIA CRETTON RIBEIRO
Subsecretaria de Políticas para as Mulheres – RJ

PAZ
Nossa justa causa

PJERJ

COMISSÃO ESPECIAL SETORIAL DO RIGER/2018

Em maio, o Serviço de Apoio aos Psicólogos (SEPSI) organizou workshop sobre alienação parental na comarca de Campos dos Goytacazes, objetivando principalmente capacitar os profissionais na identificação e reflexão sobre as formas de manifestação da alienação parental em crianças e adolescentes.

Em agosto foi realizado, com colaboração da Comissão de Psicólogos Judiciários (COPSI), o evento em Homenagem ao Dia do Psicólogo com o tema “Subjetividade, Ética e Produtividade”. A programação contou com duas mesas onde foram abordados temas pertinentes ao trabalho do psicólogo no contexto jurídico.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

O SERVIÇO DE APOIO AOS PSICÓLOGOS (SEPSI) CONVIDA PARA O DEBATE:



• **data**
31/8/2018

• **horário**
DAS 10H ÀS 17H30

• **local:**
AUDITÓRIO DESEMBARGADOR
JOSÉ NAVEGA CRETTON
(AV. ERASMO BRAGA 115, 7º ANDAR DA LÂMINA I - FÓRUM CENTRAL)

Ainda no mês de agosto, o Serviço de Apoio aos Psicólogos (SEPSI) realizou visita ao Juizado de Violência doméstica de São Gonçalo com a finalidade de ouvir as dificuldades encontradas pela equipe, bem como acompanhar o ingresso de uma psicóloga no respectivo ambiente de trabalho.

Em outubro o SEPSI realizou visita à Equipe Técnica Interdisciplinar Cível (ETIC) – Psicologia – Itaperuna (10º NUR), com a finalidade de conhecer a equipe, o trabalho realizado, bem como as dificuldades encontradas na realização do trabalho.

Ainda em novembro o SEPSI Auxiliou o NUDECA na capacitação de profissionais na técnica de entrevista cognitiva de criança e adolescente vítima de violência nos estados do Rio Grande do Norte e Paraná.

O SEPSI auxiliou o NUDECA ainda na capacitação de servidores analistas judiciários nas especialidades de Assistente Social, Psicólogo e Comissário dos 1º e 6º NURs, no curso de técnica de entrevista investigativa, organizado pela ESAJ.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



No mês de novembro o SEPSI em conjunto com o SEASO e o SECJI organizou o curso “O Papel do gestor no Poder Judiciário” para Analistas Judiciários com especialidade (Assistentes Sociais, Psicólogos e Comissários da Infância, Juventude e Idoso) que exercem função de gestores do PJERJ. O referido curso foi importante para a capacitação da própria equipe da DIATI.

Em dezembro o SEPSI participou do grupo de trabalho da CEVIJ, em conjunto com o SEASO e o SECJI, para construção de um fluxo único e um novo Banco de dados para o Projeto Apadrinhamento do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Em parceria com a CEVIJ, foram realizadas reuniões com as equipes técnicas das Varas da Infância Juventude e do Idoso, refletindo sobre o trabalho de adoção, e buscando a construção de uma proposta de uniformização do fluxo de trabalho. Como um dos resultados dessa ação, em novembro, foi editada portaria, baseada nas proposições do GT Adoção, organizado conjuntamente pelo SEPSI, SEASO, SECJI e CEVIJ.

O SEPSI aprimorou a coleta dos dados estatísticos referentes ao trabalho dos psicólogos do quadro de servidores do Tribunal de Justiça, inclusive com elaboração de novas planilhas para análise, visando melhor sistematização das informações e buscando traçar estratégias frente a atual carência do quadro de psicólogos no Tribunal de Justiça. Foram realizadas reuniões com diversos servidores com o objetivo de auxiliar na análise das demandas técnicas como os



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

critérios para a organização de Estudo estipulando metas em relação à produtividade dos profissionais, já apresentado ao Juiz auxiliar da Corregedoria.

Rotineiramente, este Serviço faz o acompanhamento das planilhas estatísticas com solicitação de atendimento às determinações relativas a prazo e preenchimento de planilha (Aviso 372/2014), bem como análise do quantitativo das demandas recebidas por cada equipe.

Até o momento, o SEPSI atuou em 1059 demandas, sendo de características técnicas (376), administrativas (164), sobre a estatística (116), estágio (78), lotação/remoção/auxílio (151), outros (168). Os Meios utilizados para resolução das demandas foram através de e-mail (359), processo (119), pessoalmente (133) e telefonemas (428).

❖ SERVIÇO DE APOIO AOS COMISSÁRIOS DE VARAS DA INFÂNCIA, DA JUVENTUDE E DO IDOSO (SECJI)

O Serviço de Apoio aos Comissários define diretrizes de atuação dos Comissários de Justiça da Infância, da Juventude e do Idoso, apoiando-os no desempenho das atividades determinadas. Atua nos casos em que é solicitada a intervenção pelo servidor ou magistrado, buscando sugestões para sanar as dificuldades, aprimorar as condições de trabalho e a prestação jurisdicional.

Foi atualizado o estudo de lotação e carência em todas as 81 comarcas do estado. Dos 182 Comissários de Justiça hoje existentes, 155 atuam em varas com competência em infância, juventude e idoso e 26 estão lotados na administração ou em gabinetes da segunda instância.

Com a progressiva redução do quadro, devido a aposentadorias e pedidos de exoneração, em janeiro foi publicado Edital de Remoção para suprir as carências mais urgentes, porém apenas uma vaga foi preenchida. O SECJI também sinalizou em diversos processos que solicitam lotação de servidores a necessidade de convocação de Comissários aprovados no último concurso público.

Foram realizadas 74 indicações de Comissários para prestação de auxílio, considerando os critérios de menor deslocamento possível, revezamento entre os servidores e período não superior a 90 dias, processando também os feitos relativos às devidas ratificações pela Corregedoria, de acordo com o Provimento CGJ nº 40/2015.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

O Serviço de Apoio atendeu, por e-mail e/ou telefone, diversas demandas dos Comissários no âmbito de suas atribuições; divulgou cursos e eventos, além de promover no dia 18/06/2018 o evento de capacitação em comemoração ao Dia do Comissário “Desafios contemporâneos para a promoção dos direitos da criança e do adolescente” com palestras e debates acerca de questões atuais relativas ao desempenho do cargo.

Em atenção à Resolução nº 77/2009 do CNJ, foi realizado o recebimento, controle e verificação dos relatórios das entidades de execução das medidas socioeducativas de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade relativas ao 1º e 2º semestre, informando à Corregedoria as condições dos CREAS – Centros de Referência Especializada em Assistência Social - relatadas pelos Juízos com competência na matéria, mantendo-se atualizados os registros nas planilhas de controle deste Serviço.

Também verificou a regularidade de lançamento dos relatórios de fiscalização bimestral das 25 instituições de cumprimento de medidas de internação e semiliberdade na página do CNJ, dando ciência à Corregedoria.

Além disso, manifestou-se nos processos acerca das portarias expedidas pelos Juízos com competência em infância, juventude e idoso, para controle da Corregedoria e disponibilização nas páginas da CGJ e da CEVIJ (RAD-DGADM-035).

Enquanto se aguarda a decisão judicial no processo nº 2016.149991, que versa sobre a normatização da função de colaborador voluntário, os autos com as solicitações de credenciamento e renovação, permanecem sobrestados no Serviço, que procedeu apenas aos descredenciamentos determinados pela Corregedoria.

No ano de 2018, foram realizadas 534 movimentações em processos relativos às fiscalizações de CREAS, ratificações de auxílio, remoções, portarias, dentre outros.

❖ SERVIÇO DE APOIO AO NÚCLEO DE DEPOIMENTO ESPECIAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE VÍTIMA DE VIOLÊNCIA (SEADE)

O Serviço de Apoio ao Núcleo da Criança e do Adolescente – SEADE/NUDECA foi criado com a Resolução OETJ nº 08/2018, publicado em 22/08/2018.

Organizado para aparelhar e executar Depoimentos Especiais de Crianças e Adolescentes, definidos como tomada de depoimento de forma alternativa às audiências tradicionais, hoje as 11 salas de oitiva de crianças vítimas são coordenadas pelo Serviço de Apoio ao Núcleo de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes (SEADE/NUDECA),



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

A estrutura das salas do NUDECA segue o modelo de videogravação, onde a criança permanece em uma sala separada com um entrevistador devidamente capacitado na técnica da entrevista cognitiva e seu relato é transmitido por videoconferência para a sala de audiências, segundo o que preconiza a Recomendação CNJ nº 33/2010.

No mês de abril de 2017, foi sancionada pela Presidência da República a Lei nº 13.431, a qual normatiza e organiza o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e institui a obrigatoriedade da escuta especializada e do depoimento especial (que é o procedimento de oitiva da criança ou adolescente perante autoridade policial ou judiciária) e estabelece protocolos, dentre os quais a necessidade de local apropriado e acolhedor, com infraestrutura e espaço físico que garantam a privacidade.

A nova lei tornou necessária a elaboração do Projeto Estratégico: “DEPOIMENTO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VITIMA OU TESTEMUNHA DE CRIMES” que prevê a expansão do número de salas apropriadas para a escuta especializada de crianças e adolescentes. A partir de abril de 2018, todas as crianças e adolescentes vítimas de violência só poderão prestar depoimento nos moldes estabelecidos na Lei 13431/2017.

O trabalho possui três eixos: por um lado, favorecer a colheita de provas testemunhais de maior confiabilidade e qualidade, por outro lado, reduzir os riscos de revitimização das crianças e adolescentes que são convocados a participar dos procedimentos judiciais desta natureza; e por fim, assegurar o encaminhamento da vítima ou testemunha e seus familiares aos programas de proteção e apoio à família das redes municipal e estadual.

O Projeto Estratégico Depoimento Especial cumpriu todas as ações técnicas e administrativas, tendo sido 100% concluído, com a instalação das salas de depoimento especial nas seguintes comarcas: Duque de Caxias, Teresópolis, Volta Redonda, Bangu, Cabo Frio, Campos e São Gonçalo.

Foram capacitados os profissionais das equipes técnicas do 6º NUR e 10º NUR na metodologia da entrevista investigativa recomendada pelo Conselho Nacional de Justiça- CNJ - para depoimento especial da criança e do adolescente.

Foi realizada a capacitação de assessores de juízes para o manuseio dos aparelhos de videoconferência utilizado nas audiências de Depoimento Especial.

A DIATI recebeu treinamento da DGTEC quanto à Agenda Eletrônica do NUDECA, criada por esta área dentro do DCP, a fim de que as Varas agendem, diretamente no sistema corporativo do TJRJ, as oitivas do Depoimento Especial.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Reunião na OAB/RJ-CICAV, Diretora da DIATI enquanto representante da Comissão Interdisciplinar da criança e do adolescente vítima de violência apresentou o fluxo que vem sendo discutido no âmbito dos órgãos de proteção envolvidos com o tema. Ressaltando parâmetros para o atendimento à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência com a máxima qualificação dos profissionais responsáveis pela entrevista avaliativa da vítima com vista a intervenção especializada.

A convite dos Tribunais de Justiça do Paraná e Rio Grande do Norte, foi promovida a capacitação de Profissionais daqueles Estados na técnica de entrevista cognitiva. O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro replicou o modelo para estes Estados, segundo a metodologia utilizada pelo Protocolo de atendimento instituído no Rio de Janeiro.

CURSOS MINISTRADOS PELO SETOR

- TÉCNICA DE ENTREVISTA COGNITIVA: Visando capacitar novos Analistas Judiciários das especialidades de Assistente Social, Psicólogo e Comissário, na técnica de entrevista cognitiva de criança e adolescente vítima de violência, foram concluídas, em parceria com a ESAJ, duas turmas de entrevistadores.



- CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOLOGIA JURÍDICA: No início do mês de julho, a DIATI esteve presente no II Congresso Internacional de Psicologia Jurídica, realizado em Belém, no Pará. Os trabalhos apresentados durante o evento trataram,



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

em sua maioria, de atualização científica, troca de experiências e inovações para as diversas especialidades com maior enfoque em Psicologia Investigativa, Escuta Protegida de Crianças e Adolescentes Vítimas e Elaboração de Laudos e Pareceres.

- **CURSO DE PERÍCIA:** Nos meses de maio e novembro a DIATI ministrou o Curso de Perícia para a área do Serviço Social e Psicologia na ESAJ. O objetivo do curso estava voltado para a produção de documentos judiciais notadamente para com ênfase na elaboração de laudos e pareceres no âmbito judicial visando a explicitação dos limites e possibilidades deste tipo de atuação.

CONVITES PARA CAPACITAÇÕES EM OUTROS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA:

- ✓ A convite dos Tribunais de Justiça do Paraná e Rio Grande do Norte promovemos a capacitação de Profissionais daqueles Estados na técnica de entrevista cognitiva. O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro serviu de modelo para estes Estados na metodologia utilizada, bem como nosso Protocolo de atendimento serviu de modelo a ser aplicado nestes Tribunais.

1) TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

(recorte da página do TJPR)

Corregedoria-Geral, CONSIJ e ESEJE promovem curso de capacitação em depoimento especial





RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

O curso tem como finalidade aperfeiçoar os mecanismos de Depoimento Especial, a fim de que ocorra em condições dignas e adequadas e com o auxílio de profissionais capacitados

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), por meio da Corregedoria-Geral, do Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e da Juventude (CONSIJ/PR) e da Escola de Servidores do Tribunal de Justiça (ESEJE), realiza o 1º Curso de “Capacitação Sobre Depoimento Especial”. O evento tem como objetivo fornecer instrumentos teóricos e práticos aos profissionais, elucidando os principais aspectos, protocolos e elementos norteadores das ações na área da Infância e da Juventude relacionadas ao depoimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

O curso é composto de duas fases. A primeira, dividida em duas edições - de 17/9 a 12/11 e de 8/10 a 03/12 –, é composta por aulas ofertadas pela ESEJE, na modalidade de ensino a distância. Disponibilizaram-se, para essa etapa, 150 vagas, especialmente para profissionais que compõem as equipes técnicas.

A segunda fase do curso é presencial e ocorre no auditório da Corregedoria-Geral da Justiça. Nessa etapa, há duas turmas e cada uma delas é formada por 20 alunos. A primeira receberá capacitação nos dias 22/10 e 23/10 e a segunda, nos dias 24/10 e 25/10.

O curso tem como finalidade aperfeiçoar os mecanismos de Depoimento Especial, a fim de que ocorra em condições dignas e adequadas e com o auxílio de profissionais capacitados e conscientes do seu papel na diminuição do dano e na não revitimização do envolvido.

Após concluírem a capacitação, os formandos poderão ministrar curso sobre o tema, bem como realizar o procedimento de Depoimento Especial.

As palestrantes são as Psicólogas Sandra Pinto Levy e Patrícia Glycerio, servidoras do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), que são referências nacionais na temática proposta.



Texto: Corregedoria-Geral da Justiça.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

2) TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE – NATAL

PROFISSIONAIS DO TJRN RECEBEM FORMAÇÃO EM ENTREVISTA DE DEPOIMENTO ESPECIAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.



Foto Juiz Jose Dantas de Paiva durante curso com as Psicólogas, entrevistadoras do NUDECA Sandra Levy e Patrícia Glycerio

A Coordenadoria Estadual de Infância e Juventude do TJRN – CEIJ, promoveu durante a Primeira semana do mês de novembro, um curso preparatório para escuta especializada de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência em processos judiciais.

Conforme explicou o juiz José Dantas de Paiva, coordenador estadual da CEIJ, o curso ocorre na Escola da Magistratura (Esmarn) de segunda a quinta, sendo ministrado por duas profissionais do TJRJ que já vêm utilizando essa metodologia para a capacitação da equipe técnica de servidores do tribunal carioca.

O curso está preparando 24 profissionais para fazer a escuta especializada de crianças e adolescentes, bem como realizar entrevistas cognitivas, visando a realização de depoimentos especiais, quando for necessário em processos dessa natureza. O juiz José Dantas destaca que essa iniciativa atende à determinação contida na Lei Federal 13431/2017 para que todos os tribunais de justiça instalem em suas dependências salas preparadas para realizar depoimentos especiais.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



“Como nós já tínhamos uma sala assim instalada em Natal, essa foi uma oportunidade de ampliar essa atividade, com a capacitação de novos profissionais. Ainda em 2018 viabilizaremos mais duas salas em Parnamirim e Mossoró e até o fim de 2019 todos os foros regionais do estado e as demais comarcas de terceira entrância estarão preparadas para esse serviço.”

Para realização do depoimento especial é necessário que a sala esteja estruturada, com móveis, decoração, pintura e brinquedos direcionados para o acolhimento da criança ou adolescente. Nessa sala, o profissional habilitado usa metodologia de escuta especializada para elucidar os fatos ocorridos com a vítima. “Enquanto a criança é ouvida, juiz, advogados e a parte acusada ficam em outra sala, assistindo o depoimento que é gravado e transmitido em tempo real. A intenção é preservar e amparar os direitos da criança ou adolescente”, conforme observa José Dantas.

O coordenador da CEIJ, avaliou que “a expectativa para esse curso é a melhor possível, visto que temos uma antiga prática de audiência de depoimentos especiais e agora ampliaremos significativamente a quantidade de profissionais qualificados para prestar esse tipo de serviço”.

O magistrado ainda ressaltou que “qualquer comarca do estado na qual seja necessário a realização depoimentos especiais com crianças ou adolescentes já pode entrar em contato com a CEIJ, com 15 dias de antecedência, para preparação do equipamentos e profissionais que serão direcionados à localidade”. Nesses casos, devido ao trauma vivido pela criança ou adolescente, é desaconselhado que o depoimento seja obtido por um profissional que não foi preparado para essa finalidade.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



Diretora da DIATI e psicóloga Sandra Levy com a Chefe de Serviço da Psicologia Patrícia Glycerio durante curso em Rio Grande do Norte.

3) TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro serviu de modelo para a implantação do Depoimento Especial no Tribunal de Justiça de Rondônia. Com a Lei Federal 13.431/2017, que entrou em vigor este ano, tornando a escuta especializada obrigatória no país, os tribunais estaduais estão se adaptando para cumpri-la. O TJRJ, no entanto, já realiza esse tipo de oitiva desde 2012, sendo um dos pioneiros nessa prática. Representando o TJRJ a então Diretora da DIATI, Sandra Levy, proferiu palestra sobre “Estratégias de Atuação no Depoimento Especial” apresentando a juízes, psicólogos e assistentes sociais do Judiciário rondoniano o protocolo usado no Rio para a realização do Depoimento Especial.

4) TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

Participação no evento dos Grupos de Apoio à Adoção, realizada em Florianópolis em 20 e 21 de setembro com a apresentação do Projeto de Depoimento Especial da Criança e do Adolescente realizado no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

15º ENCONTRO ESTADUAL DE GRUPOS DE ESTUDO E APOIO À ADOÇÃO DE SANTA CATARINA



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



Esteve presente no 15º Encontro Estadual do Grupo de Adoção, no Fórum de Florianópolis, Santa Catarina a Diretora da DIATI, Sandra Levy. Ao lado dela Juízes, Promotores e funcionários do TJSC

EVENTOS COMEMORATIVOS:

- ✓ A DIATI desenvolveu eventos comemorativos referentes ao dia do Comissário de Justiça, dos Assistentes Sociais e dos Psicólogos com a ilustre presença do Juiz Auxiliar da Corregedoria Dr. Afonso Henrique Barbosa.
- ✓ No dia 21 do mês de setembro, o Juiz Auxiliar da Corregedoria, Afonso Henrique Ferreira Barbosa, responsável pelo Núcleo de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes (Nudeca), e as psicólogas Sandra Levy e Patricia Glycerio receberam a visita do diretor executivo do National Children's Advocacy Center (NCAC), Chris Newlin. Também participaram do encontro a promotora Patrícia Pimentel, a diretora executiva e o consultor da Childhood Brasil, respectivamente Heloisa Ribeiro e Benedito Rodrigues.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



- ✓ Na ocasião, eles aproveitaram para conhecer a sala de depoimento especial do Fórum Central e durante a visita, estreitou-se o canal de comunicação entre a equipe do TJRJ, a Childhood e o NCAC. A troca de experiências e a divulgação das boas práticas têm se mostrado essenciais para a construção de fluxos de atendimentos que atendam ao princípio do melhor interesse da criança.
- ✓ Segundo dados divulgados pela Childhood, organização que, assim como o NCAC, atua em diversos países na proteção de crianças e adolescentes que sofreram ou foram testemunhas de violência, aqui no Brasil, as vítimas são ouvidas cerca de oito a dez vezes ao longo de um processo judicial, precisando repetir – e reviver – a situação de violência sofrida para diversos órgãos de atendimento, investigação e responsabilização.
- ✓ Para modificar essa situação, a lei 13431/2017 estabelece duas formas distintas para ouvir crianças e adolescentes: a escuta especializada e o depoimento especial. Além disso, somente os órgãos que possuam entrevistadores capacitados nessa técnica de escuta especial poderão ouvir o depoimento de vítimas.
- ✓ Em novembro, a DIATI participou da Reunião Plenária Ordinária na Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- ✓ Em 25 de novembro, a DIATI esteve no XIV Encontro Estadual dos Grupos de Apoio à Adoção do Rio de Janeiro, no qual foram apresentados temas como visibilidade de crianças e adolescentes acolhidos, com apresentação dos projetos “Quero uma Família” do MPRJ e “Adote um Vencedor” da 1ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso em parceria com o Fluminense e outras instituições. Também foi apresentado o



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Trabalho da Frente Parlamentar Pró Adoção da ALERJ “Necessidades das crianças e adolescentes acolhidos”.

- ✓ No mês de outubro, a DIATI participou de reunião com os Membros da COEM para a organização e definição das ações a serem realizadas pelo TJRJ no período da 9ª Edição da Semana Justiça pela Paz em Casa. Foram promovidos 3 Eventos pela DIATI, foram eles: Café com o NUDECA, quando reunimos os especialistas em Oitiva de Crianças e Adolescentes vítima de violência para discussões de temas na área, Roda de Conversa sobre a Lei Maria da Penha e Curso de Alienação Parental para os analistas nas especialidades de Serviço Social e Psicologia.



NOTÍCIAS DIATI

[Nudeca emite nota de apoio à participação de psicólogos no depoimento especial](#)

Notícia publicada pela Assessoria de Imprensa em 02/03/2018 18:17

O Núcleo de Depoimento Especial da Criança e do Adolescente da Corregedoria Geral da Justiça (Nudeca) emitiu hoje (2/3) uma nota de apoio à “Carta sobre a participação de profissionais da Psicologia no Depoimento Especial (DE) de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência”. O documento foi elaborado pelo Grupo Permanente de Psicologia Jurídica e Escuta de Crianças (GPPJEC) em resposta ao posicionamento contrário do Conselho Federal de Psicologia (CFP) à Lei 13.431/2017, que tornou o depoimento especial obrigatório em todo o país.

De acordo com o grupo, formado por psicólogos que atuam no sistema de Justiça, a escuta especial com crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência já vem sendo realizado e aperfeiçoado ao longo dos anos no Poder Judiciário e o psicólogo possui competências técnicas e metodológicas para exercer essa prática. Na carta, eles defendem ainda que a Psicologia é uma das principais profissões a contribuir para o conhecimento das situações de violência, técnicas e protocolos de entrevista, funcionamento da memória, comunicação e desenvolvimento humano.

Sobre o Depoimento Especial

Inicialmente batizado como Depoimento Sem Dano, o Depoimento Especial começou a ser praticado no início do ano 2000, no Tribunal do Rio Grande do Sul, para tirar a criança da sala de audiência. Dez anos depois, em 2010, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou a resolução 33, que recomendava a prática a todos os tribunais estaduais. Durante esses anos, o Depoimento Especial foi sendo aperfeiçoado e propagado no sistema de Justiça até que, em 2017, foi sancionada a Lei 13.431, que tornou o Depoimento Especial obrigatório em todo o país.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Nessa metodologia, a vítima e o réu não ficam frente a frente. A criança/adolescente permanece em outra sala e conta o que aconteceu a um psicólogo, assistente social ou comissário de Justiça. Esses profissionais são servidores do Poder Judiciário, devidamente capacitados em Depoimento Especial. O relato é transmitido na sala de audiência por um sistema interno de TV.

No Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes do TJRJ é usada a técnica da entrevista cognitiva, que visa o resgate de memórias. Sendo assim, o papel dos profissionais que atuam como entrevistadores é o de facilitar a expressão da criança ou adolescente, visando reduzir os riscos de revitimização.

Núcleo de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes

O Nudeca foi oficializado em 17 de outubro de 2012, pelo Ato Executivo 4297/2012 - Conjunto 09/2012. Está embasado pela Recomendação 33 de 2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que orienta aos tribunais a implantação de sistema de depoimento em vídeo gravado para as crianças e adolescentes vítimas de violência.

Esse núcleo integra a Divisão de Apoio Técnico Interdisciplinar (DIATI) da Corregedoria Geral da Justiça e atende a demandas de Varas Criminais, de Infância e Juventude e Idoso, de Família, e os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em casos de violência sexual, física e psicológica contra crianças e adolescentes.

A íntegra da nota:

Nota Pública

O Núcleo da Criança e do Adolescente da Corregedoria Geral da Justiça (NUDECA), que reúne 23 profissionais da Psicologia, do Serviço Social e do Comissariado em prestação de auxílio voluntário para a execução das entrevistas de Depoimento Especial das Varas Criminais de todo o Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de garantir a proteção e o direito das crianças e dos adolescentes vítimas de violência, vem a público manifestar apoio ao Grupo Permanente de Psicologia Jurídica e Escuta de Crianças (GPPJEC) signatário da "Carta sobre a participação de profissionais da Psicologia no Depoimento especial (DE) de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência", tendo em vista os motivos que se seguem

1.O NUDECA da Corregedoria Geral da Justiça reconhece que o chamado Depoimento Especial é um procedimento com respaldo científico, que minimiza danos e possibilita o menor prejuízo quando crianças e adolescentes são chamados a participar de um processo judicial, pois viabiliza que elas sejam acolhidas e ouvidas de forma humanizada e qualificada.

2.O NUDECA reconhece que os profissionais que atuam na escuta de crianças em contexto forense o fazem de forma ética, comprometida e competente, seguindo ditames técnicos e científicos fundamentados em estudos e pesquisas da Psicologia Mundial.

3. O NUDECA reconhece que os profissionais que atuam na escuta de crianças em contexto forense o fazem por opção sem subordinação técnica a profissionais de outras áreas.

4.O NUDECA não reconhece o lugar do entrevistador forense com a função de inquiridor, mas sim um lugar onde há intervenções a partir de uma escuta no sentido de que há contextualização das condições emocionais da criança para depor ou a viabilidade ou não de relatar os fatos vividos, seja impedindo ou reformulando a pergunta da sala de audiência.

5. Por fim, O NUDECA reconhece o Depoimento Especial como sendo a melhor alternativa para a oitiva de crianças e adolescentes nesse contexto; ou mesmo, a única alternativa possível de ser considerada, já que a forma tradicional de uma audiência é tão constrangedora e desprotegida, nestes casos, quanto não ser dada à criança/adolescente oportunidade para que ela se manifeste e, com isso, obtenha a proteção de que necessita.

Sendo assim, o NUDECA reafirma seu apoio aos signatários do documento e espera que o Grupo Permanente de Psicologia Jurídica e Escuta de Crianças (GPPJEC) alcance representatividade perante o CFP.

Rio de Janeiro, 2 de março de 2018.

NÚCLEO DE DEPOIMENTO ESPECIAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - NUDECA

Leia também, a íntegra da "Carta sobre a participação de profissionais da Psicologia no Depoimento especial (DE) de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência": <http://bit.ly/2CUhEFY>

Fonte:

http://cgj.tjrj.jus.br/pagina-inicial?p_id=portletassessoriaimprensadestfototexto_WAR_portletassessoriaimprensa&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maxi



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

mized&p_p_mode=view&portletassessoriaimprensadestfototexto_WAR_portletassessoriaimprensa_jspPage=%2Fhtml%2Fview%2Fvisualizacao%2Fnoticia.jsp&portletassessoriaimprensadestfototexto_WAR_portletassessoriaimprensa_noticiald=55807

Assistentes sociais comemoram seu dia com palestra de capacitação

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 15/05/2018 15:30

O debate “O Serviço Social e as possibilidades de atuação no espaço sociojurídico” foi promovido nesta terça-feira pelo Serviço de Apoio aos Assistentes Sociais (SEASO), ligado à Corregedoria Geral da Justiça, para comemorar o Dia do Assistente Social (15/5). Participaram da abertura do evento o juiz auxiliar da Corregedoria Afonso Henrique Barbosa, a diretora do Departamento de Ações Pró-Sustentabilidade (DEAPE), Rosilea Di Mais Palheiro, e a chefe do SEASO, Luciene da Rocha. O debate foi conduzido pelas assistentes sociais Morena Gomes Marques Soares, Josélia Ferreira dos Reis, Vânia Morales Sierra e Maria Aparecida Evangelista do Nascimento. Servidores de diversas comarcas do estado estiveram no Auditório Desembargador José Navega Cretton, no Fórum Central, para assistir a palestra.

A atuação no TJRJ

O Dia do Assistente Social surgiu a partir do Decreto Federal 994, de 15 de maio de 1962, que regulamentou e oficializou a profissão no Brasil. Atualmente, o Serviço Social é regulamentado pela Lei 8.662/93.

No Judiciário fluminense, a inserção desses profissionais ocorreu em meados de 1930, com a realização, inclusive, de um curso de formação de assistentes sociais para atuarem no recém-criado Juizado de Menores. Em 1946, foi instituída a Agência de Serviço Social no Juizado de Menores, por iniciativa do juiz Alberto Mourão Russel, favorecendo o processo de organização da atuação dos assistentes sociais que prestavam serviço ao Tribunal de Justiça. No ano seguinte, considerando a contribuição trazida pela profissão, foi aberto o primeiro concurso público para contratação de assistentes sociais para o Juizado de Menores. Por esse motivo, a atuação do Serviço Social ficou, durante muitos anos, associada a esse Juizado. O novo modelo de atuação desses profissionais no TJRJ foi lançado em 2009, através do Provimento CGJ 80/2009, que assegura o trabalho dos assistentes em todas as serventias.

Galeria de Imagens



O debate foi conduzido pelas assistentes sociais Morena Gomes Marques Soares, Josélia Ferreira dos Reis, Vânia Morales Sierra e Maria Aparecida Evangelista do Nascimento

Fonte: <http://cuj.tjrj.jus.br/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/1017893/5484972>

Justiça inaugura Centro de Soluções de Conflitos na Região Oceânica

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 18/05/2018 15:10



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Novo Cejusc já está funcionando com sete mediadores capacitados

Um tijolo em um prédio que simboliza uma nova cultura. Assim o presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), desembargador César Cury, definiu o Centro Judiciário de Soluções de Conflito e Cidadania (Cejusc) do Fórum da Região Oceânica, em Niterói, inaugurado nessa sexta-feira, dia 18. O Cejusc funciona no segundo andar do Fórum, que fica na Estrada Caetano Monteiro.

O desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) destacou casos de sucesso realizados a partir da mediação, como a recuperação judicial da Oi, ao avaliar os dispositivos que evitam a judicialização dos casos. De acordo com o magistrado, o pioneirismo do Judiciário fluminense pode significar uma mudança na sociedade.

“Os métodos pré-processuais não só observam com qualidade as demandas cotidianas da Justiça, como diminuem os custos e aceleram a prestação jurisdicional. É inadmissível que só se tenha ideia de processo como forma de Justiça. O Rio tem estrutura e capacidade para atuar de uma nova forma. Um conflito bem resolvido entre as partes é também um ganho para a sociedade”, afirmou.

Com sete mediadores capacitados, o Cejusc da Região Oceânica já está funcionando. Algumas das Varas de Família já estão enviando e solucionando processos por meio da mediação e da conciliação. Coordenadora do Cejusc recém-inaugurado, a juíza Cássia Arueira Klausner exaltou a oportunidade de oferecer novas possibilidades para que os moradores da região resolvam seus conflitos.

“As novas instalações foram criadas para atender melhor a população e criar um espaço para o diálogo. A mediação não é apenas uma alternativa, e sim um método eficaz de solução de conflitos com o objetivo de desafogar o Poder Judiciário. A mediação dá às partes o poder de gerir e solucionar o próprio caso”, avaliou.

O corregedor-geral de Justiça, desembargador Claudio de Mello Tavares, destacou o caráter de auxílio e compreensão dos métodos pré-processuais.

“A mediação e a conciliação são métodos para resolver os litígios de forma célere, trocando o lado adversarial pelo colaborativo, que evita o desgaste emocional das partes. Essas ferramentas representam o sonho de um Judiciário melhor, com a redução de gastos e alta produtividade”, disse.

JGP/PC

Fonte: <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5111210/5516861>

TJRJ assina acordo de cooperação para proteger criança e adolescente vítima de violência

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 24/05/2018 19:48

Com o objetivo de unificar as ações para o atendimento célere à criança e ao adolescente que têm que prestar depoimento como vítima ou testemunha, e de buscar reduzir a necessidade de repetições de depoimentos em diversos órgãos de atendimento, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) promoveu nesta quinta-feira, dia 24, a cerimônia de assinatura do Acordo de Cooperação Institucional que visa à Integração para Escuta e Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violências.

Além do TJRJ, integram o acordo de cooperação os seguintes órgãos: Corregedoria Geral de Justiça, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil, Secretaria estadual de Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Social, Secretaria de Estado de Segurança Pública, através da Polícia Civil, Secretaria estadual de Saúde, Secretaria municipal de Assistência Social e Direitos Humanos e Fundação da Infância e Adolescência.

Para coordenar as ações estabelecidas no acordo, foi criada a Comissão Institucional do Estado do Rio de Janeiro para a Criança e Adolescente Vítima (CICAVJ), que será composta por até três representantes de cada um dos órgãos que firmaram o acordo. A comissão irá se reunir ao menos uma vez por mês para debater a implementação de novas ações e analisar aquelas em desenvolvimento visando a implementação de uma política pública para o atendimento da criança e do adolescente vítima de violência.

O presidente do TJRJ, desembargador Milton Fernandes de Souza, destacou a importância do trabalho conjunto que será desenvolvido.

“Esse convênio que estamos assinando hoje é resultado de um trabalho que já vem sendo desenvolvido há alguns anos. Além disso, é uma iniciativa que não gera despesas para os cofres públicos. Assim, tem tudo para dar certo, pois temos que procurar sempre trabalhar em conjunto para que todos os objetivos desejados sejam alcançados”, afirmou.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

A desembargadora Katya Monnerat fez questão de participar da cerimônia, ressaltando a importância de preservar a criança e o adolescente, principalmente, em relação aos depoimentos repetidos que são obrigados a prestar.

“Esse convênio dá continuidade ao projeto já iniciado pelo Tribunal de Justiça e, através desse trabalho conjunto, um dos objetivos que poderemos alcançar é reduzir ao máximo o número de vezes que as crianças são ouvidas, pois entendemos que cada um desses momentos de exposição representa um momento traumático para a vítima”, observou.

O defensor público-geral, André Luis Machado de Castro, concordou com a desembargadora sobre a necessidade de preservar a criança e o adolescente em relação aos depoimentos.

“Essa formalização traz um salto de qualidade no trabalho de ouvir essas crianças e adolescentes que enfrentam situações tão desfavoráveis. Para a Defensoria Pública, isso é muito importante para a defesa dessas vítimas, sem deixar de compatibilizar com os direitos constitucionais dos acusados, que também é uma questão muito importante e está muito bem definida nesse documento que estamos assinando hoje”.

O acordo também foi elogiado pelo procurador-geral de Justiça, José Eduardo Gussem.

“Entre tantas iniciativas que desenvolvemos no Estado, esse trabalho de integração é especial, pois resguarda, protege o direito dessas crianças que sofrem algum tipo de violência. Estamos todos muito felizes pela formalização dessa iniciativa”.

Foram signatários do acordo as seguintes autoridades: desembargador Milton Fernandes de Souza, presidente do TJRJ; desembargador Claudio de Mello Tavares, corregedor-geral da Justiça; José Eduardo Ciotola Gussem, procurador-geral de Justiça; André Luis Machado de Castro, defensor público-geral; Gisele de Lima Pereira, da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro; Silvana do Monte Moreira, presidente da Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente da OAB-RJ; Maurício Carlos Araújo Ribeiro, da Secretaria Estadual de Saúde; e o secretário João Mendes de Jesus, da Secretaria municipal de Assistência Social e Direitos Humanos.

Também participaram da cerimônia magistrados, procuradores, advogados e representantes dos órgãos signatários do acordo.

Foto: Brunno Dantas/TJRJ

JM/AB

Fonte: [TJ assina acordo de cooperação](#)

Instituições se unem para proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 24/05/2018 19:48

Um acordo de Cooperação Institucional para Escuta e Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência foi assinado hoje de manhã, no Salão Nobre do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, tendo sido criada, na ocasião, a Comissão interinstitucional do Estado do Rio de Janeiro para a Criança e o Adolescente Vítima (CICAVRJ). Entre as atribuições da nova comissão está “o desenvolvimento de estratégias e ações de promoção de políticas de atendimento de crianças e adolescentes nessa situação, assegurando a eles proteção integral para resguardá-los de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, abuso, crueldade e opressão.”

Assinaram o termo, o Presidente do TJRJ, desembargador Milton Fernandes de Souza; o Corregedor-Geral da Justiça, desembargador Claudio de Mello Tavares; o Procurador-Geral de Justiça, José Eduardo Ciotola Gussem; o Defensor Público-Geral, André Luis Machado de Castro; a sub-chefe administrativa de Polícia Civil, delegada Gisele de Lima Pereira, representando o Chefe de Polícia, Rivaldo Barbosa; a presidente da CDCA OABRJ, Silvana do Monte Moreira; Maurício Carlos Araújo Ribeiro, representando a Secretaria estadual de Saúde; o secretário municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, João Mendes de Jesus.

- Temos que trabalhar juntos e com harmonia para obtermos bons resultados. Vai dar certo! – disse o presidente do TJRJ, desembargador Milton Fernandes de Souza, observando que outros estados já adotaram este modelo de ação.

Fonte: <http://cgj.tjrj.jus.br/web/cgj/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/1017893/5546574>

Serviço de Psicologia da VEMSE é inaugurado no antigo Palácio da Justiça



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 04/06/2018 15:55

Adolescentes que cumprem medidas socioeducativas terão aulas de cidadania em museus

O Serviço de Psicologia da Vara de Execuções de Medidas Socioeducativas da Comarca da Capital foi inaugurado hoje de manhã no prédio do antigo Palácio da Justiça, com a presença dos desembargadores Milton Fernandes de Souza e Claudio de Mello Tavares, respectivamente Presidente e Corregedor-Geral do TJRJ, além do juiz auxiliar da Presidência Marcelo Oliveira, da juíza Lúcia Mothé Gliuche, titular da Vara de Execuções de Medidas Socioeducativas, e da promotora Luciana Rocha de Araújo Benisti, da 2ª Promotoria de Justiça de Execução de Medidas Socioeducativas da Capital, representando o procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro, José Eduardo Gussem.

- Minha palavra é uma palavra singela de agradecimento. Não se iludam porque esse é apenas o início. Agora é que o trabalho vai começar e será um trabalho duro, um trabalho árduo, mas contamos com os senhores – disse o presidente do TJRJ.

A juíza Lúcia Gliuche ressaltou a necessidade de mais espaços no Estado do Rio de Janeiro para o cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida:

- Todos que estamos envolvidos com esse trabalho acreditamos na educação. Todos os dias podemos aprender com nossas experiências. A idade nos traz maturidade. O adolescente está na idade da rebeldia, de contrariar para crescer, mas esse adolescente pode refletir, aprender com a própria experiência. Esta sala está muito próxima de três museus, cujos responsáveis se dispuseram a mostra-los de uma maneira mais voltada para o nosso público. Muitos desses adolescentes nunca saíram de perto da área onde moram. Façamos nós a diferença que queremos ver no mundo.

A psicóloga Marlise Eugenie d'Icarahy, que idealizou o projeto, explicou que a meta é convocar o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa para uma participação cidadã, como determinou a juíza:

- Nosso objetivo é estender a mão aos adolescentes e entender as questões de cidadania que acham mais relevantes. Faremos uma visita a três museus: o da Justiça, o Histórico Nacional e o do setor cultural da Alerj em parceria com o projeto Parlamento Juvenil e com apoio da Faculdade de Fundamentos de Educação da UniRio. No próximo dia 6, os adolescentes irão à Alerj onde conversarão sobre cidadania e apresentarão soluções para os problemas apontados. Pode ser em forma de desenhos, grafites ou outra. Serão cerca de mil adolescentes a cada quatro meses – disse a psicóloga acrescentando a parceria com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) da Prefeitura do Rio de Janeiro, que encaminhará os jovens ao projeto.

Fonte : [Serviço de Psicologia da VEMSE](#)

TJ do Rio inaugura serviço de psicologia para adolescentes

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 04/06/2018 15:15



O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) inaugurou, nesta segunda-feira, dia 4, o Serviço de Psicologia da Vara de Execuções de Medidas Socioeducativas da Capital (Vemse) para dar atendimento a adolescentes que cometeram infrações



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

e estão em liberdade assistida. O principal objetivo é transmitir noções de ética e moral aos menores com visitas a museus, incentivando a comunicação para que possam expressar a experiência cultural adquirida nesses passeios.

Inicialmente, está previsto atender um total de 1.100 adolescentes até o fim do ano. Eles serão encaminhados pelos Centros de Referência Especializado em Assistência Social (Creas) da Prefeitura do Rio e divididos em grupos vão visitar o Museu da Justiça – Centro Cultural do Poder Judiciário do TJRJ, o Museu Histórico Nacional e o Setor Cultural da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). Já na próxima terça-feira, dia 6, está agendada uma visita à Alerj.

A juíza Lúcia Mothe Glioche, da Vara de Execuções de Medidas Socioeducativas, acredita que a educação é a principal via na recuperação destes adolescentes, despertando neles o sentimento de cidadania. De acordo com a magistrada, o serviço vai tornar realidade determinações judiciais que devem ser cumpridas durante a liberdade assistida, além da prestação do trabalho comunitário. Para ela, a iniciativa contribuirá para expandir o aprendizado do adolescente e para a sua formação social.

“O estudo não se restringe ao banco escolar. Muitos desses adolescentes não ultrapassam os limites das suas áreas de convivência. O serviço de psicologia vai estender o braço do Crea, responsável pelo atendimento do adolescente em liberdade assistida nessas áreas”. Segundo Lúcia Glioche, o adolescente poderá vir a ter a medida socioeducativa extinta desde que mostre um perfil de conhecimento dos valores ético e moral.

O presidente do TJRJ, desembargador Milton Fernandes de Souza, lembrou que será um trabalho árduo e elogiou todos os envolvidos na sua execução.

Coordenado pela psicóloga do TJRJ Marlise Eugenie D’Icarahy, o trabalho do Serviço de Psicologia da Vara de Execuções de Medidas Socioeducativas da Capital contará com apoio dos Creas, da Alerj e do Departamento de Fundamentos de Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). O Serviço de Psicologia vai funcionar em uma sala do Museu da Justiça compartilhada com a Abaterj e o Departamento de Ações Pró-Sustentabilidade (Deape).

A solenidade de instalação do serviço também contou com a participação do corregedor-geral da Justiça, desembargador Cláudio de Mello Tavares, do juiz auxiliar da Presidência Marcelo de Oliveira e da titular da 2ª Promotoria de Justiça de Execução de Medidas Socioeducativas da Capital, Luciana Rocha de Araújo Benisti, representando o procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro, José Eduardo Gussem.

PC/SP

Fonte: TJ do Rio inaugura serviço de psicologia para adolescente

TJ do Rio vai criar mais salas para depoimento de crianças vítimas de violência

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 11/06/2018 15:44

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) vai ampliar o atendimento a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de abuso sexual, de violência física ou psicológica, com a criação de mais seis Salas de Depoimento Especial em pontos estratégicos do estado para suporte a todas as comarcas. Pioneiro da iniciativa desde 2012 e atualmente contando com o funcionamento de três salas, o TJRJ segue a determinação da Lei Federal 13.431, sancionada em abril de 2017, que torna o Depoimento Especial obrigatório no Brasil. Pela legislação, somente órgãos autorizados e com profissionais especializados podem ouvir essas vítimas.

A ampliação dos novos locais foi anunciada nesta segunda-feira, dia 11, pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Cláudio de Mello Tavares, na abertura do Simpósio sobre a prática do Depoimento Especial-repercussões da Lei 13.431/2017. O seminário, que se encerra nesta terça-feira, dia 12, é realizado no auditório Desembargador José Navega Cretton, do Fórum Central (Av. Erasmo Braga 115, 7º andar da Lâmina I). Participam juízes, promotores, defensores públicos e psicólogos do TJ do Rio e de outros estados brasileiros em debates sobre técnicas e experiências em Depoimento Especial.

As salas serão aparelhadas especialmente para os depoimentos e com estrutura especial, a fim de evitar que as vítimas menores de idade fiquem em contato com os réus nos processos. Além disso, são decoradas para que a criança ou adolescente se sinta à vontade, sem se distrair a ponto de não dialogar com o entrevistador. O tribunal tem promovido cursos especializados para que assistentes sociais, comissários de Justiça e psicólogos se tornem novos entrevistadores.

Depoimento Especial

“Na sociedade atual, não podemos mais conceber que crianças e adolescentes sejam vítimas de violência, negligência, tratamento desumano, enfim, que seus direitos fundamentais sejam violados em qualquer esfera” – disse o corregedor-geral da Justiça na defesa do direito da criança ser ouvida em processos judiciais ou administrativos. O direito é



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

estabelecido por convenção internacional e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Eca) na proteção da infância e da adolescência.

Destacou que, na maioria dos casos, o depoimento da vítima é a única prova possível de ser produzida e a forma mais eficaz para a responsabilização do agressor. O depoimento da criança ou do adolescente conduzido por especialistas são transmitidos ao vivo para a sala de audiência, contribuindo para a maior segurança do juiz em suas decisões.

O juiz auxiliar da Presidência Marcelo Oliveira, representando no evento o presidente do TJRJ, desembargador Milton Fernandes de Souza, lembrou que o Judiciário Fluminense foi um dos primeiros a criar as salas especiais para o depoimento. Ele mencionou que a experiência foi implementada pelo juiz Sandro Pitthan, da 1ª Vara de Família de Madureira, seguindo o exemplo da experiência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, pioneiro através da iniciativa do desembargador José Antonio Daltoé César. O juiz auxiliar acrescentou que o depoimento da criança e do adolescente sob a supervisão de um especialista oferece mais qualidade técnica para o julgador formar a sua convicção. Considerou, ainda, a Lei 13.431 como um marco na proteção e na expansão do Depoimento Especial.

Para a presidente da Comissão Interinstitucional da Criança e do Adolescente, desembargadora Katya Monnerat, o Depoimento Especial se mostra necessário e maneira positiva de identificar o que aconteceu num processo de violência contra o menor. Explicou que, na maioria dos casos, a criança não sabe distinguir a realidade da invenção. Um questionamento equivocado, sem o auxílio de um técnico, pode levar a criança a se confundir. A desembargadora ressaltou a importância do trabalho do profissional na condução desse tipo de depoimento.

A juíza Vanessa Cavaliere, titular da Vara da Infância e da Juventude da Capital, disse que, nos processos sob a sua jurisdição, existem 306 crianças vítimas de estupro. A Vara vai ganhar uma sala exclusiva para viabilizar o depoimento dessas vítimas. Segundo ela, a sala deve ser vista também na preservação da criança e do adolescente por evitar o contato com o acusado de agressão. Além do seu trabalho no TJ do Rio, a juíza integra a comissão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a convite da ministra Cármen Lúcia, que vai fiscalizar a instalação das Salas de Depoimento em todo o país.

O juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça Afonso Henrique Barbosa destacou o cuidado a ser tomado quando se trata do depoimento de pessoas vulneráveis, como é a criança, devendo sempre buscar a sua preservação. A participação dos psicólogos de outros estados no simpósio foi referência para a psicóloga Sandra Levy, em razão da oportunidade que haverá na troca de experiência entre profissionais.

No encerramento do simpósio será exibido o documentário "Houve?", que apresenta uma reflexão sobre o atendimento de crianças vítimas de violência no âmbito da Justiça brasileira. O filme foi produzido pela doutora em Psicologia Jurídica Sílvia Ignez e Henrique Ligeiro.

Os painéis do simpósio terão a participação, pelo TJ do Rio, os juízes Sandro Pitthan, Raquel Chrispino, Adriana Ramos de Mello, Vanessa Cavaliere e Sérgio Luiz Ribeiro.

Foto: Raquel Rocha/CGJ

PC/JM

Fonte: [TJ do Rio vai criar mais salas para depoimento](#)

Os avanços e as necessidades para a implementação do Depoimento Especial são discutidos em seminário no Rio

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 11/06/2018 18:07

"Esperei por esse dia para o juiz escutar o que me aconteceu, ouvir, anotar e não mais acontecer." Essa frase, dita por uma criança vítima de violência sexual, foi divulgada durante o "Simpósio sobre a prática do Depoimento Especial – repercussões da Lei 13.431/2017", para deixar clara a necessidade de engajamento dos profissionais que atuam na área de proteção da Infância e da Juventude devido ao alto grau de confiança demonstrado no Judiciário. A abertura do evento, na manhã desta segunda-feira (11/6), no auditório Desembargador José Navega Cretton, contou com a presença de profissionais de vários estados que atuam nessa área e estão reunidos no Rio para trocar experiências e melhorar a prática da oitiva especial.

O Corregedor-Geral da Justiça, desembargador Claudio de Mello Tavares, ressaltou que a violência sexual infantil se apresenta como um fenômeno complexo, com impacto negativo para o desenvolvimento cognitivo, comportamental e emocional das vítimas crianças e adolescentes. E, como tal, exige intervenções adequadas e efetivas dos profissionais que os atendem:

- A escuta da criança em processos que lhe dizem respeito, mais do que um direito que o ordenamento jurídico assegura, procura valorizar a vítima como pessoa, revelando a importância que lhe está sendo dirigida. Na sociedade atual, não



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

podemos mais conceber que crianças e adolescentes sejam vítimas de violência, negligência, tratamento desumano, enfim, que seus direitos fundamentais sejam violados em qualquer esfera – destacou o magistrado.

Representando o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Milton Fernandes de Souza, o juiz auxiliar da Presidência Marcelo Oliveira - que participou da implementação do Depoimento Especial no TJRJ, em 2012 - falou em seguida:

- O Rio de Janeiro está entre os pioneiros no Depoimento Especial. Ver hoje esse auditório lotado é um prazer, pois percebemos o quanto isso evoluiu e o grande engajamento de todos os envolvidos na rede de proteção. O Depoimento Especial é uma defesa de seres humanos frágeis dentro da sociedade. Em especial porque esse tipo de delito, muitas vezes, envolve relações pessoais, então, a necessidade dessa proteção aumenta ainda mais.

Presidente da Comissão Institucional do Estado do Rio de Janeiro para a Criança e Adolescente Vítima (CICAVJ), a desembargadora Katya Monnerat também acompanha o Depoimento Especial desde sua implantação no TJRJ. À época, era juíza da área de Família e foi a primeira a realizar esse tipo de oitiva no estado.

- Antes, nós pegávamos situações em que a criança não respondia às perguntas. O juiz, muitas vezes, ficava com aquele silêncio da vítima, sem saber se ela estava dizendo “sim” ou “não”. Assim, não conseguíamos andar com o processo e o suposto réu acabava se beneficiando desse silêncio. A sala de Depoimento Especial é muito importante na medida que muda toda a forma do procedimento, da colheita de provas à forma de ouvir a criança, abrindo um leque de melhorias para esse tipo de processo – afirmou a desembargadora.

Já o juiz auxiliar da Corregedoria Afonso Henrique Barbosa destacou que a Corregedoria Geral da Justiça, em parceria com a Presidência do TJRJ, está ampliando o número de salas de Depoimento Especial em todo o estado:

- A criação de mais seis salas de Depoimento Especial no Tribunal de Justiça vai tornar o acesso à Justiça mais fácil a um número maior de pessoas – destacou o magistrado, acrescentando que, atualmente, há três salas disponíveis no Tribunal de Justiça para esse fim.

A juíza Vanessa Cavalieri vai contar com uma sala exclusiva para o Depoimento Especial na Vara da Infância e Juventude do Rio de Janeiro.

- Sou titular da única vara do Rio de Janeiro com competência de julgar os adolescentes infratores. Isso me dá um acervo que acredito ser o maior do estado em relação ao estupro de vulneráveis. Atualmente, estão em andamento 306 casos de estupro de vulneráveis, ou seja, são pelo menos 306 crianças vítimas. Todos foram praticados por adolescentes. Se eu for colher um depoimento especial por dia, levaria quase um ano para ouvir essas crianças e julgar esses casos. Por esse motivo, consegui esse privilégio de ter uma sala de Depoimento Especial exclusiva para a vara onde atuo podendo assim realizar mais de um depoimento por dia – explicou a magistrada, acrescentando:

- Quem trabalha com a criança vítima sabe como é difícil não ter certeza sobre o que aconteceu, seja para condenar ou para absolver. É difícil não saber se você está colocando na cadeia uma pessoa que pode ser inocente, e, então, destruir a vida daquela pessoa, ou se está deixando esse agressor em liberdade porque você não tem certeza do que aconteceu. Nós não queremos isso. Queremos que a justiça aconteça com o máximo de verdade que pudermos extrair em cada caso, e, nesse ponto, a ajuda dos técnicos é essencial.

Vanessa Cavalieri foi convidada pela ministra Carmen Lúcia para trabalhar como colaboradora do Conselho Nacional de Justiça monitorando a implementação das salas de Depoimento Especial em todo o país, conforme estabelece a Lei 13.431/2017:

- A ministra Carmen Lúcia realmente tem tido uma atuação extremamente voltada para a preservação dos interesses da Criança e do Adolescente. A intenção dela não é punir, nem fiscalizar, mas monitorar como está sendo feita essa implementação de salas de Depoimento Especial nos estados para identificar os que estão mais avançados e os que estão com mais resistência ou mais dificuldades para podermos auxiliá-los – afirmou.

Encerrando a solenidade de abertura, a psicóloga Sandra Levy, diretora da Divisão de Apoio Técnico Interdisciplinar (DIATI) da CGJ, destacou o trabalho interinstitucional da rede de proteção à criança e ao adolescente:

- A caminhada do Depoimento Especial até aqui foi longa. Considerando a importância de se estabelecer uma articulação com toda a rede para atingir uma efetiva proteção dos direitos da criança e do adolescente, criamos uma comissão interinstitucional com diversos atores da rede de proteção e defesa, para estabelecer um fluxo de atendimento em rede para as vítimas de violência. A marca registrada dessa comissão é a cooperação entre os diversos órgãos da rede de proteção à infância e adolescência no Rio de Janeiro.

No encerramento do evento, no fim da tarde desta terça-feira (12/6), será exibido o documentário “Houve?”. Dirigido pela doutora em Psicologia Jurídica, Sílvia Ignez, em parceria com o diretor Henrique Ligeiro, a produção apresenta reflexões sobre o atendimento de crianças vítimas de abuso sexual no âmbito da Justiça brasileira.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Galeria de Imagens



Fonte: [Os avanços e as necessidades para a implementação do Depoimento Especial](#)

Comissários de Justiça debatem os novos desafios para a promoção dos direitos da criança e do adolescente

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 18/06/2018 17:05

Comissários de Justiça de todo o estado e especialistas na área da Infância e da Juventude estiveram reunidos hoje (18/6), no Auditório Desembargador José Navega Cretton, para falar sobre “Desafios contemporâneos para a promoção dos direitos da criança e do adolescente”. Participaram da abertura do evento o juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça Afonso Henrique Barbosa, a diretora da Divisão de Apoio Técnico Interdisciplinar (DIATI), Sandra Levy, e a chefe do Serviço de Apoio aos Comissários de Justiça (SECJI), Monica Zouein. O debate foi promovido pelo SECJI, setor ligado à Corregedoria Geral da Justiça, pelo Dia do Comissário de Justiça, comemorado em 20 de maio.

- O tema escolhido para o debate deixa clara a preocupação dos comissários com as diversas possibilidades de ajudar as crianças e adolescentes de nosso estado – elogiou o juiz.

Os comissários da Infância, da Juventude e do Idoso (comissários de Justiça) prestam um serviço de assessoramento à Justiça que é essencial para a sociedade. Cabe a eles a fiscalização das normas de prevenção e proteção às crianças, adolescentes e idosos, garantindo um convívio sadio no meio social, evitando situações de risco e exploratórias.

Foram debatidos os seguintes temas: “Sexualidade e gênero: adolescentes acolhidos e em cumprimento de medida socioeducativa”, “Relato de caso de adolescente transexual em medida de internação”, “Fiscalização preventiva: descrição de uma experiência bem-sucedida”, “Comissário de Justiça: quem somos e a quem servimos”, “Depoimento Especial: a experiência da comarca de Teresópolis”, “Projeto político-pedagógico: reflexões sobre uma experiência de abrigo”, “Apresentação do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte: desafios do contexto” e “Crianças e adolescentes em situação de rua: contexto, políticas e diretrizes nacionais”

Galeria de Imagens



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO – CGJ/DGADM

Período de Referência:

2018

Emitido em:

Janeiro de 2019

Aprovado por:

Diretor-Geral de Administração

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.



Fonte: <http://cgj.tjrj.jus.br/web/cgj/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/1017893/5608006>

Corregedor da Justiça do Rio aborda depoimento de menores em artigo de jornal

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 25/07/2018 11:47



Artigo do corregedor-geral da Justiça do Rio de Janeiro, desembargador Claudio de Mello Tavares, sobre o depoimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual foi publicado no jornal O Globo nessa terça-feira, dia 24. “Os profissionais que os atendem têm se esforçado para encontrar alternativas menos prejudiciais para vítimas e testemunhas dele. O depoimento especial busca conciliar os princípios do processo penal, em especial o contraditório e a ampla defesa, com os princípios constitucionais da dignidade humana e a prioridade de crianças e adolescentes”, explicou, acrescentando que, por lei, os menores têm o direito de serem ouvidos em processos que lhe dizem respeito.

Ele falou também sobre o trabalho que é feito no TJRJ nessa área: “O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro é um dos pioneiros e conta, desde 2012, com três salas especiais. Mais seis estão sendo instaladas para atender todo o estado. Além disso, mais assistentes sociais, comissários de Justiça e psicólogos estão se especializando para fazer as entrevistas. A sala especial é decorada para que a criança se sinta à vontade sem se distrair a ponto de não conversar com o entrevistador.”



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Leia a íntegra do artigo:

Sem constrangimento para depor

Só órgãos autorizados e com profissionais especializados podem ouvir menores vítimas de abuso sexual, e em sala especial, para que não fiquem frente a frente com o réu

A legislação referente à infância e juventude foi construída lentamente até a concepção atual de criança e adolescente como sujeitos de direitos. Estão salvaguardados na Constituição Federal, com prioridade, seus direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Proteger tais direitos é dever não só do Estado, mas da família e da sociedade.

Nessa mesma linha, o ECA (1990) assegurou-lhes a condição de sujeitos de direitos. Para a implementação da Doutrina de Proteção Integral, criou-se o Sistema de Garantia de Direitos. Organismos internacionais também buscam proteger a infância. A Declaração de Genebra se preocupou em declarar alguns direitos, mas não obrigou as nações a garanti-los. A Declaração Universal dos Direitos Humanos reconheceu a infância como objeto de cuidados e atenções especiais, mas não tem conseguido conter as atrocidades que a humanidade, infelizmente, vem presenciando. A Declaração dos Direitos da Criança e a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança trouxeram princípios básicos comuns à população infantil.

As crianças têm se tornado protagonistas da sua história, a sociedade vem movendo forças para tornar concreta sua proteção integral, mas a violência sexual nos preocupa ao colocar crianças e adolescentes em situação de risco. Um crime complexo, com impacto negativo no desenvolvimento cognitivo, comportamental e emocional deles. Os profissionais que os atendem têm se esforçado para encontrar alternativas menos prejudiciais para vítimas e testemunhas dele. O depoimento especial busca conciliar os princípios do processo penal, em especial o contraditório e a ampla defesa, com os princípios constitucionais da dignidade humana e a prioridade de crianças e adolescentes.

A Lei Federal 13.431/2018 diz que só órgãos autorizados e com profissionais especializados podem ouvir crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de abuso sexual, e em sala especial, para que não fiquem frente a frente com o réu. A conversa é transmitida on-line para a sala de audiências. Antes de se tornar lei, o depoimento especial recebeu uma homenagem do Prêmio Inovare (em 2006, ainda com o nome de Depoimento Sem Dano) e foi reconhecido pela comunidade jurídica. Agora, por lei, a criança tem o direito de ser ouvida em processos judiciais ou administrativos que lhe dizem respeito. Essa é a forma mais eficaz de responsabilizar o agressor. O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro é um dos pioneiros e conta, desde 2012, com três salas especiais. Mais seis estão sendo instaladas para atender todo o estado. Além disso, mais assistentes sociais, comissários de Justiça e psicólogos estão se especializando para fazer as entrevistas. A sala especial é decorada para que a criança se sinta à vontade sem se distrair a ponto de não conversar com o entrevistador.

A violência na infância pode ocorrer de várias formas: física, abuso sexual, psicológica ou por negligência de cuidados. “Dar voz” a essa criança ou adolescente acerca de situações que a envolvam serve para aplicar a lei, proteger seus interesses e possibilitar o exercício da cidadania. Essa proteção não significa privá-los de verbalizar o fato, o que pode ser libertador. Quando as condições para o desenvolvimento na primeira infância são boas, maiores são as chances de a criança se tornar um adulto realizado. Só envolvendo toda a sociedade na prevenção das várias espécies de abuso poderemos pensar em um mundo menos violento. Uma sociedade norteada pelo princípio da dignidade humana, sem discriminação de gênero, raça, idade ou orientação sexual, que respeite crianças e adolescentes como sujeitos de direito e de fato.

Fonte:

<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5111210/5721825>

Prática do Depoimento Especial no Rio inspira Tribunal de Rondônia

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 05/09/2018 19:00

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro vai servir de modelo para a implantação do Depoimento Especial no Tribunal de Justiça de Rondônia. Com a Lei Federal 13.431/2017, que entrou em vigor este ano tornando a escuta especializada obrigatória no país, os tribunais estaduais estão se adaptando para cumpri-la. O TJRJ, no entanto, já realiza esse tipo de oitiva desde 2012, sendo um dos pioneiros nessa prática. O projeto piloto foi desenvolvido no Fórum Central de Porto Alegre (RS), em 1998.

Representando o TJRJ, a diretora da Divisão de Apoio Técnico Interdisciplinar da Corregedoria Geral da Justiça, psicóloga Sandra Levy, participou nesta terça (5/9) do Encontro Estadual de Psicólogos e Assistentes Sociais do PJRO. Ela proferiu uma palestra sobre “Estratégias de Atuação no Depoimento Especial” apresentando a juizes, psicólogos e assistentes sociais do Judiciário rondoniano o protocolo usado no Rio para a realização do Depoimento Especial.

Sandra explicou por que a criança tem que ser ouvida nos processos:



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Na vara criminal, o olhar é todo para o acusado, assim como nas de infância é todo pela criança, então o depoimento especial é para garantir o contraditório e direito à ampla defesa. Enquanto o estudo técnico é uma prova pericial composta por todos os recursos da psicologia, não se limitando à entrevista, o depoimento é prova testemunhal do processo criminal. A lei fala da violência física, sexual, psicológica – incluindo a alienação parental – e institucional, com destaque para a antecipação de provas, ou seja, a criança deve ser ouvida o mais rapidamente possível.

E acrescentou:

- Algumas questões se colocam em torno do protocolo: como as crianças registram a memória, como conseguem expressá-la e o que o sistema de justiça quer ouvir.

Por isso, é usada a técnica da entrevista cognitiva (com transferência do controle para o entrevistado) dentro do depoimento, que tem as seguintes etapas: planejamento, acolhimento inicial, apresentação do protocolo, recriação do contexto, narrativa livre, questionamento, esclarecimento final, pós-depoimento e fechamento:

- Como a memória é seletiva, a forma como a pergunta é formulada vai influenciar na resposta, uma pergunta diretiva ou sugestível introduz informação que não foi mencionada antes pela criança - alertou a psicóloga.

Por isso, ela considera importante que os profissionais busquem entender como a memória funciona, como se dão os processos de codificação da percepção dos eventos, armazenamento da experiência e evocação ou busca por essa memória:

- Alguns outros fatores que influenciam na sugestibilidade infantil são o tipo ou a repetição de perguntas, técnicas não verbais, ambiente inadequado. Daí a necessidade de uma minimização do número de entrevistas. O ideal é que a criança seja ouvida apenas uma vez, com a gravação do depoimento.

Após a palestra, a mesa redonda “Depoimento Especial no PJRO” reuniu magistrados e psicólogos para debater os avanços e os desafios da utilização da técnica. A juíza Sandra Merenda, do 2º Juizado da Infância e Juventude (JIJ), trouxe dados que apontam para o cenário em que o depoimento especial é utilizado. Dos 800 processos em andamento no Juizado, 90% tratam de abuso sexual. Diante deste dado alarmante, a magistrada ressalta a importância de que os juízes criminais tenham uma atitude protetiva em relação a essas vítimas.

Para o juiz Adolfo Naujorks Neto, auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, hoje estão muito claras a importância e a relevância do profissional da psicologia e assistente social como auxiliares dos juízes, que segundo ele, não têm conhecimento técnico necessário para enfrentar essa nova demanda da oitiva de crianças e adolescentes. Ele afirma que apesar de considerar que todos, juízes e servidores, estão em processo de aprendizagem para a implantação do depoimento especial, há uma “obrigação ética, moral e funcional de envidarmos todos os esforços, minorando os danos a essas crianças e adolescentes”. Para isso, há um grupo de trabalho junto à presidência para criar as estruturas físicas necessárias para que o Provimento Conjunto n. 04/2018-PR-CGJ seja cumprido, além de proporcionar a formação exigida para magistrados e servidores.

A capacitação adequada para os profissionais foi um dos desafios elencados pelas psicólogas do 2º JIJ, Camila Scarabel e Denise Campos. Em suas falas, destacaram a necessidade de formar aqueles que irão realizar os depoimentos, de forma a garantir que essa escuta aconteça de forma não revitimizante e desnecessária. O primeiro contato da equipe de Rondônia com a prática de Depoimento Especial no Rio foi através do simpósio “A prática do Depoimento Especial e repercussões da Lei 13.431/2017”, promovido pela Corregedoria Geral da Justiça do TJRJ em junho deste ano, reunindo profissionais de todo o país para debater o assunto.

Fonte: Assessoria de Comunicação – Emeron

Galeria de Imagens



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



A psicóloga do TJRJ Sandra Levy (ao centro) com servidores do Tribunal de Rondônia

Fonte: [Prática do Depoimento Especial no Rio inspira Tribunal de Rondônia](#)

Juíza Leidejane Chieza investe na capacitação em Depoimento Especial

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 03/10/2018 15:14

Uma equipe multidisciplinar de servidores do 10º Núcleo Regional (NUR) concluiu, na última sexta-feira (28/9), um curso preparatório sobre escuta sem dano especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de abuso sexual violência. A capacitação foi promovida pelo Núcleo de Depoimento Especial (Nudeca) da Corregedoria Geral da Justiça, em parceria com a Esaj, no Fórum de Itaperuna.

As aulas foram ministradas pelas psicólogas Sandra Pinto Levy, diretora da Divisão de Apoio Técnico Interdisciplinar, e Patrícia Glycerio Rodrigues Pinho, chefe do Serviço de Apoio aos Psicólogos. Ambas são especializadas em Depoimento Especial e atuam nessa área dentro do TJRJ desde a implementação da técnica.

A juíza Leidejane Chieza Gomes da Silva, dirigente do 10º NUR, ressaltou a importância do cumprimento da Lei do Depoimento Especial (Lei 13.431/17) e da existência de um espaço apropriado nos fóruns para receber as vítimas.

Nem sempre os operadores de direito têm a sensibilidade necessária para formular perguntas adequadas durante a audiência, portanto, acho importante que a criança ou adolescente que sofreu o abuso tenha um lugar adequado para ser ouvida e, assim, evitar a revitimização – ponderou a magistrada.

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro está entre os pioneiros em Depoimento Especial, utilizando essa técnica desde 2012, antes mesmo da Lei 13.431, sancionada em 2017, entrar em vigor tornando a prática obrigatória em todo o país. Com a mudança na legislação, o TJRJ, por meio da Corregedoria Geral da Justiça, está aprimorando a prática, com a instalação de novas salas para Depoimento Especial, além de capacitar novos entrevistadores (assistentes sociais, comissários de Justiça e psicólogos do quadro de servidores).

A juíza acredita, no entanto, que alguns pontos podem ser melhorados:

Como a sala de Depoimento Especial que atende a nossa região será em Campos, ficamos preocupados com a distância. Tirar a vítima do seu município e percorrer com ela mais de 100 quilômetros para falar sobre um assunto que ela quer evitar pode acabar trazendo outro problema. Mas já estamos procurando soluções e vamos encaminhá-las através da equipe do Nudeca que está aqui promovendo a capacitação – adiantou.

Fonte: Assessoria de Comunicação da Corregedoria Geral de Justiça

Galeria de Imagens



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Em Destaque



Equipe multidisciplinar de servidores do décimo Núcleo Regional no curso de capacitação sobre escuta sem dano especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunha de abuso sexual

Fonte: [Juíza Leidejane Chieza investe na capacitação em Depoimento Especial](#)

Fonte: <http://cgj.tjrj.jus.br/web/cgj/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/1017893/5885371>

Justiça do Rio ganha mais 9 salas de depoimento especial para crianças e adolescentes

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 26/11/2018 18:58



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



Salas para Depoimentos Especiais são obrigatórias desde o começo de 2018

Nove Salas de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Crimes serão inauguradas nesta quinta-feira, dia 29, em nove municípios fluminenses. A cerimônia oficial será realizada no Núcleo de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes (Nudeca) da Gamboa, às 14h, com a presença do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Milton Fernandes de Souza, e do corregedor-geral da Justiça, desembargador Claudio de Mello Tavares.

O evento será transmitido por videoconferência para os fóruns de Duque de Caxias, Volta Redonda, Cabo Frio, Bangu, Teresópolis, Campos de Goytacazes, Itaperuna e Alcântara, marcando a inauguração simultânea de todas as salas. Em Teresópolis, a sala de Depoimento Especial era compartilhada com a Vara Criminal mas, a partir de quinta-feira, passará a funcionar separadamente.

O Rio de Janeiro é um dos pioneiros nessa prática, e conta, desde 2012, com três salas de Depoimento Especial, incluindo a de Teresópolis. As outras duas funcionam, respectivamente, no Fórum Central e em Madureira. Para que fosse possível a inauguração de novas salas, assistentes sociais, comissários de justiça e psicólogos do TJRJ se especializaram como entrevistadores. A técnica de entrevista é baseada na linha cognitiva comportamental e a sala especial é decorada para que a criança se sinta à vontade, mas não fique muito distraída a ponto de não conversar com o entrevistador.

Lei do Depoimento Especial

A Lei Federal 13.431, em vigor desde o início do ano, tornou o Depoimento Especial obrigatório no Brasil e determinou que apenas órgãos autorizados e com profissionais especializados ouçam as crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de abuso sexual usando uma sala especial, para evitar que fiquem frente a frente com o réu. Segundo a Convenção Internacional sobre os [Direitos da Criança](#) e o [ECA](#), a criança tem o direito de ser ouvida em processos judiciais ou administrativos que lhe dizem respeito e de ser protegida de sofrimentos durante o processo de audiência. Na maioria dos casos, o depoimento da vítima é a forma mais eficaz de responsabilizar o agressor.

“Somente envolvendo toda a sociedade na prevenção das diversas espécies de abuso, poderemos pensar em um mundo menos violento e sob novas formas de sociabilidade social. Uma sociedade norteada pelo princípio da dignidade humana, sem discriminação de gênero, raça, idade ou orientação sexual, uma sociedade que respeite todas as crianças e adolescentes como sujeitos de direito e de fato”, disse o corregedor-geral da Justiça, desembargador Claudio de Mello Tavares.

Fonte: Assessoria de Comunicação da CGJ/RJ

Fonte: <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5111210/6000869>

Assistentes sociais e psicólogos do TJRJ debatem estratégias para combater a violência de gênero

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 28/11/2018 19:32



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Em Destaque



Assistentes sociais e psicólogos do TJRJ debatem estratégias para combater a violência de gênero

Como parte da programação da Semana da Justiça pela Paz em Casa, a Corregedoria Geral da Justiça promoveu, nesta quarta-feira (28/11), o debate “Estratégias de atuação técnica para o enfrentamento da violência de gênero”, voltado para assistentes sociais e psicólogos que atuam em Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. A juíza Katerine Jatahy Kitsos Nygaard; a chefe do Serviço de Apoio aos Assistentes Sociais (SEASO), Luciene da Rocha; e a chefe do Serviço de Apoio aos Psicólogos, Patricia Glycerio, abriram o evento no auditório Desembargador José Navega Cretton, no Fórum da capital, no Centro do Rio.

“O trabalho para combater a violência contra a mulher é muito importante, embora muitas pessoas não o valorizem. Pensam que a mulher que está naquela situação de violência está porque quer. Mas não é nada disso. Se ela pudesse, sairia daquela situação. Então, nosso papel, enquanto Judiciário, principalmente o da equipe técnica, que tem contato mais próximo com essas mulheres, é fundamental para quebrar esse ciclo de violência”, ressaltou a juíza Katerine Nygaard.

O debate contou com dois painéis. O primeiro, “Desafios da atuação na execução das medidas”, teve como palestrantes o professor Marco Julián Martínez-Moreno, pós-doutorando na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); os psicólogos Camille de Andrade Saraiva, Beatriz Lucas Losada Affonso e José Cesar Coimbra; e as assistentes sociais Kelly Affonso de Siqueira e Neiva de Pádua Chamas.

O segundo painel, “Tecendo redes de apoio à mulher vítima de violência”, contou com a palestra da subsecretária de Políticas Para Mulheres do Município do Rio de Janeiro, Comba Marques; da assistente social Soyanni Silva Alves; além de representantes de organizações da Sociedade Civil.

Em sua 12ª edição, a Semana da Justiça Pela Paz em Casa começou na segunda-feira (26/11) e vai até sexta-feira (30/11). Promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com os Tribunais de Justiça estaduais, a ação tem como objetivo ampliar a efetividade da Lei Maria da Penha (Lei nº. 11.340/2006), concentrando esforços para agilizar o andamento dos processos relacionados à violência de gênero.

Foto: Raquel Rocha de Oliveira

Fonte: Assessoria de imprensa da Corregedoria Geral da Justiça

Link: <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5111210/6005482>

Juízes criminais e da infância se reúnem para discutir depoimentos especiais



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Em Destaque



Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 29/11/2018 18:50



Caio Shaffer, juíza Raquel Chrispino, desembargador Daltoé Cesar, juíza Vanessa Cavaliéri, juiz Sergio Luiz e a juíza Vânia Mara Gonçalves

“A questão do depoimento especial é, antes de tudo, uma questão humanitária”. A reflexão do juiz Sergio Luiz Ribeiro de Souza, presidente da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância e da Juventude e do Idoso (Cevij) deu início ao evento “Depoimento Especial”, na quinta-feira, dia 29. Juizes Criminais e da Infância e Juventude de todo o Estado do Rio de Janeiro, participaram do evento para aprender mais sobre esse tipo de procedimento.

Considerado um avanço para o Sistema de Justiça, por estar em sintonia com os princípios constitucionais da proteção à pessoa e os direitos humanos, o depoimento especial está previsto na Lei 13.431/2017: “Esta Lei normatiza e organiza o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, cria mecanismos para prevenir e coibir a violência...” (Art. 1º)

“A ideia é sempre proteger a criança e o adolescente. Dentro do que conhecemos hoje, inclusive em outros países, o depoimento especial é a melhor forma de se ouvir”, destacou o desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) José Antônio Daltoé Cesar, presidente da Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e Juventude (Abraminj).

Daltoé foi o criador desse modelo de depoimento. O procedimento é uma técnica humanizada para oitiva de menores vítimas ou testemunhas de violência e abuso sexual. Em um ambiente acolhedor, com brinquedos, livros coloridos e bonecos de pelúcia é colhido o depoimento da criança ou adolescente. Em outra sala, profissionais que atuam no processo – juiz, promotor e defensores – acompanham a entrevista sem ter contato com a depoente. A conversa é transmitida ao



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

vivo para a sala de audiência, fica gravada e é anexada aos autos para evitar que a criança seja ouvida em outras fases da ação ou em eventual recurso.

“Nós, no Rio Grande do Sul, temos depoimento especial desde 2003 e faz toda a diferença. Mas é importante enfatizar que a parte mais fácil é instalar as salas. É preciso mudar a cultura, capacitar juízes, promotores, advogados e técnicos facilitadores dessas entrevistas para que, efetivamente, a criança ou o adolescente, quando vier prestar seu depoimento em juízo, tenha o acolhimento adequado”, ressaltou o desembargador José Antônio Daltoé Cezar.

Magistrados da infância e da juventude e da área criminal, técnicos do TJRJ, e estudantes de Direito participaram do encontro. Compuseram a mesa de honra o assistente social Caio Cesar Wollmann Schaffer; a psicóloga Erika Piedade da Silva Santos; e os juízes Raquel Chrispino, Vanessa Cavalieri e Daniel Konder, membros do Fórum Permanente da Criança, do Adolescente e da Justiça Terapêutica.

Ao final do evento, o juiz Sergio Luiz Ribeiro de Souza anunciou a inauguração de mais oito salas de depoimento especial. O Estado do Rio tem agora um total de 11 salas de depoimento especial em Caxias, São Gonçalo, Bangu, Gamboa, Volta Redonda, Cabo Frio, Campos, Itaperuna, Madureira, Centro e Teresópolis.

Fonte: Emerj

Link: <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5111210/6008116>

Nove cidades ganham salas de depoimento especial para crianças e adolescentes

Em Destaque

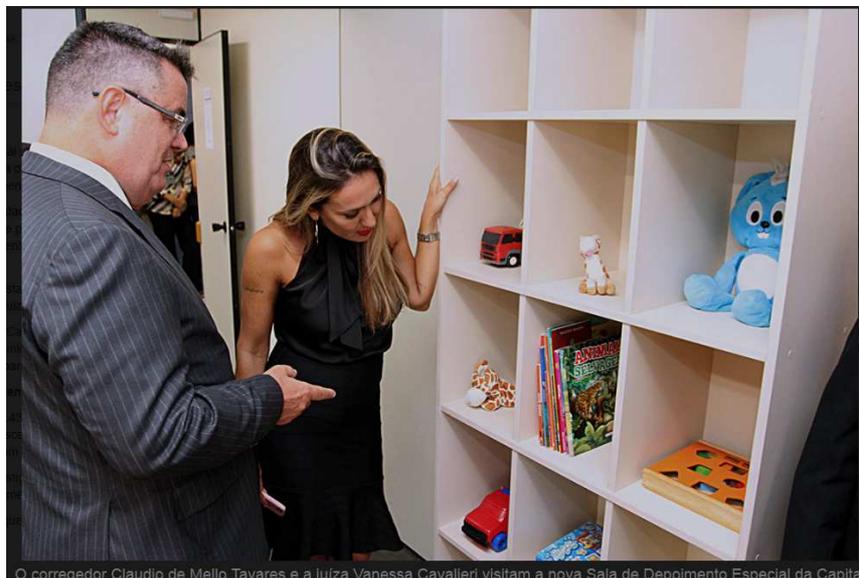


Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 29/11/2018 18:53



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



O corregedor Claudio de Mello Tavares e a juíza Vanessa Cavaleri visitam a nova Sala de Depoimento Especial da Capital

A Justiça Estadual do Rio inaugurou, na tarde desta quinta-feira, 29, nove Salas de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência. A cerimônia foi realizada na Vara da Infância e da Juventude da Capital e transmitida por videoconferência para os fóruns de Duque de Caxias, Volta Redonda, Cabo Frio, Bangu, Teresópolis, Campos dos Goytacazes, Itaperuna e Alcântara, marcando a inauguração simultânea das salas nos nove locais.

Durante a solenidade, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Claudio de Mello Tavares, disse que o projeto foi concebido com a finalidade de reduzir os danos às crianças e aos adolescentes que precisam serem ouvidos em juízo. “Na sociedade atual, não podemos mais conceber que crianças e adolescentes sejam vítimas de violência, negligência e tratamento desumano. Somente envolvendo toda a sociedade na prevenção das diversas espécies de abuso poderemos pensar em um mundo menos violento e sob novas formas de sociabilidade social”, considerou.

O magistrado destacou, também, a importância da atuação dos assistentes sociais e psicólogos, e demais profissionais envolvidos no projeto. “O trabalho desenvolvido pela equipe ajuda, de forma efetiva, o juiz e traz tranquilidade à vida da criança e à sua família”.

A juíza Vanessa Cavaleri, titular da Vara da Infância e da Juventude da Capital, acredita que a sala de depoimento especial garante a oitiva mais rápida, preservando e protegendo a criança e reduzindo a impunidade nos casos de violência sexual. Já o juiz auxiliar da Presidência, Marcelo Oliveira, destacou a importância da iniciativa para o sistema de Justiça criminal e conclamou os juizes criminais para se engajarem na luta pela criança vítima de abuso sexual.

Sala de Depoimento Especial

A Lei Federal 13.431, sancionada em abril de 2017, tornou o depoimento especial obrigatório no Brasil e determinou que apenas órgãos autorizados e com profissionais especializados ouçam as crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de abuso sexual. Os depoimentos são feitos em uma sala especial, evitando, assim, que as vítimas ou testemunhas menores de idade fiquem frente a frente com o réu.

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro é um dos pioneiros nessa prática e, desde 2012, já contava com três salas estruturadas para depoimento especial. O projeto faz parte do Núcleo de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes (Nudeca).

Foto: Luiz Henrique Vicent

MG/ AB

Fonte: <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5111210/6007293>



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

DIVISÃO DE CUSTAS E INFORMAÇÕES (DICIN)

A Divisão de Custas e Informações (DICIN) gerencia o atendimento a dúvidas e consultas de usuários sobre custas processuais e emolumentos, bem como coordena a atualização das tabelas de custas e emolumentos no âmbito da Justiça Estadual Fluminense, controlando a atualização destas informações no site do TJERJ, dentre outras atribuições, na forma dos Arts. 69 a 71 da Resolução TJ/OE nº 01/2017 e no art. 5º, § 9º, da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (Parte Judicial). Seus processos de trabalho estão detalhados nas Rotinas Administrativas RAD-DGADM-015, RAD-DGADM-021, RAD-DGADM-023, RAD-DGADM-024, RAD-DGADM-027, RAD-DGADM-030 e RAD-DGADM-044.

Além disso, realiza o processamento de feitos administrativos nas seguintes áreas: autorização para distribuição de atos extrajudiciais fora do prazo; cancelamento ou retificação de datas destes atos; abertura e encerramento de conta corrente de Juiz de Paz; e análise de consultas e reclamações envolvendo a cobrança indevida ou excessiva de emolumentos, praticada pelos Serviços Extrajudiciais.

A Divisão de Custas e Informações (DICIN) compreende as seguintes subunidades:

- I. Serviço de Atendimento de Custas (SEATE)
- II. Serviço de Processamento e Análise de Custas (SEPAC)

Seguem abaixo as principais ações realizadas pela DICIN/CGJ:

- A DICIN, através do Serviço de Processamento e Análise de Custas, concluiu e arquivou 611 processos no biênio (sendo 208 em 2017 e 331 em 2018), ressaltando-se que, no referido período, todas as metas de prazo estabelecidas para cada tipo de processamento foram alcançadas com êxito.
- Realização de 187.651 (cento e oitenta e sete mil seiscentos e cinquenta e um) atendimentos ao público (média superior a 7.900 por mês, sendo: 91.819 em 2017 e 90.088 em 2018 – dados consolidados até 30/11/2018) a fim de orientar e sanar dúvidas sobre custas judiciais e extrajudiciais, tendo como plataformas de atendimento o balcão (21.306 em 2017 e 27.128 em 2018 – dados consolidados até 28/12/2018), o telefone



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

(69.788 em 2017 e 65.204 em 2018 – dados consolidados até 28/12/2018) e o e-mail (725 em 2017 e 758 em 2018 – dados consolidados até 28/12/2018).

- No biênio, foram realizados 137.515 (cento e trinta e sete mil quinhentos e quinze) atendimentos por telefone no CALL CENTER (média superior a 5.790 por mês), sendo o serviço de atendimento telefônico, também conhecido como “DISQUE-CUSTAS”, responsável por mais da metade do total de atendimentos da Divisão, por ser o serviço mais utilizado por advogados, jurisdicionados e servidores que residem nas Comarcas do interior do estado e em outros estados do país.
- No ano de 2017, o percentual de atendimentos telefônicos realizados pelo CALL CENTER da DICIN (serviço conhecido como DISQUE-CUSTAS) alcançou a média anual de 91,6% (sobre o total de ligações encaminhadas ao setor no período), e, no ano de 2018, o percentual de atendimentos telefônicos alcançou a média anual de 92,96%, superando, assim, a nova meta estabelecida pela Divisão em 2018 (perda máxima de 10% das ligações).

PESQUISA DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DICIN 2018: Realizada nos meses de junho/julho, obteve o resultado positivo conjunto de 100% nos itens ÓTIMO + BOM, demonstrando o grau de excelência do atendimento e da prestação de serviços aos usuários internos e externos.

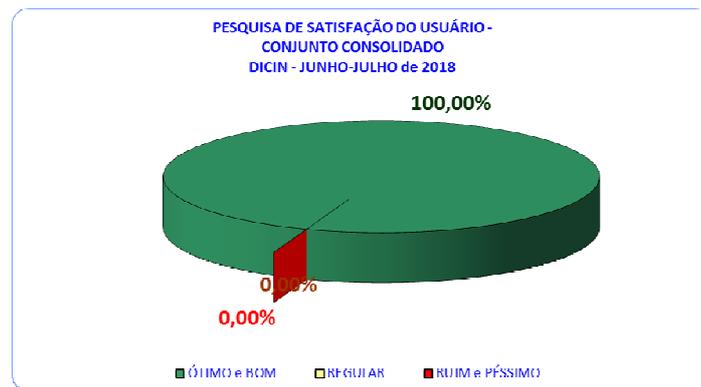
Os índices de aprovação obtidos, tanto individualmente, quanto no conjunto dos itens avaliados, superaram a meta estabelecida. A Divisão de Custas e Informações foi avaliada como “ótima e boa” pela totalidade dos usuários consultados no período indicado, em relação a todos os itens apontados no formulário. Este resultado se deve à qualidade do atendimento realizado no balcão da DICIN/CGJ pelo Serviço de Atendimento de Custas, que propicia agilidade, segurança e confiança aos usuários que recorrem ao setor para fazer o cálculo das custas processuais e o preenchimento da GRERJ com maior assertividade. Além de atendentes atenciosos e hábeis, o Chefe do Serviço e o Diretor da Divisão estão sempre acessíveis a todos os usuários, sobretudo para dirimir dúvidas mais complexas e fornecer informações técnicas mais elaboradas ou embasamento legal, em caso de necessidade. Ademais, as instalações físicas do setor, após adaptações requeridas pelo Diretor da Divisão, com colocação de novas divisórias, modernização do painel eletrônico com dispensador de



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

senhas e instalação de aparelho televisor, dentre outros, tornaram a espera e a permanência dos usuários das dependências da Divisão mais confortável e aumentaram a qualidade do serviço prestado ao longo dos anos.



❖ SERVIÇO DE ATENDIMENTO DE CUSTAS (SEATE)

ATENDIMENTO: Foram realizados 181.907 (cento e oitenta e um mil e novecentos e sete) atendimentos ao público (média superior a 7.900 por mês, sendo: 91.819 em 2017 e 90.088 em 2018 – dados consolidados até 30/11/2018), a fim de orientar e sanar dúvidas sobre custas judiciais e extrajudiciais/emolumentos, tendo como plataformas de atendimento o balcão (21.306 em 2017 e 25.788 em 2018 – dados consolidados até 30/11/2018), o telefone (69.788 em 2017 e 63.506 em 2018 – dados consolidados até 30/11/2018) e o e-mail (725 em 2017 e 704 em 2018 – dados consolidados até 30/11/2018).

ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE NORMAS ADMINISTRATIVAS: no início de 2017, foram atualizados os modelos de GRERJ Eletrônica disponibilizados no portal eletrônico do TJERJ, bem como todo o material relativo a custas processuais e emolumentos disponibilizado no portal eletrônico da Corregedoria, tendo, ainda, participado diretamente da elaboração e da publicação de diversas normas administrativas, a saber: Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 11/2017, Aviso CGJ nº 633/2017, Aviso CGJ nº 634/2017 e Aviso CGJ nº 676/2017.

❖ SERVIÇO DE PROCESSAMENTO E ANÁLISE DE CUSTAS (SEPAC)



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

ARQUIVAMENTO: A DICIN, através do Serviço de Processamento e Análise de Custas, concluiu e arquivou 606 processos no biênio (sendo 208 em 2017 e 326 em 2018), ressaltando-se que, no referido período, todas as metas de prazo estabelecidas para cada tipo de processamento foram alcançadas com êxito.

NOTÍCIAS DICIN

[Serviço de Atendimento de Custas da Corregedoria faz mais de 93 mil atendimentos em 2017](#)

Notícia publicada pela Assessoria de Imprensa em 16/01/2018 17:24

Dúvidas sobre custas processuais e preenchimento das guias de recolhimento (GRERJ) são frequentes entre advogados e partes. Por isso, a Corregedoria Geral da Justiça conta com o Serviço de Atendimento de Custas, que atende os usuários através do Disque-Custas (021-3133-2156) ou presencialmente no balcão de atendimento da sala 804 da Lâmina I, no Fórum Central. Somente em 2017, foram realizados 93.819 atendimentos sobre custas judiciais e extrajudiciais.

Fonte:

[Serviço de Atendimento de Custas da Corregedoria](#)

6. AÇÕES PENDENTES DE REALIZAÇÃO (demandas não concluídas no período de referência, excluídas as dos projetos)

DEDIS	
AÇÃO	ACOMPANHAMENTO
Desenvolvimento de funcionalidade que permita a Emissão das Certidões de Prática Jurídica diretamente pelo interessado, através do sítio do TJERJ	Processo Administrativo nº 2016-007817.
Compatibilização do Sistema PROGER com o Windows 7	Req. 2017.0096368 e SS 2017.0133173 (Em teste – Sem sucesso até o momento)
Solicitação de adequação de layout do Departamento de Distribuição	Processo Administrativo nº 2017-171811

DESOP	
AÇÃO	ACOMPANHAMENTO



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

DIPES	
AÇÃO	ACOMPANHAMENTO
Implementar indicador - previsto para dezembro de 2017, sofreu alteração na programação em razão da publicação do Ato Normativo Conjunto nº 15/2017, que alterou a composição da estrutura do "Gabinete do Juízo", ficando adiado para 2018.	Em andamento
Atualização da estrutura organizacional definidas na Resolução TJ/OE/RJ nº 01/2017, de 21/02/2017, no que se refere às atribuições da Divisão de Pessoal da Diretoria Geral de Administração da Corregedoria Geral da Justiça (DGADM/DIPES), em razão da portaria nº 526/2016, que transferiu o Serviço de Pessoal Extrajudicial (SEPEX) com suas atribuições da DIPES para a Divisão de Monitoramento Extrajudicial (DGFEX/DIMEX).	Em andamento
Dirimir questões apresentadas pelos servidores com relação ao Ato Normativo Conjunto nº 15/2017. Estão sendo realizadas reuniões com a diretoria da DIPES e equipe envolvida, juntamente com o Juiz Auxiliar da Corregedoria, Dr. Luiz Eduardo Cavalcanti Canabarro.	Em andamento
Viabilizar meios para implementar o sistema automático de migração do cargo de Auxiliar de Gabinete do Juízo para Auxiliar de Gabinete do Juiz, com o suporte da DGTEC.	Em andamento

DICIN	
AÇÃO	ACOMPANHAMENTO
Acompanhar os projetos de melhoria da GRERJ eletrônica junto ao DEGAR e à DGTEC, priorizando o Projeto de Certificação Automática das Custas Processuais.	REQ2017.050222/GRERJ e REQ2017.059140/SMR
Implementar a Pesquisa de Satisfação do Usuário nas diversas plataformas de atendimento da Divisão, até o final do segundo semestre de 2017.	Realizado.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

7. DESTAQUES DE ECONOMICIDADE

DEDIS	
AÇÕES DE DESTAQUE	ECONOMIA OBJETIVA GERADA
Impressão das Certidões de Prática Jurídica em frente-e-verso.	Redução do consumo de papel à metade da quantidade anteriormente utilizada.
Centralização do Serviço de Malote Digital	Redução da duplicidade de distribuição e da impressão de documentos, gerando menor uso de recursos humanos e de material.

DESOP	
AÇÕES DE DESTAQUE	ECONOMIA OBJETIVA GERADA
A extração de reprografia no ano de 2017 foi de 45.703, já em 2018 extraiu-se, no mesmo período, 10.589 cópias.	Apurou-se redução de cerca de 77% (setenta e sete por cento) na extração de cópias. Tal redução se operou em razão da substituição da máquina de reprografia de grande porte por outra de pequeno porte.
O consumo de papel para impressão no ano de 2017 foi de 2.334 (dois mil e trezentos e trinta e quatro) resmas. No ano de 2018 foi de 2.238 (dois mil, duzentos e trinta e oito) resmas.	Houve uma redução em torno de 4% (quatro por cento), contabilizando 96 (noventa e seis) resmas economizadas.
Com referência a utilização de toner e cartucho para impressoras jato de tinta, utilizou-se 476 (quatrocentos e setenta e seis) insumos no ano de 2017, enquanto que no mesmo período de 2018, utilizou-se, apenas, 405 (quatrocentos e cinco).	Houve uma redução em torno de 15% (quinze por cento) no período de 2018.
A utilização de envelopes no ano de 2017 foi de 10.240 (dez mil, duzentos e quarenta), enquanto que no mesmo período de 2018, foram utilizados 7.405 (sete mil, quatrocentos e cinco).	O período registrou redução de cerca de 28% (vinte e oito por cento).



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

DIPES	
AÇÕES DE DESTAQUE	ECONOMIA OBJETIVA GERADA
Papel	Utilização do verso das folhas para complementação da instrução de processos, inclusive para a impressão dos despachos.
Mobiliário	Foram devolvidos todos os móveis e cadeiras excedentes a fim de aumentar o espaço e oxigenar o local de trabalho.
Sala de espera	Foi criada uma sala de espera acolhedora e humanizada para melhor receber aos que esperam atendimento, muitas vezes em situações aflitivas que requerem uma atenção especial, otimizando tempo e minimizando tensões.

DICIN	
AÇÕES DE DESTAQUE	ECONOMIA OBJETIVA GERADA
Elaboração de novo sistema eletrônico de conferência e certificação das custas processuais para as Primeira e Segunda Instâncias, em parceria com DEGAR e a DGTEC, em cumprimento ao determinado pela nova Administração Superior deste E. Tribunal, que priorizou tal projeto (REQ2017.050222/GRERJ e REQ2017.059140/SMR), e que, em conformidade com os objetivos históricos da DICIN, visa facilitar e simplificar o preenchimento da guia pelos usuários e a conferência da mesma pelos servidores, que entrará em funcionamento até o início de 2019.	Menor tempo despendido no preenchimento da GRERJ Eletrônica, na orientação aos usuários, na certificação das custas, na atualização das Portarias de Custas Processuais e Emolumentos, bem como na atualização de dados nos Sistemas SMR e DCP. Em andamento.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

8. SITUAÇÃO DOS RECURSOS

Tópicos				Observações
DEDIS				
Pessoal		X		<p>Desde 2017, o DEDIS perdeu um total de dez servidores e quinze prestadores de serviço.</p> <p>A falta de reposição de pessoal, principalmente de servidores efetivos, preocupa os gestores, tendo em vista que:</p> <ul style="list-style-type: none">(a) os prestadores de serviço são contratados para realização de atividades de apoio operacional, dentre as quais não se incluem a distribuição e a conferência de feitos(b) os estagiários, cujo contrato é temporário (seis meses, renováveis por até três períodos iguais), cumprem jornada de trabalho 30% inferior à dos servidores, sendo que esta diferença chega a -62% em dias de provas.
Tecnologia da Informação		X		<p>O DEDIS pleiteia junto à DGTEC a aquisição de autenticadoras mais modernas.</p> <p>Permanece a incompatibilidade entre computadores dos guichês do PROGER, Windows 7, Sistema PROGER e as autenticadoras existentes.</p> <p>Os sistemas utilizados para distribuição de processos (DCP e Portal Eletrônico) têm apresentado indisponibilidade total ou parcial com frequência elevada.</p>
Infraestrutura			X	<p>São frequentes os vazamentos nos banheiros e bebedouros do Departamento.</p> <p>As duas copas disponíveis não comportam a quantidade de usuários, e não dispõem de instalações hidráulicas (são copas secas).</p> <p>As tubulações de gás e os drenos dos aparelhos de ar condicionado são expostos, o que nos parece oferecer risco de dano às instalações.</p> <p>Não existem interruptores para apagar as luminárias do setor, nem controles para desligar os aparelhos de ar condicionado, o que gera desperdício de energia elétrica para o TJERJ.</p>



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

				O Departamento recebeu novas atribuições e sofreu alterações nas suas atividades, sem a equivalente adequação de layout. As necessidades de melhoria na infraestrutura no DEDIS foram reportadas através do Processo Administrativo nº 2017-171811
DESOP				
Pessoal	X			--
Tecnologia da Informação	X			--
Infraestrutura	X			--
DIPES				
Pessoal	X			Integração total dos servidores.
Tecnologia da Informação		X		Aguardando implementação de sistemas em desenvolvimento, que trará melhorias e ajustes necessários.
Infraestrutura	X			Satisfatória para desempenhar um bom trabalho.
DIATI				
Pessoal		X		Há progressiva diminuição do quadro de profissionais devido à falta de concurso de Analista Judiciário com especialidade (Psicólogos, Assistentes Sociais e Comissários de Justiça), além do crescente número de aposentadorias.
Tecnologia da Informação	X			--
Infraestrutura	X			--
DICIN				
Pessoal		X		A equipe da DICIN/CGJ conta, atualmente, com 09 servidores, 08 terceirizados e 03 estagiários/CIEE.
Tecnologia da Informação		X		Ainda recebemos grande número de queixas dos usuários com problemas para gerar a GRERJ Eletrônica, que não são solucionados prontamente pela DGTEC. O sistema está em processo de reformulação.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Infraestrutura	X		--
----------------	---	--	----

LEGENDA:



Atende



Atende em Parte



Não Atende

9. CONCLUSÃO / COMENTÁRIOS GERAIS

A DGADM, através de seu Gabinete, Departamentos, Divisões e Serviços, continua desenvolvendo os elementos do Sistema Integrado de Gestão, com a constante integração da Equipe, atualização das Rotinas Administrativas e incentivo às Pesquisas de Opinião e Satisfação. Busca continuamente a melhoria, possibilitando maior celeridade e prestação de seus serviços aos seus usuários. Vem, ainda, incessantemente buscando aprimorar seus processos de trabalho, assim como desenvolver novas diretrizes no intuito permanente de atingir as metas definidas como estratégicas pela Administração Superior.

Observa-se que o trabalho realizado pela DGADM alcançou repercussão junto a outras instituições públicas, uma vez que temos sido consultados para a multiplicação de conhecimentos acerca do processamento do Departamento de Distribuição, bem como com relação aos projetos em execução, tais como a Certificação Automática das Custas Processuais, Central de Aprendizagem e à erradicação da sub-identificação de óbitos e Depoimento Especial.

Verifica-se que o esforço reiterado de toda equipe em suas atividades com o fito de alcançar a eficácia, eficiência e efetividade no planejamento e execução dos processos de trabalho desta Diretoria Geral tem gerado bons resultados junto aos usuários e à sociedade como um todo, contribuindo para o alcance da missão e visão do PJERJ.

Abaixo traçamos um panorama da gestão em nossas unidades durante o ano de 2018.

DEPARTAMENTO DE DISTRIBUIÇÃO (DEDIS)

Os bons resultados alcançados pelo **DEDIS** nos seus indicadores são reflexo do forte senso de união e do permanente comprometimento de toda a equipe com a excelência na prestação dos



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

serviços de distribuição e redistribuição de documentos, protocolização de petições para processos em andamento e apoio ao serviço de administração do plantão judiciário.

A gestão do DEDIS se manteve empenhada em aprimorar os processos de trabalho e em contornar tanto as dificuldades apontadas pelos usuários com relação à localização do Plantão Judiciário quanto os desafios concernentes à redução de pessoal e à adequação da infraestrutura disponível para o Departamento.

O Departamento de Distribuição pode elencar 6 (seis) momentos que se destacam no biênio 2017/2018:

1. O Departamento de Distribuição teve sua melhor avaliação em 10 (dez) anos de certificação pela NBR ISO 9001, iniciada em 2007 na Pesquisa de Satisfação do Usuário, conquista compartilhada por todos os Diretores e Chefes de Serviço em especial na sensível melhora da sinalização visual indicando a localização do Plantão Judiciário que vinha trazendo um desconforto às Partes e Advogados.
2. Edição do Provimento CGJ nº 46/2016 que restabeleceu as atribuições aos Cartórios da 1ª e 2ª Varas da Infância, Juventude e do Idoso em distribuir e receber petições intercorrentes, que tinham sua administração pela Divisão de Protocolo Geral – PROGER, otimizando os trabalhos e trazendo maior agilidade nas análises de urgência.
3. A normatização dos procedimentos do NADAC com destaque a separação dos serviços pela Divisão de Distribuição Contínua (DIDIC) responsável pela digitalização e distribuição e a Divisão de Protocolo Geral (PROGER) a orientar as Partes desassistidas em protocolar petições intercorrentes no Portal do Tribunal de Justiça.
4. A Divisão de Instrução Processual (DINSP) iniciou os procedimentos para possibilitar a distribuição dos processos originários de outros Tribunais encaminhados através de mídias, que trará maior agilidade e economia processual, evitando a impressão física de processos contendo por vezes mais de 5 (cinco) volumes.
5. O Plantão Judiciário iniciará o tratamento de seu acervo visando à redução na Taxa de Congestionamento. Além de normatizar diversos procedimentos que possibilitaram maior segurança e tranquilidade às Equipes dos Plantões.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

6. A Divisão de Distribuição Contínua (DIDIC) iniciou a virtualização das redistribuições dos procedimentos originários do Plantão Judiciário, com exceção da matéria criminal, cujos processos são de competência do Fórum Central, indo ao encontro dos Projetos Estratégicos do Tribunal de Justiça e alcançando objetivamente as diretrizes da administração do Desembargador Cláudio de Mello Tavares no biênio de 2017/2018.

DEPARTAMENTO DE SUPORTE OPERACIONAL (DESOP)

O **DESOP** manteve gerenciadas todas as suas atividades administrativas e de gestão, monitorando o cumprimento das demandas conforme a necessidade de seu solicitante, apesar do problema de recursos humanos, recorrente em toda esta Instituição, o que só nos leva a valorizar sua Equipe.

O DESOP estimulou a capacitação e a disseminação de conhecimentos necessários ao efetivo cumprimento de atribuições e desenvolvimento de projetos de sua atuação.

DIVISÃO DE PESSOAL (DIPES)

A **DIPES** iniciou suas atividades com uma grande defasagem em relação ao seu próprio quadro, mas que foi equacionada pela nova Alta Administração. Apesar da sobrecarga de serviço, este tem sido desempenhado com presteza e eficiência pelos seus servidores.

Com a publicação do Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 15/2017, que regulamenta o "Gabinete do Juízo" nos termos da Lei Estadual nº. 5.775/2010 e da Resolução TJ/OE nº. 17/2015, as atribuições com relação a este quadro, que era exercido descentralizadamente pelos Núcleos Regionais, passaram para a DIPES, por isso há o prognóstico de necessidade de aumento do quadro de pessoal da Divisão em 2018.

Com a protocolização das portarias remetidas diretamente do gabinete do Juiz Auxiliar da CGJ, houve a possibilidade de rastreamento dos registros.

DIVISÃO DE APOIO TÉCNICO INTERDISCIPLINAR (DIATI)

A progressiva diminuição do quadro de profissionais apontou a urgência de reuniões com as equipes técnicas para o reordenamento do fluxo de trabalho interdisciplinar contemplando a distribuição dos processos, dos recursos humanos e das comarcas atendidas por regiões.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Para tanto também buscamos a interlocução com os diversos juízos para as ações propostas e novos planos de trabalho implementados. As ações visaram oferecer suporte técnico conjuntamente, com as equipes técnicas.

A DIATI também buscou implementar ações de capacitação para o sistema de malote digital bem como processamento eletrônico que já estão sendo implementado nas diversas Varas do Estado.

Destacamos o permanente incentivo à capacitação das equipes técnicas, tanto nos cursos ofertados pela Escola de Administração Judiciária (ESAJ), como na realização de cursos e palestras promovidos pela Divisão e seus serviços, e na divulgação de eventos correlacionados às atinentes áreas de atuação.

Como principal ação, destacamos o Projeto Estratégico “Depoimento Especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência” que vem sendo implementado para o atendimento das audiências especiais. Destacou-se a importância de que seja firmado Termo de Cooperação entre as Instituições que compõem o sistema de garantias com o objetivo de se construir uma Política Pública.

Foi prevista ainda a criação de uma Comissão para gerir o acordo em cada órgão como responsável pela sua retroalimentação.

Assim, a DIATI/NUDECA vem reunindo todos os esforços para a organização dos procedimentos para a implementação do Projeto.

DIVISÃO DE CUSTAS E INFORMAÇÕES (DICIN)

A DICIN tem participado, juntamente com o DEGAR e a DGTEC, do Projeto de Custas deste E. Tribunal de Justiça, objetivando elaborar e implementar um novo sistema eletrônico de conferência e certificação das custas processuais para as primeira e segunda instâncias, em cumprimento ao determinado pela nova Administração Superior, que priorizou tal projeto (REQ2017.050222/GRERJ e REQ2017.059140/SMR), e que, em conformidade com os objetivos históricos da DICIN, visa facilitar e simplificar o preenchimento da guia pelos usuários e a conferência da mesma pelos servidores, devendo o referido sistema entrar em funcionamento até o início de 2019. Também se encontram incluídas neste projeto as pretensões de atualização anual automática das Portarias de Custas Judiciais e Emolumentos,



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

em observância à variação anual da UFIR/RJ, bem como de integração dos sistemas SCJ, DCP e SMR, para fins de sincronização do sistema da GRERJ Eletrônica e do novo sistema de conferência de custas que será utilizado pelas serventias judiciais.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) - ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

10. ANEXO I – PLANILHAS DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS

<NÃO APLICÁVEL>

11. ANEXO II – PLANILHAS DOS INDICADORES OPERACIONAIS



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) - ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

INDICADOR	ID.B.8.1 Grau de satisfação do usuário	PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE	Aumentar o grau de satisfação dos usuários													
FINALIDADE	Aumentar o grau de satisfação dos usuários no Departamento de Distribuição (DEDIS)						CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO	Status								
PERIODICIDADE	Anual	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO	INDICADOR DE DESEMPENHO	X	INDICADOR DE EFICIÊNCIA	INDICADOR DE EFETIVIDADE										
FÓRMULA	(qtde de respostas O+B / total de respostas) x 100				SENTIDO DE MELHORIA		(MM) maior é melhor									
META	Ficar acima de 87,0% no Grau de Satisfação do Usuário (Ótimo+Bom) até DEZ/2017.				ORIGEM DOS DADOS	Pesquisa de Satisfação do Usuário	UNIDADE DE MEDIDA	Percentual								
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	JUL/07	JAN/08	MAI/08	NOV/08	MAIO/09	NOV/09	MAI/10	DEZ/10	MAI/11	NOV/11	MAI/12	NOV/12	NOV/13	NOV/14		
	84,00%	79,00%	82,00%	86,00%	87,00%	88,15%	83,16%	82,61%	87,06%	86,30%	92,58%	89,97%	87,38%	87,42%		
	NOV/15	NOV/16	SET/17	NOV/18												
	91,76%	88,22%	94,86%	94,24%												
RESULTADOS NO PERÍODO	<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 45%;"> <p style="text-align: center;">PESQUISA DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO CONJUNTO CONSOLIDADO DEDIS NOVEMBRO 2018</p> <div style="text-align: center;"> <p style="font-size: 24px; font-weight: bold;">94,24%</p> <p style="font-size: 18px; font-weight: bold;">3,39%</p> <p style="font-size: 18px; font-weight: bold;">1,86%</p> <p style="font-size: 12px;">■ ÓTIMO e BOM ■ REGULAR ■ RUIM e PÉSSIMO</p> </div> </div> <div style="width: 50%;"> <p style="text-align: center;">GRÁFICO DE EVOLUÇÃO - Grau de Satisfação do Usuário - 2007/2018</p> </div> </div>															
LINHA DE BASE	94,86%															
RESULTADO ATUAL	94,24%															
META	87,00%															
ANÁLISE CRÍTICA	<p>Considerando que o DEDIS é constituído por três Divisões (PROGER, DIDIC, DINSP) e um Serviço (SEPJU) com características e públicos diversos, e, conseqüentemente, a PSU/DEDIS é realizada com quatro FRM diferentes, com quesitos adequados a cada área, foi consolidado os conjuntos das unidades alcançando um indicador de 94,24%, no índice do conjunto O+B.O resultado dos indicadores por área do DEDIS ficou da seguinte forma: DINSP 99,33% ; DIDIC 97,20%; PROGER 97,78% e SEPJU 76,72% .</p>															
AÇÕES GERENCIAIS	Aguardar a decisão adotada pela alta administração no procedimento administrativo 2017-171811 (solicitando novo layout), para as necessárias ações gerenciais.															
Responsável pela emissão do relatório:	Cátia Pereira de Abreu				Responsável (aprovação e divulgação):				Mauricio dos Santos Teixeira mat. 01/1834				Data:24/01/2019		Rev.01	



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) - ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

PLANILHA DE INDICADORES														
ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.														
UNIDADE ORGANIZACIONAL	DEDIS-DINSP	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO		INDICADOR DE PROJETO		INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO	X	INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE						
TEMA	Prestação Jurisdicional			OBJETIVO ESTRATÉGICO		Preservação dos mecanismos de celeridade jurisdicional do PJERJ								
INDICADOR	ID.B.8.2.Regularidade na Distribuição			PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE			Tornar a DINSP mais célere e eficaz							
FINALIDADE	Monitorar o percentual de distribuições excluídas no mês na DINSP							CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO		Acumulado				
PERIODICIDADE	Mensal	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO		INDICADOR DE DESEMPENHO		X		INDICADOR DE EFICIÊNCIA		INDICADOR DE EFETIVIDADE				
FÓRMULA	[1 - (Σ documentos excluídos / Σ documentos recebidos)] x100					SENTIDO DE MELHORIA			(MM) MAIOR É MELHOR					
META	Ficar acima de 99,52% em regularidade no total de documentos distribuídos na DINSP					ORIGEM DOS DADOS		Livro de Ocorrências / Estatística		UNIDADE DE MEDIDA		Porcentual		
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	2016													
	MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Resultado no per.
	DISTRIB.	3.574	2.690	3.146	3.197	2.918	3.275	3.066	1.476	3.295	2.670	1.782	1.384	2.706
	EXCLUSÃO	8	7	9	13	7	12	11	5	19	3	8	12	10
	%EXCLUSÃO	99,78%	99,74%	99,71%	99,59%	99,76%	99,63%	99,64%	99,66%	99,42%	99,89%	99,55%	99,13%	99,63%
	2017													
	MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Resultado no per.
	DISTRIB.	1.673	1.627	2.746	2.430	2.913	2.701	2.750	3.264	2.563	3.074	2.280	1.764	2.482
	EXCLUSÃO	5	10	7	6	12	15	5	7	3	5	8	3	7
	%EXCLUSÃO	99,70%	99,39%	99,75%	99,75%	99,59%	99,44%	99,82%	99,79%	99,88%	99,84%	99,65%	99,83%	99,70%
	2018													
	MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Resultado no per.
DISTRIB.	2.427	1.683	2.429	2.452	2.474	2.296	2.354	2.835	2.037	2.403	2.243	1.643	2.273	
EXCLUSÃO	3	5	8	8	2	1	2	2	4	2	3	4	4	
%REGULARIDADE	99,88%	99,70%	99,67%	99,67%	99,92%	99,96%	99,92%	99,93%	99,80%	99,92%	99,87%	99,76%	99,83%	
RESULTADOS NO PERÍODO														
LINHA DE BASE	99,70%													
RESULTADO ATUAL	99,83%													
META	99,52%													
		<p style="text-align: center;">GRÁFICO DO RESULTADO NO PERÍODO</p>						<p style="text-align: center;">Evolução do indicador</p>						
ANÁLISE CRÍTICA	O resultado apurado em 2018 foi o melhor desde 2015. Mesmo com o patamar considerado estável, a Unidade considera importante o monitoramento deste indicador e a manutenção do seu índice dentro da meta estabelecida uma vez que, ultrapassada esta, ações gerenciais emergenciais e imediatas se tornam necessárias.													
AÇÕES GERENCIAIS	Nenhuma ação gerencial foi necessária, considerando o resultado.													
Responsável pela emissão do relatório:		Cátia Pereira de Abreu				Responsável (aprovação e divulgação):				Maurício dos Santos Teixeira				Data: 07/01/2019



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) - ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

UNIDADE ORGANIZACIONAL		DEDIS-DINSP	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR DE PROJETO	INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO	X	INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE							
TEMA		Prestação Jurisdicional			OBJETIVO ESTRATÉGICO	Preservação dos mecanismos de celeridade jurisdicional do PJERJ								
INDICADOR		ID.B.8.3.Índice de processos devolvidos às Varas			PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE	Receber e Analisar Documentos								
FINALIDADE		Monitorar o número de processos encaminhados indevidamente pelas Varas para a DINSP.					CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO	Acumulado						
PERIODICIDADE		Mensal	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO	X	INDICADOR DE DESEMPENHO	INDICADOR DE EFICIÊNCIA	INDICADOR DE EFETIVIDADE							
FÓRMULA		[(Total de processos devolvidos/redirecionados no mês / Total de processos recebidos no mês) x 100]				SENTIDO DE MELHORIA	(mM) MENOR É MELHOR							
META		N/A			ORIGEM DOS DADOS	Planilha Manual	UNIDADE DE MEDIDA	Porcentual						
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	2016												Resultado no per.	
	RECEBIDOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	5,243
	DEV/RED.SISCOMA	459	333	603	377	455	333	660	511	466	466	405	348	442
	% DEV./RED.	7,73%	5,88%	9,27%	7,18%	6,14%	7,38%	13,05%	11,51%	10,13%	8,19%	7,91%	8,72%	8,59%
	DEV/RED.CORREIOS	479	540	773	453	759	404	316	646	629	629	546	231	534
	RECEBIDOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	5,934
	DEV/RED.SISCOMA	2750	2368	6977	5095	8361	5831	7401	7787	7450	8599	4863	3721	5934
	DEV/RED.DIGITAL	494	317	310	254	358	332	344	474	288	461	235	808	390
	DEV/RED.CORREIOS	1195	769	1443	1109	1187	1216	1604	1782	1200	1041	1255	378	1255
	% DEV./RED.	362	253	480	341	460	306	479	578	306	360	333	283	378
	% DEV./RED.	17,96%	13,39%	28,45%	26,77%	27,04%	29,96%	27,16%	29,13%	29,50%	30,27%	36,36%	57,30%	29,44%
	2018												Resultado no per.	
	RECEBIDOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	4,707
DEV/RED.SISCOMA	4814	4230	5342	3935	4596	4039	4445	5817	5583	5073	4566	4059	280	
DEV/RED.DIGITAL	224	266	308	230	215	198	259	391	263	314	265	428	886	
DEV/RED.CORREIOS	631	1077	1225	717	933	814	780	915	735	882	896	1024	316	
% DEV./RED.	503	296	308	298	468	346	364	313	288	225	247	138	316	
% DEV./RED.	28,21%	38,75%	34,46%	31,64%	35,16%	33,62%	31,56%	27,83%	23,03%	28,01%	30,90%	39,17%	31,86%	
RESULTADOS NO PERÍODO		<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;"> <p>GRÁFICO DO RESULTADO NO PERÍODO</p> </div> <div style="text-align: center;"> <p>GRÁFICO DE EVOLUÇÃO</p> </div> </div>												
LINHA DE BASE	29,44%													
RESULTADO ATUAL	31,86%													
META	N/A													
ANÁLISE CRÍTICA		<p>O desempenho do processo de trabalho não depende diretamente de ação do Departamento/Divisão, uma vez que os encaminhamentos incorretos são realizados por outras unidades, porém os dados de siscoma, correio e malote digital são feitos separadamente, a fim de que se possa verificar se nossas ações junto às serventias estariam surtindo efeito. Contudo, foram recebidos 637 (seiscentos e trinta e sete) documentos corretamente e redirecionados às respectivas unidades, uma vez que o endereço do DEDIS é a única possibilidade de envio, e 2.373 (dois mil trezentos e setenta e três) arquivos de processos, no Sistema do Malote Digital, essa contagem está sendo realizada a fim de identificar o real volume de trabalho da equipe.</p>												
AÇÕES GERENCIAIS		<p>A DINSP contatou as unidades cujas devoluções/redirecionamentos foram mais constantes com a finalidade de informá-las quanto à frequência das ocorrências.</p>												
Responsável pela emissão do relatório:		Cátia Pereira de Abreu			Responsável (aprovação e divulgação):			Maurício dos Santos Teixeira			Data:			07/01/2019



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) - ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

PJRJ	PLANILHA DE INDICADORES																	
ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.																		
UNIDADE ORGANIZACIONAL	DEDIS-DINSP		INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO		INDICADOR DE PROJETO		INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO	X	INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE				DATA	META				
TEMA	Prestação Jurisdicional				OBJETIVO ESTRATÉGICO	Preservação dos mecanismos de celeridade jurisdicional do PJERJ												
INDICADOR	ID.B.8.4 Tempo médio de permanência dos documentos (SERIP)				PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE			Aumentar a celeridade na distribuição dos feitos na DINSP										
FINALIDADE	Celeridade na distribuição							CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO	Acumulado					ENTR.	SAÍDA	2 DIAS		
PERIODICIDADE	Mensal	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO		INDICADOR DE DESEMPENHO	X	INDICADOR DE EFICIÊNCIA		INDICADOR DE EFETIVIDADE					03/12/18	04/12/18	1			
FÓRMULA	Média aritmética dos tempos de permanência dos documentos recebidos no mês				SENTIDO DE MELHORIA			(mM) menor é melhor					04/12/18	05/12/18	1			
META	Até 2 dias úteis (Média Anual)				ORIGEM DOS DADOS	Planilha Mensal		UNIDADE DE MEDIDA	Tempo					05/12/18	06/12/18	1		
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	2016																	
	MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Resultado no per.	06/12/18	07/12/18	1	
	Recebidos	2.793	1.449	1.945	1.679	1.700	1.804	1.854	894	1.699	1.633	1.061	1.014	1.627	07/12/18	10/12/18	1	
	Tempo Médio	1,3	1,1	1,1	1,3	1,2	1,3	1,1	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,1	10/12/18	11/12/18	1	
	2017																	
	MÊS														Resultado no per.	11/12/18	12/12/18	1
	Recebidos	971	1.103	1.959	1.640	2.030	1.845	1.909	2.345	1.719	2.178	1.624	1.228	1.713	12/12/18	13/12/18	1	
	Tempo Médio	1,0	1,0	2,3	1,4	1,0	1,1	1,3	1,1	1,0	1,0	1,1	1,0	1,2	13/12/18	14/12/18	1	
	2018																	
	MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Resultado no per.	14/12/18	17/12/18	1	
	Recebidos	1.860	1.061	1.598	1.625	1.574	1.351	1.516	1.719	1.131	1.799	1.284	1.011	1.461	17/12/18	18/12/18	1	
	Tempo Médio	1,5	1,0	1,6	1,4	1,1	1,0	1,1	1,0	1,0	1,0	1,1	1,2	1,2	18/12/18	19/12/18	1	
LINHA DE BASE	GRÁFICO DO RESULTADO NO PERÍODO														FERIADOS			
RESULTADO ATUAL	GRÁFICO DE EVOLUÇÃO														20/12/18	21/12/18		
META (Ficar abaixo na média anual)															24/12/18	25/12/18		
ANÁLISE CRÍTICA	O esforço da equipe fez com que o tempo médio de permanência dos documentos ficasse dentro da meta estabelecida. O resultado final foi o atingimento da meta anual estabelecida com o tempo médio de distribuição de documentos em 1,2 dias.																	
AÇÕES GERENCIAIS	Nenhuma ação gerencial foi necessária, considerando o resultado.																	
Responsável pela emissão do relatório:		Cátia Pereira de Abreu				Responsável (aprovação e divulgação):				Maurício dos Santos Teixeira				Data:		07/01/2019		



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) - ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

PJERJ	PLANILHA DE INDICADORES																	
ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.																		
UNIDADE ORGANIZACIONAL	DEDIS-DINSP		INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO		INDICADOR DE PROJETO		INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO	X	INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE					DATA		META		
TEMA	Prestação Jurisdicional				OBJETIVO ESTRATÉGICO	Preservação dos mecanismos de celeridade jurisdicional do PJERJ												
INDICADOR	ID.B.8.5 Tempo médio de permanência dos documentos (SECAP)				PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE	Aumentar a celeridade na distribuição dos feitos na DINSP												
FINALIDADE	Celeridade na distribuição								CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO	Acumulado		ENTR.	SAÍDA	2 DIAS				
PERIODICIDADE	Mensal	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO		INDICADOR DE DESEMPENHO	X	INDICADOR DE EFICIÊNCIA		INDICADOR DE EFETIVIDADE			03/12/18	04/12/18	1					
FÓRMULA	Média aritmética dos tempos de permanência dos documentos recebidos no mês					SENTIDO DE MELHORIA	(mM) menor é melhor					04/12/18	05/12/18	1				
META	Até 2 dias úteis (Média Anual)				ORIGEM DOS DADOS	Planilha Mensal		UNIDADE DE MEDIDA	Tempo		05/12/18	06/12/18	1					
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	2016																	
	MÊS														Resultado no per.			
	Recebidos	1.116	1.193	1.367	1.404	1.298	1.536	1.231	1.032	1.595	1.102	744	510	1.177	13/12/18	14/12/18	1	
	Tempo Médio	1,9	1,2	1,1	1,5	1,2	1,4	1,7	3,2	1,6	1,3	1,0	1,3	1,5	14/12/18	18/12/18	2	
	MÊS														Resultado no per.			
	Recebidos	656	525	787	763	883	826	841	919	844	896	656	536	761	17/12/18	18/12/18	1	
	Tempo Médio	1,3	1,1	1,8	2,2	1,3	1,8	1,5	1,0	1,0	1,0	1,1	1,1	1,4	18/12/18	19/12/18	1	
	MÊS														Resultado no per.			
	Recebidos	567	622	831	827	900	945	838	1.116	906	604	959	632	812	19/12/18	07/01/19	3	
	Tempo Médio	1,1	1,1	1,8	1,1	1,0	1,2	1,1	1,0	1,0	1,1	1,1	1,3	1,2				
	MÊS														Resultado no per.			
	Recebidos	567	622	831	827	900	945	838	1.116	906	604	959	632	812				
	Tempo Médio	1,1	1,1	1,8	1,1	1,0	1,2	1,1	1,0	1,0	1,1	1,1	1,3	1,2				
LINHA DE BASE	1,4	GRÁFICO DO RESULTADO NO PERÍODO																
RESULTADO ATUAL	1,2	GRÁFICO DE EVOLUÇÃO																
META (Ficar abaixo na média anual)	2,0																	
ANÁLISE CRÍTICA	O esforço da equipe fez com que o tempo médio de permanência dos documentos ficasse dentro da meta estabelecida. O resultado final foi o atingimento da meta anual estabelecida com o tempo médio de distribuição de documentos em 1,3 dias.																	
AÇÕES GERENCIAIS	Nenhuma ação gerencial foi necessária, considerando o resultado.																	
Responsável pela emissão do relatório: Cátia Pereira de Abreu Responsável (aprovação e divulgação): Maurício dos Santos Teixeira Data: 07/01/2019																		



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) - ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

PLANILHA DE INDICADORES															
IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.															
UNIDADE ORGANIZACIONAL	DEDIS/DIDIC	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO		INDICADOR DE PROJETO		INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO	X	INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE							
TEMA	Prestação Jurisdicional			OBJETIVO ESTRATÉGICO	Preservação dos mecanismos de celeridade jurisdicional do PJERJ										
INDICADOR	ID.B.8.7 Horário médio de disponibilização do expediente distribuído/redistribuído			PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE	RAD-DGADM-006 Conferir e encaminhar documentos na Distribuição Contínua										
FINALIDADE	Monitorar a disponibilização do expediente distribuído/redistribuído para retirada pelo Serviço de Mensageria e a Central de Autuação							CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO	Status						
PERIODICIDADE	Mensal	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO	X	INDICADOR DE DESEMPENHO		INDICADOR DE EFICIÊNCIA		INDICADOR DE EFETIVIDADE							
FÓRMULA	Média dos horários em que o lote de distribuição do dia anterior ficou pronto para retirada							SENTIDO DE MELHORIA	mM						
META	Não aplicável					ORIGEM DOS DADOS	Monitoramento diário			UNIDADE DE MEDIDA	Hora				
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	2018	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Resultado no Período	
	Disponibilização Média diária docs.distribuídos	10:58	10:00	10:00	10:00	10:01	10:00	10:00	18:51	18:45	18:40	18:50	18:52	18:52	
<div style="text-align: center;"> EVOLUÇÃO DIÁRIA DO INDICADOR - DEZEMBRO/2018 (menor é melhor) </div>															
ANÁLISE CRÍTICA	O expediente distribuído é preparado para remessa às respectivas serventias assim que se encerra a distribuição diária. Conforme deliberado em Reunião de Análise Crítica (RAC), desde 01/08/2018 passou a ser registrado o horário do efetivo fechamento dos lotes, no final do dia da distribuição. O indicador vinha sendo alimentado segundo a lógica de que a retirada ocorre apenas no dia seguinte, razão pela qual vinha sendo indicado o horário de início do expediente, ainda que todos os procedimentos tivessem sido finalizados no dia anterior. DIAS SEM EXPEDIENTE: 20/12/18; 21/12/18; 26/12/18; 27/12/18; 28/12/18 (RECESSO FORENSE); 24/12/18; 31/12/18 (PONTO FACULTATIVO); 25/12/18 (FERIADO)														
AÇÕES GERENCIAIS	Não aplicável.														
Responsável pela emissão do relatório:		Arthur Ferreira de Souza Borges				Responsável (aprovação e divulgação):				Maurício dos Santos Teixeira				Data:	09/01/2019



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) - ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

	PLANILHA DE INDICADORES																
IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.																	
UNIDADE ORGANIZACIONAL	DEDIS/DIDIC		INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO					INDICADOR DE PROJETO					INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO	X	INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE		
TEMA	Prestação Jurisdicional				OBJETIVO ESTRATÉGICO PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE	Preservação dos mecanismos de celeridade jurisdicional do PJERJ											
INDICADOR	ID.B.8.8 Regularidade na Distribuição - DIDIC				OBJETIVO ESTRATÉGICO PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE	RAD-DGADM-005 Receber e Distribuir Documentos											
FINALIDADE	Monitorar o volume de distribuições e redistribuições realizadas corretamente pela DIDIC											CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO INDICADOR DE EFETIVIDADE	Acumulado				
PERIODICIDADE	Mensal	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO					INDICADOR DE DESEMPENHO	X	INDICADOR DE EFICIÊNCIA					SENTIDO DE MELHORIA	Mm		
FÓRMULA	[1 - (Σ documentos excluídos / Σ documentos distribuídos)] x100											SENTIDO DE MELHORIA	Mm				
META	Distribuição regular ≥ 99,52% na média anual							ORIGEM DOS DADOS	Sistema DCP			UNIDADE DE MEDIDA	Percentual				
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	2016	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	resultado no Per			
	Distribuição	4.673	5.134	6.146	4.623	4.039	4.661	4.052	3.239	4.045	4.112	3.526	2.533	4.232			
	Exclusão	13	23	27	24	23	22	27	4	16	13	24	14	19			
	Regularidade	99,72%	99,55%	99,56%	99,48%	99,43%	99,53%	99,33%	99,88%	99,60%	99,68%	99,32%	99,45%	99,54%			
	2017	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	resultado no Per			
	Distribuição	3.624	2.925	3.886	2.728	3.639	3.688	3.230	3.408	3.354	3.948	3.571	2.421	3.369			
	Exclusão	8	16	17	8	33	14	22	12	12	24	14	14	16			
	Regularidade	99,78%	99,45%	99,56%	99,71%	99,09%	99,62%	99,32%	99,65%	99,64%	99,39%	99,61%	99,42%	99,52%			
	2018	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	resultado no Per			
	Distribuição	3.859	3.116	3.530	3.364	3.264	3.199	3.580	3.748	3.212	3.100	2.633	2.041	3.221			
	Exclusão	16	14	15	21	11	8	20	12	14	20	15	9	15			
	Regularidade	99,59%	99,55%	99,58%	99,38%	99,66%	99,75%	99,44%	99,68%	99,56%	99,35%	99,43%	99,56%	99,55%			
RESULTADOS NO PERÍODO																	
LINHA DE BASE	99,52%	<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;"> <p>RESULTADO NO PERÍODO (Maior é melhor)</p> <p>LINHA DE BASE RESULTADO ATUAL META</p> </div> <div style="text-align: center;"> <p>EVOLUÇÃO MENSAL DO INDICADOR - ANO 2018 (Maior é melhor)</p> <p>JAN FEV MAR ABR MAI JUN JUL AGO SET OUT NOV DEZ</p> </div> </div>															
RESULTADO ATUAL	99,55%																
META	99,52%																
ANÁLISE CRÍTICA	Em 2018, a equipe do Serviço de Distribuição atingiu 99,55% de correção nas distribuições para as serventias do Fórum Central da Comarca da Capital, permanecendo acima da meta e superando os resultados dos dois anos anteriores.																
AÇÕES GERENCIAIS	A equipe de distribuição permanece mobilizada no sentido de identificar e sinalizar, com antecedência, elementos que possam dificultar a correta distribuição dos processos. Os novos componentes da equipe são permanentemente orientados e estimulados a dirimir dúvidas antes da finalização das distribuições. A equipe se mantém mobilizada quanto à necessidade de foco e concentração na realização das distribuições.																
Responsável pela emissão do relatório:		Arthur Ferreira de Souza Borges					Responsável (aprovação e divulgação):					Maurício dos Santos Teixeira				Data:	09/01/2019



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) - ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

PLANILHA DE INDICADORES															
<small>ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.</small>															
UNIDADE ORGANIZACIONAL	DEDIS-PROGER	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO		INDICADOR DE PROJETO		INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO		INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE	X	Quadro de horário de entrega do expediente.		META			
TEMA	Prestação Jurisdicional			OBJETIVO ESTRATÉGICO	Preservação dos mecanismos de celeridade jurisdicional do PJERJ						DATA	HORÁRIO	14:00		
INDICADOR	ID.B.8.10 Percentual dos dias em que o expediente fica pronto para entrega ao Serviço de Mensageria dentro da meta estabelecida			PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE			Conferir e Encaminhar Documentos no PROGER.					03/12/18	13:37	SIM	
FINALIDADE	Registrar o percentual de atingimento da meta estabelecida para disponibilização do expediente protocolizado para a 1ª Instância ao Serviço de Mensageria						CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO		Acumulado		04/12/18	12:54	SIM		
PERIODICIDADE	Mensal	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO		INDICADOR DE DESEMPENHO	X	INDICADOR DE EFICIÊNCIA		INDICADOR DE EFETIVIDADE			05/12/18	13:02	SIM		
FÓRMULA	(Total dos dias em que o expediente ficou pronto dentro da meta/ total de dias úteis no mês)x100					SENTIDO DE MELHORIA		(MM) maior é melhor			06/12/18	12:37	SIM		
META	Disponibilizar o expediente ao Serviço de Mensageria até às 14:00h do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento, ou do acerto, em no mínimo 90% dos dias úteis do mês. (Média Anual)			ORIGEM DOS DADOS		Estatística Mensal		UNIDADE DE MEDIDA	Dia em que o expediente fica pronto para a entrega no Serviço de Mensageria dentro da meta		07/12/18	13:12	SIM		
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	2016														
	MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Resultado no per.	
	DOC.CONFERIDOS	138.582	161.268	182.375	146.096	159.164	172.718	154.128	92.148	127.197	119.232	90.551	62.644	133.842	
	% DIAS	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	90,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	99,2%	
	2017														
	MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Resultado no per.	
	DOC.CONFERIDOS	70.946	85.456	108.639	87.246	111.090	102.990	104.482	107.387	88.909	93.428	86.517	61.052	92.345	
	% DIAS	100,0%	100,0%	100,0%	88,2%	95,5%	90,0%	95,2%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	97,4%	
	2018														
	MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Resultado no per.	
DOC.CONFERIDOS	67.948	67.560	77.958	75.440	79.786	68.147	72.327	79.939	62.340	71.535	56.245	39.757	68.249		
% DIAS	94,1%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	94,7%	94,7%	89,5%	100,0%	100,0%	97,8%		
RESULTADOS NO PERÍODO	RESULTADO NO PERÍODO														
LINHA DE BASE	97,4%														
RESULTADO ATUAL	97,8%														
META	90,0%														
ANÁLISE CRÍTICA	O empenho da equipe foi determinante para que o expediente fosse entregue todos os dias dentro do horário estabelecido, contribuindo para o alcance da meta anual com a entrega do expediente em 97,8% dos dias úteis.														
AÇÕES GERENCIAIS	Nenhuma ação gerencial complementar é necessária, tendo em vista os resultados apresentados.														
Responsável pela emissão do relatório:		Marcia Cristina de Sá Fernandes				Responsável (aprovação e divulgação):				Maurício dos Santos Teixeira				Data:	08/01/2019



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) - ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

PJERJ	PLANILHA DE INDICADORES																	
ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.																		
UNIDADE ORGANIZACIONAL	DEDIS-SEPJU	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR DE PROJETO	X	INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO	X	INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE	Quadro de Horário de Entrega do Expediente			META							
TEMA		Prestação Jurisdicional		OBJETIVO ESTRATÉGICO		Preservação dos mecanismos de celeridade jurisdicional do PJERJ												
INDICADOR		ID.B.8.11 Percentual dos dias em que o expediente fica pronto para entrega ao Serviço de Mensageria dentro da meta estabelecida		PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE		Apoiar a Administração do Plantão Judiciário						DATA	HORA	12:30				
FINALIDADE		Registrar o percentual de atingimento da meta estabelecida para disponibilização do expediente do Plantão ao Serviço de Mensageria.				CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO		Acumulado			03/12/18	12:17	SIM					
PERIODICIDADE		Mensal		INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO	X	INDICADOR DE DESEMPENHO	X	INDICADOR DE EFICIÊNCIA	INDICADOR DE EFETIVIDADE		04/12/18	11:32	SIM					
FÓRMULA		(Total dos dias em que o expediente ficou pronto dentro da meta/ total de dias úteis no mês)x100				SENTIDO DE MELHORIA		(MM) maior é melhor			05/12/18	11:50	SIM					
META		Disponibilizar os expedientes, para que sejam distribuídos aos Juízos competentes das Regionais e do Foro Central da Comarca da Capital até às 12:30h do primeiro dia útil subsequente ao último plantão realizado antes do expediente forense normal, em no mínimo 90% dos dias úteis do mês. (Média Anual)		ORIGEM DOS DADOS		Estatística Mensal		UNIDADE DE MEDIDA		Porcentagem			06/12/18	11:21	SIM			
EVOLUÇÃO DO INDICADOR		2016												07/12/18	11:28	SIM		
		MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Resultado no per.	10/12/18	11:57	SIM
		DOC.RECEBIDOS	1.249	1.214	1.175	986	992	989	1.015	1.817	868	1.074	985	270	1.053	11/12/18	12:21	SIM
		%DIAS	92,9%	94,1%	90,5%	89,5%	95,0%	100,0%	100,0%	90,0%	90,5%	84,2%	94,7%	100,0%	93,5%	18/12/18	12:27	SIM
		2017												19/12/18	12:14	SIM		
		MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Resultado no per.			
		DOC.RECEBIDO	579	849	865	1.146	891	945	1.004	909	883	979	1.061	776	907			
		%DIAS	87,5%	93,8%	95,5%	94,1%	100,0%	94,1%	100,0%	100,0%	94,7%	95,0%	94,4%	83,3%	94,4%			
		2018																
		MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Resultado no per.			
DOC.RECEBIDO	1.301	1.118	1.050	1.011	1.016	1.009	1.045	880	913	820	906	631	975					
%DIAS	94,4%	93,8%	100,0%	95,0%	95,0%	100,0%	95,2%	100,0%	94,7%	100,0%	100,0%	100,0%	97,3%					
RESULTADOS NO PERÍODO																		
LINHA DE BASE	94,4%	<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;"> <p>Resultado no Período (unidade)</p> </div> <div style="text-align: center;"> <p>Evolução do Indicador</p> </div> </div>																
RESULTADO ATUAL	97,3%												MEDIA					
META	90%												100,00%					
ANÁLISE CRÍTICA		No mês corrente todos os expedientes foram entregues dentro do horário estabelecido.																
		Nenhuma ação gerencial complementar é necessária, tendo em vista os resultados apresentados.																
Responsável pela emissão do relatório:		Maria Cristina B. de Moraes Guimaraes				Responsável (aprovação e divulgação): Mauricio dos Santos Teixeira				Data:				07/01/2019				



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) - ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

PLANILHA DE INDICADORES															
ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da <i>intranet</i> é cópia não controlada.															
UNIDADE ORGANIZACIONAL	CGJ-DGADM-DESOB	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO							INDICADOR DE PROJETO OBJETIVO				INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO	x	INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE
TEMA	Governança Institucional						Garantia do alinhamento estratégico das unidades do PJERJ								
INDICADOR	ID.B.6.5 - Índice de eficácia do Cadastramento de Documentos						INDICADOR DE PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA			Receber, Protocolizar, Cadastrar, Autuar e Distribuir Documento Administrativo					
FINALIDADE	Controle dos dados dos Serviços de Autuação e de Recebimento e Cadastramento											CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO	Status		
PERIODICIDADE	Mensal	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO							INDICADOR DE DESEMPENHO	x	INDICADOR DE EFICIÊNCIA				
FÓRMULA	(total de documentos cadastrados diariamente referentes ao mês) / (total de documentos recebidos diariamente referentes ao mês) x 100											SENTIDO DE MELHORIA	MM		
META	99,5%						ORIGEM DOS DADOS			SISTEMA E-PROT	UNIDADE DE MEDIDA	Percentual de documentos preparados			
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	2017	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Resultado no Per.	
	rotocolizados	2266	2450	2857	2078	2727	3220	2896	3368	2797	2990	2601	1894	#REF!	
	cadastrados	2266	2450	2857	2078	2727	3220	2896	3368	2797	2990	2601	1894	#REF!	
	%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	#REF!
	2018	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Resultado no Per.	
	rotocolizados	2755	2142	2956	2613	2526	2383	3051	3059	2323	2505	2359	1980	2554	
cadastrados	2755	2142	2956	2613	2526	2383	3051	3059	2323	2505	2359	1980	2554		
%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
RESULTADOS NO PERÍODO -		<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;"> <p>RESULTADO NO PERÍODO - % - 2016</p> </div> <div style="text-align: center;"> <p>EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO RESULTADO - % - 2018</p> </div> </div>													
LINHA DE BASE	100,00														
RESULTADO ATUAL	100,00														
META 2017	99,5														
ANÁLISE CRÍTICA	Índice alcançado em Dezembro (100%) evidencia resultado plenamente satisfatório , superando a meta estabelecida.														
AÇÕES GERENCIAIS	Utilização dos produtos não conforme como fonte de treinamento e de melhoria do desempenho da equipe. As ações gerenciais a serem realizadas devem buscar a redução da demanda de documentos protocolizados. O principal instrumento para concretizar esse objetivo é a implantação da gestão eletrônica de documentos no âmbito da Corregedoria Geral de Justiça.														
Responsável pela emissão do relatório: Fernando Avelar Machado					responsável (aprovação e divulgação): Enedina do Socorro Brandão Porto					Data: 02/01/2019					



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) - ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

PLANILHA DE INDICADORES																
ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.																
UNIDADE ORGANIZACIONAL	CGJ-DGADM-DESDM	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO		INDICADOR DE PROJETO		INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO	x	INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE								
TEMA	Governança Institucional			OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantia do alinhamento estratégico das unidades do PJERJ											
INDICADOR	ID.B.6.2 - Índice de Conformidade da Distribuição de Documentos			PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA	Distribuir Documento Administrativo											
FINALIDADE	Controle dos dados dos Serviços de Autuação e de Recebimento e Cadastramento										CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO INDICADOR DE EFETIVIDADE	Status				
PERIODICIDADE	Mensal	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO		INDICADOR DE DESEMPENHO	x	INDICADOR DE EFICIÊNCIA										
FÓRMULA	(total de documentos distribuídos ao destino correto) / (total de documentos recebidos no mês) x 100										SENTIDO DE MELHORIA	MM				
META	99,5%					ORIGEM DOS DADOS	SISTEMA E-PROT			UNIDADE DE MEDIDA	percentual de documentos preparados					
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	2017	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Resultado no Per.		
	rotocolizado	2266	2450	2857	2078	2727	3220	2896	3368	2797	2990	2601	1894	2679		
	remetidos	2266	2447	2856	2075	2722	3216	2895	3365	2797	2988	2601	1892	2677		
	%	100,00	99,88	99,96	99,86	99,82	99,88	99,97	99,91	100,00	99,93	100,00	99,89	99,93		
	2018	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Resultado no Per.		
	rotocolizado	2755	2142	2956	2613	2526	2383	3051	3059	2323	2505	2359	1980	2554		
remetidos	2755	2141	2952	2611	2525	2383	3049	3058	2323	2500	2356	1979	2553			
%	100,00	99,95	99,86	99,92	99,96	100,00	99,93	99,97	100,00	99,80	99,87	99,95	99,93			
RESULTADOS NO PERÍODO	<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;"> <p>RESULTADO NO PERÍODO - % - 2018</p> <p>RESULTADO ATUAL: 99,93</p> <p>META 2018: 99,5</p> </div> <div style="text-align: center;"> <p>EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO RESULTADO - % - 2018</p> </div> </div>															
ANÁLISE CRÍTICA	Índice alcançado em dezembro demonstra resultado satisfatório no período, superando a meta estabelecida.															
AÇÕES GERENCIAIS	Utilização dos produtos não conforme como fonte de treinamento e melhoria do desempenho da equipe.															
Responsável pela emissão do relatório:	Fernando Avelar Machado				Responsável (aprovação e divulgação):	Enedina do Socorro Brandão Porto				Data:	02/01/2019					



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) - ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

PLANILHA DE INDICADORES																		
ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada																		
UNIDADE ORGANIZACIONAL		214-DGADM-DEINF-DEINF-GER-ARQ		INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO			INDICADOR DE PROJETO			INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO		X		INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE				
TEMA		Eficiência Operacional			OBJETIVO ESTRATÉGICO			Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos										
INDICADOR		ID.B.6.3 - Percentual de Documentos Arquivados			PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE			Gerir Documentos e Informações										
FINALIDADE		Monitorar a quantidade de documentos recebidos, visando aumentar o percentual dos arquivados										CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO		Acumulado				
PERIODICIDADE		Mensal		INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO			INDICADOR DE DESEMPENHO		X		INDICADOR DE EFICIÊNCIA		INDICADOR DE EFETIVIDADE					
FÓRMULA		(Total de documentos arquivados / Total de documentos recebidos para arquivamento) x 100										SENTIDO DE MELHORIA		MM				
META		99% na média anual							ORIGEM DOS DADOS		Sistema Prot - Pastas de arquivo		UNIDADE DE MEDIDA	%				
EVOLUÇÃO DO INDICADOR		2016		jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Resultado no Per.		
				recebidos	2783	8175	4408	5510	2020	2497	2011	1062	8090	1987	2420	2292	30412	
		encaminhados	2778	8172	4400	5512	2015	2498	2008	1058	8027	1987	2422	2287	30399			
		%	99,82	99,90	99,93	99,98	99,81	99,84	99,89	99,82	99,90	100,00	99,84	99,78	99,80			
		2017		jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Resultado no Per.		
				recebidos	3075	8740	4507	3080	4279	5540	8325	4478	3892	3477	2042	2050	51507	
encaminhados	3592	3740	4504	3080	4275	5547	8321	4470	3880	3473	2080	2047	51880					
%	97,74	99,92	99,93	99,92	99,91	99,90	99,95	99,98	99,92	99,91	99,90	99,90	99,74					
RESULTADOS NO PERÍODO																		
LINHA DE BASE 2011		99,67	<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;"> <p>RESULTADO PERÍODO - %</p> <p>LINHA DE BASE 2011 RESULTADO ATUAL META</p> </div> <div style="text-align: center;"> <p>EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO RESULTADO - % - 2017</p> <p>jan fev mar abr mai jun jul ago set out nov dez</p> </div> </div>															
RESULTADO ATUAL		99,74																
META		99,00																
ANÁLISE CRÍTICA		<p>O resultado mostra que houve aumento de documentos arquivados, em comparação com o mesmo período do exercício anterior. Ao final do período foram arquivados, no arquivo corrente e no arquivo central, 51.389 (cinquenta e um mil, trezentos e oitenta e nove) documentos, incluindo-se processos e expedientes administrativos, bem como cópias dos atos emitidos pela CGJ, revelando um percentual de 99,90% (noventa e nove virgula noventa por cento) de arquivados, demonstrando controle sobre a meta estabelecida.</p>																
AÇÕES GERENCIAIS		<p>Continuar com o monitoramento da implementação do novo sistema para movimentação de documentos, E-PROT, aguardando definição para migrar para aquele sistema. Equipe já adaptada, com suas atividades estabelecidas.</p>																
Responsável pela emissão do relatório:		Celso Lopes Vargas Fernandes					Responsável (aprovação e divulgação):					Enedina do Socorro Brandão Porto					Data:	11/01/2018



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) - ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

		PLANILHA DE INDICADORES																
ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada																		
UNIDADE ORGANIZACIONAL	GG-DGADM-DESP-DIEN-SEABQ	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR DE PROJETO		INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO	X	INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE											
TEMA		Eficiência Operacional		OBJETIVO ESTRATÉGICO		Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos												
INDICADOR		ID.B.6.4 - Percentual de Correspondências Encaminhadas		PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE		Receber e Encaminhar Correspondências												
FINALIDADE		Monitorar a quantidade de correspondências, visando aumentar o percentual das encaminhadas					CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO		Acumulado									
PERIODICIDADE		Trimestral		INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO				INDICADOR DE DESEMPENHO		X	INDICADOR DE EFICIÊNCIA				INDICADOR DE EFETIVIDADE			
FÓRMULA		(Total de correspondências encaminhadas / Total de correspondências recebidas) x 100								SENTIDO DE MELHORIA		MM						
META		98,5% na média anual					ORIGEM DOS DADOS		Guias de remessa		UNIDADE DE MEDIDA		%					
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	2016	1º TRIMESTRE		2º TRIMESTRE		3º TRIMESTRE		4º TRIMESTRE		Md no per.								
		recebidos		3277		3033		2906		2739		11957						
		encaminhados		3270		3025		2890		2736		11921						
		%		00,70		00,74		00,38		00,80		00,70						
	2017	1º TRIMESTRE		2º TRIMESTRE		3º TRIMESTRE		4º TRIMESTRE		Md no per.								
		recebidos		2789		2887		3559		2721		11936						
		encaminhados		2785		2881		3559		2721		11926						
		%		00,80		00,70		100,00		100,00		00,01						
RESULTADOS NO PERÍODO		RESULTADO NO PERÍODO - %		EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO RESULTADO - % - 2013														
LINHA DE BASE 2012	99,70																	
RESULTADO ATUAL	99,91																	
META	98,50																	
ANÁLISE CRÍTICA		O resultado do trimestre mostra uma redução no volume de documentos recebidos em comparação com o período anterior, porém, praticamente o mesmo com o mesmo período do ano anterior. Encerrou-se o período com o volume de 11936 (onze mil, novecentos e trinta e seis) documentos recebidos e 11926 (onze mil, novecentos e vinte e seis) documentos encaminhados, demonstrando pleno controle da meta estabelecida.																
AÇÕES GERENCIAIS		Continuar com o monitoramento da implementação do novo sistema para movimentação de documentos, E-PROT, aguardando definição para migrar para aquele sistema. Equipe já adaptada, com suas atividades estabelecidas.																
Responsável pela emissão do relatório:			Celso Lopes Vargas Fernandes			Responsável (aprovação e divulgação):			Enedina do Socorro Bandão Porto			Data:		11/01/2018				



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) - ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

PLANILHA DE INDICADORES														
ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da <i>intranet</i> é cópia não controlada.														
UNIDADE ORGANIZACIONAL	CGJ-DGADM	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO				INDICADOR DE PROJETO OBJETIVO				INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO		INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE		
TEMA	Governança Institucional				ESTRATÉGICO PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA				Garantia do alinhamento estratégico das unidades do PJERJ					
INDICADOR	ID.B.6.5 - Índice de Produtividade Média Mensal da equipe - Cadastramento e Conferência de Documentos								Protocolizar, Cadastrar, Autuar e Conferir Documento Administrativo					
FINALIDADE	Acompanhar a relação entre a quantidade de protocolos registrados e a força de trabalho disponível										CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO		Status	
PERIODICIDADE	Mensal	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO		X	INDICADOR DE DESEMPENHO		INDICADOR DE EFICIÊNCIA				INDICADOR DE EFETIVIDADE SENTIDO DE MELHORIA			
FÓRMULA	(Documentos protocolizados no mês)/(força de trabalho presente x dias úteis)													MM
META	monitoramento da produtividade da equipe sem meta estimada								ORIGEM DOS DADOS		SISTEMA e-PROT	UNIDADE DE	Número de documentos	
	2018	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Resultado no Período (média)
Documentos		2755	2142	2956	2613	2526	2383	3051	3059	2323	2505	2359	1980	2554
PROCESSOS ANTES (somatório Média Mensal)		153	116	159	166	143	143	161	184	139	163	157	108	150
		18,01	18,47	18,53	15,74	16,95	16,66	18,35	16,63	16,71	15,37	15,03	15,40	16,88
RESULTADOS NO PERÍODO -		RESULTADO NO PERÍODO - % - 2018				EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO RESULTADO - % - 2017								
LINHA DE BASE	18,66													
RESULTADO ATUAL	15,40													
ANÁLISE CRÍTICA	A produtividade média da equipe neste mês (15,40) está dentro da média observada nos meses anteriores, permanecendo ainda a demanda de documentos protocolizados no período (média aproximada de 2600 documentos protocolizados mensalmente).													
AÇÕES GERENCIAIS	As ações gerenciais a serem realizadas devem buscar a redução da demanda de documentos protocolizados. O principal instrumento para concretizar esse objetivo é a gestão eletrônica de documentos no âmbito da Corregedoria Geral de Justiça.													
Responsável pela emissão do relatório: Fernando Avelar Machado					Responsável (aprovação e divulgação): Enedina do Socorro Brandão Porto					Data: 02/01/2019				



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) - ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

PLANILHA DE INDICADORES																
ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada																
UNIDADE ORGANIZACIONAL	CDD-ORGEM-DESEM-INDM-SEIAC	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR DE PROJETO	INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO	X	INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE										
TEMA		Prestação Jurisdicional		OBJETIVO ESTRATÉGICO			Preservação dos Mecanismos de Celeridade Jurisdicional do PJERJ									
INDICADOR		ID.B.6.9 - Índice de solicitações de senha atendidas pelo SEIAC no prazo regular		PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE			Atender às solicitações de senhas de acesso a sistemas informatizados externos									
FINALIDADE		Analisar o tempo gasto pelo SEIAC no atendimento às solicitações de senha					CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO	Acumulado								
PERIODICIDADE		Mensal	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO	X	INDICADOR DE DESEMPENHO	INDICADOR DE EFICIÊNCIA	INDICADOR DE EFETIVIDADE									
FÓRMULA		(Comunicações de liberação de senha no prazo regular / total de comunicações de liberações de senha) X 100					SENTIDO DE MELHORIA	MM								
META		Atender em até (1) um dia útil 99,2 % das solicitações, na média anual.					ORIGEM DOS DADOS	Planilha excel, registro das comunicações de liberação de senha								
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	2017	total liberações	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Resultado no Per.	
		liberações no prazo	205	413	362	349	351	278	285	225	297	432	335	364	325	
		%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	99,00	100,00	100,00	100,00	100,00	99,92
	2018	total liberações	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Resultado no Per.	
		liberações no prazo	305	505	407	401	412	296	310	401	261	463	352	322	370	
		%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
RESULTADOS NO PERÍODO																
LINHA DE BASE 2017	99,92	<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;"> <p>RESULTADO NO PERÍODO - %</p> </div> <div style="text-align: center;"> <p>EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO RESULTADO - % - 2018</p> </div> </div>														
RESULTADO ATUAL (DEZEMBRO)	100,00															
META	99,50															
ANÁLISE CRÍTICA	Nota-se uma diminuição no número de solicitações em comparação com o mês anterior. No consolidado do ano de 2018, verifica-se um pequeno aumento do número de solicitação com relação ao ano anterior. O resultado no período também demonstra que o atendimento de 100% das solicitações em até 01 (um) dia útil foi realizado em todos os meses.															
AÇÕES GERENCIAIS	Utilização dos produtos não conforme como fonte para melhoria do desempenho da equipe. Submeter para análise da Administração Superior, minuta de ato normativo dipondo acerca da concessão de acesso para servidores ao sistema Bacenjud, considerando o deferimento da Administração para que o SEIAC atue na operacionalização do referido sistema.															
Responsável pela emissão do relatório:		Marcus Alexander Ribeiro Pinto					Responsável (aprovação e divulgação):					Enedina S. Brandão Porto				
												Data: 04/01/2019				



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) - ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

	PLANILHA DE INDICADORES																			
ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.																				
UNIDADE ORGANIZACIONAL	DIATI/SEASO	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO			INDICADOR DE PROJETO			INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO			x	INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE								
TEMA	Prestação Jurisdicional				OBJETIVO ESTRATÉGICO			Preservação dos mecanismos de celeridade jurisdicional do PJERJ												
INDICADOR	ID.B.7.1 TEMPO MÉDIO DE ATENDIMENTO DAS DEMANDAS				PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE			Apoiar equipes técnicas interdisciplinares, assessorar juízes e orientar demais partes interessadas												
FINALIDADE	Medir o tempo médio de atendimento da demanda										CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO									
PERIODICIDADE	Mensal	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO			INDICADOR DE DESEMPENHO			x	INDICADOR DE EFICIÊNCIA			INDICADOR DE EFETIVIDADE								
FÓRMULA	Somatório do tempo de processamento de cada demanda/total de demandas										SENTIDO DE MELHORIA									
META	Em fase de definição							ORIGEM DOS DADOS		Planilha estatística		UNIDADE DE MEDIDA	Dia							
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	2015	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Resultado no Per.						
		0,40	0,40	1,80	2,00	1,40	2,10	1,90	2,40	1,90	0,90	1,30	2,30	1,57						
	2016	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Resultado no Per.						
		3,00	1,30	1,90	1,30	2,00	1,20	4,70	7,40	2,60	0,90	2,20	1,10	2,47						
	2017	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Resultado no Per.						
		1,80	1,20	0,70	0,60	0,20	0,70	0,60	0,50	0,90	0,10	0,00	0,50	0,65						
	2018	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Resultado no Per.						
		4,00	11,30	4,70	3,20	1,70	1,90	0,10	0,10	1,60	0,70	0,10	0,50	2,49						
	RESULTADOS NO PERÍODO																			
	LINHA DE BASE	<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 30%;"> <p>RESULTADO NO PERÍODO - Período: Fonte:</p> </div> <div style="width: 60%;"> <p style="text-align: center;">EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO RESULTADO</p> </div> </div>																		
	RESULTADO ATUAL	2,49																		
	META	N/A																		
	ANÁLISE CRÍTICA	De janeiro a dezembro, o SEASO respondeu 1634 demandas, 1225 demandas de natureza administrativa, 113 de natureza técnica, 176 de natureza técnica e administrativa e 120 referentes à planilha estatística. Recebemos 717 demandas por meio eletrônico, 205 por meio de processo, 90 presenciais, 101 reuniões, 521 por telefonemas. A ausência de Chefia no Serviço de Apoio de dez/16 a nov/17 incidiu sobremaneira no tempo de processamento das demandas em 2017 o que provocou um aparente salto nos dados de 2018. A inserção de um estagiário de Serviço Social contribuiu para melhoria no atendimento aos Assistentes Sociais quanto ao suporte para alimentação da planilha estatística online, uma das ferramentas para a análise do volume de trabalho e produtividade das equipes.																		
	AÇÕES GERENCIAIS	A Chefia do Serviço possui a responsabilidade de avaliar e/ou cumprir determinações conforme as normativas previstas (RAD-DGADM-018 e Art. 414 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro). Propõem-se a análise do cenário de redução do quadro e insatisfações constatadas, a análise dos dados consolidados das demandas respondidas às equipes, e a maior proximidade com as equipes para a construção de medidas internas ao SEASO que tornem as respostas mais eficientes, assim como o investimento na instrumentalização dos responsáveis por equipes quanto a aspectos da área de gestão.																		
	Responsável pela emissão do relatório:					Sânzia Rodrigues da Silva					Responsável (aprovação e divulgação):					Sandra Pinto Levy				
															Data: 10/01/18					



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) - ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

UNIDADE ORGANIZACIONAL	PLANILHA DE INDICADORES														
DIATI/SEPSI	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO			INDICADOR DE PROJETO			INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO			x	INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE				
TEMA	Prestação Jurisdicional			OBJETIVO ESTRATÉGICO			preservação dos mecanismos de celeridade jurisdicional do PJRJ								
INDICADOR	ID.B.7.2 Tempo médio de atendimento das demandas			PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE			Apoiar equipes técnicas interdisciplinares, assessorar juízes e orientar demais partes interessadas								
FINALIDADE	Medir o tempo médio de atendimento da demanda										CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO				
PERIODICIDADE	Mensal	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO			INDICADOR DE DESEMPENHO			x	INDICADOR DE EFICIÊNCIA			INDICADOR DE EFETIVIDADE			
FÓRMULA	Somatório do tempo de processamento de cada demanda/total de demandas										SENTIDO DE MELHORIA				
META	Em fase de definição						ORIGEM DOS DADOS			Planilha estatística			UNIDADE DE MEDIDA	Dia	
	2016	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Resultado no Per.	
		6,00	8,00	7,00	1,00	3,00	7,00	15,00	8,00	2,00	22,00	22,00	4,00	8,75	
	2017	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Resultado no Per.	
		2,00	4,00	4,00	5,00	1,00	1,00	9,00	3,00	5,00	1,00	1,00	1,00	3,08	
	2018	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Resultado no Per.	
		9,00	7,00	20,00	6,00	6,00	2,00	0,00	3,00	4,00	15,00	4,00	11,00	7,25	
RESULTADOS NO PERÍODO															
LINHA DE BASE	1,80														
RESULTADO ATUAL	7,25														
META	N/A														
ANÁLISE CRÍTICA	<p>No ano de 2018, atuamos em 1081 demandas. Nesse período, as características das demandas foram distribuídas de acordo com sua característica principal: técnicas (374), administrativas (170), estatística (116), estágio (82), lotação/remoção/auxílio (172), reuniões (69), organização de eventos (24), organização de capacitação (50) e auxílio ao NUDECA (17). Os meios utilizados para resolução das demandas foram através de: e-mail (368), processo (130), pessoalmente (134) e telefonemas (432). Buscamos trabalhar de forma articulada aos demais setores do TJRJ, em ações conjuntas com SEASO, NUDECA, COEM, CEJUSC, CEVIJ, ESAJ, somando esforços com objetivos em comum. Cabe destacar que o serviço não conta com apoio administrativo. obtivemos um tempo médio de 7 dias para o atendimento às demandas encaminhadas ao setor.</p>														
AÇÕES GERENCIAIS	<p>O SEPSI continuará avaliando os registros das demandas atendidas com a finalidade de melhorar a análise qualitativa do trabalho. Manteremos a comunicação com os profissionais e demais setores do TJRJ buscando articulação e crescimento do alcance do trabalho, em especial frente à carência de pessoal. Prosseguiremos na análise das planilhas estatísticas buscando avaliar as metas sugeridas para os profissionais da equipe técnica, com base em critérios objetivos para as remoções/lotações e auxílios. Continuaremos também empreendendo ações visando à capacitação das equipes, tanto sob o enfoque técnico quanto de gestão.</p>														
Responsável pela emissão do relatório:		Patricia Glycerio Rodrigues Pinho					Responsável (aprovação e divulgação):					Sandra Pinto Levy			Data: 19/12/2018



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) - ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

PLANILHA DE INDICADORES														
ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.														
UNIDADE ORGANIZACIONAL	DIATI/SECIJ	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO						INDICADOR DE PROJETO				x	INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE	
TEMA	Prestação Jurisdicional		OBJETIVO ESTRATÉGICO					Preservação dos mecanismos de celeridade jurisdicional do PJERJ						
INDICADOR	ID.B.7.4 TEMPO MÉDIO DE PROCESSAMENTO		PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE					Controlar, conferir e informar o recebimento dos relatórios de inspeção judicial das entidades e/ou programas de execução de medidas socioeducativas						
FINALIDADE	Medir o tempo médio de processamento											CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO		
PERIODICIDADE	Mensal	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO	INDICADOR DE DESEMPENHO					x	INDICADOR DE EFICIÊNCIA				INDICADOR DE EFETIVIDADE	
FÓRMULA	média do tempo de cada processamento /nº de processos no mês											SENTIDO DE MELHORIA	mM	
META	Em fase de definição							ORIGEM DOS DADOS		Planilha desempenho - Resolução 77		UNIDADE DE MEDIDA	dias	
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	2016	jan-16	fev-16	mar-16	abr-16	mai-16	jun-16	jul-16	ago-16	set-16	out-16	nov-16	dez-16	Resultado no Per.
		24,50	55,00	63,00	56,00	21,80	26,20	25,60	7,90	11,80		8,00	3,30	27,55
	2017	jan-17	fev-17	mar-17	abr-17	mai-17	jun-17	jul-17	ago-17	set-17	out-17	nov-17	dez-17	Resultado no Per.
		5,30	4,00	4,90	0,00	7,20	11,80	24,10	11,20	14,90	10,80	9,00	2,00	8,77
	2018	jan-18	fev-18	mar-18	abr-18	mai-18	jun-18	jul-18	ago-18	set-18	out-18	nov-18	dez-18	Resultado no Per.
		10,20	0,00	0,00	3,50	1,00	14,10	15,20	1,00	1,00	2,00	5,80	1,30	4,61
RESULTADOS NO PERÍODO														
LINHA DE BASE	8,77													
RESULTADO ATUAL	4,61													
META	N/A													
		<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 30%;"> <p style="font-size: x-small;">RESULTADO NO PERÍODO - Período: Fonte:</p> </div> <div style="width: 65%;"> <p style="text-align: center; font-size: x-small;">EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO RESULTADO</p> </div> </div>												
ANÁLISE CRÍTICA	<p>De janeiro a dezembro de 2018, o SECIJ acompanhou o envio dos relatórios das inspeções aos CREAS, previstas na Resolução CNJ nº 77/2009. Pode-se observar aumento no número de processos recebidos no mês de janeiro, devido à conclusão do recebimento dos procedimentos do 2º semestre de 2017. O SECIJ também concluiu o recebimento dos relatórios referentes às inspeções do 1º semestre de 2018, elevando significativamente a quantidade de processos recebidos nos meses de junho e julho, conforme demonstrado no gráfico. Ressalte-se que a mencionada Resolução prevê a realização semestral das inspeções, porém, sem data específica para o encaminhamento dos relatórios à CGJ, acarretando maior incidência em determinados meses, o que consequentemente interfere no tempo de processamento no período. Acrescente-se que os relatórios enviados no mês de dezembro, ainda estão no SECIJ aguardando prosseguimento, tendo em vista a quantidade recebida no final do 2º semestre.</p>													
AÇÕES GERENCIAIS	<p>Após levantamento das comarcas que não enviaram o(s) relatório(s) do 2º semestre de 2018, para manter a planilha de controle atualizada, o Serviço realizou contato telefônico com o Comissariado, buscando verificar a existência de eventuais dificuldades e garantir o cumprimento da Resolução nº 77/2009 por todos os juízos.</p>													
Responsável pela emissão do relatório: Monica Zouein				Responsável (aprovação e divulgação): Sandra Pinto Levy				Data: 08/01/2019						



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) - ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

PLANILHA DE INDICADORES																											
ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.																											
UNIDADE ORGANIZACIONAL	CGI/DICIN	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO						INDICADOR DE PROJETO				X	INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE														
TEMA		PRESTAÇÃO JURISDICIONAL					OBJETIVO ESTRATÉGICO		PRESERVAÇÃO DOS MECANISMOS DE CELERIDADE JURISDICIONAL DO PJERJ																		
INDICADOR		I.D.B. 9.1. - TEMPO MÉDIO DE PROCESSAMENTO NO MÊS - JP					PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE		INSTRUIR E ORIENTAR FEITOS RELATIVOS À CONTA CORRENTE DE JUIZ DE PAZ																		
FINALIDADE		ACOMPANHAR O TEMPO MÉDIO DO PROCESSAMENTO DE CONTA CORRENTE DE JUIZ DE PAZ DOS FEITOS CONCLUÍDOS										CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO		Acumulado													
PERIODICIDADE		MENSAL	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO			INDICADOR DE DESEMPENHO			X	INDICADOR DE EFICIÊNCIA			INDICADOR DE EFETIVIDADE														
FÓRMULA		SOMA (DATA DE SAÍDA - DATA DE ENTRADA NO MÊS) / (TOTAL DE SAÍDAS NO MÊS)										SENTIDO DE MELHORIA		mM													
META		6 DIAS ÚTEIS NA MÉDIA ANUAL							ORIGEM DOS DADOS			Planilha de DADOS	UNIDADE DE MEDIDA		Dias úteis												
	2014	JAN	3,90	FEV	4,00	MAR	5,00	ABR	2,30	MAI	4,00	JUN	3,00	JUL	3,00	AGO	4,50	SET	5,80	OUT	2,00	NOV	3,75	DEZ	MÉDIA ANUAL		
		JAN	7,10	FEV	7,00	MAR	5,00	ABR	4,00	MAI	4,20	JUN	4,60	JUL	6,00	AGO	6,00	SET	6,00	OUT	5,80	NOV	6,00	DEZ	MÉDIA ANUAL		
	2015	JAN	6,50	FEV	3,50	MAR	7,00	ABR	6,00	MAI	2,90	JUN	3,00	JUL	5,50	AGO	5,50	SET	5,50	OUT	4,99	NOV	4,99	DEZ	MÉDIA ANUAL		
		JAN	5,00	FEV	5,60	MAR	8,00	ABR	2,50	MAI	3,80	JUN	5,70	JUL	7,00	AGO	3,60	SET	3,70	OUT	6,00	NOV	3,00	DEZ	MÉDIA ANUAL		
	2016	JAN	4,00	FEV	1,50	MAR	4,00	ABR	2,30	MAI	6,50	JUN	3,30	JUL	4,60	AGO	3,00	SET	3,60	OUT	2,00	NOV	4,60	DEZ	MÉDIA ANUAL		
		JAN	4,90	FEV	3,60	MAR	5,00	ABR	3,60	MAI	5,61	JUN	4,99	JUL	4,90	AGO	4,90	SET	4,90	OUT	4,90	NOV	4,90	DEZ	MÉDIA ANUAL		
	2017	JAN	4,90	FEV	3,60	MAR	5,00	ABR	3,60	MAI	5,61	JUN	4,99	JUL	4,90	AGO	4,90	SET	4,90	OUT	4,90	NOV	4,90	DEZ	MÉDIA ANUAL		
		JAN	4,90	FEV	3,60	MAR	5,00	ABR	3,60	MAI	5,61	JUN	4,99	JUL	4,90	AGO	4,90	SET	4,90	OUT	4,90	NOV	4,90	DEZ	MÉDIA ANUAL		
	2018	JAN	4,90	FEV	3,60	MAR	5,00	ABR	3,60	MAI	5,61	JUN	4,99	JUL	4,90	AGO	4,90	SET	4,90	OUT	4,90	NOV	4,90	DEZ	MÉDIA ANUAL		
		JAN	4,90	FEV	3,60	MAR	5,00	ABR	3,60	MAI	5,61	JUN	4,99	JUL	4,90	AGO	4,90	SET	4,90	OUT	4,90	NOV	4,90	DEZ	MÉDIA ANUAL		
	RESULTADOS NO PERÍODO																										
	LINHA DE BASE	4,90																									
RESULTADO ATUAL	3,58																										
META	5,00																										
		<p style="font-size: small;">RESULTADO NO PERÍODO - Período: Fonte:</p>												<p style="font-size: small;">EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO RESULTADO - FONTE:</p>													
ANÁLISE CRÍTICA	<p>No mês de DEZEMBRO foram concluídos quatro processos de Abertura de Conta de Juiz de Paz e o tempo de processamento foi inferior à meta, que foi reduzida para cinco dias. A média anual apresentou um resultado inferior à meta estabelecida. Em vista da média anual de desempenho deste indicador, podemos avaliar a possibilidade de redução desta meta.</p>																										
AÇÕES GERENCIAIS	<p>A partir deste mês de abril, a meta deste indicador foi reduzida para 5 (cinco) dias, conforme previsto na 2ª RAC de 2017. Prosseguiremos no treinamento constante dos servidores, objetivando melhoria da qualidade das atividades no setor.</p>																										
Responsável pela emissão do relatório:		JOBERT CAETANO BATISTA										Responsável (aprovação e divulgação):										JOBSON NASCIMENTO PEREIRA		Data:		11/01/2019	



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) - ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

PLANILHA DE INDICADORES <small>ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.</small>															
UNIDADE ORGANIZACIONAL	CGI/DICIN	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR DE PROJETO	INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO	X	INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE									
TEMA	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL			OBJETIVO ESTRATÉGICO	PRESERVAÇÃO DOS MECANISMOS DE CELERIDADE JURISDICIONAL DO PJERJ										
INDICADOR	I.D.B. 9.2. - TEMPO MÉDIO DE PROCESSAMENTO NO MÊS DD			PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE	INSTRUIR E ORIENTAR O PROCESSAMENTO DISTRIBUIÇÃO A DESTEMPO, RETIFICAÇÃO E CANCELAMENTO										
FINALIDADE	ACOMPANHAR O TEMPO MÉDIO DO PROCESSAMENTO DISTRIBUIÇÃO A DESTEMPO, RETIFICAÇÃO E CANCELAMENTO DOS FEITOS CONCLUÍDOS						CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO	Acumulado							
PERIODICIDADE	MENSAL	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO	INDICADOR DE DESEMPENHO	X	INDICADOR DE EFICIÊNCIA	INDICADOR DE EFETIVIDADE									
FÓRMULA	SOMA (DATA DE SAÍDA - DATA DE ENTRADA NO MÊS) / (TOTAL DE SAÍDAS NO MÊS)						SENTIDO DE MELHORIA	mM							
META	8 DIAS ÚTEIS NA MÉDIA ANUAL				ORIGEM DOS DADOS	Planilha de DADOS			UNIDADE DE MEDIDA	Dias úteis					
	2014	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA ANUAL	
		4,80	4,00	5,60	4,60	7,90	6,55	6,50	5,10	3,60	7,90	3,00	5,00	5,38	
	2015	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA ANUAL	
		8,20	5,70	5,40	7,20	10,10	8,20	7,30	8,00	8,00	8,00	8,20	8,30	7,72	
	2016	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA ANUAL	
		8,20	8,20	7,40	8,20	8,70	7,30	8,30	8,00	7,50	8,10	8,00	7,60	7,96	
	2017	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA ANUAL	
		8,00	7,00	8,90	9,10	4,60	6,70	8,60	7,50	8,60	7,60	6,50	8,90	7,67	
	2018	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA ANUAL	
		6,20	7,00	8,10	8,50	7,40	7,40	9,30	7,40	6,40	7,60	3,70	4,60	6,97	
RESULTADOS NO PERÍODO															
LINHA DE BASE	7,67														
RESULTADO ATUAL	6,97														
META	8,00														
ANÁLISE CRÍTICA	No mês de dezembro, assim como nos meses anteriores, este indicador ficou abaixo da meta estabelecida, o que manteve a média anual abaixo da meta. Como já mencionado em análises anteriores, os feitos desta natureza são os que se apresentam em maior quantidade e melhor representam o volume de trabalho do setor. No presente período foram concluídos 11 (onze) processos desta natureza.														
AÇÕES GERENCIAIS	Estamos dando continuidade ao programa de capacitação dos integrantes da equipe de processamento, através da constante informação e orientação quanto às mudanças na legislação que alterem o procedimento.														
JOBERT CAETANO BATISTA				Responsável (aprovação e divulgação):				JOBSON NASCIMENTO PEREIRA				Data: 11/01/2019			



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) - ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

PLANILHA DE INDICADORES															
ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.															
UNIDADE ORGANIZACIONAL	CGJ/DICIN	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO			INDICADOR DE PROJETO			INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO		X	INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE				
TEMA		PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL			OBJETIVO ESTRATÉGICO			PRESERVAÇÃO DOS MECANISMOS DE CELERIDADE JURISDICCIONAL DO PJERJ							
INDICADOR		I.D.B. 9.3. - TEMPO MÉDIO DE PROCESSAMENTO NO MÊS - EX			PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE			INSTRUIR E ORIENTAR EM MATÉRIA DE CUSTAS E EMOLUMENTOS							
FINALIDADE		ACOMPANHAR O TEMPO MEDIO DO PROCESSAMENTO DAS CONSULTAS EM MATERIA DE CUSTAS E EMOLUMENTOS, DOS FEITOS CONCLUÍDOS									CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO		Acumulado		
PERIODICIDADE		MENSAL	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO			INDICADOR DE DESEMPENHO			X	INDICADOR DE EFICIÊNCIA		INDICADOR DE EFETIVIDADE			
FÓRMULA		SOMA (DATA DE SAÍDA - DATA DE ENTRADA NO MÊS) / (TOTAL DE SAÍDAS NO MÊS)									SENTIDO DE MELHORIA		mM		
META		10 DIAS ÚTEIS NA MÉDIA ANUAL							ORIGEM DOS DADOS		Planilha de DADOS		UNIDADE DE MEDIDA	Dias úteis	
	2014	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA ANUAL	
		10,00		5,00	4,00	8,30		7,00		10,70				10,00	7,86
	2015	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA ANUAL	
		9,00	6,30	8,00	9,00		7,00	7,00			9,50			9,50	8,16
	2016	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA ANUAL	
		10,00			8,00	9,00		10,00		9,30	9,50	13,00		9,83	
	2017	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA ANUAL	
			9,00	8,00			7,20		10,00	10,00			7,00		8,53
	2018	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA ANUAL	
				8,00	10,00	6,00	10,00	8,00	8,50	6,00		9,00			8,19
	RESULTADOS NO PERÍODO														
	LINHA DE BASE	8,53	<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;"> <p>RESULTADO NO PERÍODO - Período: Fonte:</p> <p>LINHA DE BASE RESULTADO ATUAL META</p> </div> <div style="text-align: center;"> <p>EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO RESULTADO - FONTE:</p> <p>2014 2015 2016 2017 2018</p> </div> </div>												
RESULTADO ATUAL	8,19														
META	10,00														
ANÁLISE CRÍTICA	<p>No mês de DEZEMBRO NÃO foram concluídos feitos desta natureza. Conforme já mencionado em análises anteriores, as consultas extrajudiciais não expressam o volume do trabalho do setor, uma vez que têm ficado restritas às dúvidas de usuários dos Cartórios Extrajudiciais, quanto a prática de determinados atos ou, em sugestões de Entidades e Órgãos de Classe quanto aos procedimentos adotados na cobrança de emolumentos, o que não costuma ocorrer com frequência. As dúvidas mais corriqueiras têm sido respondidas por telefone, e-mail e no atendimento pessoal no balcão.</p>														
AÇÕES GERENCIAIS	<p>Dar continuidade ao treinamento da equipe de trabalho, através da orientação nos casos de maior complexidade.</p>														
Responsável pela emissão do relatório:				JOBERT CAETANO BATISTA				Responsável (aprovação e divulgação):				JOBSON NASCIMENTO PEREIRA	Data:	11/01/2019	



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) - ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

PLANILHA DE INDICADORES															
ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.															
UNIDADE ORGANIZACIONAL	CGI/DICIN	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO			INDICADOR DE PROJETO			INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO			X	INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE			
TEMA	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL				OBJETIVO ESTRATÉGICO			PRESERVAÇÃO DOS MECANISMOS DE CELERIDADE JURISDICIONAL DO PJERJ							
INDICADOR	I.D.B. 9.4. - TEMPO MÉDIO DE PROCESSAMENTO NO MÊS CI				PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE			INSTRUIR E ORIENTAR O PROCESSAMENTO COBRANÇA INDEVIDA DE EMOLUMENTOS							
FINALIDADE	ACOMPANHAR O TEMPO MÉDIO DO PROCESSAMENTO COBRANÇA INDEVIDA DE EMOLUMENTOS DOS FEITOS CONCLUÍDOS										CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO	Acumulado			
PERIODICIDADE	MENSAL	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO			INDICADOR DE DESEMPENHO			X	INDICADOR DE EFICIÊNCIA			INDICADOR DE EFETIVIDADE			
FÓRMULA	SOMA (DATA DE SAÍDA - DATA DE ENTRADA NO MÊS) / (TOTAL DE SAÍDAS NO MÊS)										SENTIDO DE MELHORIA			mM	
META	8 DIAS ÚTEIS NA MÉDIA ANUAL								ORIGEM DOS DADOS		Planilha de DADOS		UNIDADE DE MEDIDA	Dias úteis	
	2014	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA ANUAL	
		2,00			8,00	4,00		4,00	6,00				7,00		5,17
	2015	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA ANUAL	
			8,00	6,00		9,00							8,00	11,00	8,40
	2016	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA ANUAL	
			9,00		8,00		8,00			8,00	8,00				8,20
	2017	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA ANUAL	
					7,00		7,00		8,00						7,33
	2018	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA ANUAL	
			9,00	9,00	9,00		7,50	8,00							8,50
	RESULTADOS NO PERÍODO														
	LINHA DE BASE	7,33													
RESULTADO ATUAL	8,50														
META	8,00														
ANÁLISE CRÍTICA	<p>No mês de DEZEMBRO, NÃO foram concluídos feitos desta natureza. Como já mencionado em análises anteriores, este tipo de procedimento, aliado à Distribuição a Destempo, representam o maior quantitativo de processos que chegam a esta Divisão de Custas para análise, embora não tenham sido concluídos nos últimos três meses, nenhum processo de reclamação quanto à cobrança indevida ou incorreta de emolumentos. Por implicarem na avaliação quanto à pertinência da prática de determinados atos e dos valores por eles cobrados demandam, por vezes, maior tempo de permanência na Divisão aguardando resposta dos escritórios encaminhados mas não necessariamente, para a elaboração do parecer emitido.</p>														
AÇÕES GERENCIAIS	<p>Estamos procurando agilizar o procedimento enviando a correspondência via eletrônica, ainda assim as respostas nem sempre chegam com a rapidez esperada.</p>														
Responsável pela emissão do relatório: JOBERT CAETANO BATISTA					Responsável (aprovação e divulgação): JOBSON NASCIMENTO PEREIRA					Data: 11/01/2019					



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) - ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

PLANILHA DE INDICADORES															
ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.															
UNIDADE ORGANIZACIONAL	CGI-DICIN	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO			INDICADOR DE PROJETO			INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO			X	INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE			
TEMA		PRESTAÇÃO JURISDICIONAL			OBJETIVO ESTRATÉGICO			PRESERVAÇÃO DOS MECANISMOS DE CELERIDADE JURISDICIONAL DO PJERJ							
INDICADOR		I.D.B.9.6 - TEMPO MÉDIO DE ATENDIMENTO A E-MAIL			PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE			FORNECER ORIENTAÇÃO QUANTO A CUSTAS JUDICIAIS, TAXAS JUDICIÁRIAS E EMOLUMENTOS EXTRAJUDICIAIS							
FINALIDADE		ACOMPANHAR O TEMPO MÉDIO DE RESPOSTA AO E-MAIL ENVIADO À DICIN PELO USUÁRIO										CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO			
PERIODICIDADE		MENSAL	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO			INDICADOR DE DESEMPENHO			X	INDICADOR DE EFICIÊNCIA			INDICADOR DE EFETIVIDADE		
FÓRMULA		MÉDIA ARITMÉTICA DO TEMPO DE RESPOSTA ÀS CONSULTAS POR E-MAIL										SENTIDO DE MELHORIA		mM	
META		04 DIAS ÚTEIS NA MÉDIA ANUAL										UNIDADE DE MEDIDA		DIAS ÚTEIS	
2016		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA	
Balcão		1618,0	1235,0	1851,0	1380,0	2087,0	2065,0	1889,0	967,0	2322,0	1617,0	1630,0	2070,0	1727,6	
Balcão-RI		198,0	173,0	230,0	203,0	256,0	224,0	226,0	147,0	343,0	256,0	276,0	232,4		
Telefone		4196,0	4524,0	5636,0	4965,0	5625,0	5987,0	5772,0	2927,0	4824,0	5099,0	3949,0	2889,0	4699,4	
Telefone-RI		207,0	311,0	257,0	290,0	211,0	204,0	204,0	88,0	190,0	313,0	416,0	123,0	234,5	
e-mail		18,0	25,0	61,0	31,0	28,0	49,0	94,0	36,0	59,0	55,0	36,0	20,0	42,7	
Tempo e-mail		0,3	0,7	1,1	1,3	0,9	0,6	1,1	0,6	0,9	0,6	1,3	0,6	0,8	
2017		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA	
Balcão		1130,0	1200,0	2130,0	1628,0	1634,0	1966,0	1637,0	2424,0	1405,0	2163,0	2031,0	1550,0	1746,5	
Balcão-RI		145,0	166,0	199,0	216,0	152,0	159,0	254,0	396,0	114,0	232,0	189,0	116,0	195,7	
Telefone		3506,0	4702,0	6451,0	4480,0	6799,0	6299,0	6455,0	7147,0	5571,0	5922,0	5682,0	4089,0	5591,9	
Telefone-RI		164,0	225,0	179,0	240,0	167,0	225,0	215,0	309,0	285,0	230,0	286,0	160,0	223,8	
e-mail		45,0	49,0	62,0	68,0	72,0	87,0	72,0	70,0	72,0	45,0	53,0	30,0	60,4	
Tempo e-mail		1,4	0,6	1,1	0,8	1,2	0,8	1,7	1,4	1,1	1,0	0,9	2,2	1,2	
2018		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA	
Balcão		2001,0	1347,0	2306,0	1998,0	2430,0	2225,0	2318,0	3329,0	2287,0	2073,0	1692,0	1232,0	2103,2	
Balcão-RI		76,0	110,0	187,0	123,0	196,0	134,0	177,0	171,0	118,0	355,0	135,0	108,0	157,5	
Telefone		4895,0	4908,0	6351,0	3996,0	5686,0	4431,0	6242,0	7721,0	5424,0	5990,0	5339,0	4221,0	5433,7	
Telefone-RI		200,0	206,0	248,0	152,0	309,0	281,0	252,0	241,0	284,0	310,0	130,0	129,0	228,5	
e-mail		48,0	65,0	84,0	61,0	65,0	63,0	40,0	70,0	52,0	83,0	73,0	54,0	63,2	
Tempo e-mail		3,1	2,1	2,0	0,8	1,0	0,3	1,5	1,8	1,3	1,5	2,1	2,6	1,7	
RESULTADOS NO PERÍODO															
LINHA DE BASE															
RESULTADO ATUAL															
META		4,0													
ANÁLISE CRÍTICA		<p>No mês de DEZEMBRO de 2018, o número de atendimentos no balcão apresentou acentuada redução em relação aos meses anteriores, em razão do menor número de dias úteis, devido a recesso do judiciário, durante o qual o atendimento se deu através do sistema de plantão, limitando-se aos casos de urgência. A quantidade de ligações atendidas pelo Call Center também apresentou redução em relação aos últimos períodos, assim como o percentual de ligações atendidas pelo Call Center, que representou 89,40%, do total de ligações recebidas. O tempo médio de resposta aos e-mails continua sendo mantido abaixo da meta prevista de 04 dias. No entanto, antes de realizarmos alguma redução na referida meta, convém aguardar o efeito da alteração prevista na GRERJ para o ano de 2019.</p>													
AÇÕES GERENCIAIS		<p>Prosseguir no treinamento não formal das telefonistas que atendem ao Call Center e dos demais funcionários da equipe, principalmente quanto aos atos novos atos administrativos editados.</p>													
Responsável pela emissão do relatório:				MARCELO LETTÉRIO				Responsável (aprovação e divulgação):				JOBSON NASCIMENTO PEREIRA			
Data: 10/12/2018															



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) - ANUAL

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

		PLANILHA DE INDICADORES <small>ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.</small>																																																																				
UNIDADE ORGANIZACIONAL	CGI/DICIN	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO							INDICADOR DE PROJETO				INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO	X	INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE																																																							
TEMA	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL						OBJETIVO ESTRATÉGICO						PRESERVAÇÃO DOS MECANISMOS DE CELERIDADE JURISDICIONAL DO PJERJ																																																									
INDICADOR	I.D.B. 9.7 - TEMPO MÉDIO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NA INTRANET						PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE																																																															
FINALIDADE	ACOMPANHAR O TEMPO MÉDIO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NA INTRANET											CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO		ACUMULADO																																																								
PERIODICIDADE	MENSAL	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO				INDICADOR DE DESEMPENHO				X	INDICADOR DE EFICIÊNCIA			INDICADOR DE EFETIVIDADE																																																								
FÓRMULA	DATA DE ATUALIZAÇÃO / DATA DA INFORMAÇÃO											SENTIDO DE MELHORIA		mM																																																								
META	04 DIAS NA MÉDIA ANUAL								ORIGEM DOS DADOS			PASTA ELETRÔNICA			UNIDADE DE MEDIDA		DIAS ÚTEIS																																																					
	2014	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA	2015	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA	2016	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA	2017	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA	2018	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA
		1,00	1,00	1,45	1,00	2,00	1,00	0,00	1,60	1,20	3,00	0,00	1,00	1,19		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	2,00	1,00	1,25	1,40	1,33	1,00	1,17		1,27	0,50	0,20	5,00	0,66	1,00	1,00	0,00	1,00	2,00	1,50	2,70	1,40		1,00	0,00	0,80	1,33	0,50	0,70	2,00	0,50	1,00	1,00	1,00	1,00	0,90		2,92	0,00	0,00	0,00	1,50	1,75	1,60	0,50	1,00	2,30	0,00	3,00	1,21
RESULTADOS NO PERÍODO		<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 45%;"> <p style="font-size: small;">RESULTADO NO PERÍODO - Período: Fonte:</p> </div> <div style="width: 45%;"> <p style="font-size: small;">EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO RESULTADO - FONTE:</p> </div> </div>																																																																				
LINHA DE BASE	0,9																																																																					
RESULTADO ATUAL	2,0																																																																					
META	4,0																																																																					
ANÁLISE CRÍTICA	<p>No mês de dezembro foi enviado 1 e-mail para atualização de dados na intranet e, o tempo para atualização foi de 3,0 dias. A integração que este Setor vem mantendo com o DGTEC- SUPORTE INTERNET tem possibilitado que as alterações (inclusive as grandes alterações no mês de abril/2016, decorrentes da nova Portaria vigente a partir de 14/03/2016, bem como as decorrentes da edição da nova Tabela de Custas referente ao exercício de 2017) no sistema sejam realizadas em tempo hábil, bem abaixo da meta anual estabelecida.</p>																																																																					
AÇÕES GERENCIAIS	<p>Além de enviar e-mail solicitando as alterações nos modelos de Grerj, o Chefe do SEATE manterá contato permanentemente por telefone e via e-mail com o DGTEC-Suporte Internet, a fim de agilizar, sempre que necessário, as atualizações na intranet.</p>																																																																					
Responsável pela emissão do relatório: MARCELO LETTÉRIO					Responsável (aprovação e divulgação): JOBSON NASCIMENTO PEREIRA					Data: 11/01/2019																																																												